

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura e Urbanismo
Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo

Thaís Matos Moreno

**NEGÓCIO DE IMPACTO SOCIAL, MELHORIAS HABITACIONAIS E MERCADO
FINANCEIRO: a moradia dos pobres como oportunidade de renda**

Belo Horizonte

2022

Thaís Matos Moreno

**NEGÓCIO DE IMPACTO SOCIAL, MELHORIAS HABITACIONAIS E MERCADO
FINANCEIRO: a moradia dos pobres como oportunidade de renda**

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

M843n

Moreno, Thais Matos.

Negócio de impacto social, melhorias habitacionais e mercado financeiro [manuscrito] : a moradia dos pobres como oportunidade de renda / Thais Matos Moreno. – 2022.

195 f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Habitações – Teses. 2. Empreendedorismo social – Teses. 3. Mulheres – Teses. 4. Pobres – Habitação – Teses. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 643.1



Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente Ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora, a saber:

Profa. Dra. Silke Kapp (Orientadora-EA-UFMG) *Silke Kapp*

Profa. Dra. Sibelle Cornélio Diniz da Costa (FACE-UFMG) *Sibelle Cornélio Diniz*
Digitally signed by Sibelle Cornélio Diniz:
Diniz: 0687410266406874102664
Date: 2022-11-10 17:36:54

Prof. Dr. Thiago Canetti de Mello e Sá (EA-UFMG) *Thiago Canetti de Mello e Sá*

Profa. Dra. Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-USP) *Isadora de Andrade Guerreiro*

Ciente: *Thais matos moreno*
Discente Thais Matos Moreno

Atesto que as alterações exigidas _____ cumpridas.

Belo Horizonte, ____ de ____ de ____

Orientadora: *Silke Kapp*
Professora Silke Kapp

Homologada a Aprovação pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo em 21 / 11 / 2022.

Coordenador(a): *Raquel Garcia Gonçalves*
Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) EA/UFMG

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Svetlana e Vicente, pelo apoio, pelo amor imenso, pela presença na música e na literatura e por terem sempre me mostrado que a vida é um mistério e que estar vivo é procurar.

Aos meus irmãos, em especial à Lara Moreno, amor da minha vida, a quem eu devo tudo. Obrigada por me lembrar sempre que “o rio não quer ir a nenhuma parte, só ficar mais profundo”. Você é um lugar no mundo para mim.

À Silke Kapp, minha querida orientadora, pelo acolhimento, pela generosidade e pelo olhar atento nas aulas, conversas, orientações e revisões. Mas principalmente por ter me mostrado com tanto encantamento o universo da teoria crítica e, com ele, ter me ensinado a prestar atenção ao mundo de um jeito diferente.

Às minhas queridas entrevistadas, pela generosidade, atenção e confiança disponibilizadas nas entrevistas. O mundo é quem deve muito a vocês.

Aos meus queridos companheiros e companheiras do grupo de pesquisa MOM, pelo acolhimento, pelos mágicos encurtamentos de distância entre Fortaleza e Belo Horizonte e por serem a fonte de tantas inspirações teóricas e práticas.

Ao José e ao Fernando, pela parceria e amizade desde o início do mestrado, pelas orientações coletivas, pela paciência infinita com minhas inquietações de pesquisa e pelas horas de estudos em grupo. Vocês são um presente.

À Carol, Mari e Giovanna, pelas parcerias nos mergulhos instigantes das leituras feministas.

Ao Flávio, Gi, Junia, Milena, Leta e Ró, pela parceria maravilhosa no desbravamento das leituras do capital.

Aos professores participantes da banca: Thiago, Sibelle e Isadora, pela atenção, generosidade e contribuições tão valiosas.

Ao Victor, pela companhia incansável nos estudos e debates marxistas, pela paciência infinita com minhas dúvidas e por me mostrar sempre o quanto um horizonte revolucionário é possível.

Aos meus colegas do escritório Poro Arquitetura, pelos constantes ensinamentos e pelas tantas conversas calorosas regadas a cervejas no mercado dos pinhões. Em especial ao Carlos Bruno, à Juliana e à Yuka, pela companhia e pelas trocas nesse processo de mestrado.

Aos meus queridos amigos de LEHAB: Breno, Bruna, Inara, Lívia, Simone e Vinícius, pela parceria nos caminhos, começos e recomeços. Por tudo que permaneceu e por tudo que está por vir.

À Bia, Débora, Juliana, Lara, Lívia, Patrícia, Richelle e Thaís, por acolherem tão bem meus excessos, pelo amor imenso, por tudo que somos desde o início e por outras tantas reinvenções de mundos que faremos juntas.

À Bia Paiva, por ter me ensinado que o *rebento* tatuado no peito serve para a gente aprender a abraçar as vulnerabilidades existentes em “tudo que brota, que vinga, que medra”.

À Ana Clara, que, mesmo a mares de distâncias e silêncios, ainda tem a capacidade de lançar feixes de luz que iluminam minha consciência sobre o tempo, os caminhos e algum sentido que isso tudo possa ter.

À Isabelle e ao Mário, pelas andanças por Fortaleza e Belo Horizonte, pelos *mil tons* e pelos ensinamentos constantes a respeito do quanto é urgente o amor e do quanto é urgente permanecer.

À Bruna, Clarisse, Gabi, Júlia e à Associação de Mulheres em Movimento, por terem sido a fagulha de muita coisa e por atravessarem tantas vezes este trabalho. Bruna, obrigada por me ensinar tanto diariamente. Gabi, obrigada por me lembrar sempre que “procurar uma coisa é sempre encontrar outra”. Júlia, obrigada por conseguir, em conversas pontuais, sempre me mostrar um jeito novo de ver – e de se aproximar - do mundo. Cla, obrigada por partilhar comigo o amor por histórias e pela palavra, que são o combustível necessário para continuarmos sendo gente no mundo.

Às mulheres do projeto Arquitetura na Periferia, pela fonte de inspiração e por me mostrarem que o comprometimento com alguma forma de emancipação social ainda é possível.

Ao NPGAU e à Paula, pela organização e pelo apoio.

À minha Fortaleza e à Belo Horizonte, porque “a cidade sabe e o tempo também”.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo analisar criticamente as dinâmicas, consequências e contradições de um negócio de impacto social no setor de melhorias habitacionais nas periferias: o caso da Vivenda. Trata-se de uma empresa que encontrou na inadequação edilícia (uma das categorias do déficit habitacional) uma oportunidade de renda e foi responsável pela emissão da primeira debênture de impacto social do Brasil. Seu discurso é pautado no empreendedorismo social como suposta resolução para problemas sociais. A empresa tem atuado como plataforma de financiamento de reformas domésticas em várias regiões do país, oferecendo crédito a juros para famílias de baixa renda e articulando-as com escritórios de arquitetura e outros agentes da construção. Como o déficit habitacional é predominantemente feminino, a clientela das reformas geridas pela Vivenda também é sobretudo de mulheres. Investigo tanto as estratégias financeiras da empresa quanto sua atuação concreta nos territórios. Balizas para isso são teorias acerca da financeirização, da vida cotidiana e da autoprodução de moradias, bem como teorias feministas. Para a coleta de dados sobre a empresa, recorri a fontes bibliográficas, *lives*, sites, matérias de jornais e redes sociais, e entrevistei arquitetas(os) de escritórios associados à plataforma da empresa. Além disso, realizei uma série de entrevistas com mulheres de baixa renda que adquiriram serviços oferecidos pela empresa, buscando compreender suas experiências quanto aos ganhos ou perdas de autonomia, à efetividade das reformas, às consequências da dívida contraída e às táticas cotidianas de gestão financeira. A análise dos dados coletados não apontam para a solução de problemas sociais, mas sim para a estruturação de um mercado de reformas de baixa complexidade associado ao mercado financeiro e desvinculado do Estado e das políticas públicas. Trata-se do estreitamento da financeirização com os territórios periféricos, encarando-os como uma nova frente de valorização do capital. Ao final da pesquisa, investigo ainda algumas iniciativas que considero brechas emancipatórias frente a este cenário. Elas são valiosas por mostrarem que o comprometimento com alguma forma de emancipação social ainda é possível.

Palavras-chave: Autoprodução de moradias; Financeirização; Negócio de impacto social; Empreendedorismo social; Mulheres; Dívida.

ABSTRACT

This research objectives to analyze critically the dynamics, consequences and contradictions of a social impact business in the housing improvement sector in the periphery: the case of Vivenda. This is a company that found an income opportunity in the building inadequacy (one of the housing deficit categories) and was responsible for issuing the first social impact debenture in Brazil. Its speech is based on social entrepreneurship as a supposed solution to social problems. The company has acted as a financing platform for home renovations in various regions of the country, offering interest-bearing credit to low-income families and articulating them with architectural firms and other construction agents. As the housing deficit is predominantly female, the clientele of the renovations managed by Vivenda is also mainly women. I investigate both the company's financial strategies and its concrete performance in the territories. Beacons for this are theories about financialization, everyday life and housing self-production, as well as feminist theories. To collect data about the company, I resorted to bibliographic sources, lives, websites, newspaper articles and social networks, and interviewed architects from offices associated with the company's platform. In addition, I conducted a series of interviews with low-income women who purchased services offered by the company, seeking to understand their experiences regarding the gains or losses of autonomy, the effectiveness of reforms, the consequences of the debt incurred and the daily tactics of financial management. The analysis of the data collected does not point to the solution of social problems, but rather to the structuring of a low-complexity reform market detached from the State and public policies and associated with the financial market. It is about the narrowing of financialization with peripheral territories, facing them as a new front for capital appreciation. At the end of the research, I also investigate some initiatives that I consider emancipatory gaps in the face of this scenario. They are valuable for showing that commitment to some form of social emancipation is still possible.

Key-words: Self-production; Financialization; Social Impact Business; Social Entrepreneurship; Woman; Debt.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABDE	Associação Brasileira de Desenvolvimento
ANP	Arquitetura na Periferia
ASF	Arquitetas Sem Fronteiras
ASMOCONP	Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
ATHIS	Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CRI	Certificados de Recebíveis Imobiliários
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FC4S	<i>Financial Centres for Sustainability</i>
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
GIIN	<i>Global Impact Investing Network</i>
IAMI	Instituto de Assessoria a Mulheres e Inovação
ICE	Inovação em Cidadania Empresarial
LAB	Laboratório de Inovação Financeira
MEI	Microempreendedores Individuais
MOM	Morar de outras Maneiras
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCVA	Programa Casa Verde e Amarela
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

LISTA DE TABELA, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 01. Tipos de financiamento para cada estágio de maturação da empresa.

Tabela 02. Três opções de simulações de um financiamento de melhorias habitacionais.

Tabela 03. Síntese dos valores das reformas financiadas pela empresa Vivenda com as mulheres entrevistadas para este trabalho.

Tabela 04. Linhas de crédito do programa Casa Melhor do Banco Mumbuca.

Gráfico 01. Desconexão entre as finanças e economia real.

Figura 01. 17 tipos das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU).

SUMÁRIO

1. Introdução | 12

1.1 Do objeto de pesquisa: a empresa Vivenda | 12

1.2 Da justificativa: crise da reprodução social e feminização do déficit habitacional | 16

1.3 Decisões metodológicas | 26

2. Notas sobre financeirização, reprodução social e moradia | 36

2.1 Caracterizando a financeirização | 36

2.2 Financeirização das políticas sociais no Brasil | 50

2.3 Programas habitacionais e inadequação edilícia | 58

3. Negócio de impacto social, melhorias habitacionais e mercado financeiro | 64

3.1 Introdução ao estudo de caso: negócios de impacto social e empreendedorismo social | 64

3.2 Caracterizando os negócios de impacto social | 68

3.3 As estratégias financeiras da empresa Vivenda | 80

3.4 Atuação dos escritórios executores das reformas | 93

3.5 Entre o discurso e a prática do empreendedorismo social | 107

4. A experiência das mulheres com a aquisição da mercadoria reforma | 117

4.1 O espaço pensado pelas arquitetas | 122

4.2 “Esse projeto é acessível mesmo?” | 127

4.3 A compra da foto de antes e depois da reforma | 134

4.4 O convencimento da compra do pacote de reformas | 138

4.5 “Com esse negócio da prestação mensal a gente fica meio doida, sabia?” | 141

4.6 Impasses entre a compra do pacotes de reformas e autoprodução | 147

4.7 Contabilidade e autoprodução | 150

4.8 Endividamento e culpabilização | 152

4.9 Balanço crítico | 156

5. Em busca de brechas emancipatórias | 161

5.1 As mulheres autoprodutoras do Arquitetura na periferia | 161

5.2 As linhas de crédito para materiais de construção dos bancos comunitários | 172
Palmas (Fortaleza-ce) e Mumbuca (Maricá-rj)

6. Considerações finais | 178

Referências | 181

1. INTRODUÇÃO

1.1. Do objeto de pesquisa: Empresa Vivenda

Começo pela transcrição de um relato de experiência de uma mulher periférica que adquiriu um pacote de reformas ofertado pela empresa Vivenda.

Minha casa era uma carcaça de casa. Tinha só as paredes. Tinha metade de uma escada. Não tinha reboco em canto nenhum. O banheiro só tinha a privada. Quando a arquiteta entrou aqui, só tinha troço, as paredes todas esburacadas. Ela foi a primeira pessoa que eu entrei em contato. Fui muito bem recebida. Ela é muito humilde e com o coração gigante. Ela me deu a maior força, dizendo: *tu vai conseguir dar a entrada*. E eu consegui. Para mim, o impossível foi tão fácil, que eu acredito que a energia e a bondade que eles têm no coração faz com que as coisas que, para gente, é difícil, se torne mais fácil.

Você não tem noção do que é hoje eu dizer: *eu vou para minha casa*. Eu consegui reformar minha casa, que era praticamente algo impossível. Meu banheiro é lindo. Esses dias tirei foto dele e mostrei no trabalho: *olha aqui meu banheiro de rico*. Foram dez anos sem eu conseguir fazer nada na minha casa. E, em quatro meses, eu consegui fazer isso aqui tudinho... Para mim, é sobrenatural. Foi tudo tão natural, tão fácil. Passei anos da minha vida tentando comprar um tijolo... E agora teve até uma arquiteta mandando foto de cerâmica para mim, perguntando qual eu quero escolher. A Vivenda fez uma diferença enorme na minha vida... Eles facilitaram tudo. Cara, o meu nome é sujo! Então, quando mandaram para mim a liberação do valor que eles podiam me emprestar, foi coisa de Deus. Eles acreditaram em mim, acreditaram que eu ia honrar com essa parcela. E eu vou honrar até a última parcela! Então, é uma parceria que vai fazer diferença na vida de muita gente. E tem muita gente precisando, e eu estou aqui para fazer propaganda.¹

¹ Depoimento de Jussara, na live de comemoração de sete anos da Vivenda, via Youtube, em 9/4/2021, sob o título "*Vivenda 7 anos*".

O meu objetivo, com a pesquisa de mestrado, é compreender, criticamente, como tem se dado a articulação de negócios de impacto social com o mercado financeiro no setor de melhorias habitacionais no Brasil e de que forma isso tem impactado a vida cotidiana das mulheres periféricas envolvidas. Quando me refiro à categoria *mulher*, ela inclui mulheres cis heterossexuais, bissexuais, lésbicas, trans e travestis.

A narrativa do relato trazido é de dona Jussara, uma mulher negra e periférica, sobre um pacote de reformas que ela adquiriu, ofertado pela empresa Vivenda. A Vivenda foi o primeiro ‘negócio de impacto social’ do Brasil a captar recursos do mercado financeiro, por meio da emissão de uma debênture, para atuar fazendo reformas nas periferias. Negócios de impacto social, em linhas gerais, são negócios que buscam, de forma concomitante, retorno financeiro e alguma geração de impacto social.² Debêntures são títulos de crédito que empresas privadas emitem para captar recursos de investidores a juros fixos e por prazos relativamente longos. Explicando de forma simples: uma empresa que necessita de dinheiro para expandir seu negócio, em vez de procurar um empréstimo no banco (que costuma ter juros mais altos), lança uma debênture no mercado financeiro; os investidores, interessados no retorno financeiro e na quantificação do impacto social que a empresa promete, compram esses títulos e, em contrapartida, recebem os juros sobre o dinheiro que investiram.³ A debênture da Vivenda captou cinco milhões de reais do mercado financeiro e foi emitida pelo Grupo Gaia, uma securitizadora, com intermediação do Banco Itaú.

A empresa surgiu em 2014, oferecendo a moradores da periferia de São Paulo pacotes de serviços de reformas domésticas, acompanhados de linhas de crédito. Em 2020, após a captação de recursos mediante a debênture, passou a não realizar mais reformas e tem atuado como uma plataforma de financiamento de melhorias habitacionais, emprestando dinheiro a juros para famílias de baixa renda reformarem suas casas. Com isso, a empresa passou a mapear escritórios de reformas populares por todo o Brasil com o objetivo de que lhe encaminhem o financiamento das obras. Em troca, a empresa oferece um treinamento de empreendedorismo. Até o momento

² Cf. BARKI et al., *Negócios com impacto social no Brasil*, 2014.

³ TORO, *Debêntures: veja o que são, como funcionam e inclua na sua carteira*, 2021.

da escrita desta dissertação, há cerca de quarenta escritórios espalhados pelo Brasil cujos clientes utilizam o financiamento da empresa para realizarem suas reformas.

Um dos principais objetivos desta dissertação é compreender como, de fato, tem funcionado essa nova modalidade de negócio de impacto social no setor de melhorias habitacionais; qual público-alvo a empresa tem buscado atender; como foram desenhadas as estratégias dessa nova arquitetura financeira; o que os investidores do mercado financeiro ganham ao apoiar essa nova modalidade de negócio; se o Estado tem algum papel nesse processo. Nessa análise, já parto do pressuposto de que a financeirização é algo que abarca o conjunto da vida social e que, portanto, alcança a moradia. A questão é entender como ela se constitui, sobretudo por se tratar de um negócio de impacto social. Além disso, busco entender também o modelo de atuação dos escritórios plugados na plataforma da empresa; como os arquitetos chegaram a esse “novo mercado de reformas”; quais os níveis de complexidade das reformas; como são os atendimentos com as famílias e como são as relações trabalhistas com a mão de obra.

O discurso e o marketing da empresa se fundamentam na noção de empreendedorismo social, pautado na suposta solução de problemas sociais via mecanismos de inovação e via mercado.⁴ Enunciam como sua meta a redução do que, nos cálculos do déficit habitacional brasileiro, aparece como inadequação edilícia. Ao mesmo tempo, a empresa enxergou na ‘precariedade’ das moradias autoproduzidas⁵ nas periferias uma oportunidade de negócio. Segundo os idealizadores do programa, “a moradia dos pobres é um mercado de 158 bilhões de reais”.⁶ Cabe então perguntar se a prioridade da empresa está em resolver uma parte do déficit habitacional qualitativo ou em abocanhar uma fatia desse mercado popular. A lógica de financiamento da empresa inseriu dona Jussara numa linha de crédito,

⁴ Cf. CASAQUI, A transformação social dos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital, 2015.

⁵ Entende-se, neste trabalho, o termo *autoprodução* como o processo de construção em que os próprios moradores decidem e gerem a produção do espaço, podendo ser eles os construtores (autoconstrução) ou não. Esse conceito não exclui a autoconstrução e é capaz de caracterizar melhor a abrangência e as variedades desse processo na atualidade; cf. KAPP, Arquiteto sempre tem conceito..., 2009.

⁶ NORDESTE, Vivenda inicia nova fase e mira parcerias no Nordeste, 2021; VIEIRA, Construção Civil é uma boa área para o empreendedorismo social, 2021.

com prazo de trinta meses para pagar a reforma, sob a condição de juros de 2,2 por cento ao mês. O que isso significa, no orçamento doméstico dela, que trabalha como zeladora de um condomínio?

Nesse sentido, além de buscar compreender as dinâmicas financeiras que levaram ao surgimento da primeira debênture para melhorias habitacionais no Brasil, busco compreender também como essas dinâmicas alcançam os territórios periféricos. Faço isso tentando entender principalmente como foram as experiências de algumas mulheres de baixa renda que aderiram a esse novo negócio; se há possíveis ganhos de autonomia no processo de transformação de suas moradias; quais são as consequências da dívida contraída para a realização da reforma; quais são as suas estratégias cotidianas de gestão financeira para pagar as parcelas; e de que maneira conseguem conciliar as parcelas a pagar com o trabalho de reprodução social.

Ao final do texto, depois de expor e discutir as ambiguidades e contradições do objeto de estudo, comento ainda algumas iniciativas que operam no mesmo contexto social, mas que considero de cunho potencialmente crítico, tais como o projeto Arquitetura na Periferia, uma instituição privada sem fins lucrativos que atua em Belo Horizonte; e a linhas de crédito (sem juros) para materiais de construção do Banco Palmas, de Fortaleza e do Banco Mumbuca, de Maricá (RJ), ambos comunitários. Não que eu veja nessas iniciativas um contraponto simétrico à lógica da empresa Vivenda. Elas têm tido alcance muito menor e, como é de esperar num mundo capitalista, são também menos festejadas pelo *mainstream*. No entanto, isso não significa que não tenham importância. Pelo contrário, são valiosas porque mostram que o comprometimento com alguma forma de emancipação social ainda é possível.

Nesse sentido, é importante ressaltar que este trabalho não termina com uma solução de problemas. Na verdade, é próprio da ideologia (ou ilusão) neoliberal buscar soluções individuais para problemas estruturais. Elas não existem. A teoria crítica aqui exposta, muito amparada nas discussões do grupo de pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras), ajuda a entender exatamente relações complexas existentes nos processos práticos. Afinal de contas, “tudo o que a gente conseguir encontrar de bom

nas situações concretas vai também estar permeado de contradições, ambiguidades e complexidades”.⁷

1.2. Da justificativa: crise da reprodução social e feminização do déficit habitacional

Há, no Brasil, mais de onze milhões de mães solo. Elas são responsáveis pelo trabalho de reprodução social e por garantir, financeiramente, algum sustento para a família. Como o racismo é estrutural, a maioria delas é negra e, entre as casas chefiadas por mulheres negras, 63 por cento estão abaixo da linha da pobreza.⁸ Sendo mãe solo ou em qualquer outra configuração de maternidade, são as mulheres, em sua imensa maioria, as responsáveis pelo trabalho de reprodução social.

Por trabalho de reprodução social, entende-se um conjunto de atividades que tornam possível a reprodução da vida. Ele inclui preparação de alimentos, limpeza da casa, educação de crianças, cuidado de idosos e, também, responsabilidades emocionais com a família. Não há folga para esse tipo de trabalho nos finais de semana e feriados. As mulheres são ensinadas a realizar essas atividades muito jovens e, geralmente, continuam, em menor ou maior intensidade, realizando-as por toda a vida. Elas acontecem no espaço doméstico, mas não se resumem a ele. Trabalhos de redes de solidariedade e de cuidados comunitários também podem ser considerados trabalhos de reprodução social. Seja como for, são trabalhos, em sua maioria, não remunerados e invisíveis para a sociedade. E mesmo quando remunerados, como no caso das empregadas domésticas, ainda são vistos como não qualificados, e a discriminação social se mantém. O Brasil é o país com maior número de empregadas domésticas do mundo, formando uma categoria composta majoritariamente por mulheres negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.⁹

⁷ Aula inaugural do curso de arquitetura da PUC-RIO ministrada pela professora Silke Kapp, via Youtube, em 1/4/2022, sob o título, *Aula Inaugural DAU-PUC-RIO 2022*.

⁸ Segundo a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, de 2018.

⁹ Cf. BHATTACHARYA, O que é teoria da reprodução social?, 2015, p. 104; Cf. MELLO & CASTILHO, Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?, 2009; Cf. WENTZEL, O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo, 2018.

A teoria da reprodução social é um entendimento da vertente de pensadoras feministas marxistas, associado àquilo que Karl Marx chamou de *reprodução da força de trabalho*. Essas pensadoras foram responsáveis por trazer para um terreno visível o que é ocultado pelo modo de produção capitalista, revelando que o trabalho de reprodução não é algo ‘natural da mulher’, e sim parte constitutiva e estruturante desse modo de produção, pois abrange atividades indispensáveis para que seja possível a sociedade capitalista. Com isso, “levaram Marx para além de Marx”, radicalizando a perspectiva da análise marxiana e descobrindo o “laboratório secreto” sob o qual o capitalismo é produzido.¹⁰

Para as autoras da teoria da reprodução social, o capitalismo é um sistema unitário que integra, dialeticamente, mesmo que de forma desigual, a esfera da produção de mercadorias (bens e serviços) com a da reprodução. Essas esferas se influenciam mutuamente, de tal maneira que uma mudança em uma reverbera na outra. Por exemplo, como pontua Thiti Bhattacharya, “salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar”.¹¹

A inserção da mulher no mercado de trabalho, ao contrário do que as feministas liberais defendem, não eximiu as mulheres das responsabilidades domésticas. As atividades de reprodução social não passaram a ser compartilhadas com os homens. De fato, o processo significou uma *dupla socialização* das mulheres, que passaram a ser igualmente responsáveis pela família e pela profissão.¹² Além disso, não é difícil perceber que uma inserção mais qualificada no mercado de trabalho, garantida por uma ampliação das oportunidades de acesso à educação, foi mais concedida às mulheres brancas. O que tem restado às mulheres negras e pobres, historicamente, são vidas marcadas pela perpetuação do controle sobre os seus corpos, tanto por conta de trabalhos precários quanto pelas múltiplas formas de violência que as atingem.¹³ Em um texto intitulado “O matriarcado da miséria”, a filósofa e ativista do movimento negro, Sueli Carneiro, pontua que “a conjugação do

¹⁰ GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019, p. 145. Cf. FRASER, *Contradições entre capital e cuidado*, 2020; Por trás do laboratório secreto de Marx, 2014; FEDERICI, *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, 2019; ARRUZA et al., *Feminismo para os 99%: um manifesto*, 2019.

¹¹ Cf. BHATTACHARYA, *O que é teoria da reprodução social?*, 2015.

¹² SCHOLZ, *Patriarcado e sociedade da mercadoria*, 2022.

¹³ UNIVERSA, *Atlas da Violência 2021: 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras*, 2021.

racismo e o sexismo produzem sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”.¹⁴ O ponto é que a inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho só foi possível graças à terceirização da administração da vida doméstica para a contratação do serviço de mulheres pobres — em sua maioria negras — que não tiveram as mesmas oportunidades. “Especialmente no contexto brasileiro, esse é um dado marcante na sociabilidade feminina que assinala um traço de continuidade com a escravidão”.¹⁵

Sem o trabalho de reprodução social, não é possível a vida em sociedade. Portanto, nenhuma sociedade que leve ao limite as condições desse tipo de trabalho pode durar por muito tempo.¹⁶ Mas o que estamos vivendo, senão exatamente a intensificação de uma crise estrutural da reprodução social em seus sentidos mais amplo? Basta ver a crescente deterioração das condições de trabalho, o aumento do desemprego, a precarização dos serviços públicos, os ataques à previdência social, o encarecimento dos alimentos e o aumento dos despejos. O Brasil vem sendo considerado um dos piores países do mundo para o trabalhador,¹⁷ as taxas de desemprego devem ficar entre as piores do mundo em 2022, atingindo 12 milhões de pessoas,¹⁸ e mais da metade da população brasileira está vivendo com algum grau de insegurança alimentar.¹⁹

Ao aumento do custo de vida segue a todo vapor, como única saída possível de reprodução da vida, o processo de endividamento massivo das famílias mais pobres. Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), no final de 2021, 76,6 por cento das famílias brasileiras tinham algum tipo de dívida, seja de empréstimo, parcelamento de compras ou contas não quitadas — foi um recorde em doze anos de pesquisa. A economista Izis Ferreira

¹⁴ CARNEIRO, O matriarcado da miséria, por Sueli Carneiro, 2000.

¹⁵ Gonçalves, Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes, 2019, p. 21.

¹⁶ FRASER, Contradições entre capital e cuidado, 2020.

¹⁷ NETO, Brasil é um dos piores países do mundo para o trabalhador, 2022.

¹⁸ ALVARENGA, Taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo em 2022, 2022; ALVARENGA, Desemprego fica em 11,2% em fevereiro e ainda atinge 12 milhões, diz IBGE, 2022.

¹⁹ “Mais da metade da população brasileira — 116 milhões de pessoas — vive com algum grau de insegurança alimentar. Ao menos 19 milhões estão passando fome, situação agravada pela pandemia e pela crise econômica do país. Os dados são de levantamento da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)”.
Neumam, 19 milhões de brasileiros vivem com fome; consequências na saúde são irreversíveis, 2021.

afirma que “para as famílias mais pobres, o endividamento aumentou para complementar a renda, já que a inflação de itens básicos, como alimentação, medicamentos e habitação foi maior”.²⁰

Em março de 2022, o jornal on-line *Terceira Via* realizou algumas entrevistas a esse respeito. A dona de casa Nisa Santos, por exemplo, afirmou que o aperto financeiro da família aumentou nos últimos tempos, principalmente, pelo preço da conta de luz. “Para não haver corte, pago uma [conta] e deixo outras em aberto. Não há condições de quitar todos os débitos no momento. O salário mínimo não cobre as despesas”. Outra entrevistada relata que tem deixado de comprar até mesmo comida: “Tudo ficou mais caro. Temos dificuldades, nem sempre os filhos podem ajudar, pois alguns estão desempregados e endividados. Recebemos um salário mínimo para pagarmos consultas e remédios que estão mais caros”. Outro entrevistado resume a situação: “Hoje não administramos despesas, nem renda. Administramos dívidas”.²¹ Enquanto isso, o lucro dos quatro maiores bancos brasileiros bateu recorde em 2021. Juntos, o Banco do Brasil, o Bradesco, o Itaú e o Santander somaram 81,63 bilhões de reais, o maior lucro registrado desde 2006.²²

As famílias chefiadas por mulheres são as mais impactadas pelas crises. No terceiro trimestre de 2021, nas metrópoles brasileiras, as famílias chefiadas por homens tinham média de renda 60 por cento superior à média das famílias chefiadas por mulheres.²³ Segundo uma pesquisa realizada por uma empresa de renegociação de dívidas, as mulheres têm mais propensão a se endividar que os homens, e são elas também as que mais renegociam suas dívidas. A maioria das entrevistadas por essa pesquisa afirmou que não têm conseguido dormir direito por conta de ansiedade relacionada a questões financeiras. Mais da metade das mulheres têm vergonha de falar sobre suas dívidas e sobre sua atual condição financeira.²⁴ Tudo isso causa

²⁰ JANONE & BARRETO, Endividamento das famílias bate recorde em 2021, aponta CNC, 2022; SARAIVA, Parcela de endividados bate recorde e número de inadimplentes é o maior em 12 anos, diz CNC, 2022.

²¹ TRINDADE, Endividamento das famílias pode aumentar ainda mais, 2022.

²² LANZA, Grandes bancos têm maior lucro nominal em 15 anos, afirma levantamento, 2022.

²³ PAJJOLA, Famílias chefiadas por mães são as mais impactadas pela crise, 2022. Os dados são do Boletim Desigualdade nas Metrópoles, produzido pelo Observatório das Metrópoles, em parceria com a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (REDODSAL).

²⁴ SERASA, Mulheres negociam mais dívidas que homens, mesmo com renda menor, aponta levantamento, 2021.

sérios impactos à saúde mental da população e tem empurrado as mulheres tanto para graus cada vez mais elevados de insegurança alimentar quanto para rotinas ainda mais exaustivas de trabalho.

Em suma, está em curso um endividamento compulsório dos mais pobres, e o fato de as pessoas serem obrigadas a se endividar para viver tem uma infinidade de impactos subjetivos que reorganizam o cotidiano e o espaço doméstico das famílias.²⁵ No final das contas, são sobretudo as mulheres negras e pobres, responsáveis pelo lar, que seguem fazendo esforços descomunais para equilibrar — mesmo desabando em suas próprias costas — um sistema em crise permanente.

Os dados expostos também mostram que, no contexto da pandemia, a crise da reprodução social adquiriu proporções ainda maiores: “a pandemia da COVID-19 provocou o que muitos especialistas consideram a maior crise econômica da história recente do capitalismo”.²⁶ Trata-se da “primeira pandemia protagonizada por um vírus com uma imensa capacidade transmissiva, sob um capitalismo caracterizado por sua mundialização (também chamada de globalização)”. No Brasil, um governo negacionista e negligente — para não dizer genocida — levou à trágica marca de 600 mil mortes.

O relatório *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*, realizado pela organização Gênero e Número em parceria com a Sempre Viva Organização Feminista, compila os dados de uma amostra estratificada de 2.641 mulheres, entrevistadas mediante um questionário on-line, entre abril e maio de 2020. O relatório põe alguns números em destaque: “50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém [amigos ou familiares] na pandemia”; “72% afirmaram que aumentou a necessidade de monitoramento e companhia” de pessoas dependentes dos seus cuidados no ambiente doméstico; “40% das mulheres afirmaram que a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação [financeira] da casa em risco”, e a maior parte das que têm essa percepção são mulheres negras. As mulheres foram as que mais perderam emprego na pandemia,²⁷ e não é de se espantar que 58 por

²⁵ Ibidem; CAVALLERO, Colocar a dívida no centro, 2011.

²⁶ MARQUES et. al., *Pandemias, crises e capitalismo*, 2021, p. 9.

²⁷ NACIONAL, Mulheres foram maioria entre os que perderam emprego em 2020, 2021; IPEA, Pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros, 2021.

cento das mulheres desempregadas durante esse período também sejam negras. Toda essa sobrecarga de trabalho fez com que as mulheres sofressem mais danos à saúde mental durante a pandemia.²⁸ Cabe reforçar que também são as mulheres que primeiro restringem os próprios hábitos de consumo — inclusive alimentares — em prol da família. Além disso, são as mulheres negras as que mais estão envolvidas com a economia solidária (61 por cento), isto é, reforçando, são elas que estão, em suas estratégias de sobrevivência cotidianas, sustentando um sistema em crise permanente.²⁹

No que diz respeito à violência doméstica, cabe ressaltar que o Brasil é um dos países com as maiores taxas de feminicídios do mundo. Para muitas mulheres, o ambiente doméstico representa um ciclo cotidiano de violência. Durante o período de isolamento social, no contexto da pandemia, as que viveram com seus agressores, isto é, sob constante vigilância, sentiram-se menos encorajadas para denunciá-los aos órgãos públicos de acolhimento e proteção.³⁰

Em suma, as questões e os debates históricos que as feministas marxistas vêm elaborando sobre o tema da reprodução social ganharam uma materialidade mais evidente e intensificada no cenário da pandemia do COVID-19. Esse arsenal teórico, segundo Verónica Gago, tem sido essencial para visibilizar e valorizar quem efetivamente colocou o corpo nas linhas de frente desse processo. Ele também nos torna mais capazes de uma visão crítica do que seria uma leitura feminista do trabalho precarizado articulado a trabalhos comunitários que estão produzindo cidades e territórios, e sustentando a reprodução social das maiorias. Essa perspectiva ilumina a questão de como a superexploração do trabalho doméstico foi e está sendo a infraestrutura concreta de enfrentamento da pandemia.³¹

Para Nancy Fraser, a crise da reprodução social representa um esgotamento social, que pressiona ao máximo as capacidades sociais de reprodução da vida. Essa crise é estrutural do capital, ou seja, é generalizada e abarca vertentes econômicas, políticas e ecológicas. Portanto, não pode ser tratada de forma isolada, mas precisa

²⁸ PEREIRA, Mulheres sofreram mais danos à saúde mental durante a pandemia, diz Fiocruz, 2021.

²⁹ Cf. GÊNERO E NÚMERO & SEMPREVIVA ORG. FEMINISTA, Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, 2020; Cf. GAGO, A potência feminista ou o desejo de transformar tudo, 2019.

³⁰ Ibidem.

³¹ CHAVES, Entrevista com Verónica Gago, autora de *A potência feminista*, 2022.

ser interpretada como uma “expressão das contradições socioreprodutivas do capitalismo financeirizado”.³² Essa contradição socioreprodutiva, que Fraser chama de “contradição silenciosa”, diz respeito, por um lado, ao fato de as atividades de reprodução social serem a sustentação do capitalismo e, por outro, ao fato de a orientação desse sistema de acumulação infinita ser a de pressionar e desestabilizar os processos dos quais depende.

A base material da opressão das mulheres está relacionada ao capitalismo em seu conjunto. Nesse sentido, ela é mundial ou global. No entanto, isso não justifica que se entenda a reprodução social como categoria neutra ou homogênea, ou que se tomem certos padrões ocidentais, europeus, do norte ou dos centros globais como se fossem universais. A reprodução social é, ao contrário, permeada por diferenças de gênero, raça, sexualidade, religiosidade e nacionalidade. E, além disso, cabe enfatizar que os próprios processos de racialização, sexualização e generificação são constituintes do capitalismo. Mesmo tendo existido antes dele (como o mercado, o dinheiro e o Estado), ganham novas determinações subsumidas ao regime de acumulação capitalista.³³ Um feminismo que vislumbre uma perspectiva emancipatória deve compreender a reprodução social em sua *totalidade*, isto é, por uma lente capaz de relacionar os diversos eixos de dominação.³⁴ Aqui busco compreender o trabalho de reprodução social na América Latina e, sobretudo, no Brasil, um país de capitalismo periférico, passado escravocrata e imensas desigualdades e injustiças sociais. Por isso, as maiores referências nessa temática são as autoras argentinas Verónica Gago e Luci Cavallero, sobretudo por conta de seus esforços para compreender a realidade latino-americana.

A teoria da reprodução social construída pelo feminismo marxista ajuda a compreender e a desnaturalizar o lugar que as mulheres ocupam na sociedade capitalista e, mais do que isso, ajuda a vislumbrar um horizonte revolucionário de superação do capitalismo. Mas o modo de produção capitalista está em constante movimento e expansão. Uma teorização crítica da reprodução social também exige, portanto, que ela seja compreendida no contexto de cada momento histórico do

³² FRASER, Contradições entre capital e cuidado, 2020, p. 262.

³³ TORRE, Por que o marxismo precisa ser feminista, 2021.

³⁴ Cf. ARRUZA et al., *Feminismo para os 99%: um manifesto*, 2019.

capitalismo. Como, hoje, isso significa entender a reprodução social no contexto da hegemonia do sistema financeiro, o presente trabalho toma por fio condutor a relação da financeirização com as mulheres e com a crise da reprodução social.

Essa premissa implica ir bem além do debate a respeito da esfera do consumo. Inclui abordar tanto a relação da financeirização com a autoprodução de moradias quanto a relação da financeirização com o mundo do trabalho e com a vida cotidiana. O endividamento doméstico familiar tem enorme relevância aqui, porque se tornou indispensável à reprodução da vida da maioria. Inspirada em Verónica Gago, Luci Cavallero e Silvia Federici, considero a dívida cotidiana não como algo isolado, e sim como um fenômeno diretamente conectado com os cortes de políticas públicas, com a diminuição do poder de compra do salário mínimo, com a precarização do trabalho e, sobretudo, com a intensificação da superexploração do trabalho reprodutivo.³⁵ Trata-se de compreender como a dívida está relacionada à reprodução da vida periférica como um todo.

Esse fio condutor de análise é fundamental para a discussão do déficit habitacional em geral e, em particular, para a discussão do déficit qualitativo representado pelas chamadas inadequações edilícias. Para as mulheres negras e periféricas, que estão na base da estrutura desigual da sociedade brasileira, o acesso à moradia no âmbito do mercado formal, já improvável para muitas pessoas, está ainda mais distante. A moradia é uma mercadoria de altíssimo valor, essencial à reprodução da vida, mas que não está incluída no valor do salário mínimo. Cálculos recentes do DIEESE demonstram que o valor adequado para o salário mínimo na atualidade, se ele possibilitasse acesso a todas as mercadorias essenciais à reprodução da força de trabalho, inclusive a moradia, seria pelo menos seis vezes maior do que realmente é.

Os cálculos do DIEESE ainda apontam que, em 2022, um empregado que ganha um salário mínimo e mora numa capital, trabalha a metade do mês somente para comprar alimentos. Os trabalhadores não comprometiam tanto tempo de trabalho para

³⁵ Entrevista do Grifa podcast com Verónica Gago e Luci Cavallero, no podcast Grifa, episódio *“Uma leitura feminista da dívida”*, disponibilizado no Spotify em 13/4/2022.

comprar a cesta básica desde janeiro de 2005.³⁶ Segundo o levantamento da LCA Consultores, com base nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, o Brasil encerrou 2021 com um total de 33,8 milhões de trabalhadores com renda mensal de até um salário mínimo, o maior número já registrado desde 2012. Isso sem contar que, para uma grande parcela de trabalhadores, sobretudo os informais e subocupados, a remuneração mensal não chega sequer ao valor de um salário mínimo, que até o final de 2021 estava em mil e cem reais e, em 2022, subiu para mil duzentos e doze.³⁷ Essas pessoas têm sobrevivido se endividando e fazendo bicos para complementar a renda. É a chamada *viração*, como denomina a socióloga Vera Telles. Ludmila Abílio, a partir de Vera Telles, entende que a “Viração pode ser compreendida como a ausência de uma identidade profissional estável e definida, constituídas pelas instáveis oportunidades de trabalho que garantem a sobrevivência”.³⁸ Além disso, a “saída emergencial” de muitas famílias têm sido subsídios de políticas sociais. Uma pesquisa realizada em abril de 2022 demonstrou que, em estados das regiões Norte e Nordeste, o número de beneficiários do programa Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família) é maior que o de empregos com carteira assinada.³⁹ Ora, se mesmo o salário mínimo mal permite comprar comida e se tantas pessoas — sobretudo mulheres — têm renda mensal ainda menor, onde, como e sob quais circunstâncias essas pessoas estão morando?

Segundo dados da Fundação João Pinheiro, em 2021, 15 milhões de moradias inadequadas (que apresentam ao menos algum tipo de inadequação: edilícia, de infraestrutura ou fundiária) eram chefiadas por mulheres, o que representa 60 por cento do total no Brasil. A pesquisa ainda aponta que houve uma taxa de crescimento de 7 por cento ao ano entre as mulheres em situação habitacional precária, enquanto, no caso dos homens, esse crescimento foi de apenas 1,5 por cento.⁴⁰ Essa questão merece atenção porque, como são as mulheres as mais responsáveis pelas famílias,

³⁶ KONCHINSKI, No Brasil, quem recebe salário mínimo trabalha metade do mês ou mais para comprar cesta básica, 2022.

³⁷ ALVARENGA ET.AL, Renda em queda e vida no aperto: os 'corres' dos brasileiros que não ganham nem 1 salário mínimo, 2022.

³⁸ ABÍLIO, Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista, 2018, p. 56; cf. TELLES, Mutações do trabalho e experiência urbana, 2006.

³⁹ MALI, 12 Estados têm mais pessoas com Auxílio Brasil do que emprego, 2022.

⁴⁰ NUNES, Mulheres ocupam 60% das moradias precárias no Brasil, 2022.

a moradia significa um espaço essencial de proteção de si e de quem são dependentes dos seus cuidados. “O valor de uso da moradia para o gênero feminino envolve particularidades que elevam sua importância para muito além de seu valor de troca”.⁴¹ Essas mulheres moram, em sua maioria, em casas autoproduzidas na periferia e, mesmo sendo elas quem mais fica nesse ambiente, são os homens que, geralmente, dominam a tomada de decisões da produção desse espaço. Isso acontece por razões relacionadas tanto ao machismo estrutural quanto à sobrecarga diária do trabalho reprodutivo.⁴²

Como resposta aos desdobramentos da crise, em que as políticas públicas têm se tornado cada vez mais precarizadas, surgem modelos de ‘negócios de impacto social’ com o objetivo de resolver demandas da sociedade — nesse caso, a do déficit da inadequação edilícia — e de lucrar com isso. A empresa Vivenda é um exemplo desse modelo de negócio. Mas ele significa mesmo alguma solução concreta? Quais contradições permeiam a lógica desse tipo de negócio? O que justifica seu surgimento?

Para analisar essas questões, é fundamental uma compreensão dos *processos* de melhorias habitacionais, e não somente dos seus *produtos*. O foco nos produtos tende a resultar na prescrição de mais produtos, isto é, em algo como ‘diagnosticar’ problemas e, quase imediatamente, prescrever soluções (se falta *isso*, a solução é *aquilo*). Já o foco nos *processos* de produção das melhorias habitacionais permite um olhar mais amplo sobre a realidade, isto é, sobre as dinâmicas sociais em jogo, bem como sobre suas articulações e contradições.⁴³

Assim, neste trabalho, procuro me distanciar de análises moralistas e dualistas da realidade, ou da busca de culpados e salvadores. O que percebo é a relevância de analisar a questão da produção da moradia junto às dimensões de gênero e de finanças, porque compreendo que essa articulação é essencial para decifrar as relações sociais em pauta e ampliar a perspectiva crítica da arquitetura. A análise dos *processos* engendrados pela Vivenda evidencia, na realidade concreta, o modo como

⁴¹ HELENE, Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia, 2019, p. 957.

⁴² Cf. CARDOSO, Sobre a mulher autoprodutora e autonomia: os universos possíveis, 2018; Cf. MENDONÇA, Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014.

⁴³ Cf. KAPP, A outra produção arquitetônica, 2008; Moradia, melhoria, assessoria, 2021.

a reprodução da vida depende das mulheres e de suas estratégias de gestão cotidiana. O ponto-chave da pesquisa é o esforço de pensar o conjunto das relações sociais e batalhas cotidianas tanto de *assimilação* quanto de *contraposição* das fronteiras de valorização do capital que agem na esfera doméstica, olhando-a a partir do processo de produção de moradia.⁴⁴ A questão não é somente a de ver o espaço doméstico criticamente, mas também a de enxergá-lo como espaço estratégico nesse momento histórico do capitalismo.⁴⁵ Minha intenção não é a de reforçar a promoção da família heterossexual como unidade básica da vida social e a reificação do papel tradicional das mulheres nessa estrutura. Pelo contrário, procuro trazer, com base nas autoras aqui discutidas, uma perspectiva crítica desse papel da mulher na emergência de uma politização da reprodução social.

1.3. Decisões metodológicas

A pesquisa aqui apresentada é um estudo de caso acerca de um processo específico de produção de moradias: as reformas ou melhorias habitacionais engendradas pela Vivenda, um negócio de impacto social. Procuro entender esse caso, não como fenômeno isolado, mas como parte das dinâmicas e estruturas sociais em que ele está inserido, isto é, como parte de uma *totalidade*. Cabe ressaltar que a consideração de uma *totalidade*, como apontada acima, não significa que discutirei exaustivamente ‘tudo’. Entendo que uma visão de conjunto da realidade aumenta a possibilidade de compreender seus elementos e processos específicos, e reduz o risco de “atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira)”;⁴⁶ o que, justamente, tende a nos fazer querer solucionar falsos problemas.

Contra os reducionismos, a noção de totalidade, como categoria crítica, significa reconhecer que há estruturas macrossociais e macroeconômicas que hoje perpassam toda e qualquer produção arquitetônica, e que produtos

⁴⁴ Cf. GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ KONDER, *O que é dialética?*, [1981] 2014, p.35.

arquitetônicos singulares são incompreensíveis sem as funções que desempenham na totalidade social.⁴⁷

Essa visão em conjunto da realidade também não está isolada das condições históricas que lhe possibilitaram existir como tal, isto é, não é possível olhar para a realidade sem considerar como ela herda condições anteriores de existência.⁴⁸ É importante partir da *totalidade* e da *historicidade* das relações porque os eventos, na realidade, ao contrário do que o senso comum pensa, não são frutos de relações de causa e efeito, mas são sujeitos a uma infinidade de forças que encontram sustento por meio de estruturas.⁴⁹ A ideia central é buscar compreender os processos e as estruturas da realidade com a qual, nesse determinado momento histórico, o objeto de pesquisa aqui se defronta. Por outro lado, é claro que esse método também requer certa abstração da realidade, até porque, evidentemente, “a realidade é sempre mais complexa do que o conhecimento que temos dela” e é impossível “colarmos os processos do mundo dentro dos textos”.⁵⁰

Além disso, inspirada no método de análise usado pela autora argentina Verónica Gago nos livros *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular* e *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, bem como nas pesquisas do Grupo MOM,⁵¹ busco uma perspectiva de análise oposta à vitimização das camadas populares, que, muitas vezes, “tem como efeito a moralização — e condenação — do mundo dos chamados ‘pobres’”.⁵² Por exemplo, não cabe aqui questionar a decisão de dona Jussara de adquirir a reforma ou o seu sentimento de satisfação com o serviço prestado. Da mesma maneira, não cabe qualquer juízo de valor a respeito das decisões que levaram as/os arquitetas/os a 'plugarem' seus escritórios na plataforma da empresa Vivenda ou, da mesma forma, qualquer

⁴⁷ Cf. KAPP, *Teoria crítica da arquitetura*, 2020, p. 33 [versão rascunho, para discussão na disciplina do NPGAU].

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ KONDER, *O que é dialética?*, [1981] 2014, p. 36.

⁵⁰ Cf. KAPP, *Teoria crítica da arquitetura*, 2020, p. 10 [versão rascunho, para discussão na disciplina do NPGAU].

⁵¹ O Grupo MOM, fundado em 2004, possui uma abordagem crítica da produção de espaços cotidianos, e atua apoiando e ampliando a autonomia coletiva de grupos sócio-espaciais dissidentes ou marginalizados; cf. <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>

⁵² GAGO, *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*, 2019, p. 34; cf. KAPP, *Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*, 2016.

juízo moral da figura dos investidores. Por outro lado, também não trato dona Jussara como vítima passiva. Encaro-a como um sujeito político. No entanto, isso não implica uma visão neutra: em nenhum momento este trabalho assume um tom de neutralidade.

Minha crítica não é direcionada a pessoas individuais (ao seu bom ou mau caráter), mas sim a processos e estruturas de uma sociedade. É importante ressaltar que nós somos ensinados, desde pequenos, “a não compreender dificuldades como manifestações de estruturas sociais que surgiram num longo processo histórico e que, equivocadamente, nos parecem naturais”.⁵³ Proponho, então, com esse método, isto é, com essa forma de enxergar a realidade, “fazermos um exercício de despersonalização”,⁵⁴ buscando enxergar o que realmente interessa aqui. Como Silke Kapp pontua, “uma das ideologias mais cruéis da nossa sociedade é a ideologia da personalização, isto é, a redução de todos os conflitos e dificuldades a culpas pessoais e de todos os privilégios a méritos também pessoais”.⁵⁵ Afinal de contas, como afirma Moishe Postone, a partir de Marx, “a dominação social no capitalismo, no seu nível mais fundamental, não consiste na dominação das pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas constituídas pelas próprias pessoas”.⁵⁶ E como o próprio Marx reforça no prefácio da primeira edição d’*O capital*:

[...] aqui só se trata de pessoas na medida em que elas constituem a personificação de categorias econômicas, as portadoras de determinadas relações e interesses de classes. *Meu ponto de vista, que apreende o desenvolvimento da formação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode menos do que qualquer outro responsabilizar o indivíduo por relações das quais ele continua a ser socialmente uma criatura por mais que, subjetivamente, ele possa se colocar acima delas* [grifo meu].⁵⁷

⁵³ KAPP, Assessoria técnica e outras questões, 2014, p. 101.

⁵⁴ Ibidem, p, 101.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ POSTONE, *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, 2014, p. 46.

⁵⁷ MARX, *O capital*, Livro I, [1867] 2017, p. 80.

Em resumo, neste trabalho, busco avançar tanto em um sentido crítico de compreensão dos arranjos das articulações da empresa pesquisada com o mercado financeiro, analisando-as a partir do contexto político e econômico de finança mundializada que lhe possibilitou existir, quanto no sentido de compreender quais são seus desdobramentos possíveis na realidade concreta da vida das mulheres envolvidas nesse processo. A ideia central é enxergar o modo como as dinâmicas e relações são pensadas, articuladas e agenciadas.

Para a discussão e contextualização do presente texto, pesquisei referências bibliográficas relacionadas à financeirização, a negócios de impacto social, à autoprodução de moradias, à reprodução social e à dívida. Especificamente sobre a empresa que é objeto do estudo de caso desta dissertação também fiz pesquisas exploratórias em fontes bibliográficas, *lives*, websites, matérias de jornais e redes sociais, e sistematizei neste texto as informações coletadas.

Como comentei no início, a empresa Vivenda é uma plataforma de financiamento de melhorias habitacionais que tem uma série de escritórios de reformas populares plugados em sua plataforma. Para este trabalho, entrevistei arquitetos de escritórios associados à empresa e mulheres que compraram o serviço das reformas. Ao todo, foram realizadas quatorze entrevistas com os escritórios e oito com mulheres atendidas, todas devidamente gravadas e transcritas. É importante pontuar que se trata de um objeto de estudo que ainda está se estruturando dentro do recente 'mercado de reformas'. Os escritórios que entrevistei se associaram à empresa e começaram a realizar reformas em 2021, e só consegui entrar em contato com eles em 2022, já decorrido mais de um ano de pesquisa.

Até o exame de qualificação, em outubro de 2021, meu objetivo era o de fazer as entrevistas pessoalmente, visitando os escritórios para ver de perto seus processos de trabalho. No entanto, eles estão espalhados por várias cidades das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil. Mesmo com o início da flexibilização das medidas de isolamento social, ocasionadas pela pandemia da COVID-19, seria inviável viajar para tantos lugares e entrevistar todas as pessoas presencialmente. Já em Fortaleza,

cidade onde moro, há somente um escritório associado à Vivenda, que não reagiu às minhas tentativas de contato.⁵⁸

Assim, as entrevistas com os escritórios foram realizadas por vídeo-chamada. Para entrevistá-los, comecei procurando seus perfis no Instagram e consegui mapear trinta e nove escritórios associados à Vivenda no Brasil. Após sistematizar essas informações, enviei mensagens para vinte e cinco escritórios. Deles, quatro disseram não ter disponibilidade para conversar por estarem com muito trabalho a fazer, sete não responderam às mensagens, e quatorze me concederam entrevistas. Desses quatorze, quatro ainda não tinham chegado a efetivar nenhum financiamento de reforma com a Vivenda, três haviam feito apenas uma ou duas reformas, e sete haviam feito três ou mais. Concentrei as análises das entrevistas nesses sete escritórios que já tinham mais experiência com o negócio e seus procedimentos. Em suma, meu processo de seleção das entrevistas foi somente esse, entrevistei os escritórios que aceitaram me conceder entrevistas.

As entrevistas com os escritórios tiveram o caráter de entrevista com 'experts' ou especialistas, já que entrevistei arquitetos, isto é, colegas de profissão, o que se configurou de uma conversa 'de igual para igual', em que muitas explicações sobre o campo são dispensáveis.⁵⁹ Elaborei algumas perguntas previamente, como uma entrevista semi-estruturada, mas não as segui à risca, deixando a conversa fluir em alguns momentos. Sempre que eu iniciava as entrevistas dizendo que estava percebendo um movimento crescente de negócios de impacto social relacionado às melhorias habitacionais no Brasil e que vinha estudando sobre isso na pesquisa de mestrado, os arquitetos já simpatizavam comigo e me viam como aliada, respondendo tranquilamente o que eu buscava entender: como chegaram a esse novo mercado de reformas; como funciona o financiamento; quais os níveis de complexidade das reformas; qual a renda das pessoas atendidas; como são os atendimentos com as famílias e como são as relações trabalhistas com a mão de obra. Percebi que os escritórios têm uma relação de cumplicidade e ajuda mútua entre si, sobretudo porque seus integrantes se sentem parte de um campo que ainda está se estruturando; daí

⁵⁸ Ingressei no curso de mestrado da UFMG durante a pandemia, em 2020, e realizei todo ele no modo remoto, à distância.

⁵⁹ Cf. KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, 2020.

também sua cumplicidade comigo. Sou imensamente grata pelo tempo despendido nessas conversas e ressalto mais uma vez que as críticas formuladas nesta dissertação dizem respeito a processos e estruturas de uma sociedade, e não a essas pessoas ou ao seu trabalho.⁶⁰

Sempre, nos finais das entrevistas com os arquitetos, eu comentava que gostaria de saber mais sobre as experiências das mulheres com as obras financiadas e pedia o contato de uma cliente. Dos que já tinham financiado reformas, um não se sentiu à vontade e, gentilmente, negou o meu pedido; outros prometeram passar o contato, mas nunca o fizeram. Em compensação, alguns escritórios me forneceram mais de um contato e, assim, consegui entrevistar oito mulheres. Todas elas foram extremamente solícitas comigo. Acredito que isso também tenha se dado por conta do sentimento de gratidão que a maioria têm pelos serviços de reformas prestados pelos escritórios. Pelo motivo já explicado, as entrevistas com essas oito mulheres também foram realizadas à distância, mas, nesse caso, por telefone. Por um lado, isso foi uma limitação. Eu preferiria ter podido conversar pessoalmente e ter tido a oportunidade de visitar suas casas e ver as reformas. Por outro lado, me possibilitou entrar em contato com mulheres de várias cidades do Brasil, em condições mais diversas do que eu teria conseguido abarcar em visitas presenciais.

No primeiro contato com as entrevistadas, eu sempre explicava do que se tratava a pesquisa de mestrado, relatando que o escritório *tal* tinha me passado o contato dela e que meu objetivo era entender a atuação desses novos escritórios de arquitetura que tem trabalhado em comunidades. Num primeiro momento, algumas ainda fizeram confusões, achando que eu era arquiteta dos escritórios, mas nesses casos, tentei esclarecer melhor até demonstrarem ter entendido. Em seguida, eu pedia permissão para gravar e explicava que, se usasse seus relatos na pesquisa, substituiria seus nomes por nomes fictícios. Todas concordaram. O caráter das entrevistas com as mulheres foi o narrativo, “que estimula a contação de casos”.⁶¹ Assim como fiz com as entrevistas dos arquitetos, também elaborei algumas

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

perguntas prévias, mas não as segui totalmente à risca, deixando as mulheres mais à vontade para relatarem suas experiências.

Como todas as reformas foram feitas entre 2021 e 2022, eu já esperava que as mulheres as elogiassem bastante, principalmente pela novidade que representavam. Desconfiei que isso pudesse camuflar conflitos e contradições do processo. Também imaginei que se sentiriam desconfortáveis quando eu entrasse no tema das suas vidas financeiras, talvez até pensando que eu estaria ali para fazer alguma cobrança. De fato, algumas tiveram certo receio inicial em falar de seus financiamentos e dívidas, mas muito menos do que imaginei a princípio. No entanto, logo nas primeiras entrevistas, percebi que seria bom entrevistá-las mais de uma vez, construindo uma relação de maior confiança e compensando, até certo ponto, as limitações da entrevista por telefone. Ao final da primeira entrevista, perguntava se poderia ligar novamente, caso tivesse esquecido algo importante. Concordaram gentilmente e, exceto pela entrevistada que aqui chamo de Joana, conversei com todas elas duas vezes: uma vez em fevereiro e outra em julho de 2022. Só consegui o contato de Joana em julho de 2022, por isso a entrevistei somente uma vez.

No segundo contato, sempre iniciava lembrando o tema da minha pesquisa e um tema específico da nossa primeira conversa. No final das contas, esse método de conversar duas vezes foi interessante sobretudo porque me permitiu entender melhor as experiências das mulheres alguns meses depois, quando o entusiasmo inicial já havia dado lugar a uma avaliação do empreendimento mais baseada no cotidiano. Perguntei se pretendiam fazer outra reforma (caso a resposta fosse sim, como pretendiam) e pude acompanhar suas maneiras de lidar com a dívida que haviam contraído. No geral, percebi que, por já me conhecerem, sentiram-se mais à vontade para relatar detalhes importantes que não contaram nas primeiras entrevistas.

Com o intuito de preservar as identidades das mulheres, substituí seus nomes — como já mencionado — e não as associei às cidades em que residem. Também optei por não incluir as fotos de suas reformas neste trabalho, já que as imagens a que tive acesso são as mesmas que os escritórios usam em suas redes sociais, como divulgação dos seus trabalhos. Além disso, acredito que o apelo estético das fotos de antes e depois da reforma talvez desviasse o foco do que realmente me interessa

aqui: o processo e as relações sociais em jogo e não o produto acabado. Esse processo não aparece nas fotos.

Além da presente Introdução, esta dissertação está dividida em quatro capítulos. Já que encaro o estudo de caso aqui abordado como uma forma de financeirização da moradia, dedico o capítulo dois a “Notas sobre financeirização, reprodução social e moradia”. Inicialmente, trabalho a categoria de *financeirização*, entendida como elemento mais recente de reprodução do capitalismo. Em seguida, na segunda seção do capítulo, debato como a financeirização tem abarcado o conjunto da vida social brasileira, especificamente por meio da sua articulação com políticas sociais, fortemente relacionadas ao acesso ao crédito, ao consumo e ao endividamento, algo que pode ser entendido como financeirização das políticas sociais ou, em última instância, da reprodução social. Por fim, na terceira seção, trabalho a questão da autoprodução de moradias e a questão dos programas públicos relacionados ao déficit da inadequação edilícia. Nela, procuro demonstrar como a empresa Vivenda surge sob o argumento da ‘falta de políticas públicas’ em relação ao déficit *qualitativo*. Objetivo dessa breve contextualização inicial é tentar mostrar como o ‘novo mercado de reformas’ em que a empresa Vivenda atua está vinculado ao contexto social e histórico em que surgiu, como já vem se desenhando o estreitamento da financeirização com as camadas populares e quais garantias, em última instância, de reprodução da vida as mulheres negras e pobres têm (como e sob quais circunstâncias estão morando).

O capítulo três, intitulado “Negócio de impacto social, melhorias habitacionais e os recursos do mercado financeiro”, está dividido em cinco partes. Na primeira, discuto brevemente algumas noções e definições sobre negócios de impacto social e empreendedorismo social. Na segunda, descrevo as principais características de funcionamento desse tipo de negócio: em que consiste um investimento de impacto; o que seria um “ecossistema empreendedor”; o que são as certificações de impacto. Na terceira, me aprofundo nas estratégias financeiras de captação de recursos do mercado financeiro, mediante debênture, da empresa Vivenda, buscando entender sobretudo como as finanças alcançam os territórios periféricos. Na quarta, detalho brevemente o modelo de atuação dos escritórios executores das reformas. E, por fim,

faço um balanço crítico das contradições, tensões e ambiguidades entre os discursos dos empreendedores sociais e a atuação prática da empresa.

No capítulo quatro, como o próprio título diz, me aprofundo na “Experiência das mulheres com a aquisição da mercadoria reforma”. Inicialmente, faço apontamentos iniciais sobre algumas características das mulheres entrevistadas (ocupação, renda, o que reformou, valor da reforma e dos juros a pagar) ressaltando aspectos relacionados à financeirização, à moradia e ao mundo do trabalho. Em seguida, me aprofundo em seus relatos com o objetivo de compreender suas experiências quanto a ganhos ou perdas de autonomia em relação às transformações dos seus espaços, à efetividade das reformas, às consequências da dívida contraída e às estratégias cotidianas de gestão financeira que envolvem o pagamento das parcelas. Tudo isso revela o quanto o estreitamento da financeirização com as camadas populares gera inúmeras repercussões em suas vidas cotidianas.

Por fim, no capítulo cinco, intitulado “Em busca de brechas emancipatórias”, trago dois casos que considero potencialmente críticos para continuarmos imaginando outras possibilidades no atual contexto. Eles não são um contraponto simétrico à forma de atuação da empresa Vivenda, atuam em pequenas escalas, têm seus problemas e contradições, mas não enxergam os pobres como nicho de mercado. O primeiro deles é o

Arquitetura na Periferia (ANP), um projeto que atua assessorando mulheres em melhorias habitacionais, por meio de técnicas de projeto, de obras e da concessão de crédito sem juros. Sobre o projeto ANP, eu entrevistei a arquiteta Mariana Borel, que é uma de suas coordenadoras e sua diretora financeira. Como já existem muitas informações sobre o projeto em fontes bibliográficas, vídeos, podcasts, sites, matérias de jornais e redes sociais, minha entrevista com a arquiteta foi somente para aprofundar a pesquisa em alguns pontos. O segundo caso consiste nas linhas de crédito sem juros para materiais de construção de dois bancos comunitários: o Banco Palmas, de Fortaleza, e o Banco Mumbuca, de Maricá. Já que a financeirização e seus impactos abarcam o conjunto da vida social, achei interessante trazer essas experiências de práticas de economia popular solidária, encarando-as como uma espécie de ‘resistência’ local ao avanço dessa dinâmica, ainda que em pequena escala e com seus (provavelmente muitos) problemas.

É claro que as duas iniciativas estão inseridas no capitalismo e nas contradições que esse modo de produção impõe às nossas vidas e ações práticas. Mas isso não significa que não devamos explorá-las, aprofundando-nos na compreensão de suas contradições internas com o objetivo de eventualmente expandi-las, sempre vislumbrando um horizonte emancipatório, mesmo que ele esteja (muito) longe.

2. NOTAS SOBRE FINANCEIRIZAÇÃO, REPRODUÇÃO SOCIAL E MORADIA

2.1. Caracterizando a financeirização

Como o capitalismo é um modo de produção que está em constante expansão e movimento, torna-se imperativo tentar compreendê-lo em seu atual momento histórico. Isso implica entender o que se chama de financeirização. Ela é objeto de debates entre filósofos, sociólogos e economistas tanto no campo marxista quanto fora dele. Como já mencionado nas notas de decisões metodológicas, tento compreender essa categoria à luz de uma perspectiva marxista. O que trago aqui é uma tentativa, por meio de um breve apanhado teórico, de compreensão dessa temática para, a partir disso, construir articulações dela com o que proponho discutir neste trabalho.

A financeirização não é um fenômeno totalmente novo nem descolado da produção. Ela não é um acidente de percurso nem um desvio de um suposto capitalismo melhor. É 'apenas' um elemento do movimento de expansão contínua e contraditória do capitalismo, que assume contemporaneamente uma magnitude e uma profundidade inéditas. Marx, no século XIX, já abordou questões próximas, assim como o fizeram, no início do século XX, Hilferding e Lênin.⁶²

Para discuti-la, recorro ao livro I e algumas partes da seção V do livro III d'*O capital*, referente ao capital portador de juros, ao crédito e ao capital fictício. Faço isso porque, no livro I, Marx trata, em linhas gerais, de como a riqueza é produzida, isto é, de como o capital se valoriza por meio da produção. No livro III, a sua principal intenção é a de demonstrar como essa riqueza circula e é distribuída entre os capitalistas e entre (frações de) classes sociais. Essa seção fornece elementos importantes para a compreensão do fenômeno da financeirização, embora se trate de uma publicação póstuma de um manuscrito inacabado, e embora Marx, sozinho, não baste para explicar o nosso contexto.

⁶² MELLO & NAKATANI, Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito, 2021; PRADO, Exame crítico da teoria da financeirização, 2014.

Essa discussão é importante porque a empresa Vivenda é um negócio de impacto social que conseguiu captar dinheiro, mediante uma debênture (capital fictício), no mercado financeiro para atuar realizando melhorias habitacionais em favelas, emprestando dinheiro a juros para pessoas de baixa renda. Em suma, a questão é que os territórios periféricos têm constituído uma nova frente de valorização do capital e que a empresa Vivenda atua nessa frente: pessoas de baixa renda que realizam reformas mediante o seu programa pagam juros à empresa e a investidores do mercado financeiro.

Para a presente discussão, além de Marx, também uso trabalhos de outros autores que têm feito o esforço de atualizar a discussão ali iniciada. Meu objetivo é somente esboçar um fio condutor de compreensão de dinâmicas do atual momento do capitalismo, e não traçar uma discussão exaustiva a respeito. Portanto, saltos temporais, generalizações e simplificações são inevitáveis.

Início por algumas categorias básicas, como mercadoria e valor. Em seguida, discuto o surgimento do sistema de crédito, do capital portador de juros e do capital fictício. Discuto essas categorias como se elas surgissem temporalmente uma após a outra, mas fiz isso como uma forma de exposição das ideias. É evidente que a realidade é mais complexa e que esses fenômenos surgiram e se desenvolveram conjuntamente. Por fim, discuto o quanto essas categorias, além de ajudarem a entender o atual momento histórico, são importantes para esclarecer as estratégias financeiras que a empresa Vivenda desenvolveu.

Marx começa *O capital* pela mercadoria, conceituando-a como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. Ela deve ser vista sob uma perspectiva dupla: a da *quantidade* (valor de troca) e a da *qualidade* (valor de uso).⁶³ A fonte criadora do valor da mercadoria é o trabalho humano. Marx se diferencia da economia política clássica quando distingue o trabalho produtor de mercadorias em duas dimensões: a *concreta* e a *abstrata*. O trabalho é útil ou concreto por produzir qualidades específicas que conferem valor de uso a uma mercadoria. O trabalho é abstrato porque se trata exatamente de abstrair desse conteúdo útil a quantidade de energia humana genérica

⁶³ MARX, *O capital, Livro I*, [1867] 2017, p. 113.

e média (a força de trabalho) à qual a mercadoria serve de suporte. A dimensão abstrata do trabalho torna possível comparar as mercadorias entre si, pois é o que há de comum entre elas, independentemente de suas qualidades específicas. O trabalho humano, na sua dimensão de trabalho abstrato, é o que cria *valor*.

O que seria, então, o *capital*? Para Marx, capital é, antes de tudo, uma relação social. Capital é valor em movimento. É o valor em busca de autoexpansão.

Capital não é uma coisa, *mas uma determinada relação social de produção*, que pertence a uma determinada formação histórico-social, representa-se numa coisa e confere a esta um carácter especificamente social [grifo meu].⁶⁴

Capitalismo é a hegemonia da relação social de produção que corresponde ao capital, isto é, ao movimento de autoexpansão do valor. Para garantir essa autoexpansão, a produção se organiza de modo a gerar um incremento ao valor, que seria o *mais-valor*. Isso acontece por meio da “exploração (uso) da *força de trabalho*, transformada ela própria em mercadoria”.⁶⁵

O capital se movimenta mudando de forma. Marx denomina esse processo de *metamorfose*. No que diz respeito à produção, esse movimento é representado pela fórmula D-M-D'. O capitalista tem capital na forma-dinheiro (D), vai ao mercado e o converte em mercadorias (M) de dois tipos: *força de trabalho* (FT) e meios de produção (MP). Essas mercadorias são mobilizadas em seu conjunto, produzindo uma nova mercadoria (M') que, se tudo der certo para o capitalista, poderá ser convertida novamente na forma-dinheiro e em quantidade maior do que antes (D').⁶⁶ Cada vez que o capital passa por um ciclo de produção bem sucedido e consegue realizar as novas mercadorias no mercado, obtém esse incremento. O ‘segredo’ do modo de produção capitalista é esse *valor a mais* produzido que, em última análise — e sem entrar aqui nos complexos mecanismos que determinam a formação de preços de mercado e a distribuição do incremento de valor —, decorre da diferença entre a quantidade de valor que a força de trabalho produz e a quantidade de valor que ela recebe na forma de salários. É por essa razão que a produção capitalista implica constante movimento

⁶⁴ MARX, *O capital, Livro III*, [1867] 2017, p. 878.

⁶⁵ COGGIOLA, *Teoria econômica marxista: uma introdução*, 2021, p. 15.

⁶⁶ Cf. MARX, *O capital, Livro I*, [1867] 2017.

e crescimento infinito. “Ninguém em sã consciência se daria ao trabalho de passar por todas as provas e problemas para organizar a produção se fosse para chegar ao fim do dia com a mesma quantia de dinheiro no bolso que tinha no início”.⁶⁷

No entanto, essa metamorfose sofre contínuas perturbações e interrupções, porque ela não é, como se diria hoje, 'sustentável', e sim contraditória em si mesma. É nesse sentido que Marx entende as crises como inevitáveis e inerentes ao capitalismo. Elas não acontecem por fatores externos ao modo de produção capitalista e, portanto, não podem ser reduzidas a desarranjos de forças de mercado relacionadas, por exemplo, a quedas de consumo. Marx não critica o capitalismo a partir de um ponto de vista subjetivo, como se fosse “um observador fora do sistema que o condena por suas falhas; ele o critica explicando como o funcionamento do sistema leva fatalmente a crises nas quais se revela sua contradição de fundamento”.⁶⁸ Na verdade, “Marx insistia que deveríamos entender as crises realizando um exame da dinâmica interna do capitalismo”.⁶⁹ Em linhas gerais, um modo de produção que preza por acumulações infinitas e que depende de recursos da natureza para existir — que são finitos — é, em si, contraditório. Um modo de produção que tem como base a reprodução social para continuar existindo e que está, a todo momento, minando ao máximo suas possibilidades de existência é contraditório. Um modo de produção que concentra riquezas na mão de uma minoria por meio da exploração de uma maioria gera uma tensão de classe. Em suma, o capitalismo é a própria crise.

No entanto, há uma contradição do modo de produção capitalista que importa especialmente para a compreensão da chamada financeirização. Por um lado, a valorização do valor depende da mobilização de trabalho humano; por outro, cada capital produtivo individual procurará produzir mais mercadorias com menos força de trabalho, porque isso aumenta os lucros que pode auferir comparativamente a outros capitais individuais. O montante geral de mais-valor que se distribuirá entre os vários capitais (por mecanismos que, como já dito, não cabe detalhar aqui) tende a cair relativamente ao montante geral de capital já acumulado; o que, no fim das contas,

⁶⁷ Cf. HARVEY, *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, 2018, p. 24.

⁶⁸ Cf. GRESPAN, *Marx: uma introdução*, 2021.

⁶⁹ HARVEY, *Os limites do capital*, 2013, p. 27.

implica uma progressiva redução da taxa de incremento ou, como diz Marx, uma queda tendencial da taxa de lucro média. À medida que cresce a produtividade, paradoxalmente, cresce também a dificuldade de reprodução ampliada do capital.

Além disso, o capital pode encontrar barreiras mais imediatas para realização do ciclo (D-M-D'). "Nem sempre essa mudança de forma acontece sem ranhuras".⁷⁰ O sistema de crédito e a forma do capital portador de juros se desenvolvem como tentativa de solução dessas perturbações.⁷¹ Que perturbações seriam essas? Suponhamos um capitalista que ainda não vendeu as mercadorias produzidas, mas precisa adquirir insumos para iniciar o novo ciclo de produção, ou um capitalista que precisa adquirir maquinário cujo valor se transfere às mercadorias produzidas apenas ao longo do tempo. O desenvolvimento do sistema de bancos e de crédito é uma resposta a esses problemas. Em vez de poupar (entesourar) primeiro e produzir depois, deixando dinheiro 'parado' nos seus cofres, o capitalista empresarial o toma emprestado de um banco ou de outro capitalista, mediante a promessa de lhes pagar uma parte do lucro que será auferido com a produção. "A palavra crédito origina-se do latim *credtum*, que significa 'confiança, crença, empréstimo'. Numa sentença, significa dívida".⁷²

À medida que o modo de produção capitalista amadurece, as etapas do ciclo D-M-D' se complexificam, de forma que cada parte se torna tarefa específica de determinado tipo de capitalistas: alguns concentram suas atividades na esfera da produção de mercadorias (capital produtivo); outros, na esfera da circulação de mercadorias (capital comercial); ainda outros, na esfera monetária, emprestando dinheiro (capital portador de juros).⁷³ A existência de um sistema de crédito dinamiza os processos de acumulação do capital por agir exatamente resolvendo eventuais perturbações. Marx é preciso na sua explicação sobre o capital portador de juros.

O possuidor de dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital; e não só como capital para ele mesmo, mas também para outros; ele

⁷⁰ ALMEIDA & GOMES, O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital, 2021, p. 63.

⁷¹ Ibidem, p. 64.

⁷² NAKATANI & BRAGA, O sistema de crédito moderno, 2021, p. 90.

⁷³ ALMEIDA & GOMES, O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital, 2021, p. 64.

não é capital apenas para quem o aliena, mas é desde o início transferido a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro; como um valor que conserva a si mesmo no movimento e que, depois de ter funcionado, retorna àquele que o desembolsou originalmente, no caso em questão, ao possuidor do dinheiro; portanto, um valor que só por algum tempo permanece distante de quem o desembolsou, que só transita temporariamente das mãos de seu proprietário para as mãos do capitalista em atividade e que, por conseguinte, não é pago nem vendido, mas apenas emprestado; um valor que só é alienado sob a condição de, em primeiro lugar, retornar a seu ponto de partida após determinado prazo e, em segundo lugar, retornar como capital realizado, isto é, tendo cumprido seu valor de uso, que consiste em produzir mais-valor.⁷⁴

Mais o que são os juros? Nada mais do que “uma forma de repartição do mais-valor entre os capitalistas produzida entre o prestador e o tomador de empréstimo (entre o credor e o devedor)”.⁷⁵ Nessa transação, a quantidade de dinheiro inicialmente emprestado (D) parece crescer por si mesma (D’), num movimento reduzido a D–D’. Fica ocultado o ciclo D–M... P ...M’–D’: a metamorfose do dinheiro (D) em mercadorias (M) empregadas na produção (P), em que o trabalho as transforma em novas mercadorias (M’), acrescentando-lhes valor para que possam ser convertidas em um volume de dinheiro maior (D’). O capital portador de juros assume a “forma mais exterior e mais fetichista”⁷⁶ da relação capitalista. O que aparece para o capitalista é a ilusão de que o capital pode se valorizar de forma independente do processo produtivo, isto é, da extração de mais-valor. Assim, “crescem seus juros, não importando se ele dorme ou está acordado, se está em casa ou viajando, se é dia ou noite”.⁷⁷ O processo faz parecer que existe uma propriedade “natural” do dinheiro de se autovalorizar, “tanto quanto dar peras é uma qualidade da pereira”.⁷⁸ Essa autonomização do capital monetário, sob a forma do capital portador de juros, também foi responsável por transformar profundamente o sistema bancário.⁷⁹

⁷⁴ Marx, *O capital, Livro III*, [1867] 2017, p. 390.

⁷⁵ SOTO & MELLO, O capital portador de juros em Marx, 2021, p. 79.

⁷⁶ Marx, *O capital, Livro III*, [1867] 2017, p. 441.

⁷⁷ Ibidem, p. 443.

⁷⁸ Ibidem, p. 442.

⁷⁹ SABADINI, Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx, 2013.

A partir dessa lógica irracional e fetichista do capital portador de juros, as coisas começam a parecer viradas ao avesso (elas viram de vez ao avesso com o desenvolvimento do capital fictício, discutido mais à frente). As atividades financeiras são cada vez mais responsáveis por operar a distribuição do mais-valor extraído do interior da produção. Aliás, mais do que isso, “elas vão aparecer como própria condição de existência do mais-valor”.⁸⁰ Em vez de os juros serem compreendidos como parte do lucro auferido na produção, o próprio lucro da produção aparece como desdobramento dos juros. “O capital portador de juros, em suas diversas formas, tende a adquirir, assim, um enorme poder sobre a dinâmica global de acumulação de capital”.⁸¹

David Harvey afirma que o sistema de crédito “emerge como o filho especial do modo de produção capitalista” e que “o capital que rende juros passa a desempenhar um papel muito especial em relação à circulação do capital”.⁸² Ele passa a abarcar “uma variedade praticamente infinita de temporalidades que atuam na organização diária da produção capitalista e as reduz a uma única métrica: a taxa de juros ao longo do tempo”.⁸³ O sistema de crédito foi responsável por introduzir dimensões novas ao capitalismo: promoveu uma dinamização da rotação do capital, garantindo a continuidade dos fluxos de dinheiro e, simultaneamente, reduzindo custos em várias partes da produção e da circulação.⁸⁴ Além de ter limitado, cada vez mais, o número dos poucos que exploram a riqueza social. Sem o crédito, pergunta Marx,

Haveria sido possíveis a grande indústria moderna, as sociedades por ações etc., as milhares formas de títulos de circulações, que são ao mesmo tempo os produtos e as condições de produção do comércio moderno e da indústria moderna?⁸⁵

⁸⁰ SOTO & MELLO, O capital portador de juros em Marx, 2021, p. 79.

⁸¹ Ibidem.

⁸² HARVEY, *Os limites do capital*, 2013, p. 349.

⁸³ HARVEY, *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*, 2018, p. 52.

⁸⁴ Ibidem; MARX, *O capital, Livro III*, [1867] 2017, p. 499.

⁸⁵ Ibidem, 2021, p. 74.

Em linha gerais, “sem o crédito, todo o processo de acumulação estagnaria e afundaria”.⁸⁶ No entanto, é importante lembrar que existem contradições pelo caminho. Nesse sentido, Marx é preciso:

O crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a instauração do mercado mundial, que, por constituírem as bases da nova forma de produção, têm de ser desenvolvidos até certo nível como tarefa histórica do modo de produção capitalista. *O crédito acelera ao mesmo tempo as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, com elas, os elementos da dissolução do antigo modo de produção* [grifo meu].⁸⁷

O crédito é fundamental para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. No entanto, ele também é responsável por gerar tensões, pois “a riqueza produzida terá sua contrapartida numa imensa acumulação de dívidas ao longo do processo”.⁸⁸ É como se o crédito tivesse o papel, ao mesmo tempo, de “alavanca” e “freio” da acumulação.⁸⁹ Amadurecendo o sistema, surgem novas relações de crédito, entre credores e devedores, em que uma pessoa pode oferecer crédito a várias outras e, ao mesmo tempo, fazer empréstimo com outros tantos. Com isso, o sistema bancário se desenvolve ainda mais e se torna responsável pela administração desses processos, o que complexifica e começa a estabelecer grandes cadeias de pagamento. Quando começa a acontecer um descompasso entre esses pagamentos, surgem as crises.⁹⁰ “O sistema de crédito apresenta como consequência, para a dinâmica capitalista, a geração de crises periódicas”.⁹¹ Diante de cada crise, o Estado, na imensa maioria das vezes, atua de modo a defender os interesses dos proprietários de capital, “assumindo suas dívidas, injetando dinheiro em suas contas bancárias e jogando o ônus da crise sobre as costas da população trabalhadora”.⁹²

⁸⁶ HARVEY, *Os limites do capital*, 2013, p. 350.

⁸⁷ MARX, *O capital, Livro III*, [1867] 2017, p. 499.

⁸⁸ SOTO & MELLO, *O capital portador de juros em Marx*, 2021, p. 73.

⁸⁹ *Ibidem*, 2021.

⁹⁰ *Ibidem*, 2021.

⁹¹ GRAZZIOTIN & HERRLEIN, *Sistema de crédito e crises em Marx: o ciclo industrial e as suas fases*, 2021.

⁹² MELLO, *A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito*, 2021, p. 150.

Com o acirramento dessas contradições, como um “desdobramento dialético”,⁹³ como uma “existência generalizada”⁹⁴ do capital portador de juros, e concomitante ao seu surgimento, aparece em cena o capital fictício, surgido nos mercados financeiros. Com ele, a autonomização das formas do capital atinge níveis ainda mais elevados, fetichizados e abstratos do que o capital portador de juros. No entanto, há uma diferença entre os dois. “O capital portador de juros é *real*”, o capitalista aliena seu capital-dinheiro a outro capitalista na expectativa de que — por meio do processo produtivo — haja apropriação do valor que foi produzido. Já “o capital fictício é submetido à dialética *real-fictício*”.⁹⁵ Nesse tipo de capital:

O indivíduo recebe um lucro (fictício) por suas transações financeiras, portanto existe concretizado em algo real, mas que, enquanto coletividade — a qual pertence o conjunto dos capitalistas —, não produz substância associada ao valor-trabalho, portanto, fictício.⁹⁶

Com o capital fictício, passa a existir uma expectativa acerca de valores no futuro. Trata-se da venda dos direitos de apropriação de um valor futuro, que ainda não foi produzido. A venda desses títulos constitui a existência de um capital que pode — ou não — passar pelo processo produtivo e vir a existir de fato. Se o respectivo valor não for produzido de fato e se até a promessa de sua produção desaparecer, instala-se uma crise. Mas o processo não é direto e imediato. Pelo contrário, à medida que vários desses títulos começam a ser juntados em pacotes e comercializados em bolsas de valores (a chamada securitização ou titularização), a 'realidade' que lhes deu origem interessa cada vez menos. O que passa a interessar são as oscilações de preço dos títulos como tais e as vantagens obtidas mediante operações especulativas.

O capital fictício atua “como uma espécie de não-capital, portanto ficção, que procura se desvencilhar da produção da riqueza real da qual ele mesmo se nutre,

⁹³ CARCANHOLO, Crise econômica atual e seus impactos para organização da classe trabalhadora, 2010, p. 5.

⁹⁴ SABADINI, Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx, 2013, p. 605.

⁹⁵ Ibidem, p. 602.

⁹⁶ Ibidem.

constituindo-se em um processo de valorização fictícia”.⁹⁷ Essa lógica aumenta a mistificação e o fetiche da origem do mais-valor, já que, agora, o capital traz o futuro para o presente. Sua função é acelerar ainda mais a rotação do capital e propiciar acumulação e centralização do capital em escala global e sem precedentes. A pressão para encurtar os ciclos da produção contribui para aumentar a especulação financeira. Afinal, não há melhor maneira de “reduzir o tempo do que trazer o futuro para o presente”.⁹⁸ Como ele surgiu no sentido de compensar a queda da taxa de lucro (função do aumento de produtividade e da redução da força de trabalho em relação ao capital total), “acentuou o caráter contraditório e, portanto, dialético, entre a expansão real e a financeira do capital”.⁹⁹ Das formas de capital fictício descritas por Marx, as que ainda persistem hoje em dia são a dívida pública, o capital acionário e o capital bancário.¹⁰⁰

Quanto mais esse processo se complexifica, mais as conexões com o trabalho se tornam enigmáticas”.¹⁰¹ Ao mesmo tempo, dialeticamente, reafirma-se o trabalho como criador de valor.¹⁰²

O crescimento do capital fictício não seria possível se, ao mesmo tempo, não tivesse produzido um enorme incremento da exploração dos trabalhadores assalariados, tanto dos países centrais como dos periféricos, assim como dos não assalariados de todo o mundo, sem esquecer dos daquelas regiões mais miseráveis da terra.¹⁰³

À medida que o capitalismo se desenvolve, começa a acontecer, com mais intensidade, a repulsão do trabalho vivo dos processos produtivos. A reprodução

⁹⁷ CARCANHOLO & SABADINI, A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios, 2021, p. 185.

⁹⁸ Cf. CARCANHOLO, Crise econômica atual e seus impactos para organização da classe trabalhadora, 2010; Notas de aula do professor Marcelo Carcanholo, no VI encontro nacional e XII fórum estado, capital, trabalho, via Youtube, em 4/9/2021, sob o título “VI ENGPECT – Conferência 02 com Marcelo Dias Carcanholo e José Danilo Santana Silva.”

⁹⁹ SABADINI, Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx, 2013, p. 605.

¹⁰⁰ Cf. NAKATANI & MARQUES, *Capitalismo em crise*, 2021.

¹⁰¹ SABADINI, Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx, 2013, p. 605.

¹⁰² Ibidem, 2013, p. 604-605.

¹⁰³ CARCANHOLO & SABADINI, A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios, 2021, p. 181.

ampliada do capital precisa ser garantida, cada vez mais, mediante mecanismos de “ganhos” da esfera financeira. Mas isso também só é possível à custa de muita exploração direta e indireta de trabalho, sobretudo em países de capitalismo periférico.

O principal ponto que interessa aqui é que o protagonismo da lógica financeira não é um acidente de percurso. A financeirização é um desdobramento lógico do movimento do capital e, mais do que isso, podemos “enxergá-la como uma exigência para o capital em crise estrutural”.¹⁰⁴

Como isso se manifesta no Estado e nas políticas públicas? Uma consequência é o imperativo de liberar qualquer tipo de restrição — ainda existente — à movimentação do capital. Muitos Estados, além de direcionarem a própria capacidade financeira para essa lógica, promoveram processos de desregulamentação financeira e de privatização. O estágio atual de reprodução do capital induziu ao tipo de política que muitos autores chamam de neoliberalismo, tendo como marco inicial as crises dos anos 1970.¹⁰⁵

O que o processo de desregulamentação e inovações financeiras propiciou, a partir dos anos 70 do século passado, e com mais força nos anos 90, foi o crescimento substancial de novos instrumentos desse capital fictício, assim como a expansão brutal da massa de valor desse tipo de capital. Esta é a característica substancial do capitalismo contemporâneo, a subordinação do capitalismo à lógica do capital fictício.¹⁰⁶

O capitalismo ou neoliberalismo — se entendermos que o neoliberalismo é uma forma de gestão ou uma espécie de *racionalidade* atual do capitalismo — não corresponde apenas a decisões políticas, governamentais ou de ordem estritamente econômica. Trata-se de um processo dialético entre ações dos Estados e dinâmicas de reprodução do capital nesse momento histórico. Além disso, o neoliberalismo também

¹⁰⁴ Notas de aula do professor Eduardo Sá Barreto (UFF) no curso da Boitempo “Luta de classes e financeirização: o papel da dívida”, via YouTube, em 14/2/2022, sob o título *Hipotecando o futuro*.

¹⁰⁵ Ibidem, 2022.

¹⁰⁶ CARCANHOLO, Crise econômica atual e seus impactos para organização da classe trabalhadora, 2010, p. 6.

é responsável por produzir certos modos de vida e certas subjetividades, atingindo campos do trabalho, da cultura, da linguagem e do desejo.¹⁰⁷

Na verdade, o neoliberalismo, ao contrário do que diz sua ideologia, depende da intervenção massiva dos Estados e alterou radicalmente o modo de exercício do poder estatal no mundo. E mesmo que o neoliberalismo possua algumas características universais, sua forma de manifestação depende de especificidades da realidade concreta de cada país em que opera.¹⁰⁸

Por fim, a financeirização pode ser entendida como a forma de reprodução do capitalismo contemporâneo, pautado na hegemonia das finanças em relação à produção. *Finanças* são, nesse sentido, um conjunto de receitas e despesas desenvolvido e manipulado por bancos, instituições de investimento, fundos de pensão, fundos mútuos, bolsas de valores, seguradoras e outras firmas que lidam principalmente com o capital portador de juros e com o capital fictício.¹⁰⁹

Uma pesquisa recente do *Global Debt Monitor* (Observatório da dívida global) demonstra que o montante das dívidas globais é mais de 4,5 vezes maior que o PIB mundial. A lógica 'irracional' do capitalismo contemporâneo é a de compensar as baixas taxas de lucros por meio de ganhos especulativos na esfera financeira. O gráfico a seguir evidencia que, ao mesmo tempo que o PIB cresce pouco, os ativos e derivativos financeiros não param de expandir.¹¹⁰

¹⁰⁷ Cf. DARDOT & LAVAL, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, 2020; Cf. BOLTANSKI & CHIAPELLO, *O novo espírito do capitalismo*, [1999] 2020.

¹⁰⁸ Cf. SAAD FILHO, *Neoliberalismo: uma análise marxista*, 2015; Cf. DARDOT & LAVAL, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, 2020.

¹⁰⁹ *Ibidem*, 2015.

¹¹⁰ MELLO, *A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito*, 2021, p. 149.

**Desconexão entre as finanças internacionais e a economia real:
 PIB nominal, ativos financeiros e derivativos financeiros
 no âmbito mundial, 1980-2014**
(Em trilhões de dólares)

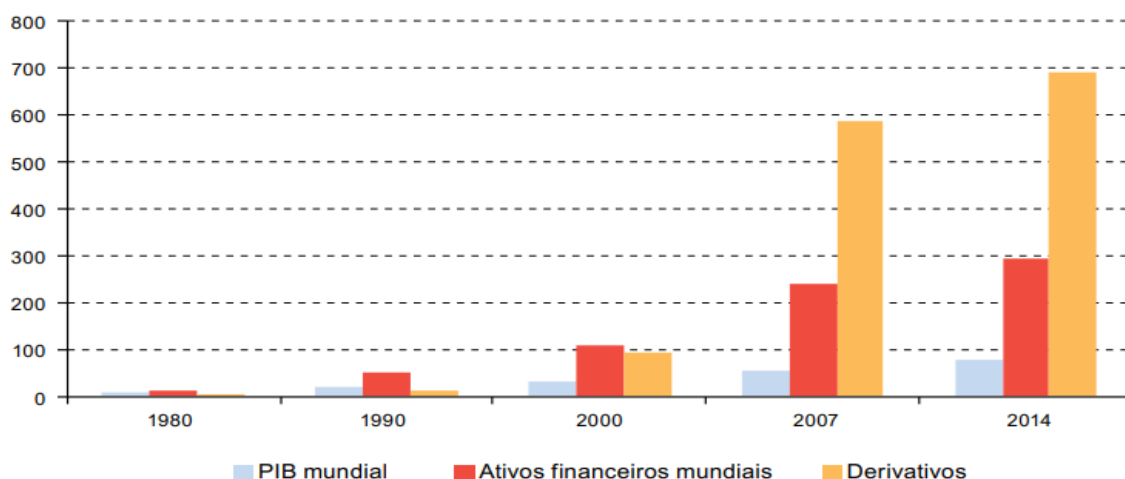


Gráfico 01. Desconexão entre finanças e economia real. Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (cepal), com base em cifras do Banco de Pagamentos Internacionais (bpi) e Banco Mundial, World Development Indicators, 2015.

O ponto a que interessa chegar aqui, a partir de todo esse panorama, é que, à medida que o capital se lança ao mundo, como desdobramento lógico de sua constituição, também penetra cada vez mais todos os fios do tecido social e da vida cotidiana.

Se na virada do século XIX para o XX o crédito compreendia parte específica da sociedade, como as empresas, como as empresas e os Estados nacionais, sendo as dívidas dos trabalhadores algo de pequena importância para a reprodução do capital, a situação é outra nesse começo de século XXI. Não apenas as empresas e os Estados nacionais fazem essas dívidas como também dependem da incorporação das mais diversas esferas da vida privada à lógica do endividamento, de modo que os gastos cotidianos dos trabalhadores são transformados em operações de crédito, cujo volume compõe a sustentação da turbulenta reprodução do capital no seu atual estágio.¹¹¹

Para o economista Alfredo Saad Filho, o capitalismo sob a forma da financeirização opera impondo uma série de modalidades específicas de disciplinas sociais que incidem, principalmente, sobre o Estado, o capital industrial e a classe trabalhadora.

¹¹¹ NAKATANI & BRAGA, O sistema de crédito moderno, 2021, p. 101.

Não resta dúvidas de que a classe trabalhadora é a mais atingida nesse processo. Nas últimas três décadas, milhões de trabalhadores foram forçosamente incorporados aos circuitos transnacionais de acumulação. Para o autor, na classe trabalhadora, a disciplina social foi imposta mediante a financeirização de sua reprodução, especialmente por meio da expansão do crédito pessoal nas últimas duas décadas.¹¹²

Para Nancy Fraser, a característica central do capitalismo financeirizado é a dívida. Segundo ela, para compreendermos o momento histórico atual, devemos entender como a dívida “flui entre Estados, regiões, comunidades, famílias e empresas”.¹¹³ Esse regime está reconfigurando as características constitutivas do capitalismo, e o resultado tem sido a ampliação da dominação do capital sobre “suas condições de possibilidade de fundo”, que são a reprodução social, o ambiente natural e, o mais importante, os poderes públicos, que sempre foram indispensáveis a uma economia capitalista.¹¹⁴

Para Max Haiven, professor e escritor canadense, ao mesmo tempo em que a financeirização introduz uma série de particularidades nos mercados financeiros, ela costura esses mercados mais profundamente no tecido da vida cotidiana.¹¹⁵ O filósofo francês Henri Lefebvre, nos três livros intitulados *Crítica da vida cotidiana* (1947, 1961, 1981) e em *A vida cotidiana no mundo moderno* (1968) evidencia a importância de uma compreensão conjunta de capital e vida cotidiana. Para ele, se existe alguma possibilidade de mudança social, ela está no cotidiano. No contexto atual de financeirização, isso significa que é necessário aliar sua compreensão à vida cotidiana. À medida que me aprofundo no estudo de caso desta dissertação, demonstro o estreitamento do capital fictício, capital portador de juros e do sistema de crédito — isto é, da financeirização — na vida cotidiana periférica.

¹¹² SAAD FILHO, *Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?*, 2011.

¹¹³ FRASER, *Contradições entre capital e cuidado*, 2020, p. 278.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 264.

¹¹⁵ HAIVEN, *Financial Totalitarianism [Totalitarismo financeiro]*, 2013.

2.2. Financeirização das políticas sociais no Brasil

Dado que o estudo de caso aqui abordado envolve a articulação dos negócios de impacto social com o mercado financeiro, bem como as consequências disso em territórios periféricos, cabe entender alguns marcos históricos dos impactos do capitalismo financeirizado no conjunto da vida social brasileira, especificamente por meio da sua articulação com políticas sociais relacionadas ao acesso a crédito e consumo, e ao endividamento. O capitalismo é capitalismo em todo mundo, mas sua manifestação em cada contexto precisa ser analisada em suas particularidades. Tomo por pressuposto para isso um entendimento do Estado como “uma condensação particular de redes e relações de força numa sociedade, as quais permitem que sejam produzidas e reproduzidas relações de exploração e dominação”,¹¹⁶ ou seja, a estrutura essencialmente capitalista do próprio Estado.

Lena Lavinias, Eliane Araújo e Miguel Bruno realizaram um estudo para compreender a periodização da financeirização no Brasil. Eles apontam que esse processo teve início em 1970, avançando mais nos anos 1980, como *financeirização elitizada*, e que, a partir de 1994, desenvolveu-se como *financeirização em massa*. A partir desse momento e nas primeiras décadas dos anos 2000, a financeirização se consolidou e passou a incorporar também as políticas sociais no Brasil, tendo a dívida como um dos mecanismos que alimentam esse processo. A intensificação dessa dinâmica foi apoiada pelo aumento da chamada *bancarização* e pela ampliação do crédito — especialmente o consignado — ao consumo para a classe trabalhadora.¹¹⁷

Para a socióloga Cláudia Sciré, houve, no final dos anos 1990, mudanças nas relações entre consumo, poupança e crédito popular. O Plano Real, o fim da inflação na economia e a abertura comercial brasileira “permitiram a estabilização do sistema financeiro no país e abriram as portas para que o mercado de crédito sofresse

¹¹⁶ OSÓRIO, O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder, 2019, p. 21.

¹¹⁷ LAVINIAS et al., Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória, 2017; cf. BRETAS, *Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais no Brasil*, 2020.

alterações”.¹¹⁸ Esse movimento gerou novas formas de concessão de crédito, com juros mais baixos e estáveis e com prazos de pagamento mais extensos.

A partir disso, houve uma proliferação exponencial dos cartões de crédito como meio de pagamento para os mais pobres. As administradoras de cartões, como forma de expansão de suas bandeiras, começaram a desenvolver estratégias para incorporar certas faixas mais pobres da população. Esses processos se estabeleceram na década de 1990, quando surgiram produtos financeiros que incluíam micropoupança, microsseguro, *microleasing*, tanto dentro do sistema bancário tradicional quanto fora dele. O conjunto desses fatores, aliado à lógica de reprodução capitalista financeirizada mundial, reconfigurou a forma de consumo popular, algo que se intensificou nos anos 2000.¹¹⁹

Nas gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência da República — Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2011) e Dilma Rousseff (2012–2016) —, a pauta que dominou as políticas públicas foi o combate à pobreza como tal, não o combate a suas causas. Houve, de fato, um aumento da capacidade de compra de bens e serviços de uma grande parcela da população. A questão da pobreza foi tratada mediante políticas de inclusão pelo consumo e de inclusão financeira, mantendo, aliada a isso, uma conciliação de classes. Nesse sentido, as três principais ações internas dos governos de Lula e Dilma foram a transferência de renda focalizada, os aumentos na renda salarial dos trabalhadores e o estímulo das compras a crédito. Para a sua concretização, foi necessária a massiva bancarização dos pobres. A chamada inclusão financeira se tornou política de Estado.¹²⁰

Com a população tendo mais acesso ao crédito e ao consumo, órgãos governamentais e veículos midiáticos começaram a festejar o surgimento do que seria uma ‘nova classe média’, como se, finalmente, houvesse ascensão dos pobres. O professor de história Mathias Luce faz uma crítica precisa a essa questão.¹²¹ Ele argumenta que o discurso por trás do surgimento de uma nova classe média ignorou

¹¹⁸ SCIRÉ, “Financeirização da pobreza”: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo, 2009.

¹¹⁹ TEIXEIRA, FinTechs e microcrédito, 2020.

¹²⁰ Cf. ARRUDA, Crédito ao consumo na economia brasileira contemporânea, 2019; cf. ANDERSON, Brasil à parte: 1964–2019, 2020.

¹²¹ LUCE, Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, 2013.

algumas determinantes fundamentais: o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar os valores de uso relacionados ao consumo, e o barateamento de vários produtos que antes eram considerados supérfluos, mas que passaram à condição de bens necessários. Além disso, a ideologia da nova classe média ainda esvaziou o verdadeiro significado de classe social, restringindo-o à estratificação de renda e potenciais de consumo. Luce argumenta que, se a única forma de acesso dos trabalhadores a bens de consumo for o endividamento ou a submissão a uma carga extra de trabalho, é porque estamos diante de um aumento da força de trabalho sem aumentar seu pagamento. O endividamento familiar tem relação direta com a superexploração de trabalhadoras e trabalhadores.

Nina Madsen, socióloga e feminista, também propõe uma visão crítica sobre o discurso da ‘ascensão da classe C’. Ela constata uma mudança negativa no sentido e no desenho de políticas para o enfrentamento da pobreza. Analisando essa problemática a partir de uma perspectiva feminista, ela afirma que o acesso a níveis mais altos de consumo de uma porção importante da população sustentou-se por meio do endividamento massivo dos lares e da superexploração do trabalho não remunerado das mulheres.¹²²

É verdade que, nos primeiros anos do governo do PT, a classe trabalhadora sentiu uma melhora significativa na qualidade de vida. No entanto, com a crise de 2008 e com o fim do *boom das commodities*, em 2011, a remuneração dos trabalhadores não acompanhou o aumento de suas necessidades monetarizadas. Manter o consumo exigiu o endividamento das famílias.¹²³ Ou seja, para que a expansão do mercado interno, mediante estímulo de crédito, fosse possível, houve, no primeiro governo do PT, uma conjuntura internacional significativamente favorável. Nesse período, chamado de *boom das commodities*, os preços de produtos como o petróleo e os metais subiram de forma constante graças à demanda crescente de economias como a da China e a da Índia. Sobre isso, o historiador marxista Perry Anderson, pontua que:

¹²² MADSEN, Entre a dupla jornada e a discriminação contínua: um olhar feminista sobre o discurso da ‘nova classe média’, 2013.

¹²³ Ibidem.

No fim do segundo mandato de Lula, a fatia de *commodities primárias* do pacote de exportação subiu de 28% para 41% e a de bens manufaturados caiu de 55% para 44%. No fim do primeiro mandato de Dilma, as matérias-primas eram responsáveis por mais da metade das exportações. *Mas, de 2011 em diante, o preço dos principais itens comercializados pelo país entrou em colapso. Em consonância com o fim da bonança no exterior, o consumo interno estancou. [...] Quando Dilma foi reeleita, no final de 2014, o pagamento de juros sobre crédito absorvia mais de um quinto da renda média disponível aos brasileiros [grifos meus].*¹²⁴

Então, o que significa essa ‘inclusão financeira’ como política de massas? Se, em algum momento, existiu algum tipo de inclusão, dava-se por meio do acesso ao emprego e a direitos sociais essenciais à reprodução da vida. Atualmente, no neoliberalismo, o que aparece como garantia de acesso a direitos são créditos aliados a formas de endividamento. “Que tipos de acesso e que tipos de inclusão financeira essas políticas estão realmente criando?”¹²⁵

Tanto a ampliação e diversificação do crédito para setores populares quanto os programas de transferência de renda “ampliaram significativamente a relação da classe trabalhadora com as instituições financeiras”. As políticas sociais foram reconfiguradas em consonância com as mudanças no padrão de reprodução do capitalismo no mundo, pautado na financeirização.¹²⁶ A economista Tatiana Brettas defende que o ‘estímulo ao crédito’ tem duplo caráter: por um lado facilitou o acesso aos bens de consumo, melhorando a qualidade de vida de muitas pessoas; por outro lado, também foi responsável por inseri-las no circuito financeiro, contribuindo para o comprometimento de parcelas expressivas das rendas dos mais pobres.

Para termos uma ideia do volume total dos empréstimos no país, este número saltou de 28,1% do PIB, em 2005, para 54,1% em 2013. Não foi à toa que houve a ampliação das possibilidades de consumo significativamente atreladas a um crescimento do endividamento das famílias. *É possível*

¹²⁴ ANDERSON, *Brasil à parte: 1964-2019*, 2020, p. 94.

¹²⁵ Entrevista de Coletivo Sycorax a Verónica, no podcast Coletivo Sycorax, episódio “A financeirização da vida”, disponibilizado no Spotify em 12/01/2021.

¹²⁶ Cf. BRETTAS, *Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais no Brasil*, 2020.

*perceber, nessas medidas, a grande habilidade que o governo tinha de atender aos interesses do grande capital sem deixar totalmente de lado as demandas da classe trabalhadora [grifo meu].*¹²⁷

Outro programa que também tem esse duplo caráter e também está relacionado à financeirização das políticas sociais é o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), uma política de transferência de renda adotada nas gestões do PT. O programa, que tem protagonismo feminino, foi uma importante conquista das lutas sociais e ainda fornece ajuda direta a quem necessita. Por isso, não cabe analisá-lo com um olhar moralista ou negar sua importância. Ao mesmo tempo, ele inseriu milhões de pessoas no sistema bancário, abrindo as portas para outros serviços oferecidos por essas instituições. A economista Tatiana Brettas enfatiza que, enquanto o Bolsa Família foi essencial para elevar a assistência social ao status de política social (pois, até a Constituição de 1988, isso era considerado filantropia), ele também foi uma forma de alimentar o capital portador de juros, ao permitir a drenagem de recursos do fundo público e de famílias de baixa renda em sua direção.¹²⁸

Estes programas de transferência de renda não se limitam à política de Assistência e, apesar dos benefícios terem valores muito baixos, representam montantes expressivos no seu conjunto. Em 2015, o governo federal desembolsou R\$26,9 bilhões somente com o Bolsa Família. Estes recursos ficam disponíveis para os bancos enquanto os beneficiários não os retiram das contas, permitindo que sejam objeto de operações a serviço das instituições financeiras.¹²⁹

A economista Paula Sarno demonstra que, em uma avaliação apresentada pelo próprio governo do PT, a experiência de bancarização, majoritariamente de mulheres de baixa renda, resultou num aprofundamento das dificuldades financeiras dessa parcela da população, ocasionando endividamento, aquisição de serviços fora de

¹²⁷ BRETTAS, *Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula*, 2013, p. 260.

¹²⁸ *Ibidem*,.

¹²⁹ BRETTAS, *Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais no Brasil*, 2017, p. 68.

suas necessidades e falta de compreensão do sistema em que estavam sendo inseridas.¹³⁰

Além disso, é necessário destacar que, no período dos governos do PT, pessoas que não tinham acesso ao ensino superior público e gratuito, tiveram a oportunidade de acessá-lo por meio do FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior) e do PROUNI (Programa Universidade para Todos). O FIES estabeleceu uma linha de crédito para estudantes matriculados no ensino superior privado, que também contribuiu para aumentar o endividamento das famílias, e o PROUNI concedeu bolsas financiadas pelo Estado via isenções fiscais. A ampliação do acesso ao ensino superior propiciada por esses programas abriu perspectivas a uma parte da população, mas, ao mesmo tempo, “são as bolsas (ou o crédito) o centro da atuação da política educacional e o setor privado é o grande beneficiário”.¹³¹ Em paralelo, cabe ressaltar que o governo do PT também instituiu a Lei de Cotas e ampliou substancialmente as vagas nas universidades públicas e nos institutos federais.

Processos como os acima mencionados, com seu estímulo à bancarização e ao crédito, evidenciam que a “financeirização das políticas sociais articula, de forma contraditória, políticas voltadas para a garantia de direitos a mecanismos de expropriação financeira”.¹³² Ao mesmo tempo que a financeirização permitiu a abrangência das políticas sociais, também atendeu aos interesses do capital.¹³³ Não por acaso, os bancos tiveram lucros recordes nos Governos do PT.¹³⁴

Para Silvia Federici, está em curso no mundo “a financeirização da reprodução social”, já que um número crescente de pessoas (estudantes, beneficiários de programas sociais, aposentados) se vê forçado a contrair empréstimos bancários para adquirir serviços que o Estado antes (em países de capitalismo central mais do que em países de capitalismo periférico) subsidiava, “de modo que muitas atividades reprodutivas se tornaram locais imediatos de acumulação do capital”.¹³⁵

¹³⁰ SARNO, Notas sobre endividamento das famílias no Brasil recente, 2020, p. 72.

¹³¹ BRETTAS, Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais no Brasil, 2017, p. 70.

¹³² Ibidem, 2017, p. 71.

¹³³ Ibidem.

¹³⁴ Novo, Na era Lula, bancos tiveram lucro recorde de R\$ 199 bilhões, 2011.

¹³⁵ FEDERICI, *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, 2022.

Cabe aqui ressaltar aqui que não se trata de buscar culpados. O desenvolvimento desses processos não foi simplesmente culpa de um governo. O Brasil não está isolado da lógica mundial de reprodução do capital. As mudanças nas políticas sociais que lhes conferiram caráter financeirizado fazem parte da dinâmica do capital no atual momento histórico, ao mesmo tempo que se configuraram como elemento legitimador da ‘conciliação de classes’.¹³⁶ Maurizio Lazzarato, sociólogo e filósofo italiano defende que o caráter financeirizado das políticas sociais — hegemônico no mundo — tem sido responsável por uma transformação dos pobres e de uma significativa fração da classe trabalhadora em “homens endividados”.¹³⁷ Para Lazzarato, as políticas de acesso ao crédito parecem, na atualidade,

[...] se tornar quase tão importante quanto salários para estimular o crescimento da demanda durante o último ciclo econômico do Brasil. Se os salários dobraram, o crédito para o consumo quadruplicou, tendo sido responsável por quase 45 por cento do aumento da renda familiar e por um terço do crescimento do PIB. *O acesso ao crédito, que tinha como objetivo reduzir a pobreza, funcionou também como ‘o cavalo de Tróia’ com a qual a financeirização se introduziu na vida cotidiana de milhões de brasileiros, sobretudo dos mais pobres (‘inclusão pela finança’) [grifo meu].*¹³⁸

A crítica de Lazzarato é precisa ao atentar para a relação neoliberal credor-devedor como técnica eficaz de controle transversal dos grupos sociais, capaz de funcionar com o pobre, o desempregado, o assalariado e o aposentado. “A estratégia neoliberal não é econômica sem ser, ao mesmo tempo, subjetiva”.¹³⁹ A lógica de controle via endividamento tem sido concebida como forma de docilização e de sujeição dos mais pobres. A ideia é a de transformar o pobre em empreendedor submetido “a uma disciplina, uma forma de vida e uma maneira de pensar e agir”, supostamente capaz de gerir — se tiver acesso ao crédito — todo e qualquer aspecto da sua vida cotidiana individual, assumindo completamente os riscos que o endividamento comporta.¹⁴⁰

¹³⁶ Cf. ARRUDA, Crédito ao consumo na economia brasileira contemporânea, 2019.

¹³⁷ LAZZARATO, *Fascismo ou revolução?: o neoliberalismo em chave estratégica*, 2019, p. 28.

¹³⁸ Ibidem, p. 29.

¹³⁹ Ibidem, p. 31.

¹⁴⁰ Ibidem.

Mais que fornecer serviços, é preciso distribuir dinheiro, ou, melhor ainda, crédito, que o indivíduo gastará no mercado dos prestadores de serviços aberto à concorrência, transformando assim o usuário social em cliente endividado.¹⁴¹

Nesse sentido, para Lazzarato, por trás da lógica estrutural e neoliberal de reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida dos trabalhadores via mecanismos financeiros, está a lógica de que o crédito passa a ser reduzido a mero instrumento, supostamente de caráter neutro, adaptável a qualquer projeto político, “quando na verdade continua a ser a arma mais abstrata e mais poderosa do capitalismo”.¹⁴²

No Brasil, essa trajetória de “bancarização dos pobres”, de “inclusão pelo consumo” e de “inclusão financeira”, além de aproximar os pobres do sistema financeiro, tem sido acompanhada — sobretudo a partir do golpe de 2016, da gestão presidencial de Jair Bolsonaro e das crises aceleradas pela pandemia — de desemprego, intensificação da exploração do trabalho e endividamento sistemático das classes de menor renda. A pobreza tem muitas causas, mas a falta de crédito não é uma delas. Quais garantias básicas de reprodução da vida essas pessoas têm? Mais uma vez: onde, como e sob quais condições estão morando? Enquanto o capitalismo continuar exigindo cada vez mais horas de trabalho não remunerado das mulheres e continuar forçando a redução da oferta de assistência social pública, “pressionará até o limite as famílias e as comunidades”.¹⁴³ No Brasil, esse limite já foi ultrapassado. Para ‘administrar o colapso’, as mulheres têm buscado equilibrar vidas cotidianas periféricas de toda forma, “no fio da navalha da sobrevivência”.¹⁴⁴ Estão no beco sem saída, entre a precarização e privatização dos serviços públicos e a oferta de crédito para obter acesso a serviços privados equivalentes. “Uma dupla pinça que por um lado destitui a população de direitos e, por outro, abre novos caminhos de exploração, especialmente nas economias informais não assalariadas”.¹⁴⁵

¹⁴¹ Ibidem, pp. 31-32.

¹⁴² LAZZARATO, *Fascismo ou revolução?: o neoliberalismo em chave estratégica*, 2019, p. 36.

¹⁴³ Cf. ARRUZA et al., *Feminismo para os 99%: um manifesto*, 2019.

¹⁴⁴ GONÇALVES, *Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes*, 2019.

¹⁴⁵ RODRIGUEZ, *O sistema financeiro e o endividamento de mulheres*, 2020.

Cabe ressaltar, mais uma vez, que me distancio de qualquer crítica moral, moralista ou moralizante ao sistema de crédito e ao sistema da dívida. Como comentei no início do trabalho, compreendo a financeirização como um elemento orgânico do próprio processo contraditório de funcionamento do capitalismo. Ainda que paliativos para aliviar a situação atual sejam necessários e urgentes, especialmente no Brasil, é impossível ‘corrigir’ o capitalismo dentro do próprio capitalismo. É necessário superá-lo.

“Diante das condições de violência de que o capitalismo precisa para se reproduzir, quanto é possível suportar?”¹⁴⁶ Nos últimos anos, o que entendo por um processo de financeirização das políticas sociais ou, em última instância, da reprodução social tem acelerado no Brasil. Por isso, colocar uma lente de aumento no espaço doméstico — que é um espaço já marcado por diversos tipos de violência — e analisá-lo a partir de uma perspectiva feminista sobre a produção da moradia e sobre as finanças é importante e estratégico.

2.3. Programas habitacionais e inadequação edilícia

Déficit habitacional e autoprodução de moradias foram indispensáveis à urbanização e à industrialização do Brasil, e continuam sustentando nossa inserção na ordem mundial. “Se todas as pessoas tivessem plenas condições de comprar um imóvel, a preço de mercado e sem subsídios, não haveria mão de obra barata nas cidades e as taxas de lucros caíam significativamente”.¹⁴⁷ Também não surpreende que o déficit habitacional seja feminino, tendo em vista que são as mulheres as mais responsáveis por sustentar as contradições desse sistema em crise permanente. No entanto, essas relações históricas tomam novas formas no contexto da financeirização. Dado que ela abarca o conjunto da vida social, a própria política habitacional também é, potencialmente, uma porta de entrada para a chamada inclusão financeira. A relação da moradia com a financeirização não é nova nos estudos urbanos. Existem várias frentes de pesquisas ocupadas dessa temática, seja correlacionando agentes do

¹⁴⁶ GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019, p. 175.

¹⁴⁷ KAPP, *Produção capitalista do espaço cotidiano*. In: *Notas de aula*, 2020; KAPP & MORENO, *Moradia, melhoria, assessoria*, 2021.

processo, instrumentos financeiros e políticas públicas, seja analisando separadamente cada um desses pontos.¹⁴⁸

Emblemático, no contexto da financeirização dos programas habitacionais no Brasil, foi Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), também uma política dos governos do PT, que priorizou a titularidade do imóvel para as mulheres (algo que não deixa de reforçar convicções acerca do papel da mulher no âmbito doméstico). A lógica do seu financiamento imobiliário entrelaçou uma necessidade social à concessão de crédito via instituições financeiras, com subsídio, direção e legislação promovidos pelo Estado. O prazo de quitação dos imóveis pelos beneficiários do programa era de até dez anos (120 meses). A consequência foi a já exposta aqui: a integração de amplos segmentos da classe trabalhadora na dinâmica de reprodução (ampliada) do capital, ainda que o Estado subsidiasse a aquisição da moradia e, por extensão, o lucro do respectivo capital de construção. Assim, por exemplo, mulheres do Norte e do Nordeste do Brasil entrevistadas no contexto da pesquisa intitulada *O sistema financeiro e o endividamento de mulheres*, organizada por Graciela Rodriguez, mencionaram o endividamento que têm com a Caixa Econômica Federal por conta do PMCMV. Para elas, essa dívida gera angústia por ser de longa duração e por sentirem que levarão a vida toda pagando.¹⁴⁹

À diferença do déficit *quantitativo*, cuja 'solução' sempre tem sido a produção de novas unidades habitacionais mediante programas como o PMCMV, as chamadas inadequações edilícias, que compõem o déficit *qualitativo*, tendem a ficar à margem de programas habitacionais e urbanos. Segundo as definições da Fundação João Pinheiro, os aspectos considerados na modalidade da inadequação edilícia são: inexistência de banheiro exclusivo na unidade habitacional; inexistência de armazenamento de água; piso e cobertura inadequados; e adensamento excessivo em domicílios próprios. Ela se distingue da modalidade da inadequação urbanística, que caracteriza demandas de melhorias urbanas (energia elétrica, abastecimento de

¹⁴⁸ Cf. ROLNIK, *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, 2015; cf. SHIMBO & RUFINO, *Financeirização e estudos urbanos na América Latina*, 2019; cf. GUERREIRO, *Os movimentos de moradia em meio à financeirização da habitação: O PMCMV Entidades e o neoliberalismo*, 2019.

¹⁴⁹ RODRIGUEZ, *O sistema financeiro e o endividamento de mulheres*, 2020.

água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), e da inadequação fundiária, que corresponde a imóveis em terrenos não próprios.

Atualmente, o déficit da inadequação edilícia compreende cerca de onze milhões de moradias no Brasil. A provável razão para que as inadequações edilícias tenham sido negligenciadas nos programas públicos é sua porcentagem relativamente pequena, que promete pouco lucro político, mas também o fato de que, para combatê-las, seriam necessárias ações múltiplas e dispersas no espaço, o que promete pouco lucro econômico.¹⁵⁰

Durante os governos do PT, o único programa público de financiamento relacionado especificamente a inadequações edilícias foi o CONSTRUCARD, uma linha de crédito pré-aprovado, destinado à compra de materiais de construção e à contratação de serviços especializados. O agente financeiro era a Caixa Econômica Federal, não havia produtos pré-selecionados e o limite de financiamento variava conforme a aprovação do crédito. Os juros cobrados eram entre 2,33 por cento e 2,40 por cento ao mês, e o parcelamento em até 240 vezes. O programa foi formulado para fornecer o crédito apenas individualmente e não incluía o serviço de assessoria técnica. Além disso, exigia que o imóvel estivesse regularizado e a titularidade ou posse fosse comprovada, o que já excluía boa parte da população e, também, interditava a participação de pessoas com 'nome negativado', isto é, registro de dívida no Cadastro de Pessoas Físicas. E, como já discutido no tópico anterior, o acesso ao programa gerava, obrigatoriamente, o endividamento das famílias.

Além dele, havia também as Cartas de Crédito Individual da Caixa Econômica, um programa de financiamento mais abrangente para construção ou reforma de imóveis por pessoas físicas, via recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O programa era voltado para famílias com renda bruta mensal de no mínimo cinco mil reais, excluindo boa parte da população mais pobre. Além disso, apresentava uma burocracia excessiva e fornecia somente o crédito, sem nenhum tipo de assessoria técnica, ou seja, era já alinhado à ideologia neoliberal discutida no tópico anterior.

¹⁵⁰ KAPP & MORENO, Moradia, melhoria, assessoria, 2021.

Na gestão de Michel Temer, foi criado o programa Cartão Reforma (lei 13.439, de 27 de abril de 2017), que disponibilizaria, a fundo perdido, até 9.500 reais por família para auxiliar em reformas e construções da casa própria. O programa era destinado a famílias com renda mensal de até 2.811 reais. Não previa assistência técnica, a não ser para fiscalizar a utilização dos recursos, mas, pelo menos, não geraria endividamento.¹⁵¹ No entanto, ele praticamente não saiu do papel e foi suspenso porque “os idealizadores do programa avaliaram os riscos e tiveram a conclusão que os custos seriam além do planejado”. O planejamento inicial era atender mais de cem mil pessoas, mas somente dez pessoas foram beneficiadas.¹⁵²

Atualmente, há o programa habitacional Casa Verde e Amarela (PCVA), lançado em agosto de 2020, em substituição ao antigo PMCMV. No PCVA, à diferença do PMCMV, não há construção de casas para famílias da chamada faixa 1 (renda mensal de até dois mil reais), que são as que mais necessitam. Para essa faixa de renda, há somente as modalidades de regularização fundiária e de reforma de imóveis, para quem já possui casa própria. A meta divulgada foi a de atender 130 mil unidades habitacionais. No entanto, além desse número ser insignificante frente ao déficit da inadequação edilícia, esses programas não estão vinculados a políticas mais amplas, que viabilizem intervenções estruturais e fundamentais à garantia de condições de moradia digna, configurando-se como intervenções de pequeno porte, incapazes de resolver problemas estruturais.¹⁵³

Cabe pontuar aqui que Raquel Rolnik e Isadora Guerreiro alertam sobre a real motivação da modalidade de regularização fundiária do programa. Elas pontuam que não se trata de uma política urbana pública para incorporar assentamentos à cidade. Na realidade, trata-se uma ação em que “empresas privadas ofertarão seus serviços para as áreas que elas mesmas selecionam”. As famílias serão as responsáveis por pagar pela terra.¹⁵⁴

¹⁵¹ Cf. CARDOSO & LOPES, Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional, 2022.

¹⁵² ANDRADE, Cartão Reforma 2022: Inscrição, valor e como solicitar?, 2022.

¹⁵³ Cf. GT HABITAÇÃO E CIDADE, Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal, 2020; cf. MARETTI, Programa Casa Verde e Amarela é insignificante e ridículo, diz Miriam Belchior, 2020.

¹⁵⁴ ROLNIK & GUERREIRO, Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade, 2020.

o PCVA apenas adianta recursos para empresas de regularização fundiária fazerem mediação de conflitos, estabelecerem preço pela terra junto ao proprietário (que pode ser a própria empresa), projetarem e aprovarem o loteamento (sem implantarem infraestrutura) e, principalmente, intermediarem os pagamentos, com seus 'custos operacionais'.¹⁵⁵

O objetivo do governo, com essa medida, é “a titulação em massa de imóveis irregulares”, com a intenção de que se valorizem e de que as famílias possam, segundo seus idealizadores, “extrair valor de suas casas”. Isso significa que as pessoas, com a titularização do imóvel, serão capazes de fazer empréstimos usando seus imóveis como garantia; o que seria mais uma forma de ampliar o alcance do mercado de crédito para a população mais pobre e de “preparar o terreno para securitização de suas dívidas”, que poderão ser comercializadas nos bancos e vendidas para fundos de investimentos ou agentes financeiros. Em outras palavras, segundo Raquel Rolnik e Isadora Guerreiro, o PCVA nada mais é do que um “oferecimento das dívidas imobiliárias das famílias como nova isca para o mercado financeiro”.¹⁵⁶ Essa medida foi inspirada nas ideias — já “amplamente avaliadas como fracassadas” — do economista peruano Hernando de Soto que, nos anos 1980, difundiu a ideia de que imóveis não registrados nas favelas seriam 'capital morto' e apontava que os pobres só seriam capazes de se integrar ao mundo moderno quando tivessem a titulação desses imóveis.¹⁵⁷ Em suma, a política pública do PCVA só revela um aprofundamento das questões aqui já discutidas a respeito da relação da financeirização das políticas sociais com o endividamento familiar.

Em abril de 2021, foi anunciado um corte de 98 por cento dos recursos destinados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que é responsável pelo financiamento da faixa 1 do PCVA. A redução representa cerca de 1,5 bilhões de reais. Essa decisão deixou o programa habitacional com apenas 27 milhões de reais e deve paralisar as obras de cerca de 250 mil casas, além de afetar mais de 250 mil empregos diretos e 500 mil indiretos ou induzidos.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ Ibidem; cf. DE SOTO, *O mistério do capital*, 2001.

¹⁵⁸ MACHADO, Governo Federal corta 98% dos recursos para o Casa Verde e Amarela, 2021.

Em resumo, as lacunas no que diz respeito a políticas públicas para melhorias habitacionais são muitas, principalmente na atual gestão do poder executivo federal, repleta de apelos populistas, mas que negligencia até as medidas mais básicas de proteção da população (como durante a pandemia). O grande desafio no Brasil, quando se pensa na promoção de políticas públicas nessa perspectiva, é a altíssima concentração bancária. Cinco bancos detêm 82 por cento do mercado, sendo três privados e dois públicos. Desses cinco bancos, quatro estão entre os mais rentáveis do mundo: Santander Brasil, Itaú, Banco do Brasil e Bradesco.¹⁵⁹ Em governos passados, com todas as contradições, os bancos públicos ainda tinham algum papel nas implementação de políticas públicas; desde o golpe de 2016, esse papel tende a desaparecer por completo.

O negócio de impacto social de melhorias habitacionais aqui estudado surge como resposta a essas lacunas de políticas públicas relacionadas à inadequação edilícia e, sobretudo, como expediente de reprodução do capital no atual momento histórico. Ele surge *com* o intuito de se contrapor ao cenário de crises, apresentando-se como uma solução.

Como já dito, a relação da financeirização com a moradia não é nova. A novidade é como os negócios de impacto social têm aparecido nesse cenário. Isso fica claro em investigações mais recentes, tais como a dissertação de João Chiavone, que aborda negócios de impacto social atuantes no nicho das melhorias habitacionais, mas também nos do aluguel popular e da regularização fundiária. Outro exemplo relevante dessa discussão é o artigo de Isadora Guerreiro, com o eloquente título "Impacto social, Apps e financeirização das lutas: o capital financeiro tem conseguido produzir e gerir a precariedade e sua violência imediata de maneira produtiva".¹⁶⁰

¹⁵⁹ CAMPOS, Dos 10 bancos mais rentáveis do mundo, 4 são brasileiros, 2022.

¹⁶⁰ Cf. SANTORO & CHIAVONE, Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado?, 2020; cf. GUERREIRO, Impacto social, Apps e financeirização das lutas, 2021; Cf. CAVALCANTI et.al., Financiamento urbano: como o movimento de impacto pode ajudar projetos de moradia e urbanismo, 2014.

3. NEGÓCIO DE IMPACTO SOCIAL, MELHORIAS HABITACIONAIS E MERCADO FINANCEIRO

3.1. Introdução ao estudo de caso: Negócios de Impacto Social e empreendedorismo social

Como a Vivenda se autointitula um negócio de impacto social, início sua análise por um breve panorama desse tipo de negócio e de seus agentes (os empreendedores sociais), incluindo origens e características gerais de funcionamento.

O surgimento do negócio de impacto social deriva da articulação do setor empresarial com o ‘social’ — um movimento que começa nos anos 1990, mas ganha força no início dos anos 2000.¹ Ainda não há exatamente um consenso sobre a definição do termo na literatura. Na realidade, existem visões bem diferentes sobre o que seria um negócio de impacto social. Também são comuns os termos “empresas sociais”, “negócios sociais”, “negócios inclusivos”, “negócios com impacto”.² Além de várias outras que tratam da mesma questão: sustentabilidade, responsabilidade social corporativa, performance social das organizações, valor compartilhado, capitalismo consciente e Empresas B (B-CORP).³

No entanto, apesar das diversidades de expressões, a definição conceitual mais aceita para os negócios de impacto social é a de buscar, de forma concomitante, retorno financeiro e geração de algum tipo de impacto social ou ambiental. Seus idealizadores defendem que se trata da “existência de organizações que visam resolver problemas sociais utilizando mecanismos de mercado”.⁴ Para eles, “os dois objetivos, antes vistos como incompatíveis — rentabilidade financeira e criação de valor social — tornaram-se inseparáveis e se transformaram em um elemento-chave”.⁵ Como reforça o lema da Artemísia, instituição pioneira no fomento e na

¹ Cf. NAIGEBORIN, O papel das organizações da sociedade civil na criação e no desenvolvimento de negócios com impacto social, 2020.

² Ibidem; Cf. BARKI et. al., Negócios de Impacto: um conceito em construção, 2020.

³ Cf. BARKI et. al., Negócios de Impacto: um conceito em construção, 2020.

⁴ COMINI et al., O novo campo dos Negócios com impacto social, 2020, p. 62.

⁵ Ibidem, p. 63.

disseminação de negócios de impacto social no Brasil, “entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, fique com os dois”.⁶

Seus apoiadores acreditam que, apesar de novos em sua contextualização, os negócios de impacto social têm o potencial de trazer resposta às crises econômicas, políticas e sociais do capitalismo. A ideia, segundo eles, é “ressignificar os negócios, em busca de melhorar a sociedade”, construindo o que seria uma espécie de “capitalismo mais consciente”,⁷ “capitalismo mais inclusivo”⁸ ou “capitalismo com propósito”,⁹ em que “é preciso nada menos do que uma transformação para uma forma de capitalismo verdadeiramente sustentável”.¹⁰ Em uma *live* de comemoração de sete anos da empresa Vivenda, intitulada “o novo cenário da habitação do Brasil”, foram citados os termos “capitalismo de *stakeholders*” (*stakeholders*, em português, significa partes interessadas), “capitalismo consciente” e “capitalismo paciente”. Foi citado também que essa nova visão do capitalismo é, sobretudo, uma visão disseminada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).¹¹

As justificativas para o surgimento dos negócios de impacto social partem do pressuposto de que as políticas públicas e os recursos filantrópicos não dão mais conta do aumento da demanda e da expectativa por melhores serviços à população. Seus entusiastas entendem que, quando existem tentativas de soluções de questões sociais por parte do Estado, geralmente não alcançam a todos e, mesmo alcançando, não demonstram resultados efetivos. Por isso, defendem que um dos caminhos inovadores para contribuir com a solução desses problemas é o campo dos negócios de impacto social, compreendendo os empreendedores sociais como atores supostamente mais capazes de responder e solucionar problemas sociais do que o Estado.¹² Eles entendem que os empreendedores sociais são atores capazes de

⁶ Frase retirada do site da Artemisia, uma organização sem fins lucrativos, pioneira na disseminação e no fomento a negócios de impacto social no Brasil.

⁷ BARKI et. al., *Negócios de Impacto: um conceito em construção*, 2020, p. 495.

⁸ BARKI, *Negócios de impacto: tendência ou modismo?*, 2015, p. 16.

⁹ HART, *Capitalismo movido por propósito*, 2019, p. 23.

¹⁰ *Ibidem*, p. 24.

¹¹ *Live* de comemoração de sete anos da Vivenda, via Youtube, em 9/4/2021, sob o título “*Vivenda 7 anos*”.

¹² Cf. CRUZ et. al, *O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras*, 2019.

reconhecer quando “a sociedade está estacionada em um paradigma ineficiente”.¹³ Assim, as lacunas nos campos da saúde, da habitação e da educação públicas são vistas como “campos férteis de possibilidades para novos negócios de impacto social”.¹⁴

Seus entusiastas também partem do pressuposto de que, para preencher as lacunas das políticas públicas, é necessário um alto grau de inovação. Segundo Antônio Neto e Nina Valentini, especialistas em negócios de impacto, não basta criar algo novo e acessível, “é preciso educar os consumidores para a melhor utilização dos produtos e serviços, o que requer tanto certa adaptabilidade dos negócios quanto flexibilidade”.¹⁵

Como a conceituação dos negócios de impacto social, as definições do que seria o empreendedor social também são imprecisas. O termo empreendedorismo social (*social entrepreneurship*) parece ter tido origem nos Estados Unidos e, assim como o termo negócio de impacto social, remonta à década de 1990.¹⁶ Em linhas gerais, “empreendedor [convencional] é aquele que cria uma nova demanda, uma nova necessidade capaz de transformar valores, podendo ser ou não uma empresa”,¹⁷ mas ele está focado somente em seu lucro individual. Já a figura do empreendedor social diz respeito a alguém supostamente “capaz de apontar tendências e soluções inovadoras para problemas sociais e ambientais”.¹⁸ Para Bill Drayton, fundador da Ashoka, uma organização pioneira no campo do empreendedorismo social:

Os empreendedores sociais são a força corretiva essencial. São empreendedores da mudança sistêmica e indivíduos cuja essência, e conseqüentemente, cujas ações estão profundamente comprometidas para o bem estar comum [grifo meu].¹⁹

¹³ NAIGEBORIN, O papel das organizações da sociedade civil na criação e no desenvolvimento de negócios com impacto social, 2020, p. 113.

¹⁴ Cf. NETO & VALENTINI, Empreendedores de negócios com impacto social, 2020, p. 86.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ Cf. BARBALHO & UCHOA, Análise crítica dos empreendedores sociais no Brasil: um referencial teórico-metodológico, 2019.

¹⁷ NETO & VALENTINI, Empreendedores de negócios com impacto social, 2020, p. 85.

¹⁸ Ibidem, p. 87.

¹⁹ Informações retiradas do site da Ashoka Brasil.

Essa “narrativa heroica”²⁰ do empreendedor social que tem a capacidade de solucionar as questões sociais fica bem ilustrada na frase do *trailer* do longa-metragem *Um novo capitalismo*, lançado em 2017: “quando não parece haver saída para combater a pobreza, um grupo de empreendedores propõe uma alternativa: criar um novo capitalismo”. O filme foi produzido pela Talk Filmes e pela Dois e Meio Inteligência em Negócios Sociais. A história contada é a de cinco empreendedores sociais do Brasil, da Índia e do México que relatam ter encontrado a alternativa de construir, por meio dos negócios de impacto, “um novo capitalismo, mais justo e humano”.²¹

Ao se questionar sobre o porquê da discussão dos negócios de impacto social fazer tanto sentido na atualidade, o autor Edgar Barki, administrador de empresas e uma das maiores referências brasileiras do campo, responde que “entre várias explicações possíveis, talvez a melhor seja a busca de um propósito de vida por parte crescente da sociedade”.²²

O indiano Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen — uma iniciativa pioneira de microcrédito que lhe rendeu o prêmio Nobel da Paz e os epítetos 'pai dos pobres' e 'Gandi do capitalismo' —, comentou recentemente que “o capitalismo está numa rota suicida” se continuar operando convencionalmente, isto é, se as empresas continuarem focando somente em seus lucros. Ele recomenda buscar o lucro sem perder de vista o impacto social.²³ Um trecho de Stuart Hart, de um texto intitulado “Capitalismo movido por propósito”, também resume bem a ideia.

Em 2018, Larry Fink, CEO da Black Rock, enviou sua primeira carta para CEOs implorando que as empresas focassem em propósitos para a sociedade (e não apenas em maximizar lucros), [...] uma Reforma “Capitalista”: era finalmente chegada a hora de os negócios serem novamente dirigidos pelas

²⁰ Cf. SINATO, Os discursos globalizantes do empreendedorismo social: narrativas heroicas, mundos possíveis e consumo simbólico, 2016.

²¹ GIFE, Filme “Um Novo Capitalismo” inspira e reflete sobre os negócios de impacto social no mundo, 2017; Trailer do filme “Um novo capitalismo”, via Youtube, em 8/10/2020, sob o título *Um Novo Capitalismo / Trailer*.

²² BARKI, Negócios de impacto: tendência ou modismo?, 2015, p. 16.

²³ GIL, “O mundo está em uma rota suicida”, diz o Nobel da Paz Muhammad Yunus, 2021.

necessidades de todas as partes interessadas, e não apenas as dos sumos sacerdotes de Wall Street, CEOs e elites financeiras.²⁴

Cabe mencionar que a BlackRock, empresa de investimentos de Larry Fink, atualmente, tem sob seu gerenciamento cerca de 8,7 trilhões de dólares em ativos. Segundo a revista Forbes, a fortuna do empresário está avaliada em 1,2 bilhão de dólares.²⁵

Geralmente, em matérias jornalísticas, o termo *empreendedor social* aparece associado ao que Alexandre Barbalho e Carolina Uchoa denominaram “autoajuda empresarial”, que seriam as seguintes expressões: “negócios que estão mudando o mundo’, ‘revolução social das empresas’, ‘ideias que geram lucro e impacto’, ‘desenvolvimento em equilíbrio com os negócios’, ‘alternativa profissional para os jovens’, ‘crie seu próprio emprego’, ‘trabalhe com propósito’”.²⁶ Em resumo, os discursos *mainstream* dos empreendedores sociais giram em torno de unir “lucro e propósito”, “lucro e missão”, numa tentativa de unir “soluções de mercado” ao “bem comum”. Mas o que todas essas expressões — e toda a contextualização aqui exposta — são capazes de nos revelar sobre o momento do capitalismo em que estamos? Respondo essa pergunta à medida que me aprofundo no estudo de caso.

3.2. Caracterizando os negócios de impacto social

Os negócios de impacto social não são homogêneos. Na verdade, variam bastante. Dependendo do caso, podem se aproximar mais de uma lógica de mercado ou de uma lógica voltada ao social. Podem ser desenvolvidos por pequenas, médias e grandes empresas e podem assumir diferentes figuras jurídicas: corporações, empresas com sociedades limitadas e organizações sem fins lucrativos.²⁷

Algumas características comuns desse tipo de negócios são: necessidade de inovação; relevância do produto ou serviço fornecido; criação de uma produção replicável e escalar; construção de parcerias em rede; e proximidade com o público

²⁴ HART, Capitalismo movido por propósito, 2019, p. 19.

²⁵ SUNO, Biografia de Larry Fink, sem data.

²⁶ BARBALHO & UCHOA, Análise crítica dos empreendedores sociais no Brasil: um referencial teórico-metodológico, 2019, p. 485.

²⁷ COMINI et al., O novo campo dos Negócios com impacto social, 2020, p. 52.

alvo ou consumidor de baixa renda. Segundo seus apoiadores, o conhecimento do mercado e “a construção de uma relação de confiança com a população de baixa renda são fundamentais para o sucesso do negócio”.²⁸ Por isso, a propaganda e o discurso dos negócios de impacto são tão fundamentais.

Para a implantação de um negócio de impacto é necessário um investimento inicial. Na maioria das vezes, os idealizadores começam sem dinheiro suficiente para financiar sua empresa e procuram fontes de financiamento. Surgem, assim, os *investimentos de impacto*. “São todos os recursos, públicos e privados, que podem ser direcionados por instrumentos financeiros para organizações, negócios e fundos, comprometidos em gerar impacto social mensurável e rentabilidade financeira”.²⁹ Os investidores podem ser desde indivíduos, corporações, institutos e fundações até bancos, agências de fomento, fundos de pensão, empresas de seguros, organismos multilaterais — como o BID ou o Banco Mundial — e o próprio Estado.³⁰

No geral, os investimentos de impacto possuem três características principais. A primeira é a intenção, por parte do investidor, de geração de algum impacto social ou ambiental. A segunda é o retorno financeiro. O investimento deve gerar lucro ou, no mínimo, o retorno do valor investido. A terceira é a mensuração do impacto. Deve haver um comprometimento em medir e reportar o desempenho do negócio e o progresso do investimento.³¹ Os investimentos de impacto também são vistos como opção estratégica para a diversificação de carteiras de investimentos, já que uma forma de diminuir os riscos de aplicações financeiras é descentralizando-as.³²

O administrador Daniel Izzo explica que, conceitualmente, os investidores de impacto se dividem em dois grupos: os que dão prioridade ao impacto social (*impact first*), mesmo que a rentabilidade esteja abaixo da taxa de mercado; e os que dão preferência ao retorno financeiro (*financial first*). Os investidores do primeiro grupo costumam ser fundações, institutos e outras organizações sem fins lucrativos. A ideia

²⁸ Cf. NETO & VALENTINI, Empreendedores de negócios com impacto social, 2020, p. 87.

²⁹ CRUZ et. al., O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras, 2019, p. 25.

³⁰ Ibidem.

³¹ CAVALCANTI et. al., Financiamento urbano: como o movimento de impacto pode ajudar projetos de moradia e urbanismo, 2014, p. 117.

³² FREITAS et.al., Como as instituições financeiras locais e internacionais estão se posicionando no tema do investimento de impacto, 2017.

é diversificar suas atuações sociais para além da filantropia e adotar uma abordagem de “capitalismo paciente”, isto é, uma abordagem que compreenda um tempo mais longo para o desenvolvimento do negócio e, conseqüentemente, um retorno financeiro a longo prazo. Já no segundo caso, para os *financial first*, o que prevalece é a busca pelo retorno financeiro, mantendo um mínimo aceitável de impacto social. Essa linha defende que é por meio da expansão dos negócios que se torna possível atingir uma escala maior de impacto. Acreditam que, no final, isso beneficiaria um número maior de pessoas. Esses investidores são mais tradicionais e sustentam que “qualquer negócio, seja social ou tradicional, deve ter como finalidade atingir uma grande escala, oferecendo retorno competitivo aos investidores”.³³ Essa seria a definição conceitual, mas, na prática, as fronteiras entre os dois tipos de investidores se tornam bem subjetivas e imprecisas.

Os dados sobre os investimentos de impacto também não são muito precisos. Segundo o relatório do GIIN (*Global Impact Investing Network*), em 2020, já havia cerca de 715 bilhões de dólares investidos em impacto social no mercado global. Dos investidores que controlam essa riqueza, apenas quatro por cento estão localizados na América Latina, Caribe e México. O Brasil já teria ultrapassado a marca de um bilhão de reais nesse segmento de investimento.³⁴ Nesse cenário, já que a pretensão é lucrar com a suposta solução de questões sociais, o Brasil tem sido encarado como um país estratégico para esse tipo de investimento, dada a sua extensão continental, seus infinitos problemas ambientais e sua profunda desigualdade social.³⁵

Em 2013, foi criado no Brasil um grupo de trabalho intitulado Força Tarefa de Finanças Sociais, que reuniu cerca de vinte organizações públicas e privadas. A iniciativa foi do ICE (Inovação em Cidadania Empresarial) com o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A ideia era a de articular uma rede de relações para captação de recursos para negócios de impacto social. Em 2018, a Força Tarefa foi renomeada para Aliança pelos

³³ IZZO, Fontes de financiamento, 2020, p. 154.

³⁴ TEIXEIRA JR., Investimentos de impacto superam R\$ 1 bi no Brasil, aponta pesquisa, 2022.

³⁵ HAND et. al., *Annual impact investor survey 2020*, 2020; ADACHI, “Censo do impacto” aponta que investimentos somam US\$ 715 bilhões no mundo, 2020; RIOS, O Brasil já faz investimento de impacto, mas precisa ser protagonista, 2021; FILLIPE, Estamos na era dos investimentos de impacto, diz Ronald Cohen, 2022.

Investimentos e Negócios de Impacto. Atualmente, já conta com cerca de oitenta organizações envolvidas. Entre elas, estão representantes da academia, do terceiro setor e de setores públicos e privados.³⁶

Mais relacionado aos impactos socioambientais, foi criado, em 2017, o LAB (Laboratório de Inovação Financeira), um fórum que “reúne representantes do governo e da sociedade para debater alternativas inovadoras para o financiamento de investimentos sustentáveis no Brasil”. Ele surgiu de uma parceria entre a ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), o BID e a CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Em 2020, o LAB foi aceito como membro de um grupo seletivo ligado à Onu Meio Ambiente, denominado FC4S (*Financial Centres for Sustainability*). Em 2022, segundo relatório feito pela *Global Finance Magazine*, foi eleito um dos melhores laboratórios de inovação do mundo no segmento de desenvolvimento econômico.³⁷

Uma matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* aponta que, durante o período da pandemia, houve um crescimento dos negócios de impacto socioambiental no Brasil. Em 2019, existiam 1.002 empresas brasileiras que se declararam negócio de impacto. Em 2020, o número passou a 1.300 empresas. Os dados são do PIPE.LABO, um centro de estudos e conhecimento aplicado sobre o mercado de impacto no Brasil. Nesse caso, as crises ambientais, políticas, econômicas e sociais aceleradas pela pandemia da COVID-19 passaram a ser vistas como oportunidades de negócios. Mariana Fonseca, co-fundadora do PIPE.LABO, comenta que, por conta da crise, negócios que atuam “na ponta do problema [...] começaram a ter mais oportunidade de mostrar serviço”.³⁸

Em 2020 também foi anunciada uma parceria do Banco Itaú com a empresa do indiano Muhammad Yunus Negócios Sociais. A iniciativa visou fortalecer seis negócios de impacto social relacionados ao campo da saúde, conectando empresas

³⁶ Informações retiradas do site Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto.

³⁷ GOV-BR, LAB é eleito um dos melhores laboratórios de inovação do mundo em 2022, pela *Global Finance Magazine*, 2022; Cf. CHIAVONE & SANTORO, Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado?, 2020.

³⁸ MARRA, Pandemia acelera mercado de negócios de impacto socioambiental, 2022; GIL, Investimento de impacto cresce e movimenta US\$ 715 milhões, 2022.

a potenciais investidores.³⁹ Atualmente, um importante fomentador das ideias dos negócios de impacto no Brasil é o Banco Itaú que, em 2021, foi eleito o quinto banco mais rentável do mundo.⁴⁰

Além do investimento, os negócios de impacto social também precisam de um aparato de atores que os apoiem e qualifiquem, certifiquem, e os conectem com outros negócios ao longo de suas jornadas. É o que chamam de “ecossistema de soluções” ou “ecossistema empreendedor”. Os negócios precisam, como dizem seus entusiastas, ter “relação com diferentes *stakeholders*”.⁴¹ Contra a ideia de empresas trabalhando de forma isolada, acreditam no trabalho conectado em rede e colaborativo. Isso permite, segundo eles, “que o capital intelectual, financeiro e humano flua para as empresas em todas as fases do desenvolvimento”.⁴²

Um ecossistema de investimentos e negócios de impacto começa a existir quando várias organizações participam dessa agenda de forma coordenada, assumem perspectivas e dinâmicas próprias de interação com outros participantes, e orientam-se em torno da mesma crença: a de que modelos de negócio visando rentabilidade financeira podem somar com governos e terceiro setor na resolução de problemas sociais e ambientais, buscando soluções inovadoras e comprometidas com a efetividade.⁴³

Nessa rede, as incubadoras, as aceleradoras e os consultores especializados em modelos de negócios são atores importantes. As incubadoras costumam ser entidades jurídicas (com ou sem fins lucrativos), que, como o próprio nome sugere, auxiliam o nascimento de micro e pequenas empresas. Seu papel é acompanhar pequenos negócios desde a sua fase inicial até a consolidação de suas atividades, oferecendo suporte técnico, gerencial, administrativo e mercadológico.⁴⁴ As aceleradoras também são entidades jurídicas (com ou sem fins lucrativos), mas, à

³⁹ YUNUS CORPORATE, Itaú BBA e Yunus Negócios Sociais lançam programa de mentoria para negócios de impacto social, 2020.

⁴⁰ DANTAS, Itaú (ITUB4) mais rentável do que JPMorgan: Bancos brasileiros dominam lista de maiores ROEs, 2022.

⁴¹ Cf. COELHO, Entendendo o contexto: relação com diferentes *stakeholders* (governo, grandes corporações e comunidades), 2019.

⁴² CRUZ et. al, O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras, 2019, p. 26.

⁴³ Ibidem, p. 26-27.

⁴⁴ SEBRAE, Como as incubadoras de empresas podem ajudar o seu negócio, 2021.

diferença das incubadoras, costumam trabalhar com negócios que já estão mais “maduros”, com alguma promessa de crescimento. Elas são procuradas para auxiliar em capacitações, mentorias e nas oportunidades de acesso a mercados. Em alguns casos, ainda apoiam financeiramente os negócios por meio de recursos próprios ou de sua rede de investidores, em troca de uma possível participação societária futura nos negócios acelerados.⁴⁵

No Brasil, a Artemisia tem um papel de destaque, sobretudo relacionado à moradia. Como já dito, ela é uma instituição pioneira no fomento e na disseminação de negócios de impacto social no Brasil. Caracteriza-se como uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Foi fundada em 2004 pela americana Kelly Michel, que tinha o sonho de criar uma organização pioneira de negócios de impacto social na América Latina. Os recursos da Artemisia vêm de um fundo de investimentos internacional, também criado por Michel, chamado Potencia Ventures. Além disso, ela também é fundadora, junto com Daniel Izzo e Antônio Ermínio de Moraes Neto, da Vox Capital, uma gestora de investimentos, criada em 2009. Esse fundo já recebeu cerca de quatro milhões de reais do BID.⁴⁶ A empresa mira na quantia de um bilhão de reais em fundos, para investir em negócios de impacto.⁴⁷

Em 2010, foi criada a Aceleradora Artemisia, visando apoiar, qualificar e impulsionar negócios de impacto social. Em 2018, a Artemisia, em parceria com as empresas Gerdau, Vedacit, Tigre, Votorantim Cimentos e Leroy Merlin, criou uma rede denominada de Coalizão Habitação e, por meio dela, conceberam o LAB Habitação. O intuito da criação do laboratório é fortalecer, por meio de capacitações e mentorias, negócios e empreendedores que buscam “soluções de mercado” para o setor da habitação. O processo é gratuito, basta que o negócio se encaixe nos critérios de seleção do programa. Para participar, é necessário ter um perfil empreendedor; que o negócio já esteja relativamente maduro; que tenha potencial de impacto social ou

⁴⁵ Cf. Site da ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores).

⁴⁶ CARVALHO, Conheça a Artemisia, organização que investe alto em impacto social, 2015.

⁴⁷ ADACHI, Vox Capital mira em R\$ 1 bilhão em fundos de impacto, 2021.

ambiental; bem como tecnologia e escalabilidade; e, por fim, que tenha algum modelo de receita sustentável.⁴⁸

A edição de 2021 do programa selecionou e impulsionou vinte negócios de impacto por doze semanas. São pequenas empresas que estão buscando empreender nos mais variados temas relacionados à moradia: empregabilidade e capacitação (nesse caso, a maioria dos negócios está relacionada à capacitação de mão de obra feminina no setor da construção civil); reformas habitacionais; infraestrutura urbana e melhoria do espaço público; regularização fundiária e inovação na construção civil.⁴⁹ Os cinco negócios que se destacaram receberam trinta mil reais cada, e o acesso a uma metodologia de aceleração empreendedora personalizada. No total, nos seus quatro anos de existência, o LAB Habitação já 'acelerou' sessenta e quatro negócios de impacto social.⁵⁰ Em suma, apesar da junção de negócios de impacto com a moradia ser um campo ainda pequeno no Brasil, é evidente a movimentação de vários agentes para a sua consolidação.⁵¹ Em seu website, a Artemisia assegura que “uma nova geração de negócios está transformando o Brasil”.

Ainda sobre a Coalizão Habitação, cabe comentar que se trata de empresas bilionárias. Em 2021, a soma dos seus lucros líquidos foi equivalente a cerca de 30 bilhões de reais. Neste ano, o lucro da Gerdau bateu recorde, alcançando a marca de 13,9 bilhões de reais. A Leroy Merlin, também em 2021, obteve lucro de 8,1 bilhões de reais. Em 2021, a Votorantim Cimentos lucrou 7,1 bilhões de reais e, em 2020, a Vedacit obteve lucro recorde, alcançando a marca de 529 milhões de reais. Além disso, delas, somente a Vedacit é uma empresa de capital fechado, isto é, as outras quatro têm capital aberto na bolsa de valores. Acredito que a motivação maior dessas empresas, ao estruturarem uma coalizão habitação, seja a de buscar novos mercados nos circuitos populares da economia, e não, como defendem, promover uma transformação — ou revolução — no cenário da habitação no Brasil. Prova disso é um projeto da Gerdau intitulado “Reforma que transforma”, lançado em 2021. Com o

⁴⁸ Informações retiradas do site da Artemisia – Lab Habitação: aceleração de negócios.

⁴⁹ ARTEMÍSIA & GERDAU, Lab Habitação: aceleração de negócios. Selecionados 4ª edição, 2021.

⁵⁰ Informações retiradas do site da Artemisia – Lab Habitação: aceleração de negócios.

⁵¹ CAVALCANTI et. al., Financiamento urbano: como o movimento de impacto pode ajudar provimentos de moradia e urbanismo, 2014.

investimento de 40 milhões de reais nesse novo nicho de reformas populares, a empresa diz ter o objetivo de contribuir com a melhoria habitacional de 13 mil famílias em várias regiões do Brasil. A responsável pela execução das obras será a empresa Vivenda, enquanto a Gerdau entra com o capital.⁵² Em matérias jornalísticas, o discurso tem o mesmo apelo: “Como transformar a realidade da habitação no Brasil?”⁵³ A Leroy Merlin também anunciou, em 2021, que pretende investir um bilhão de reais na abertura de 150 “lojas de bairro” em vários estados do Brasil. A ideia da empresa é “entrar no miolo dos bairros” e ficar mais próximo dos consumidores.⁵⁴

Para estruturar novos mercados, também são necessários jovens motivados para empreender em favor da respectiva 'causa'. Por isso, as organizações de apoio aos negócios de impacto social entendem que a formação de uma nova geração de profissionais “já mobilizados para o impacto” é algo fundamental. Já que a ideia é multiplicar os números de negócios nos próximos anos, enxergam como um dos desafios desse momento histórico, “fortalecer tanto o profissional mais orientado para o mercado quanto o empreendedor mais vocacionado para o social com repertórios de conceitos, soluções e modelos que combinam inovação, tecnologia, negócio e impacto”. Segundo elas, a grande questão é que “uma geração, pós-anos 2000, não só combina lucro com propósito, como sabe que um pode alavancar o outro”.⁵⁵

O ciclo de vida dos negócios de impacto social pode ser dividido em três estágios principais: *start-up*, crescimento e expansão. O primeiro estágio é de concepção ou nascimento do negócio, quando a empresa deixa de ser apenas uma ideia. A definição mais aceita do termo *start-up* na atualidade é a de “um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza”.⁵⁶ No segundo estágio, a empresa já conquistou alguns clientes e começa a ser aceita pelo mercado, mas ainda não é possível avaliar se é viável financeiramente ou não. Por fim, no terceiro, as maiores dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência da empresa já foram resolvidas. Nesse momento, sua

⁵² Para mais informações, o projeto tem um site próprio: <https://www.reformaquetransforma.com.br/>

⁵³ GERDAU, Como transformar a realidade da habitação no Brasil?, 2021.

⁵⁴ ANAMACO, Leroy Merlin apresenta a loja express, seu modelo de ponto de venda de bairro, 2021; Sem autor, Leroy Merlin vai investir 1 bilhão e abrir 150 lojas 'de bairro', 2022.

⁵⁵ CRUZ et. al, O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras, 2019. p. 26.

⁵⁶ SEBRAE, O que é uma *start-up*?, 2014.

tarefa é aumentar a produtividade e as vendas. O quadro a seguir, elaborado por Daniel Izzo, relaciona os tipos mais frequentes de financiamento para cada um desses estágios.⁵⁷

	<i>Start-up</i>	Crescimento	Expansão
Dinheiro próprio	X		
Família e amigos	X		
Doações	X	X	
Subvenção econômica	X	X	X
Empréstimos subsidiados		X	X
Empréstimo com taxa fixa		X	X
Empréstimo com taxa variável	X		
Participação acionária	X	X	X

Tabela 01: Tipos de financiamentos para cada estágio de maturação da empresa. Fonte: Izzo, 2020.

Os maiores desafios dos negócios de impacto estão relacionados à captação de recursos e à medição, mensuração e avaliação do impacto social proposto. As críticas que aparecem também são nesse sentido.⁵⁸ Enquanto a mensuração econômica do negócio é algo simples — basta calcular o retorno do investimento, pelos lucros operacionais da empresa —, as dificuldades maiores estão na mensuração do impacto social. Gilberto Filho, Renato Kiyama e Graziella Comini entendem que qualquer mensuração do impacto tem que estar relacionada a todos os atores envolvidos na operação: os investidores, os empreendedores e o público beneficiado na atividade. Assim, as variáveis qualitativas acabam sendo mais complexas do que as quantitativas. Não é de se espantar que “os investidores são o grupo mais exigente” no que diz respeito à mensuração do impacto.⁵⁹ Quais indicadores poderiam mensurar o que seria um impacto social positivo para todas as partes? É claro que isso depende de cada caso, mas, considerando o estudo de caso desta dissertação, quais seriam os critérios para mensurar uma reforma que “deu certo”? Edgar Barki alerta que os

⁵⁷ Izzo, Fontes de financiamento, 2020., p. 155.

⁵⁸ Cf. SANTORO & CHIAVONE, Recursos obtidos no mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social: *Os social Impact Bonds*, 2020.

⁵⁹ Cf. FILHO et. al., Os desafios de mensurar o impacto social, 2020, p. 218.

negócios de impacto social ainda são muito novos e que “ainda é preciso saber identificar o que é impacto social e o que é simplesmente uma exploração”.⁶⁰ Voltarei a esse ponto mais a frente neste trabalho.

Uma das formas mais comuns de “medição” do impacto de um projeto é sua avaliação vis-à-vis os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU,⁶¹ que, na verdade, são bem generalistas.



Figura 01: 17 objetivos das Obs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Fonte: Site oficial da ONU Brasil.

Como não existem muitos “critérios mensuráveis de regulação político-legal do setor”,⁶² os pesquisadores Alexandre Barbalho e Carolina Uchoa perceberam que determinadas instituições — como a Artemísia e a Ashoka — têm um papel-chave para o ingresso dos negócios nesse universo. Estar vinculado a uma dessas organizações garante “uma espécie de chancela ou selo”⁶³ para os negócios. Os chamados “ecossistemas de soluções” necessitam de uma forma de reconhecimento mútuo “cujo valor simbólico é aceito por quem está inserido nesse campo”,⁶⁴

⁶⁰ MOTA, Edgard Barki: “Receio que tudo isso se torne um social *washing*”, 2019.

⁶¹ ONU, Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil, 2020; Cf. GUERREIRO, Impacto social, Apps, e financeirização das lutas, 2021.

⁶² BARBALHO & UCHOA, Análise crítica dos empreendedores sociais no Brasil: um referencial teórico-metodológico, 2019, p. 488.

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

acontecendo também como uma forma de “conferir legitimidade ao campo e selecionar e hierarquizar seus agentes”.⁶⁵

No entanto, para além desses “títulos simbólicos”, isto é, de estar associado a determinadas organizações, também há — ainda com pouca expressão — as certificações de impacto. No Brasil, existe a certificação de Empresas B, chamada B-CORP, criada em 2006. Segundo seus idealizadores, essas certificações funcionam avaliando o modo como cada modelo de negócio afeta “os seus funcionários, comunidade, meio ambiente e clientes, concedendo-lhes um selo de aprovação se gerarem impacto social e ambiental”.⁶⁶ Além disso, claro, é uma forma eficaz de atrair investidores. “Ser uma Empresa B, de acordo com essa certificação, significa ganhar vantagens competitivas por meio do gerenciamento de seu impacto social relativo ao do mercado”.⁶⁷ Isto é, trata-se também de processos concorrenciais entre as empresas não somente para buscar novos mercados, mas também para atrair investidores do mercado financeiro. Em 2016, a Vivenda foi certificada como uma empresa B.

Qualquer empresa pode adquirir essa certificação, desde que se submeta a uma avaliação. Caso alcance a pontuação mínima, a empresa é certificada e, a cada dois anos, precisa provar que as suas práticas estão alinhadas com o projeto. Atualmente, estima-se que existam mais de 3.500 empresas B-CORPS no mundo, incluindo tanto pequenas empresas quanto multinacionais. No Brasil, além da Vivenda, a Danone e a Natura são duas empresas que já possuem essa certificação.⁶⁸ Em 2021, a Vedacit deu início ao processo para se tornar uma empresa B.⁶⁹

No geral, além do caráter relativamente aleatório da mensuração do impacto social, outro ponto crítico que salta aos olhos nesse novo setor é seu alinhamento com a tendência crescente de o Estado se ausentar das responsabilidades sociais. Essa crítica foi detalhada por Paula Santoro e João Chivone, com base em outros

⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶ E-SOLIDAR, Certificação B CORP – O que é e como a sua empresa pode adquirir, 2021.

⁶⁷ GUERREIRO, Impacto Social, Apps e financeirização das lutas, sem página.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ ANAMACO, Vedacit quer ser referência na sustentabilidade na construção civil, 2021.

autores.⁷⁰ E a omissão do Estado, por sua vez, se alinha com a financeirização e o neoliberalismo, intensificando a crise da reprodução social.

Além disso, o discurso que faz dos problemas sociais meras oportunidades de negócio têm um caráter despolitizante. Em vez de fortalecer redes de apoio e solidariedade de populações periféricas na luta por justiça social, os empreendedores transformam todas as pessoas em clientes, de preferência individuais, e transformam todas as carências em necessidades de mercadorias. Nesse sentido, para alguém lucrar, pressupõe-se que essas pessoas devem permanecer na informalidade, na miséria. Essa dinâmica é capaz de aprofundar a desigualdade social, tendendo a tornar as pessoas mais dependentes de novas necessidades e mercadorias. É uma grande ilusão acreditar que resolveremos os problemas do mundo consumindo mercadorias. A solução para combater as mazelas criadas pelo capitalismo é desenvolver mais o capitalismo? Tudo gira em torno da promoção de mais mercadorias em nome da “inclusão pelo consumo”, como também já comentei no capítulo dois deste trabalho. Essa lógica toda representa uma atrofia nas dimensões coletivas da vida e do que significa, em última instância, viver em sociedade. O que interessa é a construção de uma “sociedade empreendedora”,⁷¹ em que tudo e todos devem ser vistos como empresas.

Por fim, cabe questionar essa busca incessante por uma face mais humanizada do capitalismo. É possível mesmo a existência de um “capitalismo mais consciente”,⁷² de um “capitalismo mais inclusivo”⁷³ ou de um “capitalismo com propósito”⁷⁴ como é tratado na literatura dos negócios de impacto? Ou, na prática, não se trata de uma reconfiguração de um capitalismo em crise que incorporou conceitos e argumentos da crítica?⁷⁵ É isso que demonstro à medida que analiso as estratégias financeiras da empresa e me aprofundo no estudo de caso. Cabe ressaltar que é por isso que este trabalho começa partindo da *totalidade* das relações sociais, com discussões acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

⁷⁰ Cf. SANTORO & CHIAVONE, Recursos obtidos no mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social: Os social Impact Bonds, 2020.

⁷¹ Cf. DARDOT & LAVAL, A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal, [2016] 2020.

⁷² BARKI et. al., Negócios de Impacto: um conceito em construção, 2020, p. 495.

⁷³ BARKI, Negócios de impacto: tendência ou modismo?, 2015, p. 16.

⁷⁴ HART, Capitalismo movido por propósito, 2019, p. 23.

⁷⁵ Cf. BOLTANSKI & CHIAPELLO, *O novo espírito do capitalismo*, [1999] 2020.

3.3. As estratégias financeiras da empresa Vivenda

A Vivenda surgiu em 2014, oferecendo a moradores da periferia de São Paulo pacotes de serviços de reformas domésticas, acompanhados de linhas de crédito. Os idealizadores tiveram a percepção de que o Estado iria, no máximo, atuar concedendo habitações completas para os pobres (via PMCMV), mas acreditavam que os “problemas internos” das casas nas periferias nunca seriam resolvidos.⁷⁶ Começaram vendendo quatro kits de reforma (kit banheiro, kit revestimento, kit ventilação e kit anti-umidade), oferecendo uma “solução integrada”, que envolvia serviço técnico na elaboração do projeto, crédito e mão de obra.

Nesse período inicial de estruturação do negócio, a responsável pela aceleração da Vivenda foi a Artemísia. Em dezembro de 2014, firmou-se também um convênio com o Banco Pérola, e o Programa Vivenda fechou o seu primeiro contrato de microcrédito. O valor máximo da reforma era fixado em 4 mil reais, podendo ser parceladas em 12 vezes. Na época, os sócios do Programa Vivenda afirmaram estarem de olho em um público calculado em cerca de quarenta milhões de pessoas, todas vivendo em condições precárias de moradia.

No entanto, os primeiros recursos não foram suficientes para a expansão desejada. Segundo Assad, “o negócio social costuma ter uma margem muito pequena de lucro para que tenha um preço que a pessoa possa pagar. Ou você opera em escala ou morre, especialmente quando você vende para o cliente final, que é nosso caso”.⁷⁷

Em março de 2018, com o objetivo de expandir a sua atuação para outros locais do Brasil, a empresa realizou um feito inédito e emitiu a primeira debênture de impacto social do Brasil. A coordenação do processo de emissão do título aconteceu, principalmente, por intermédio do Grupo Gaia, uma securitizadora, com apoio da Din4mo, uma empresa de desenvolvimento e gestão de *start-ups*. Securitizadora é uma empresa, caracterizada como Sociedade Anônima, responsável por transformar

⁷⁶ A empresa é formada por três sócios e a sua natureza jurídica é do tipo Sociedade Empresária Limitada; cf. ASSAD, *Negócios sociais no Brasil: oportunidades e desafios para o setor habitacional*, 2012; Palestra ministrada pelo idealizador da Vivenda, Fernando Assad, no TEDx TALKS, via Youtube, em 11/6/2021, sob o título de “reformas habitacionais e transformação social.”

⁷⁷ HYPENESS, *Empresa reforma casas em comunidades carentes cobrando no máximo 5 mil reais*, 2015.

ativos financeiros de uma empresa em títulos possíveis de serem negociados em mercado de ações.⁷⁸ Em resumo, o Grupo Gaia e a Din4mo criaram um título (debênture) para a Vivenda conseguir captar recursos no mercado financeiro. Além deles, outros agentes também atuaram como apoiadores: “o Fundo Zona Leste Sustentável, EP8 Participações e Maraé Investimentos”.⁷⁹ No entanto, não fica tão claro o papel desses agentes no processo.

Certo é que o processo não foi simples. Para a viabilidade do negócio, os principais atores — Vivenda, Din4mo e Grupo Gaia — criaram uma arquitetura financeira que oferecesse segurança ao mercado de capitais. Uma forma de minimizar os riscos da operação foi a emissão da debênture em duas séries:⁸⁰ a ‘mezanino’ e a ‘sênior’. A primeira consistiu numa oferta privada a investidores filantrópicos e conseguiu captar dois milhões de reais. Ela é a série que sofrerá as primeiras perdas no caso de inadimplência, já que se trata basicamente de doações.⁸¹

Esse primeiro investimento deu segurança e atraiu os investidores *mainstream* para o negócio. Partiu-se, então, para a segunda série ‘sênior’, distribuída para investidores do Itaú Private Banking. O investimento mínimo de cada um era de cem mil reais. Nessa série, um conjunto de investidores aplicou, ao todo, três milhões de reais. No total, a debênture captou cinco milhões de reais, o que já seria suficiente para financiar mil reformas de cinco mil reais cada.⁸² Assim, foi realizada a primeira experiência de *blended finance* de impacto social no Brasil, que nada mais é do que a junção de investimentos filantrópicos com investimentos tradicionais.⁸³ No entanto, cabe considerar, como apontam João Chiavone e Paula Santoro, que ainda se trata de uma “operação financeira considerada de baixo valor para o mercado financeiro tradicional”.⁸⁴

⁷⁸ NEVES, O que é uma empresa securitizadora?, 2021.

⁷⁹ GIFE, Seminário pauta potencial do Blended Finance para o alcance dos ODS, 2019.

⁸⁰ Cf. CHIAVONE & SANTORO, Recursos obtidos do mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social, 2020.

⁸¹ BARTABURU, Blended Finance: fontes mistas de investimento alavancam Programa Vivenda, 2018; KALEYDOS, Blended Finance: mecanismo amplia a captação de recursos financeiros para negócios de impacto, 2019.

⁸² Ibidem.

⁸³ BARTABURU, Blended Finance: fontes mistas de investimento alavancam Programa Vivenda, 2018.

⁸⁴ CHIAVONE & SANTORO, Recursos obtidos do mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social, 2020, p. 11.

A debênture da Vivenda é um investimento de renda fixa (juros fixos). Após seis anos de carência, a empresa tem o prazo de dez anos para pagar os investidores, a uma taxa de juros de sete por cento ao ano. Os cinco milhões só cobrem o valor de mil reformas, mas, dada a carência, a ideia da empresa é reinvestir esse valor nesses primeiros anos. A meta divulgada pela empresa é a de realizar, ao todo, cerca de oito mil reformas nos próximos cinco anos, atingindo o valor de 40 milhões de reais.⁸⁵

O instrumento da *blended finance* é relativamente novo no mundo. Segundo Marcos Gorini, co-fundador da *start-up* Din4mo, discussões a respeito remontam a cerca de dez anos atrás. Ao todo, estima-se que esse tipo de operação já tenha movimentado entre 130 e 150 bilhões de dólares no mundo, especialmente na África e na Ásia.⁸⁶

[As *blended finance* representam] um caminho que não tem retorno, porque alguns efeitos globais que estão acontecendo vão certamente acelerar essa perspectiva. Por exemplo, a gente tem os próprios ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) [da ONU] aí na nossa cara [...] se nada for feito, vamos só pagar o preço pela dor. Se nada for feito, os problemas vão piorar.⁸⁷

O empresário João Pacífico, fundador da securitizadora Grupo Gaia, afirma que houve dois grandes desafios nesse tipo de solução. Um deles era a equação de uma taxa de juros que as famílias fossem capazes de pagar e que, ao mesmo tempo, fosse atraente para os investidores.⁸⁸ O outro desafio era a concepção de uma arquitetura financeira em que os créditos não existem inicialmente, à diferença, por exemplo, dos chamados Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários “nada mais são do que pedaços de dívidas que podem ser comprados por investidores”.⁸⁹ Suponhamos que uma

⁸⁵ DATT, Esta startup reforma casas irregulares por baixo custo, 2019; NORDESTE IMPACTA, Em nova fase, Vivenda aprimora a tecnologia social e prepara plataforma online para ampliar o atendimento, sem data; SARAIVA, Sem dinheiro público, três iniciativas revolucionam as habitações sociais no Brasil, 2018; PAMPLONA & BRANT, Título financeiro capta R\$ 5 milhões para bancar reformas em periferias, 2018.

⁸⁶ KALEYDOS, Blended Finance: mecanismo amplia a captação de recursos financeiros para negócios de impacto, 2019.

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ DIN4MO, Aliança entre Din4mo e Grupo GAIA viabiliza o surgimento da primeira debênture de impacto social no Brasil, 2018.

⁸⁹ LAFRATTA, O que é um Cri?, 2022.

construtora decida erguer um prédio e vender suas unidades ainda na planta, e que dê aos compradores o prazo de dez anos para quitarem seus apartamentos. O prédio é concluído em dois anos, e a construtora precisa do dinheiro para produzir outro imóvel. Ela procura uma securitizadora, que transforma os direitos de crédito (as parcelas que os compradores ainda pagarão) em títulos negociáveis no mercado financeiro. Investidores em busca de aplicações de longo prazo compram esses títulos, adiantando a construtora (evidentemente, mediante juros) o valor que ela receberia mais tarde.

No caso da debênture, não há nenhum direito de crédito anterior à emissão dos títulos. O que existe, por parte da Vivenda, é apenas a intenção de captação de dinheiro para sua autoexpansão como negócio. Por isso, a securitizadora criou um título que representa um valor ainda inexistente que poderá — ou não — ser produzido: a debênture. Ela é uma promessa, funcionando como um capital fictício. Os investidores, com a mentalidade de lucrar e 'fazer o bem', veem vantagem em investir no negócio, mas também sentem a segurança necessária para isso. Ficam, então, na expectativa de que esse dinheiro emprestado volte acrescido de juros — afinal, é um investimento —, o que se configura como a forma clássica do capital portador de juros. A debênture é mais barata do que os empréstimos convencionais dos bancos, mas, para que encontre investidores, é necessário um atrativo adicional: justamente, o 'impacto social'.

Em abril de 2021, houve então uma mudança fundamental. A Vivenda deixou de executar obras e se autointitulou uma holding. Apesar de ela não esclarecer publicamente o que isso significa, a empresa se apresenta como agente articulador entre todos os setores relacionados a reformas domiciliares populares. A palavra holding é derivada do verbo, em inglês, *to hold*, manter, segurar, conter, abraçar. Trata-se de um tipo de organização cujo objetivo não é a produção de um bem ou serviço, mas a participação em — e orquestração de — outras organizações. Assim, a Vivenda passou a abranger três iniciativas, que formam o que chama de “ecossistema de soluções”: um instituto, uma plataforma e uma aceleradora. O discurso e a propaganda da empresa são de articular o setor da construção civil para ampliar o acesso das famílias de baixa renda a melhorias habitacionais com o objetivo de resolver o problema do déficit habitacional qualitativo "em vida, ainda nesta

geração".⁹⁰ Algumas empresas parceiras são, como já comentei, Vedacit, Gerdau, Tigre, Votorantim Cimentos e Leroy Merlin.

Segundo os idealizadores, o objetivo do instituto, que dizem ser um *Action Tank* (centro de ação), é a de “viabilizar subsídios por meio de esforços *públicos e privados*, com o intuito de buscar soluções geradoras de valor não só em obras, mas também em pesquisa, tecnologia social e habilitações técnicas” [grifo meu].⁹¹ Até o momento de escrita desta dissertação, entendo que a empresa captou recursos privados, mas não recursos públicos, como também apontaram Paula Santoro e João Chiavone em sua pesquisa.⁹² Apesar de demonstrar intenções nesse sentido por meio de seus “ecossistema de soluções”, não fica claro como seria essa articulação.

Já a plataforma, chamada Nova Vivenda, tem o objetivo de conectar clientes a negócios parceiros espalhados pelo país, contando com uma rede de empresas homologadas. Ela oferece quatro produtos: CX Nova Vivenda, consultoria que dá suporte à gestão do que chamam de “negócios da causa”; o pacote Casa Nova Vivenda, que fornece desde o crédito financiado até o acabamento a quem quer reformar; o Eixo Nova Vivenda, uma facilitadora comercial que cuida do relacionamento com a indústria; e a Tech Nova Vivenda, que coloca tecnologias proprietárias a serviço do mercado. Eles defendem que, “na prática, a plataforma é um *marketplace online* que conecta o cliente que quer contratar a reforma diretamente com os executores do serviço”.⁹³

Por fim, a aceleradora, chamada Vivenda Play, disponibiliza programas periódicos de incubação e aceleração para arquitetos que se identificam com causas sociais. “A gente pega esse arquiteto que se interessa em trabalhar com pessoas em situação de vulnerabilidade, e ele passa por uma jornada de educação empreendedora que o transforma no arquiteto da causa”.⁹⁴

Com esse “ecossistema de soluções”, a Vivenda tem mapeado escritórios de reformas populares por todo o Brasil, com o objetivo de que lhe encaminhem o

⁹⁰ Fala de Fernando Assad no evento de lançamento do Instituto Vivenda, via YouTube, em 1/7/2021, sob o título *Evento de lançamento - Instituto Vivenda*.

⁹¹ BÚSSOLA, Startup social de construção, Vivenda consolida holding e lança instituto, 2021.

⁹² Chiavone & Santoro, Recursos obtidos do mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social, 2020.

⁹³ BÚSSOLA, Startup social de construção, Vivenda consolida holding e lança instituto, 2021.

⁹⁴ Ibidem.

financiamento das obras. Em troca, a empresa oferece um treinamento de empreendedorismo a esses escritórios e os torna “agentes/negócios da causa”. O que se percebe é o movimento da holding para cada vez centralizar mais a sua ação, dispersando a execução do trabalho mediante escritórios ‘plugados’ na plataforma, espalhados pelo país. Em 2020 , a empresa mapeou 90 escritórios de reformas populares no Brasil. Desses, até o momento de escrita desta dissertação, 24 estão plugados na plataforma e 15 estão em treinamento na aceleradora Vivenda Play.⁹⁵

Então, como a empresa, sendo uma holding e não mais realizando reformas, auferir lucros? A captação de recursos mediante as debêntures possibilitou à empresa — por meio dos escritórios plugados na plataforma — atuar entregando reformas de baixa complexidade. Elas são executadas em, no máximo, duas semanas, ao preço de cinco a doze mil reais, quitados em até trinta parcelas (de 100 a 600 reais), a uma taxa de juros mensal de 2,2 por cento. Esses juros constituem uma drenagem de dinheiro de circuitos econômicos populares para os mercados financeiros.

O senso comum tende a não perceber a extração de valor que esse tipo de ‘tecnologia social’ efetivamente realiza. Os juros de 2,2 por cento ao mês parecem baixos, quase irrelevantes, (são realmente mais baixos do que os juros de empréstimos pessoais dos bancos), mas, na realidade, correspondem a uma taxa de juros simples de 26,43 por cento ao ano (ou a juros compostos de 29,84 por cento ao ano) — e isso num momento histórico do Brasil em que as condições de vida da maioria estão cada vez mais precárias e o salário mínimo, mesmo muito defasado, se tornou uma ‘raridade’.⁹⁶

⁹⁵ Informações obtidas na *Live* da empresa Vivenda, sob o título *Negócio social também é negócio*, via Youtube, em 2021.

⁹⁶ GASPARI, Valor da cesta básica supera valor do salário mínimo, 2022; OLIVEIRA, Preço da cesta básica dispara e sobe mais que salário mínimo, 2022.

Simulando um exemplo do quanto esse juros pode significar: suponhamos uma reforma custou o total de 12 mil reais. A entrada foi de 1.500 reais. O valor do financiamento é de 10.500 reais. Simulando três opções de pagamento, teremos:

Simulações do financiamento de uma melhoria habitacional						
Entrada	Opções	Parcelamento	Valor da parcela	Total	Total + entrada	Valor total do juros a pagar
1.500	1	20x	654,61	13.092,20	14.592,20	2.592,20
	2	24x	567,8	13.627,20	15.127,20	3.127,20
	3	30x	481,82	14.454,60	15.954,60	3.954,60

Tabela 02: Três opções de simulações de um financiamento de melhorias habitacionais. Fonte: elaborado pela autora.

Com essas simulações fica mais evidente quais seriam as possibilidades de parcelamento e quais os valores dos juros que uma pessoa de baixa renda pagaria em uma reforma de 12 mil reais. Há, no mínimo, duas relações em jogo: uma relação da empresa com os investidores, em que as formas capital fictício e capital portador de juros são mobilizadas; e outra da empresa com o público consumidor de baixa renda (que são, sobretudo, mulheres). Nessa última, o público consumidor utiliza seus fundos de consumo para o pagamento das parcelas da reformas, isto é, as pessoas se endividam. Se a Vivenda empresta dinheiro e o espera acrescido de juros, essa é a forma clássica de funcionamento do capital portador de juros. No entanto, ela o empresta a uma taxa anual de 26,43 por cento, enquanto o toma emprestado dos investidores a uma taxa de sete por cento ao ano, ou seja, fica com o lucro de 19,43 por cento.

Esses movimentos financeiros todos ilustram um ponto fundamental: para que certa quantia de dinheiro funcione como capital, ela precisa estar em constante movimento, buscando lugares em que lhe seja acrescido valor. Porém, aqui não se trata de um acréscimo gerado pela clássica extração de mais-valor da produção de mercadorias (isto é, da diferença entre o valor que a força de trabalho produz e o valor que recebe na forma de salários), e sim de um acréscimo de valor resultante da subtração de valor já produzido. Nesse sentido, trata-se de operações análogas à "chamada acumulação primitiva". Como Verónica Gago argumenta em seu livro, *A*

razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular, os territórios periféricos, antes 'somente' marginalizados, converteram-se em territórios atrativos para o capital expandir suas fronteiras de valorização.⁹⁷

Somente após os anos 1980, a população de baixa renda começou a ser vista como oportunidade para o mercado financeiro. Isso não aconteceu antes por várias razões, desde o fato de as famílias não cumprirem as exigências formais de empréstimos financeiros até o próprio desinteresse das instituições financeiras em emprestar aos mais pobres.⁹⁸ Raquel Rolnik aponta que, nos anos 1980, surge o microfinanciamento, que seria, aparentemente, capaz de atender os mais pobres por meio da expansão de um crédito pequeno e informal. A partir de então, o capital descobriu que poderia lucrar com a pobreza diretamente. A ideia inicial do microfinanciamento era somente a de impulsionar o empreendedorismo dos mais pobres (como se isso fosse tirá-los da pobreza), mas surgiram também linhas de crédito para moradias voltadas para processos de autoconstrução. Segundo Rolnik, apesar de representarem uma parcela ainda muito pequena, nos últimos anos vêm crescendo, mundialmente, os programas, bancos e instituições financeiras realizando microfinanciamentos voltados para moradia. Como esperado, a maior parte deles está em países periféricos. “A América Latina tem a maior carteira de microfinanciamento habitacional do mundo”.⁹⁹

A lógica da empresa Vivenda, portanto, evidencia uma costura crescente do sistema de crédito e das formas capital fictício e capital portador de juros (leia-se, da *financeirização*) na vida cotidiana periférica, sobretudo na vida das mulheres. Os juros pagos por pessoas de baixa renda são (mais uma) espécie de abocanhamento da reprodução social pelo capital. A financeirização da reprodução social está materializada, no caso da Vivenda, num conjunto de operações financeiras que envolvem a produção de melhorias habitacionais. Isso confirma a afirmação de Verónica Gago, que trago no início do trabalho: o espaço doméstico é um espaço estratégico de valorização do capital neste momento histórico do capitalismo.¹⁰⁰ Gago

⁹⁷ Cf. GAGO, A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular, [2014] 2018.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ Ibidem, 2015, p. 132 - 133.

¹⁰⁰ Cf. GAGO, A potência feminista ou o desejo de transformar tudo, [2019] 2020.

ainda enfatiza que essas novas dinâmicas financeiras, formadas a partir da articulação da dívida-consumo, “aterrissam” nos territórios periféricos em momentos de crise (aliás, a Vivenda se tornou uma holding exatamente na pandemia).¹⁰¹ As pessoas residentes nesses territórios tornam-se “sujeitos-chave” da nova exploração, na medida em que, agora, não são “somente marginalizadas”, mas “alvo de novas modalidades de exploração”.¹⁰²

Na prática, quais são as consequências desse processo? As dinâmicas acima delineadas não são somente financeiras, mas são também “formas de captação de trabalho que produzem espaços e políticas concretas”.¹⁰³ As pessoas atingidas por esse processo, como mencionei no início do trabalho, já se endividam para sobreviver. Provavelmente, para pagar as parcelas das reformas financiadas pela Vivenda, se submetem a trabalhos ainda mais precários. O endividamento é uma forma de aprisioná-las na pobreza. É uma captura do seu trabalho futuro e “uma ‘economia da obediência’ que serve aos setores mais concentrados do capital”.¹⁰⁴ Como se verá adiante, as estratégias de gestão cotidiana das mulheres para o pagamento da dívida contraída após as reformas deixam evidente essa questão.

Há quem argumente que a taxa de juros da Vivenda é mais baixa do que a de bancos convencionais ou que, 'se o Estado não faz nada, temos que fazer alguma coisa'. Uma arquiteta entrevistada para este trabalho, integrante de um dos escritórios plugados na plataforma da empresa, assume essa perspectiva.

Algumas pessoas enxergam, por exemplo, os negócios de impacto como negócios que fazem o endividamento em massa. E, na verdade, não é isso, porque a gente tem um olhar muito humano. Eu sempre tento ter esse olhar: de onde a pessoa pode ir e se ela realmente precisa daquilo... só tem a questão dos juros mesmo. Mas tem um outro lado que eu acho que é importante falar: que é o fato de que a gente chegar em casas que têm necessidade por uma questão de saúde. Aqui é uma região extremamente úmida. Eu chego em casas mofadas, com problemas de infiltração, com patologias reais que fazem mal àquela pessoa que mora ali. E, se ela não

¹⁰¹ Ibidem.

¹⁰² Cf. GAGO, A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular, 2018.

¹⁰³ Ibidem, p. 261.

¹⁰⁴ Ibidem.

conseguir tirar um financiamento, mesmo com juros, e fazer aquilo de uma forma que ela consiga pagar, aquela patologia vai aumentar e, no dia que ela tiver dinheiro para fazer aquilo, já não serve mais, porque ela precisa fazer outras coisas. A gente sabe que a patologia não vai ficar estática. Então, tem esses dois olhares, e a gente tem que chegar em um equilíbrio. Se a atuação pública não está chegando, a gente tem que fazer alguma coisa.

Por mais humano que esse olhar seja (e acredito que seja mesmo), em nada muda as operações financeiras, a extração de dinheiro que descrevi anteriormente. Mas essas relações só aparecem quando se olha para o *todo*. Um recorte isolado de cada caso particular — a solução do problema da infiltração, por exemplo — que permite ver somente o *produto*, e não o *processo*, corre o risco de, como já disse nas decisões metodológicas, “atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada”.¹⁰⁵

Exemplo disso: alguém observa que o capitalista x é um homem generoso, progressista, sinceramente preocupado com seus operários. Essa observação pode ser correta. No entanto, é necessário entendê-la dentro de seus limites, para não perdermos de vista o fato de que ela nunca pode ser usada para pretender invalidar outra informação mais abrangente: a de que o sistema capitalista, por sua própria essência, impele os capitalistas, em geral, quaisquer que sejam as qualidades humanas deles, a extraírem mais-valia do trabalho de seus operários.¹⁰⁶

Como afirma Vander Casaqui, mesmo que o empreendedor social se mostre como um subversor do capitalismo, na verdade, ele não chega perto de abalar “os princípios do sistema que o concebe”.¹⁰⁷ Pelo contrário, ele o alimenta: cabe lembrar que os idealizadores do negócio entendem que “a moradia dos pobres é um mercado de 158 bilhões de reais”.¹⁰⁸ Então, trata-se mesmo de algum tipo de capitalismo consciente, paciente ou mais humano? Ou não é somente o desenvolvimento atual de um

¹⁰⁵ KONDER, *O que é dialética?*, [1981] 2014, p. 35.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 36.

¹⁰⁷ CASAQUI, *A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo*, 2015, p. 49.

¹⁰⁸ NORDESTE, *Vivenda inicia nova fase e mira parcerias no Nordeste*, 2021; VIEIRA, *Construção Civil é uma boa área para o empreendedorismo social*, 2021.

capitalismo em crise na busca por novas oportunidades de mercado? Não se trata aqui de demonizar o mercado financeiro, e sim de mostrar que quanto mais o capitalismo enfrenta obstáculos, mais predatório — mais sutil e mais perverso — ele se torna. As formas de exploração ficam cada vez mais difíceis de enxergar.¹⁰⁹

A miséria nas periferias não é uma contingência a sanar com um pouco mais de regulação ou um pouco mais de criatividade e empreendedorismo, e sim condição necessária a um capitalismo global cuja lei ainda é a valorização do valor e que não existiria sem trabalhadoras e trabalhadores que produzem (muito) mais do que recebem.¹¹⁰

Segundo Fernando Assad, cofundador da Vivenda, o segredo de todo o negócio foi a inclusão, no sistema de crédito, de pessoas antes excluídas dele, ou seja, foi “preciso encontrar famílias que paguem pela solução habitacional adquirida”.¹¹¹ Afinal, “se não há crédito, não há mercado habitacional”.¹¹² Aqui cabe retomar a discussão do início desta dissertação, referente à lógica da financeirização da reprodução social, da bancarização dos mais pobres e da “inclusão pelo consumo”.

Para alcançar esse público, a Vivenda fez uma parceria com a empresa Dataholics para o desenvolvimento de um algoritmo específico de análise de crédito para o mercado de melhoria habitacional, isto é, uma tecnologia nova que permite avaliar o risco relacionado ao público de baixa renda. A Dataholics acessa dados da internet e das redes sociais com o objetivo de melhorar a gestão de risco de crédito e a recomendação de produtos. Com a ajuda da ferramenta desenvolvida pela empresa, a Vivenda passou a ser capaz de identificar clientes com tendência a se tornarem inadimplentes.¹¹³

Para subsidiar o desenvolvimento dessa ferramenta, a Vivenda reuniu o histórico de pagamentos dos clientes com quem já havia trabalhado. Com esses dados, a Dataholics modelou o primeiro mecanismo de inteligência artificial destinado

¹⁰⁹ FEDERICI, Reencantar o mundo: feminismo e a política dos comuns, 2022, p. 120.

¹¹⁰ Cf. KAPP, *Teoria crítica da arquitetura*, 2020, p. 37 [versão rascunho, para discussão na disciplina do NPGAU].

¹¹¹ CHIAVONE & SANTORO, Recursos obtidos do mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social, 2020, p. 12.

¹¹² ARTEMÍSIA & GERDAU, Tese de impacto social em Habitação, 2021, p. 169.

¹¹³ DATAHOLICS, Inteligência Artificial identifica clientes com tendência a se tornar inadimplentes, 2021.

a potenciais clientes para melhorias habitacionais. A análise de crédito leva cerca de trinta segundos e reúne uma grande quantidade de informações sobre as pessoas (o sistema de inteligência artificial tem mais de quinhentas variáveis, tais como “os hábitos de vida, a formação acadêmica, o nível digital, o estilo de vida e outros fatores extraídos de redes sociais”). Os idealizadores defendem que conseguiram desenvolver “scores de crédito mais humanos e adaptados à realidade dinâmica da vida das pessoas”. O lema da Dataholics é utilizar dados para empoderar pessoas.¹¹⁴ Nesse processo, cada cliente recebe uma nota (*score*), que indica sua probabilidade de inadimplência.

A gente não olha só para a questão da dívida [que as pessoas já têm], mas sim para o comportamento daquela pessoa. É um lado humano de um algoritmo que eu fico até emocionada. [...] o fato de olhar para o ser humano tira o peso de ser só uma análise de crédito, é mais que isso.¹¹⁵

Segundo Assad, esse processo cumpre algo antes inexistente: “uma análise que dê confiança para a concessão de crédito, para avaliar o risco. Uma análise que inclua a baixa renda”, garantindo, ainda “que o dinheiro de fato vai ser colocado na reforma, com rastreabilidade, nota fiscal da obra, mecanismos de governança e transparência”.¹¹⁶

O financiamento oferecido pela Vivenda é atraente pela sua relativa facilidade: a análise de crédito se faz on-line e leva apenas cerca de quinze minutos; o consumidor não precisa ter a titularidade do imóvel (que os bancos exigem para conceder crédito); ele pode ter o ‘nome negativado’ (que também é um empecilho para créditos bancários convencionais); e o pagamento é feito via boleto. A dona Jussara disse, no trecho de sua fala citado no início do texto: “Eles facilitaram tudo. Cara, o meu nome é sujo! Então, quando mandaram para mim a liberação do valor

¹¹⁴ SANTOS, Como startup brasileira promete evoluir e acelerar a mineração de dados, 2018.

¹¹⁵ *Live* intitulada “*Tecnologia para análise de crédito inclusiva*”, via Instagram da Vivenda, em 18/8/2021.

¹¹⁶ NOTÍCIAS DE IMPACTO, Empreendedorismo de impacto vê dignidade no setor de moradia como faísca para a transformação social, 2021.

que eles podiam me emprestar, foi coisa de Deus”.¹¹⁷ Sobre isso, uma mulher entrevistada para este trabalho comentou o seguinte:

Porque hoje em dia é difícil você não ter um nome sujo, né? A maioria tem. Então, isso é bacana, até isso eles fazem. Eles dão o crédito para você mesmo com o nome restrito, entendeu? [...] Ah, e é no boleto também, porque eu não tenho cartão de crédito.

Como ela relata, ter o “nome sujo” é algo comum nas periferias (e não só lá). Trata-se de pessoas que dificilmente conseguiriam empréstimos convencionais em bancos, isto é, de uma forma de buscar novos consumidores, de “incluir-los” para que eles consumam a mercadoria ofertada, o que é feito mediante a expansão do crédito, apoiada em novas tecnologias digitais e financeiras, e da publicidade facilitada pelas redes sociais.

Quanto à inadimplência, o material disponibilizado pela Vivenda não deixa muito claro quem arca com o prejuízo, se é o escritório ou a própria empresa, mas fato é que ela interdita novos empréstimos a escritórios que tenham encaminhado mais de quatro clientes inadimplentes. Os maiores investidores (do Itaú *Private Banking*) nunca ficam no prejuízo, a não ser que a Vivenda declare falência.

A seguir, descrevo o papel dos escritórios de arquitetura nesse contexto. Nele, fica evidente o quanto a lógica financeira atravessa tudo. Ao final do capítulo, faço um balanço crítico geral, respondendo, sobretudo, aos seguintes questionamentos: será mesmo via empreendedorismo social que sanaremos o déficit da inadequação edilícia? Por que essa empresa só surgiu agora, e não há trinta, quarenta ou cinquenta anos? No capítulo quatro, em que analiso as entrevistas das mulheres, essas questões financeiras abstratas ganham concretude, ficando mais evidentes suas relações com a vida cotidiana periférica.

¹¹⁷ Depoimento de Jussara, na live de comemoração de sete anos da Vivenda, via Youtube, em 9/4/2021, sob o título “*Vivenda 7 anos*”.

3.4. Atuação dos escritórios executores das reformas

Aqui devo ressaltar, mais uma vez, que se trata de uma análise impessoal. Não me cabe nenhum juízo de valor sobre as atuações das arquitetas¹¹⁸ entrevistadas nem tenho o objetivo de personalizar nenhuma crítica. Na verdade, meu sentimento é de gratidão aos meus colegas de profissão pelas entrevistas concedidas de forma tão generosa. Eu me identifiquei com muitos de seus relatos sobre as tantas dificuldades da vida profissional. Conversei com arquitetas muito sensíveis e cuidadosas em suas atuações, e aprendi muito nesse processo de trocas de experiências. No final, ficou evidente que a maioria é movida pela intenção de melhorar as condições de outras pessoas e, claro, enfrenta o dilema de não saber como financiar isso. Talvez seja bom lembrar que as absurdas desigualdades com que somos confrontados como arquitetas e arquitetos são manifestações de contradições históricas e sociais que cabe tentar entender um pouco melhor, antes de abraçar uma causa ou iniciativa.¹¹⁹ Este trabalho pode ser encarado como um convite — tímido, dadas as minhas diversas limitações teóricas e práticas — para repensarmos criticamente nossa atuação.

Como já mencionei, entrevistei quatorze arquitetas de escritórios plugados na plataforma Nova Vivenda, de várias cidades e estados do Brasil. Dos escritórios entrevistados, alguns já estavam mais consolidados e tinham mais experiência do que outros, compostos por arquitetas recém-formadas. Meu intuito, com as entrevistas, foi entender como essas profissionais chegaram ao “novo mercado de reformas” e, sobretudo, como ele se estrutura: quais os níveis de complexidade das reformas; como são os atendimentos com as famílias; se as famílias têm algum papel na transformação das suas moradias; como são as relações trabalhistas com a mão de obra; e, principalmente, como as dinâmicas financeiras atravessam tudo isso. Como disse, concentrei as análises das entrevistas nos escritórios mais consolidados, que já haviam financiado reformas pela Vivenda. Cabe ressaltar que meu objetivo, com a análise das entrevistas, não é generalizar as atuações e experiências dos arquitetas

¹¹⁸ Uso arquitetas por ter entrevistado mais mulheres do que homens. Cabe ressaltar que não houve uma intenção de buscar entrevistar somente mulheres, mas, por acaso, a maioria das entrevistas me foram concedidas por arquitetas.

¹¹⁹ Cf. KAPP, *Teoria crítica da arquitetura*, 2020, p. 33 [versão rascunho, para discussão na disciplina do NPGAU].

entrevistadas, tratando-as de forma homogênea, pois sei que guardam suas particularidades.

Logo nas primeiras entrevistas, o que mais me chamou atenção foram alguns relatos de arquitetas relacionados ao desejo de “trabalhar com o que acreditam” e a vontade de “fazer algo pelo social”. Começaram o trabalho com a Vivenda, porque não se identificavam com a prática convencional da arquitetura para um público de classe média ou alta, e queriam “algo que fizesse sentido” em suas vidas. Quer dizer, são profissionais jovens lidando com uma espécie de mal-estar em relação ao que chamam de arquitetura convencional. Ao mesmo tempo, precisam sobreviver e conseguir pagar as contas. Enxergam as limitações da profissão e da sociedade em que vivemos, mas as ferramentas que têm são aquelas aprendidas na universidade ou assimiladas da própria lógica capitalista. O paradoxo é que essa constelação as leva, via de regra, a uma atuação ainda bastante convencional, em que muda somente o público: de ricos ou classe média, para pobres.

Fica evidente também, em seus relatos, o sentimento de que as políticas públicas não seriam mais capazes de solucionar nada, sobretudo que a Lei Federal 11.888/2008 de ATHIS (Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social) nunca seria implementada. As únicas perspectivas mencionadas como saídas para a situação dada foram via mercado. Alguns trechos das entrevistas a seguir ilustram bem essa perspectiva:

Na universidade, o campo é muito de pesquisa, de entender o que é, de entender como funciona... Mas me inquietava, porque eu ia sair da formação, mas como é que eu ia atuar com essa população [de baixa renda]? Como eu poderia ser arquiteta dessas populações que precisam de serviços técnicos qualificados e não têm acesso a arquiteto e engenheiro?

No meu período de graduação todo, eu trabalhei com arquitetura tradicional. No final da graduação, eu sabia assim: *eu não sei o que vai ser; não sei como eu vou trabalhar com essa população [de baixa renda]; mas eu sei que eu não quero trabalhar com a arquitetura tradicional dos escritórios, porque isso não me faz feliz...* Eu não era feliz fazendo isso [...]

Porque a gente veio de ONGS, a gente trabalhava em projetos sociais e sabíamos o quanto era difícil manter uma ONG funcionando, angariando fundos. Isso a gente tinha certeza: *a gente vai começar alguma coisa e precisa ser algo sustentável, precisa ser auto-sustentável.*

Outra arquiteta descreve um sentimento similar:

Comecei a trabalhar num escritório de arquitetura de alto padrão. Eram casas milionárias, mas eu sempre me identifiquei muito com o outro lado [o social]. Desde o colégio, eu trabalho em ONGS, mas eu não sabia que [a arquitetura] poderia ter uma outra forma de atuação. Eu sempre via como um trabalho voluntário. Eu trabalhava em ONGS, com reforços escolares, com crianças... por uma identificação pessoal mesmo, por acreditar em algumas coisas.

Um dia, [uma amiga] sabendo desse meu histórico, sabendo que eu trabalhava durante a semana nesse escritório de alto padrão — eu trabalhava lá para pagar as contas, para sobreviver, né? E nos finais de semana trabalhava numa ONG — veio conversar comigo e me apresentar esse mundo dos negócios de impacto social que eu ainda não conhecia, na área de arquitetura e engenharia. [...]

Quando eu comecei a perceber que um lustre [que especificava no escritório] podia pagar três reformas habitacionais... isso passou a me incomodar mais do que já me incomodava. É uma diferença muito gritante dentro da mesma cidade. Então, a gente começou a ir nos bairros, conversar com as lideranças comunitárias, e começamos a entrar dentro da casa das pessoas para entender quais são os principais problemas delas.

Além disso, algumas das arquitetas entrevistadas nasceram e moram até hoje em periferias. Nesses casos, o mal-estar parece ainda mais evidente. Mesmo sendo profissionais formadas em arquitetura (como reflexo da política de cotas e do FIES, que possibilitou maior acesso das pessoas ao ensino superior), convivem com certa angústia por não terem condições de ajudar familiares e vizinhos com as reformas de suas casas. O “mercado de obras financiadas” aparece, nesse caso, como uma solução, além de ser uma espécie de alívio pessoal.

A gente tinha muita vontade de trabalhar com um público mais popular. Porque a gente ficava muito indignado com a arquitetura ser uma coisa muito voltada para a elite. Tipo... a gente é público popular. Meu pai não sabe o que é um arquiteto, entendeu? A gente não conseguiria ajudar nossa família, as pessoas que estão ao nosso redor, porque é uma coisa que só quem pode pagar é quem tem dinheiro. Foi a partir disso que a gente resolveu fazer algo voltado para esse público, né? [...] A gente também não se enxergava nos lugares que a gente estagiava. Aquelas arquitetas que usam calças pantalonas, sabe? Chegando assim: *ah, gente vamos colocar um mármore de mil reais...* isso nunca fez sentido para a gente e a gente ficou a graduação inteira, tipo: *e aí, o que a gente vai fazer?*

Outro relato também ilustra precisamente essa questão:

Assim, na faculdade, eu não tive nada sobre assistência técnica. Eu nem sabia da existência do termo e não sabia nada sobre arquitetura popular. Assim, era outro mundo, sabe? Mas absolutamente nada mesmo, assim... A única cadeira que a gente fez, que se aproximou um pouco, foi uma cadeira de materiais e técnicas de construção. Nela, a gente teve que fazer uma casa popular, mas o intuito era a técnica, com bloco estrutural, não era nada focado na arquitetura popular mesmo. E, ao mesmo tempo, eu sou moradora da periferia.

Assim que me formei, fiquei desempregada e comecei a oferecer meus serviços. Tenho um filho de seis anos e precisava trabalhar. Então, comecei a oferecer meu serviço de uma forma que fosse acessível para as pessoas. Porque, o que acontece: eu sempre brinquei que queria ser arquiteta desde pequena para reformar a casa da minha mãe. A casa dela é um case de uma casa que precisa de melhoria habitacional, sabe? Não tem reboco, a gente cresceu todo mundo dormindo no mesmo quarto: minha mãe, meu pai, eu e meu irmão. Não tinha piso. A gente desenvolveu uma série de doenças respiratórias por causa da casa. Mas, quando eu era pequena, eu queria ser arquiteta para arrumar a casa, porque tinha toda aquela questão de quando a gente é criança, tipo: *ah, não vou convidar amiguinhas para vir aqui, porque não tem espaço, porque minha casa é feia...* essas coisas, sabe? Só que eu nunca imaginei que eu fosse cursar arquitetura. Eu acabei cursando só por conta do FIES... Se não fosse o FIES, eu não teria conseguido cursar.

Enfim, essa vontade sempre esteve em mim, sabe? Logo que eu iniciei com o Instagram do escritório, comecei a pesquisar negócios que fossem mais acessíveis. Só que eu não sabia do termo arquitetura popular, eu nunca tinha ouvido falar. Mas eu pesquisava *hashtags* de arquitetura acessível, de arquitetura popular e comecei a achar um monte de coisa. Aí comecei a seguir vários negócios que já faziam isso, e comecei a estudar a fundo como esses negócios fazem, como oferecem serviços. Eu sabia que eu queria atender um público tipo: minha mãe, a vizinha da minha mãe, minha sogra, que são públicos moradores de periferias; que são públicos populares, né?

Nesse último relato, foram citados os termos “assessoria técnica”, “arquitetura popular” e “arquitetura acessível”. Uma arquiteta de outro escritório disse preferir o termo “arquitetura de impacto”. Acredito que todas essas adjetivações para a palavra arquitetura são uma necessidade de nomear uma atuação que, para elas, se contrapõe à arquitetura convencional. Nesse caso, apesar de certa confusão entre essas nomenclaturas, percebi que, no geral, existe um movimento — e talvez, em paralelo, também uma dificuldade — desses escritórios se entenderem como empresas que, de fato, precisam lucrar. A entrevistada que usou o termo “arquitetura de impacto” disse ser preciso se diferenciar de ATHIS e da assessoria técnica pela necessidade de que fique claro o serviço que prestam nos territórios em que atuam. É uma nova forma de negócio, e o público de baixa renda não está acostumado com esse tipo de serviço. Segundo as arquitetas, nos territórios, as potenciais clientes demoram certo tempo até perceberem que não se trata de um golpe, e a confiarem nos serviços dos escritórios. O próprio título de uma *live* da Vivenda ilustra essa necessidade afirmativa: “negócio social também é negócio”.¹²⁰ Já o administrador de empresas Fernando Assad, co-fundador da empresa, prefere o termo “arquitetos de varejo”. Ele se orgulha de que finalmente, por conta da Vivenda, os arquitetos foram ensinados a vender.¹²¹ No entanto, também considero preocupante o tanto de adjetivações para a palavra arquitetura. Já que existe uma necessidade tão grande de adjetivá-la de várias formas, talvez seu próprio significado tenha se esvaziado.

¹²⁰ Live da empresa Vivenda, sob o título *Negócio social também é negócio*, via Youtube, em 2021.

¹²¹ HADDAD, “Não repara a bagunça”: um estudo sobre iniciativas em melhorias habitacionais, 2022, p. 89.

Em suas pesquisas, a maioria dos escritórios chegou à Vivenda por ser uma das poucas iniciativas do tipo no país. Como já mencionei, a empresa começou testando a venda de kits de reformas nas periferias, que incluía projeto, mão de obra, material e crédito. Alguns escritórios que já estavam tentando trabalhar com arquitetura na periferia, mesmo antes de conhecerem a “solução integrada” da Vivenda, perceberam que “o projeto é uma coisa difícil de vender na periferia”. Segundo eles, vender somente o projeto “não dava em nada”, porque as pessoas, na periferia, estão cercadas de várias dificuldades que inviabilizam as realizações das obras. Essas dificuldades, segundo suas conclusões, além de financeiras, estão relacionadas, principalmente, ao gerenciamento e ao acompanhamento das obras. O relato a seguir, confirma essa ideia:

No começo, [...] a gente só trabalhava com projeto, mas a gente via várias dificuldades de só trabalhar com projeto na periferia, né? [...] A gente via, no escritório que a gente trabalhava, que, apesar de a gente fazer o projeto detalhado, o quantitativo de materiais e de fazer o projeto mais próximo do executivo possível, ele não se convertia em reforma. *Os pedreiros periféricos não conseguiam usar a ferramenta, que é o projeto, para transformar o espaço. Então, vimos que seria necessário nós mesmo fazermos as reformas.* Se transformar em uma empresa de reformas e não de projetos. Daí a gente pivotou o negócio para começar a ser uma executora de reformas [grifo meu]. [...]

Tivemos que estudar como são executadas as reformas na periferia, né? Porque, primeiro, a gente não aprende muito sobre reformas na faculdade. Isso não é uma coisa que a gente sai da faculdade sabendo. Saímos sabendo muito mais sobre construção do que sobre reformar as casas que são, quando a gente vai olhar, a casa padrão da população brasileira. Essa casa que é autoconstruída, que tem suas próprias características. Hoje em dia, depois de ter executado tantas reformas, a gente vê que tem várias coisas que são padrão das reformas, mas que a gente não sabia na época. A gente não só estudou as reformas como a gente, com os pedreiros que a gente tinha mais intimidade, foi desenhando, juntos, os serviços: como executar, quais cuidados teria que ter na hora de executar, quais desafios [...] Para conseguir prever as reformas, a gente precisava entender o tipo de casa existente. Então, no começo, a gente fazia projeto e via que existiam várias dificuldades,

então fomos fazer obra. Hoje em dia, a gente oferece o pacote completo, porque tudo faz falta, né? Se você oferece só o pedreiro, a pessoa tem dificuldade na hora de comprar o material e na hora de acompanhar a obra. A forma de pagamento também [é uma dificuldade], porque as pessoas precisam parcelar, né? Pagar a vista é praticamente inviável.

Por que “vender o projeto é algo difícil de fazer na periferia”, e por que “os pedreiros periféricos não conseguem usar a ferramenta, que é o projeto, para transformar o espaço”? Simplesmente porque é um instrumento que essas pessoas não usam (ou, pelo menos, não usam conforme a linguagem técnica do campo arquitetônico). Para elas, não há separação entre planejamento, execução e uso em seus processos construtivos, isto é, estão acostumadas a transformar seus espaços sem necessariamente obedecer a um planejamento prévio. Fazem isso conforme suas necessidades e condições financeiras momentâneas.¹²²

A forma convencional de trabalho da arquitetura — que segue as etapas de projeto, construção e uso — é uma exigência da produção capitalista de construções. O desenho é uma ferramenta de dominação e de separação entre trabalho intelectual de concepção e do trabalho material de execução. Essa divisão, que também dá origem à figura do arquiteto, se instituiu gradativamente na Europa do final da Idade Média, mas por muito tempo se restringiu a grandes obras, enquanto construções comuns continuaram sendo feitas sem a referida separação. Somente a partir do século XIX — e em alguns lugares bem mais tarde —, a produção cotidiana, que não segue as etapas de projeto, construção e uso, quer dizer, a produção em que as pessoas têm algum poder de decisão, começou a ser vista como precária, indesejada, insalubre.¹²³

O ponto é que, com o tempo, o campo da arquitetura foi se construindo e criando seus valores, princípios, comportamentos, linguagens e códigos. Dentro desse universo, destaca-se a exigência do projeto como uma etapa anterior à obra e a ideia de um usuário como uma figura passiva em relação ao projeto. Enquanto isso, à margem, a grande maioria das pessoas continuou autoproduzindo seus espaços

¹²² KAPP, A outra produção arquitetônica, 2008.

¹²³ Cf. KAPP, Moradia e contradição do projeto moderno, 2005. Cf. FERRO, *O canteiro e o desenho*, 1979.

cotidianos conforme seus conhecimentos, técnicas e saberes. Em vez de somente desqualificar as habilidades, os trabalhos e as moradias autoproduzidas por essas pessoas, identificando-as (e reduzindo-as) à ilegalidade e à precariedade, poderíamos enxergar que, com essa forma de produção, elas conseguem romper um pouco a perspectiva posta, apresentando *relativa* autonomia nesse processo. Pelo menos quando se trata de produções para uso próprio, quase sempre rompem com a tradição do campo da arquitetura de que o projeto tenha que anteceder a obra. Os autoprodutores e autoconstrutores estão acostumados a tomar decisões “durante o processo e, em muitos casos, apenas com o conhecimento técnico de que a própria mão de obra dispõe e com informações obtidas em lojas de materiais de construção, [...] ou com amigos que tenham alguma experiência”.¹²⁴ Eles “imaginam soluções, começam a execução, avaliam os resultados parciais, repensam, se reorientam pelas oportunidades e dificuldades que surgem ao longo da construção”.¹²⁵ Com isso, podem até ampliar seus imaginários e experimentar novas formas de pensar e usar os espaços. Por outro lado, é claro que encontram uma série de problemas e dificuldades pelo caminho. Não cabe romantizar esse tipo de produção. É evidente que ela “se faz menos por opção do que por necessidade”.¹²⁶ O ponto é que os problemas que enfrentam não decorrem de sua incompetência ou da simples ausência de um profissional.

Por ser fruto de necessidades elementares de sobrevivência, resultantes da má distribuição de renda e de terra urbana, essa produção informal convive com muitas precariedades. *Mas importa perceber, em primeiro lugar, que as precariedades não se devem à sua relativa autonomia e sim às distorções socioeconômicas que nela se tenta remediar.* A autonomia dos produtores informais é a sua vantagem, não o seu problema. Problema é a falta de acesso aos recursos financeiros, técnicos e jurídicos [grifo meu].¹²⁷

O último dos relatos acima citados revela uma disposição em ‘abandonar’ o projeto e se aproximar mais da produção, da obra, mas faz isso com o interesse de transformar

¹²⁴ KAPP et. al, *Arquiteto sempre tem conceito...*, 2009, p. 67.

¹²⁵ *Ibidem*.

¹²⁶ KAPP, *A outra produção arquitetônica*, 2008, p. 233.

¹²⁷ KAPP, *Moradia e contradições do projeto moderno*, 2005, p. 137.

o conjunto de atividades que as pessoas realizam (com suas pequenas brechas de autonomia) em uma mercadoria. Se não deu certo transformar o projeto em mercadoria, transforma-se o conjunto das atividades. Acredito que a intenção seja realmente boa (não é isso que está em questão), mas o pressuposto é a comodificação do processo: vender bens e serviços ao público de baixa renda, mantendo — com ou sem projeto — a superioridade da posição técnica. Em vez de os autoprodutores terem acesso a uma assessoria técnica — financiada pelo Estado — que promova ganhos de autonomia e de consciência sócio-espacial, eles são convertidos em consumidores passivos.

Como a Vivenda tem estruturado esse “novo mercado” no Brasil? Após criar a debênture e captar os recursos do mercado financeiro, ela entrou em contato com potenciais escritórios de reformas que pudessem fazer parte de sua plataforma. Na metade de 2020, criou um grupo piloto com os sete primeiros escritórios. Nesse início de parceria, percebeu que não poderia trabalhar somente fornecendo crédito aos escritórios, mas que deveria auxiliá-los também nas etapas de estruturação dos negócios, compartilhando a experiência prática que já tinha adquirido. Atualmente, como já citei, existem 24 escritórios chamados “negócios da causa” efetivamente plugados na plataforma e mais 15 negócios menores sendo treinados pelo Vivenda Play.

O que percebo, desse processo, é a estruturação de uma relação de interdependência entre esses dois atores. A Vivenda precisa emprestar o dinheiro para lucrar e pagar os investidores, e o escritório precisa do financiamento (e de capacitações e mentorias de empreendedorismo) para conseguir vender as reformas. A tecnologia da plataforma é toda da empresa: o sistema de vendas e o de acompanhamento de obras, os escritórios somente operam tais sistemas. Assim, os “negócios da causa”, como são chamados os escritórios, são agentes intermediários entre a Vivenda e os territórios. Inclusive, muitos escritórios se formaram apenas depois que seus integrantes tomaram conhecimento de que poderiam atuar com o público de baixa renda graças a essa nova forma de financiamento da empresa. Não existiriam sem a Vivenda e a rede que se articulou a partir dela. Nessa rede, os escritórios mais experientes auxiliam os que estão começando a consolidar seus negócios.

A Vivenda não se impõe diretamente aos escritórios. Eles podem estipular as próprias metas, a identidade visual e as estratégias de venda. Podem parar de financiar suas obras com a empresa a qualquer momento, e podem utilizar outros financiamento paralelamente. Ainda assim, fica implícito no processo um modelo de como devem conduzir seus negócios, já que o financiamento da Vivenda exige a tal 'solução integrada', bem como reformas de baixa complexidade, feitas por cômodos e a um custo de no máximo doze mil reais.

No final, apesar de semelhantes em suas atuações, os escritórios têm suas dinâmicas internas próprias. Entrevistei tanto pessoas mais sensíveis no contato com o público atendido quanto pessoas mais preocupadas com as vendas, que tinham, digamos, um “espírito empreendedor mais desenvolvido”. Alguns também relataram o desejo de trabalhar futuramente com mais segmentos da arquitetura que não somente o mercado das reformas.

Além do nicho de obras financiadas, a Vivenda, junto à ONU-HABITAT e outras empresas parceiras, consegue, com frequência, repassar aos escritórios da plataforma uma quantia de dinheiro destinada à execução de obras subsidiadas. Esse tipo de obra é importante principalmente para inserir os escritórios nos territórios em que desejam atuar. Não deixa de ser uma forma de divulgação dos seus trabalhos e uma forma de alcançar um público com a faixa de renda menor do que um salário mínimo. A maioria da verba vai para construções de banheiros. Os escritórios entendem que as obras subsidiadas fazem parte das suas “missões de impacto”. Uma das mulheres da periferia que entrevistei recebeu duas obras subsidiadas e gostou tanto do serviço, que adquiriu uma terceira reforma, dessa vez financiada.

As famílias são atendidas individualmente e, quase sempre, por iniciativa e esforço das mulheres. Todos os escritórios entrevistados foram unânimes nisso: casadas ou mães solas, são elas as que mais procuram o serviço de reformas. A faixa de renda atendida é em torno de um salário mínimo e meio até três salários mínimos e meio. Em alguns casos raros, chega a cinco salários.

Os atendimentos funcionam, geralmente, da seguinte maneira: o consumidor que pretende reformar sua casa entra em contato com o escritório via *WhatsApp*, *Instagram* ou *Facebook*. O escritório faz o cadastro da cliente e agenda uma visita

domiciliar, na qual verifica se é um serviço que realiza, pois a maioria dos escritórios não trabalha com construções do zero, telhados ou questões estruturais, somente com obras de baixa complexidade. Se a obra for pertinente, é feito o levantamento arquitetônico do ambiente e, em seguida, os dados da cliente são enviados à Vivenda para a análise de crédito. Com o algoritmo que desenvolveu, a empresa elabora algumas possibilidades de como o custo da obra pode ser parcelado e qual será o valor da entrada. Quanto maior a nota (score) da cliente, menor o valor da entrada, que também pode ser parcelado. Existe ainda a possibilidade de incluir a renda de mais de uma pessoa da família na análise de crédito, de forma que as parcelas geradas serão proporcionais à renda total. Até esse momento do atendimento, o processo todo é gratuito.

Em seguida, o escritório apresenta o orçamento à família e, às vezes, um projeto. Como as reformas são quase sempre apenas de revestimentos, costuma não haver projeto — aliás, é esse, basicamente, o significado da expressão 'de baixa complexidade'. Faz-se então o acerto de contas, de quanto e como a cliente pode pagar (conforme as condições descritas na seção anterior deste capítulo). Isso acordado, passa-se para a etapa de assinatura dos contratos e para o início do pagamento da entrada. Existem dois contratos:

um financeiro, da Vivenda diretamente com as famílias; e outro de responsabilidade técnica pelo serviço prestado, do escritório com as famílias. Se houver qualquer imprevisto na obra, quem arca com o custo é o próprio escritório. Todos os escritórios entrevistados realizavam acompanhamento e fiscalização das obras.

A obra é iniciada no mês seguinte, após o pagamento da entrada. A razão da reforma só começar após a quitação da entrada é a de já criar uma responsabilidade e um comprometimento, por parte do consumidor, em relação ao pagamento das parcelas. Por serem reformas de baixa complexidade, são de execução rápida — cerca de duas semanas. Com a obra finalizada, o escritório presta contas à Vivenda, e ela faz o repasse do valor total do financiamento. Nesse valor total, a empresa inclui uma taxa operacional própria de cinco por cento do valor total da obra. Cada escritório faz um cálculo próprio do valor da mão de obra. No final das contas, a Vivenda adianta o dinheiro de pagamento da mão de obra e do material aos escritórios, mas quem

efetivamente paga esses serviços são as clientes por meio das parcelas. O lucro da empresa se dá mediante os juros.

Como o valor total só é repassado ao final da obra, os escritórios fazem uma parceria com a mão de obra e com os depósitos de material de construção para aceitarem esse prazo de pagamento. Os pedreiros trabalham como microempreendedores individuais (MEI).

As reformas são realizadas por cômodos, por meio dos kits (banheiro, cozinha, sala de estar, área de serviço), isto é, trata-se de um formato já fechado e prescritivo. Se a família já estiver reformando um cômodo e quiser reformar outro, é necessário terminar de pagar pelo menos 60 por cento da primeira reforma. Caso isso ainda não tenha acontecido, podem fazer o novo financiamento no nome de outra pessoa da família. No entanto, isso significa que uma mãe solo que quiser reformar quatro cômodos levará, na melhor das hipóteses, seis anos pagando mensalidades e, na pior, doze anos. As famílias podem ficar dependentes dos serviços desses escritórios por muito tempo.

Como já mencionei, não é necessário ter a titulação do imóvel para ter acesso ao financiamento. Por um lado, isso representa uma facilidade de acesso ao crédito; por outro, as famílias correm o risco de serem removidas e continuarem com a obrigação de pagar as parcelas das reformas (embora a Vivenda afirme não atuar em áreas sujeitas a remoções). Seja como for, as pessoas passam em média três anos pagando uma reforma, o que é um tempo considerável em que muita coisa pode acontecer.

Um ponto relevante dessa discussão é a importância do empreendedorismo para a sobrevivência dos escritórios. A maioria deles passou pelo processo de aceleração do LAB Habitação, da Artemísia (já citado no subcapítulo 3.2). Ali aprenderam sobre empreendedorismo, finanças, *marketing* comercial, gestão, liderança e impacto social. Os escritórios mais consolidados relataram que esse processo foi fundamental para estabelecer contatos com outros escritórios e com uma grande quantidade de empresas e agentes, ampliando suas redes de relacionamentos. As empresas citadas foram as mesmas da Coalizão Habitação: Vedacit, Votorantim, Leroy, Gerdau e Tigre. Além disso, nas entrevistas, foram comuns relatos do tipo: “Foi bom para a gente, porque não sabemos empreender. A

gente sai da faculdade sem saber nada relacionado a isso”. Também consideram que unir o mundo do empreendedorismo com o da arquitetura é algo bastante complexo.

O mais desafiador de ter num negócio, para um arquiteto, é a parte administrativa. Porque, assim, você sabe fazer arquitetura, mas você não sabe se vender, negociar, precificar seu serviço. Então, assim, não sei se eu posso falar frustrante, mas isso é o que mais pega, sabe? É essa parte de negócio, de empreendedorismo em si. Porque, assim, a gente não sabe nada de *marketing*, mas tem que estudar sobre. [...] você tem que entender de métricas de Instagram, de *Facebook*, de como você tem que fazer para alcançar mais pessoas... Tem que saber de *copywriting*,¹²⁸ [...] essa questão do empreendedorismo é bem desafiadora.

No final, percebi que a maioria das arquitetas e dos arquitetos entrevistados, em vez de se aprofundarem em entender as (muitas) complexidades das demandas reais desse público, tendem a se concentrar na realização de um maior número de reformas de baixa complexidade, 'impactando' mais pessoas e atendendo, assim, à necessidade operacional do próprio negócio, isto é, os arquitetos 'fazem o que podem' dentro da lógica imposta. Nesse cenário, quais rumos a arquitetura está tomando? Estamos diante também de uma crise do trabalho dentro da própria arquitetura? Uma arquiteta que faz parte de um escritório plugado na plataforma, em uma matéria intitulada “Construção civil é uma boa área para o empreendedorismo social”, comentou o seguinte sobre a dificuldade manter o negócio funcionando: “No nosso caso, como são reformas rápidas, a gente ganha no volume [isto é, na quantidade de atendimentos]. O desafio é comunicar às pessoas que este serviço existe e convencê-las de que elas podem pagar por ele”.¹²⁹

O discurso de muitas arquitetas, nas *lives*, é de “tirar a dor das pessoas” e de oferecer não só uma reforma, mas “uma experiência”. No entanto, mesmo que prezem por um atendimento sensível, cuidadoso e 'diferenciado', se quiserem mesmo lucrar com o negócio, 'impactando' muitas pessoas, o atendimento tem que ser cada vez

¹²⁸ *Copywriting* é um tipo de texto que utiliza uma “escrita persuasiva como forma de convencer o seu público a realizar determinada ação”. É basicamente um recurso de *marketing* utilizado para aumentar as vendas de uma empresa. Cf. SILVA, O que é *copywriting* e como funciona?, 2022.

¹²⁹ VIEIRA, Construção Civil é uma boa área para o empreendedorismo social, 2021.

mais rápido, otimizado, padronizado e despersonalizado, assim como a complexidade das obras tem que continuar baixa. Sim, os números importam porque, afinal, é uma empresa.

Em linhas gerais, a Vivenda é uma plataforma de financiamento que atua centralizando o capital, dispersando o trabalho sem vínculo empregatício em escala nacional, por meio dos escritórios plugados na plataforma. Escritórios estes que têm a ‘liberdade’ de estipular suas próprias metas e são os responsáveis técnicos pela execução das reformas. A socióloga Ludmila Abílio vem caracterizando como *autogerenciamento subordinado* o processo de trabalhadores de plataforma (Uber, Ifood etc.) que arcam com todos os riscos e custos dos seus trabalhos, mas que tem a suposta ‘liberdade’ de estipular suas metas diárias. É um auto-gerenciamento subordinado à empresa que detém a tecnologia e o capital.¹³⁰

Nas entrevistas, não foi mencionado nada relacionado a algum tipo de politização, mobilização ou conscientização crítica ou coletiva sobre os lugares (físicos ou sociais) que as pessoas atendidas estão ocupando. Elas são meras consumidoras passivas no processo. Trata-se somente da promoção do consumo de mais mercadorias e, conseqüentemente, da criação de mais dependência entre os ‘atendidos’ e os ‘técnicos’.

Em suma, estamos diante da criação de dois tipos de dependências: a técnica, via pacote de reformas e transformação de autoprodutores em consumidores; e a financeira, via endividamento das famílias. Os dois tipos de dependência têm uma série de repercussões na vida cotidiana dessas pessoas.

Outro ponto que ainda quero ressaltar é que dinâmicas como essa, por apresentarem resultados rápidos (materializados em fotos de antes e depois das reformas) e por terem abrangência nacional, são mais festejadas pelo *mainstream*. Penso que isso pode acabar ‘ofuscando’ ou desmobilizando pequenas iniciativas de assessoria técnica mais focadas em processos de ganhos de autonomia e de consciência crítica sócio-espaciais do que em produtos acabados. São iniciativas que tem suas contradições e ambigüidades; que não dão respostas imediatas aos

¹³⁰ ABÍLIO, Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador *just-in-time* na periferia, 2021.

problemas sociais (porque isso não existe); que não conseguem materializar seus processos em fotos de ‘antes e depois’; e que acontecem em menor escala, mas que buscam abrir pequenas brechas nesse modo de produção capitalista cruel e desigual em que vivemos.

3.5. Entre o discurso e a prática do empreendedorismo social

O campo do empreendedorismo social é mesmo capaz de resolver o déficit da inadequação edilícia ainda nessa geração? Ele está mesmo transformando o cenário da habitação no Brasil, como reforça a Artemisia? Penso que não. Reformas de baixa complexidade não solucionam o déficit da inadequação edilícia. Na verdade, as pessoas continuarão com demandas complexas para resolver e com mais dívidas para pagar.

Mas de onde vem a busca pela “união do lucro e de algum propósito”; “lucro e missão”; “lucro e bem comum” ou a ideia de um capitalismo paciente, consciente ou com propósito? Duas obras que ajudam a compreender essa atual visão são *O novo espírito do capitalismo*, de Luc Boltanski e Éve Chiapello, escrito nos anos 1990; e *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*, de Pierre Dardot e Christian Laval, publicado em 2016.

Em *O novo espírito do capitalismo*, os autores tratam exatamente das “mudanças ideológicas que acompanham as recentes transformações do capitalismo”,¹³¹ tentando entender o papel da crítica nessas transformações. A obra aborda o período entre as décadas de 1960 e 1990, e certamente hoje não temos o mesmo capitalismo de trinta anos atrás. Ainda assim, o livro ainda oferece contribuições importantes para a discussão atual. Boltanski e Chiapello demonstram que, se o capitalismo se tornou dominante no mundo, foi também pela sua capacidade se apoiar em representações e justificações “capazes de guiar a ação” no sentido de apresentar a ordem social capitalista como “desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis”.¹³² Isso acontece por meio de discursos — construídos histórica e socialmente — convincentes o suficiente para serem aceitos, assimilados e

¹³¹ .BOLTANSKI & CHIAPELLO, *O novo espírito do capitalismo*, [1999] 2020, p. 34.

¹³² Ibidem, p. 42.

propagados pacificamente por muitas pessoas, “de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o niilismo que a ordem capitalista não para de inspirar”. Boltanski e Chiapello chamam de espírito do capitalismo “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo”.¹³³ Em uma definição mais precisa:

É justamente o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribuem para justificar e sustentar essa ordem, legitimando os modos de ação e as disposições coerentes com ela. Essas justificações, sejam elas gerais ou práticas, locais ou globais, expressas em termos de virtude ou em termos de justiça, dão respaldo ao cumprimento de tarefas mais ou menos penosas e, de modo mais geral, à adesão a um estilo de vida, em sentido favorável à ordem capitalista.¹³⁴

Para os autores, conforme o capitalismo muda, mudam suas retóricas e representações. Não se trata de uma relação de causa e efeito entre o processo de acumulação capitalista e as construções discursivas, e sim de algo que se retroalimenta, acontecendo conjuntamente.

Já Pierre Dardot e Christian Laval entendem que “o neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo”. Para eles, o neoliberalismo é “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Isso quer dizer que o neoliberalismo não se manifesta somente no plano econômico ou político, mas que ele também opera de forma subjetiva, moldando sujeitos. Esse sujeito neoliberal não é mais aquele produtivo das indústrias, que obedece a um padrão, e sim um empreendedor que deve saber aproveitar as oportunidades de lucro. Ele, em última instância, é o “empreendedor de si mesmo”, que conduz a sua vida como se gere uma empresa. Desprovido de uma série de garantias sociais (sobretudo trabalhistas), torna-se somente dele a responsabilidade de organizar a própria vida em função dos seus desejos e necessidades. Tudo em nome da concorrência. O empreendedorismo é um imperativo de nosso tempo.¹³⁵

¹³³ Ibidem, p. 39.

¹³⁴ Ibidem, p. 42.

¹³⁵ DARDOT & LAVAL, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, [2016] 2020, p. 17.

Ao contrário do que a meritocracia propaga, é evidente que poucos conseguem ser empreendedores bem sucedidos. Mas o ponto é que o discurso só funciona se alcançar — e convencer — o máximo de pessoas, inclusive as populações periféricas. Por exemplo, segundo uma pesquisa recente do Data Favela, metade dos moradores de favelas do Brasil se consideram empreendedores.¹³⁶ A própria Vivenda fez uma *live* intitulada “o pedreiro empreendedor”.¹³⁷

Uma forma eficaz de esse discurso se propagar — e de o capitalismo se renovar — é a captura e assimilação do vocabulário da crítica.¹³⁸ O empreendedor social pode ser entendido como um reflexo dessa lógica. Por exemplo, a Vivenda e a Artemísia usam frases como: “invista na empresa que está *revolucionando* o mercado de reformas para famílias de baixa renda no Brasil”;¹³⁹ “uma nova geração de negócios está *transformando* o Brasil”.¹⁴⁰ Há toda uma retórica de engajamento associada ao “sonho de mudar o mundo”, de construir “mundos possíveis”. Isso tudo, claro, sem perder de vista o lucro: “entre ganhar dinheiro e mudar o mundo, fique com os dois” — eis o lema da Artemisia.

O modelo de negócio de impacto social atende à realização de um *sonho* que partilhamos com muitos. Sonhamos com um país no qual 100 por cento das brasileiras e brasileiros possam viver com dignidade e poder de escolha. *Mas como tornar real uma transformação social desse tamanho?*

A resposta está no fortalecimento de um modelo de empreendedorismo que tem atraído cada vez mais um número maior de homens e mulheres profundamente incomodados e inconformados com a situação do Brasil. Empreendedores que, mesmo quando todas as probabilidades se mostram contrárias, insistem em quebrar paradigmas para investir no empreendedorismo de impacto social [grifo meu].¹⁴¹

¹³⁶ JULIO, Metade dos moradores de favelas se consideram empreendedores, mostra pesquisa, 2022.

¹³⁷ *Live* intitulada “O pedreiro empreendedor”, vis Instagram da Vivenda, em 23/6/2021.

¹³⁸ Cf. BOLTANSKI & CHIAPELLO, *O novo espírito do capitalismo*, [1999] 2020.

¹³⁹ DIN4MO, Din4mo lidera a segunda rodada de captação do Programa Vivenda, 2016.

¹⁴⁰ Site da Artemisia: www.artemisia.org.br

¹⁴¹ PESSANHA, Empreendedor não precisa escolher entre ganhar dinheiro ou mudar o mundo, 2019.

Para Vander Casaqui, o campo do empreendedorismo social é constituído e alimentado “por processos discursivos, por estratégias midiáticas e por regimes de visibilidade”.¹⁴² O discurso dos “sonhos”; da “revolução”; da “transformação social” e de “pessoas inconformadas com a situação do Brasil” são assimilações da crítica. Na verdade, a ideologia dominante — que é a das classes dominantes — sempre difundiu a ideia de que qualquer “inquietação é sinal de imaturidade, inconformismo é sintoma de neurose e difunde, discretamente a convicção de que adaptar-se à situação atual é prova de sensatez”.¹⁴³ Mas uma das formas que o capitalismo encontrou de manter seu poder mobilizador é obtendo recursos fora de si mesmo. Ele incorpora até mesmo crenças e críticas que, em algum momento histórico, lhes foram hostis e estranhas, transformando-as em adequadas a sua ordem. Esse mecanismo é vital para que ele resista à própria crítica anticapitalista.¹⁴⁴

Ademais, o discurso da Artemisia é muito sedutor, sobretudo para uma juventude insatisfeita e desacreditada. Nessa lógica, é como se o jovem não precisasse se rebelar contra o sistema para viver uma vida em que acredita, “com propósito”; o jovem empreendedor pode viver o seu sonho e continuar tendo esperanças dentro do próprio capitalismo.¹⁴⁵ Basta voltar aos relatos das arquitetas aqui entrevistadas e lembrar o que o autor Edgar Barki disse ao se questionar sobre o porquê da discussão dos negócios de impacto social fazer tanto sentido na atualidade: “entre várias explicações possíveis, talvez a melhor seja a busca de um propósito de vida por parte crescente da sociedade”.¹⁴⁶

Assim, o discurso da Vivenda e da Artemisia de unir lucro e missão, lucro e impacto, lucro e o bem comum pode ser encarado como uma forma de juntar o êxito material com uma espécie de “falta de sentido pessoal que atormenta os indivíduos das sociedades contemporâneas”.¹⁴⁷ Pierre Dardot e Christian Laval, analisando a

¹⁴² CASAQUI, A transformação social nos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital, 2016, p. 207.

¹⁴³ KONDER, *A questão da ideologia*, [2002] 2020, p. 230.

¹⁴⁴ BOLTANSKI & CHIAPELLO, *O novo espírito do capitalismo*, [1999] 2020, p. 53.

¹⁴⁵ Aula do professor Vander Casaqui, no podcast Contrafogos, via Spotify, em 9/2/2022, episódio intitulado “Discursos do capitalismo (Linguagem e comunicação, parte 2).”

¹⁴⁶ BARKI, *Negócios de impacto: tendência ou modismo?*, 2015, p. 16.

¹⁴⁷ BARBALHO & UCHOA, *Análise crítica dos empreendedores sociais no Brasil: um referencial teórico-metodológico*, 2019, p. 492-493 apud GIDDENS, *Modernidade e identidade*, 2002.

sociedade neoliberal empreendedora, dizem que, nela, “toda atividade é empresarial, porque nada mais é garantido para toda a vida. Tudo deve ser conquistado e defendido a todo momento”.¹⁴⁸ As pessoas ‘precisam’ encontrar um sentido, uma justificação, um compromisso para se adequar a essa ordem. Assim, “preocupações expressas em termos de justiça devem ser associadas a práticas ligadas a estados históricos do capitalismo e a maneiras de obter lucro específicas de uma época”.¹⁴⁹ Por isso, as tantas adjetivações ‘boas’ que a empresa aqui estudada usa para a palavra capitalismo: de *stakeholders*, consciente, paciente, com propósito; e talvez por isso também as expressões “crédito humano”, “venda consciente”; “a gente quer tirar a dor das pessoas”, “não vendemos reformas, mas sim uma experiência”.

Para Carolina Uchoa, pode-se entender o empreendedorismo social como “uma resposta ao desencanto do capitalismo tardio, um antídoto para a perda do idealismo e o fim das grandes utopias, tornando-se uma passagem pela qual os sonhos, as esperanças e as promessas novamente se tornam possíveis”.¹⁵⁰ Na história toda, o grande agente do negócio passa a ser o empreendedor social, que surge como “liderança messiânica e altruísta ante o cenário de crise”,¹⁵¹ enquanto os ditos beneficiários do impacto aparecem sempre como elementos passivos do processo.¹⁵² Mesmo que o discurso seja de participação de todos os envolvidos, a glória da grande figura só recai sobre o empreendedor social. Ele seria mais capaz que o Estado de resolver problemas sociais e o único capaz de “mudar o mundo”.¹⁵³

No entanto, a transformação social a que os promotores do empreendedorismo social se referem é, no máximo, uma mudança interna do próprio capitalismo, sem nenhuma ruptura revolucionária. Trata-se de um discurso de conformação à lógica capitalista, que impulsiona os sujeitos a aceitarem o capitalismo como única saída e, a partir disso, alimentarem o mercado com novos produtos. É uma forma de

¹⁴⁸ DARDOT & LAVAL, *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, [2016] 2020, p. 336.

¹⁴⁹ BOLTANSKI & CHIAPPELLO, *O novo espírito do capitalismo*, [1999] 2020, p. 48.

¹⁵⁰ UCHOA, A construção discursiva do empreendedor social: crítica e justificação no novo espírito do capitalismo, 2017, p. 81.

¹⁵¹ CASAQUI, Ideologia do empreendedorismo social: representações do trabalho em tempos de crise do Estado Social português, 2014, p. 3.

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ CASAQUI, A transformação social nos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital, 2016, p. 207.

“domesticação do poder criativo da sociedade”.¹⁵⁴ Com esses discursos, os empreendedores sociais propagam a ideia de instalar uma espécie de ordem e de controle, como se a sociedade fosse livre de conflitos, passando a impressão de que determinada “mudança social pode ser alcançada sem causar tensões ou desarmonias,” bastando ter a criatividade e a força de vontade adequadas.¹⁵⁵ É como se, até agora, gestores públicos e todos os outros agentes engajados em reduzir injustiças e desigualdades estivessem somente distraídos ou ignorassem os métodos certos para gerir bem a sociedade. Agora, com as receitas dos empreendedores sociais, seria “possível remover as incertezas e fazer as caóticas e complexas relações da vida social parecerem bem ordenadas e gerenciáveis, superando assim a ineficácia e o amadorismo atribuído ao poder público”.¹⁵⁶ No final, não há nenhum tipo de transformação social e, menos ainda, uma revolução. Trata-se apenas de uma ideia “despolitizada da mudança social, fundada em uma mistura de harmonia social, redenção messiânica e passividade coletiva”.¹⁵⁷

Há ainda quem questione por que a crítica é importante e por que deveríamos estar atentos a esses discursos e práticas empreendedoras. Trago um exemplo emblemático de uma iniciativa super festejada nesse sentido: o Banco Grameen, fundado em 1983, pelo indiano Muhammad Yunus, o maior nome do empreendedorismo social do mundo e já citado diversas vezes neste trabalho. (Yunus ganhou o prêmio Nobel da Paz em 2006, um ano antes de estourar a crise de 2007/2008, o que já pode ser um indicativo dessa tentativa de renovação do capitalismo.) O microcrédito e microfinanciamento do Grameen foram criados com o objetivo explícito de aliviar a pobreza. Segundo seus idealizadores, deveria assegurar pequenos empréstimos a grupos de mulheres e, assim, empoderá-las a ponto de conseguirem resolver o problema da pobreza. No entanto, o resultado foi a inclusão das atividades informais dessas mulheres, antes compostas por trocas com outras

¹⁵⁴ Aula do professor Vander Casaqui, no podcast *Contrafogos*, via Spotify, em 9/2/2022, episódio intitulado “Discursos do capitalismo (Linguagem e comunicação, parte 2).”

¹⁵⁵ UCHOA, A construção discursiva do empreendedor social: crítica e justificação no novo espírito do capitalismo, 2017, p. 80.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ Aula do professor Vander Casaqui, no podcast *Contrafogos*, via Spotify, em 9/2/2022, episódio intitulado “Discursos do capitalismo (Linguagem e comunicação, parte 2); UCHOA, A construção discursiva do empreendedor social: crítica e justificação no novo espírito do capitalismo, 2017, p. 81.

mulheres pobres e desempregadas, na economia formal. O processo minou laços de solidariedade e aumentou a miséria e o endividamento. Como discute Silvia Federici, a dinâmica de pequenos empréstimos tornou-se um mecanismo de criação de dívida que envolveu governos nacionais e locais, ONGs e bancos (principalmente o Banco Mundial), servindo, sobretudo, “para capturar o trabalho, a energia e a inventividade dos 'pobres', especialmente das mulheres”.¹⁵⁸

As razões de os empréstimos do Banco Grameen serem destinados a mulheres são duas: a primeira é que os planejadores financeiros consideram as mulheres mais responsáveis com questões financeiras e mais vulneráveis às intimidações de cobranças; e a segunda é que o empréstimo por grupos é uma forma de as mulheres vigiarem constantemente umas às outras para que todas cumpram com o pagamento da dívida. Federici denomina esse processo de “auto-policiamento coletivo”. A autora Maria Galindo ainda aponta que essa dinâmica transforma o tecido social que ampara as mulheres em suas vidas cotidianas em uma “tecnologia de vigilância”; o velho tecido social passa a focar somente no pagamento da dívida.¹⁵⁹

Raquel Rolnik afirma que, na realidade, a concepção de combate à pobreza presente no modelo do Grameen está centrada na promoção do empreendedorismo e não na redistribuição de renda e na abertura de oportunidade e igualdade para todos.¹⁶⁰ Nada mais é do que uma forma de lucrar com os “bilhões de baixo”.¹⁶¹

Silvia Federici aponta ainda que vários desses bancos e instituições financeiras de microfinanças mobilizam ONGs e agências internacionais para reduzir a inadimplência. As organizações operam com ameaças, humilhações públicas e intimidações físicas, que vão desde visitas domiciliares até métodos difamatórios, usados para aterrorizar as devedoras e fazê-las quitar os débitos. Segundo informações que obtive numa entrevista com a diretora do Centro de Estudos Africanos da Universidade de Rutgers, nos Estados Unidos, Federici descobriu que, em países como Níger, fotos das mulheres que não pagaram suas dívidas são penduradas nas portas dos bancos.¹⁶² “Na Bolívia, algumas instituições de

¹⁵⁸ FEDERICI, *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, [2019] 2021, p. 125.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ ROLNIK, *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*, 2015, p. 131.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² FEDERICI, *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, [2019] 2021, p. 125.

microfinanciamento marcaram as casas dos inadimplentes e os identificaram em cartazes fixados nos bairros onde vivem”.¹⁶³ Federici conclui que “o *Grameen Bank* se tornou um nome odiado em Bangladesh: seus fundadores e administradores passaram a ser vistos como agiotas que enriqueceram à custa dos pobres”.¹⁶⁴

Ao mesmo tempo que os empréstimos de microcrédito se proliferaram em países da Ásia, da África e da América Latina, a luta contra eles também vem se intensificando. Movimentos antidívida já acontecem em países como México, Nicarágua e Bolívia. Na Bolívia, “a organização *Mujeres Creando* fez do cancelamento da dívida uma de suas principais tarefas, acusando bancos e ONGS de roubar trabalho futuro, tempo futuro e esperança das mulheres”.¹⁶⁵ Nas greves e mobilizações de 2019, no Chile, foi escrito nas paredes dos bancos: “Nos devem uma vida”, como forma de subversão da ideia de quem deve a quem.¹⁶⁶

No entanto, apesar de tudo isso, o Banco *Grameen* continua festejado pelo *mainstream* e, atualmente, conta com 2.185 agências. Desde sua fundação, já emprestou o equivalente a 5,72 bilhões de dólares para 6,61 milhões de pessoas. Delas, 97 por cento são mulheres. Hoje, o banco atende a 71.371 vilarejos e possui um quadro de 18.795 funcionários remunerados. Reforçando a ideia de que o pobre é bom pagador, sua taxa de inadimplência é baixíssima: apenas 1,15 por cento. Além disso, ele está expandindo para os Estados Unidos. Em 2017, a *Grameen América* já tinha dezenove filiais em onze cidades dos EUA. Seus quase cem mil mutuários eram mulheres. No Brasil, durante a pandemia do COVID-19, os presidentes do banco Santander Brasil e da Caixa Econômica Federal tiveram reuniões com Muhammad Yunus para aprender a aplicar estratégias de microcrédito em suas operações financeiras.¹⁶⁷ Em suma, como pontua Janaynna Ferraz, muitas vezes o

¹⁶³ TORO IBÁÑEZ, *La pobreza, un gran negocio: un análisis crítico sobre ogenes, microfinancieras y banca*, 2010 apud FEDERICI, *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, [2019] 2021, p. 125.

¹⁶⁴ KARIM, *Microfinance and Its Discontents: Women in Debt in Bangladesh*, 2001 apud FEDERICI, *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, [2019] 2021, p. 131.

¹⁶⁵ FEDERICI, *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*, [2019] 2021, p. 133-134.

¹⁶⁶ GAGO & CAVALLERO, *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos*, [2019] 2021, p. 74.

¹⁶⁷ ONU BRASIL, PNUD convida criador do microcrédito para discutir empreendedorismo pós-pandemia, 2021; BARBOSA, Caixa estuda parceria no microcrédito com Bangladesh e Quênia, 2022.

empreendedorismo social “defende a justiça social enquanto, na verdade, é um meio que possibilita ao capital ampliar a exploração”.¹⁶⁸

Não quero afirmar que todos os discursos dos empreendedores sociais sejam meras farsas nem — mais uma vez — quero inferir nada sobre o caráter de ninguém. No entanto, as boas intenções que muitos desses empreendedores possam ter não alteram a articulação concreta entre seus empreendimentos e a valorização do capital via expropriação. Por isso, com base em vários autores, tentei apontar os limites, as tensões e as contradições entre o discurso do empreendedorismo social e suas repercussões práticas.

Por fim, respondendo ao questionamento do porquê de essa ‘nova forma social’, que é a empresa Vivenda, só ter surgido agora e não há vinte, trinta ou cinquenta anos. Como já dito, é relativamente recente a ‘descoberta’ dos territórios periféricos como potenciais fontes de valorização do capital. No Brasil, a expansão do acesso ao crédito nas periferias começa nos anos 1990, intensificando-se depois dos anos 2000. Para chegar a esses territórios, a Vivenda desenvolveu tecnologias financeiras que não poderiam existir sem o regime de acumulação financeirizada do capital, e desenvolveu tecnologias digitais que não poderiam existir antes da difusão da internet, do acesso aos smartphones e das redes sociais. Quanto a essas tecnologias digitais, basta lembrar o algoritmo de análise de crédito — que confere confiabilidade ao negócio —, as estratégias de venda, que captam clientes via Instagram, *Facebook* e *Whatsapp*, ou a rede de relações entre os escritórios no Brasil, que aconteceram via redes sociais.

Para o surgimento do negócio também foi preciso encontrar um cenário de crise, com pessoas totalmente desacreditadas das políticas públicas. Elas precisam, com certa facilidade, aceitar, incorporar e se utilizar do discurso do empreendedor social como salvação e resolução de todos os problemas sociais.

Por fim, apesar de seu discurso mobilizador e até motivacional — adaptado ao atual espírito do capitalismo ou, como se queira, à racionalidade neoliberal —, acredito que a empresa estudada não vai resolver o déficit da inadequação edilícia nessa

¹⁶⁸ FERRAZ, Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão, 2022, p. 259.

geração nem revolucionar o cenário da habitação no Brasil, como promete. Primeiro, porque o déficit habitacional é estrutural à forma social do capitalismo. Segundo, porque o déficit não se resolve com a promoção de mercadorias, principalmente se elas forem reformas de baixa complexidade.

No entanto, apesar dessas prévias conclusões, é preciso entender essa questão olhando mais concretamente para as experiências das mulheres com a compra da mercadoria reforma, buscando entender sobretudo a relação do capitalismo financeirizado com as suas vidas cotidianas. É isso que faço no capítulo seguinte.

4. A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES COM A MERCADORIA REFORMA

Após discutir os aspectos econômicos da empresa, seu discurso e as formas de atuações dos escritórios, descrevo aqui as experiências de algumas mulheres com a compra do pacote de reforma. Como já enfatizei inúmeras vezes, o objetivo não é buscar culpados, e sim entender o processo e as relações sociais em jogo, olhando tanto como as dinâmicas financeiras ‘vindas de cima’ alcançam os territórios periféricos e afetam as vidas cotidianas dessas mulheres quanto quais foram seus papéis na transformação dos seus espaços.

Já que trabalho com muitos dados financeiros, elaborei uma tabela síntese que resume a ocupação e a renda de cada mulher, bem como o tipo de reforma financiada e as formas de pagamento. Calculei os valores dos juros que cada mulher deve pagar no total com base nos valores que elas me forneceram nas entrevistas.¹⁶⁹ No entanto, como quatro elas (Roberta, Tânia, Fabiana e Isabel) já renegociaram o parcelamento por não estarem conseguido cumprir com o pagamento, os juros que devem pagar são ainda maiores do que os cálculos mostram. Por isso estão marcados com um asterisco. Marlene, uma das entrevistadas, financiou sua reforma com o escritório antes de ele se plugar na plataforma da Vivenda. Por essa razão, seu caso não está na tabela, mas inclui seu relato no trabalho por ele trazer pontos interessantes para a pesquisa. Aqui cabe lembrar mais uma vez que, com o intuito de preservar as identidades das mulheres entrevistadas, substituí seus nomes reais por nomes fictícios.

¹⁶⁹ Para isso, utilizei a calculadora do Banco Central, disponível online no site do banco. Além disso, os dados também foram revisados por um contador.

Mulheres entrevistadas		Tipo de reforma	Financiamento				
Nome	Ocupação/ Renda		Entrada	Parcelamento mensal		Valor total da reforma (c/ entrada)	Valor total de juros a pagar
Roberta	Faz bicos como faxineira/ Menos de um salário mínimo + (Marido ganha um salário mínimo)	Kit banheiro (revestimento de piso, parede e teto) + revestimento de piso da casa toda; instalação de portas e janelas; construção de uma bancada para a pia da cozinha e instalação elétrica da casa toda	Parcelado: 10 x 200 = 2.000 + À vista: 1.000 = 3.000	30x	386	11.580 + 3.000 = 14.580	3.168,06*
Joana	Atendente de uma empresa/ Um salário mínimo	Kit sala (revestimento de piso, parede e teto da sala) + troca da porta e da janela + revestimento do piso do terraço	À vista: 1.115	21x	618	12.978 + 1.115 = 14.093	2.673,86
Adriana	Empregada doméstica aposentada/ Cerca de dois mil reais	Kit cozinha (revestimento de piso, parede e teto)	Parcelado: 10 x 400 = 4.000	30x	350	10.500 + 4.000 = 14.500	2.872,59
Tânia	Diarista/ Menos de um salário mínimo	Kit quarto (revestimento de piso, parede e teto)	À vista: 1.000	24x	200	4.800 + 1.000 = 5,800	1.101,54*
Débora	Empregada doméstica/ Cerca de dois mil reais	Kit cozinha (revestimento de piso, parede e teto)	Parcelado: 2 x 1.000 = 2.000	20x	404	8.080 + 2.000 = 10.080	1.599,77
Fabiana	Faxineira/ Um salário mínimo + (Marido ganha um salário mínimo)	Aumentou inclinação do telhado e trocou as telhas	À vista: 1.000	30x	436	13.080 + 1.000 = 14.080	3.578,43*
Isabel	Professora/ Cerca de dois mil reais + (Marido ganha um salário mínimo)	Kit cozinha (revestimento de piso, parede e teto) + troca de janela; ajuste das instalações de água e esgoto da pia e instalação de novos pontos de energia elétrica	Parcelado: 2 x 200 + À vista: 1.200 = 1.600	24x	400	9.600 + 1.600 = 11.300	2.203,08*

Tabela 03: Síntese dos valores das reformas financiadas pela empresa Vivenda com as mulheres entrevistadas para este trabalho. Fonte: elaboração própria com dados fornecidos nas entrevistas.

Como disse no início do trabalho, a relação entre financeirização e mulheres que procuro evidenciar vai além da esfera do consumo. Trata-se de duas vertentes interligadas: a primeira é a relação da financeirização com a moradia (relacionada às melhorias habitacionais, exemplificada pelo próprio estudo de caso desta pesquisa); e a segunda diz respeito à relação da financeirização com a superposição das formas de trabalho, isto é, com a *viração*. Para a socióloga Ludmila Abílio, viração não é novidade; novidade é como esse processo tem se generalizado na atualidade — o que se acentua nos casos das mulheres (sobretudo negras e periféricas) que somam a essas formas de trabalho as extensas jornadas dos trabalhos de reprodução social.¹

As duas vertentes se concretizam nos relatos das mulheres entrevistadas. A primeira, que relaciona financeirização e moradia, fica evidente pela quantidade de dinheiro que, mediante os juros, deve ser transferida dos fundos de consumo de mulheres periféricas para os capitalistas (empresa e investidores do mercado financeiro). A transferência evidencia uma costura entre reprodução social e financeirização, isto é, sistema de crédito e das formas capital fictício (debênture da Vivenda) e capital portador de juros (juros pagos pelas mulheres). A casa não é somente o lugar em que acontecerá o trabalho não pago e invisível de reprodução social, mas é também um espaço que as finanças passam a explorar tanto na esfera do consumo, por meio da obrigatoriedade da dívida para sobreviver, quanto materialmente, por meio de um conjunto de operações financeiras que envolvem processos de melhorias habitacionais. Das oito mulheres entrevistadas, seis têm o ‘nome negativado’ e já fizeram o contrato com a Vivenda estando endividadas. Verónica Gago e Luci Cavallero vêm trabalhando na produção de um novo livro intitulado *A casa como laboratório: finanças, habitação e trabalho essencial*, em que defendem que a casa, sobretudo depois da pandemia, tornou-se um espaço que condensa a relação de novas formas financeiras com a intensificação do trabalho, revelando-se uma espécie atual de laboratório do capital.²

¹ ABÍLIO, Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista, 2018, p. 56; cf. TELLES, Mutações do trabalho e experiência urbana, 2006.

² GAGO & CAVALLERO, Introducción a "La casa como laboratorio", 2022.

Nesse sentido, a segunda vertente — financeirização e mundo do trabalho — se evidencia principalmente nos relatos e nas estratégias de gestão cotidianas que envolvem os pagamentos das parcelas, sobretudo nos casos de Roberta e Tânia (e de sua filha), que são diaristas e trabalham fazendo bicos para sobreviver. Como se vê na tabela, mais da metade das mulheres entrevistadas são empregadas domésticas, quatro são negras, e a maior renda individual não chega a dois salários mínimos. Todas as famílias têm a necessidade de complementar a renda de outras formas, seja por meio de ajuda de familiares, empréstimos, benefícios de programas sociais ou por meio de outros trabalhos ou bicos (a *viração*).³ Por isso, Verónica Gago ressalta a importância de compreendermos do que é composta, atualmente, uma renda familiar, já que, no caso do Brasil, o salário mínimo mal garante a compra de alimentos.⁴ O ponto é que essas mulheres estão submetidas, em maior ou menor grau, a um contexto de sobrecarga de trabalho produtivo e reprodutivo, de precarização e de endividamento. Aliás, uma dificuldade que tive ao tentar entrevistá-las diz respeito ao fato de estarem quase sempre ocupadas trabalhando fora (mesmos nos finais de semana), cuidando da mãe, colocando filho ou neto para dormir, cozinhando para família ou fazendo qualquer outro trabalho doméstico em casa. Quando me refiro aqui à teoria da reprodução social e ao quanto ela é atravessada por aspectos de racialização, sexualidade, renda, regionalidade e religiosidade, é dessas mulheres que estou falando.

Mas a tabela mostra somente dados quantitativos, como um ponto de partida. Apesar de bastante elucidativos, os dados não dão conta das questões que busco nesta dissertação: compreender suas experiências quanto aos ganhos ou perdas de autonomia, à efetividade das reformas, às consequências da dívida contraída e às estratégias cotidianas de gestão financeira para o pagamento das parcelas.

Penso que a pergunta sobre a efetividade das reformas já foi respondida no capítulo três e na própria tabela acima. As obras são, basicamente, de revestimento, e não vão resolver os maiores problemas das pessoas e tampouco revolucionar a

³ Cf. ABÍLIO, *Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista*, 2018; cf. TELLES, *Mutações do trabalho e experiência urbana*, 2006.

⁴ Cf. GAGO & CAVALLERO, *Extratativismo financeiro: a dívida como uma ofensividade capital contra os setores sulbateros*, 2020; GASPARI, *Valor da cesta básica supera valor do salário mínimo*, 2022; OLIVEIRA, *Preço da cesta básica dispara e sobe mais que salário mínimo*, 2022.

habitação no Brasil. As outras questões serão abordadas tanto na descrição e análises dos relatos quanto ao final, no balanço crítico que procuro fazer.

Além disso, como pontuei nas decisões metodológicas, apesar de trazer as muitas dificuldades, batalhas e violências que as mulheres aqui entrevistadas enfrentam em suas rotinas, queria enfatizar que não as coloco num lugar passivo de vítima. Há quem acredite que considerar uma mulher pobre como empreendedora é o oposto de considerá-la vítima. Para Verónica Gago e para as feministas argentinas, as duas denominações são subjetivações neoliberais, que beneficiam o sistema. As feministas argentinas entenderam que, ao mesmo tempo que elas não são somente vítimas, também não devem cair na farsa neoliberal do empreendedorismo, usado como pretexto para endividá-las. Por isso, elaboraram a máxima de que não são “nem vítimas nem empreendedoras”, e sim sujeitos políticos.⁵

Antes de passar às análises, quero ainda chamar a atenção para um paradoxo. As mulheres tendem a ser excluídas dos processos de autoprodução de suas moradias devido ao machismo estrutural, mesmo que sejam as que mais sabem das necessidades desse espaço.⁶ Ao mesmo tempo, são elas os principais alvos de novas formas de exploração financeira via endividamento, já que são as mais responsáveis pelo ambiente doméstico e as que mais se dispõem a contrair dívidas para manutenção das atividades de reprodução social desse espaço. Essa dupla relação de exclusão e exploração é “o combo perfeito” para como a dinâmica da empresa Vivenda atua.

Nas descrições e análises das entrevistas, tentei me inspirar no que Verónica Gago e Luci Cavallero entendem por *Uma leitura feminista da dívida*. Trata-se de uma perspectiva crítica que se baseia em três pontos principais: evidencia os corpos e as narrativas concretas das mulheres em contraposição ao discurso difícil da abstração financeira, isto é, tentando torná-lo acessível; implica detectar como a dívida está ligada a violências contra corpos feminizados; e é uma leitura capaz de evidenciar

⁵ GAGO & CAVALLERO, *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos*, [2019] 2021, p. 41.

⁶ Cf. CARDOSO, Sobre a mulher autoprodutora e autonomia: os universos possíveis, 2018; Cf. MENDONÇA, Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014.

como as atuais formas de trabalho, sobretudo reprodutivo, associam-se a dinâmicas de valorização que as finanças passam a explorar.⁷

A seguir descrevo e analiso a experiência de cada mulher entrevistada, mas não de forma exaustiva. Optei por abordá-las individualmente porque cada processo tem particularidades muito específicas que, nesse tipo de pesquisa, merecem ser olhadas com atenção: renda individual e familiar; tipo de reforma; valor das parcelas; os juros a pagar; se recebem benefícios de programas sociais; se fazem empréstimos com frequência; se já possuíam outras dívidas antes, e quais foram as estratégias para o pagamento das parcelas. Além disso, como se trata da opinião das mulheres sobre o serviço prestado por uma empresa, tive receio de fazer de outra forma. Individualizar os casos talvez seja a maneira de deixar mais evidente as suas opiniões acerca do processo (para não parecer que induzi algo em suas respostas, por exemplo). Também dei um título para a experiência de cada mulher inspirado no que, em cada relato, mais me chamou atenção. Ao final do capítulo, realizo um balanço crítico dos processos e recupero algumas partes importantes desses casos.

4.1. O espaço criado pelas arquitetas

Experiência de Roberta

Roberta tem 27 anos, é casada, mora com o marido João e com o filho pequeno na casa dos sogros. No momento, tem trabalhado fazendo bicos como faxineira. Ela está recebendo o auxílio Brasil e, durante o período da pandemia, recebeu o auxílio emergencial. Há cerca de quatro anos, ela e o marido estão construindo a casa em que pretendem morar, no mesmo terreno da casa dos pais de João. O pedreiro responsável pela obra era um grande amigo da família. Ele construiu praticamente tudo de graça, foi preciso somente arcar com a compra dos materiais. O ‘dinheirinho’ que Roberta e o João podiam lhe dar como pagamento — quando podiam — ele

⁷ Cf. GAGO & CAVALLERO, *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívida nos queremos*, [2019] 2021.

aceitava. A ideia, no começo, era construir somente dois quartos, mas foram pensando em fazer uma cozinha, depois uma sala e um banheiro. Roberta disse que, como eles não conseguiram pensar bem na divisão dos ambientes, o pedreiro não deixou espaço suficiente para o banheiro. Esse pedreiro acabou falecendo, e Roberta teve a ideia de contratar o escritório para reformar o banheiro. A reforma foi realizada em abril de 2021.

Conversei com Roberta duas vezes. A primeira foi em fevereiro de 2022 e a segunda foi cinco meses depois, em julho do mesmo ano. Na nossa primeira conversa, ela disse:

Eu nunca fui atrás de uma arquiteta. Me surpreendeu muito o que [o escritório] fez na minha vizinha, ficou ótimo! Foi por isso que eu procurei eles. Eu disse: *Joana [vizinha], como é isso e tal?* Aí meu marido ficou com receio de chamar elas [arquitetas] dizendo: *Ah, será que paga para elas virem aqui?* Aí eu disse: *Não paga não, como é que vai pagar para a pessoa ver a casa e dar uma opinião? Eu vou chamar!* Aí elas vieram. Olha, foi uma resenha... [risos] porque elas disseram: *cadê o teu banheiro?* Aí eu disse: *meu banheiro tá aqui, é um corredor.* Aí elas disseram: *meu deus, não acredito* [risos]. Aí, daí a gente foi pegando amizade, foi conversando sobre a casa, foi vendo a questão do orçamento e foi fazer o projeto. Elas disseram que deu trabalho, viu? Porque, onde ficaria o banheiro? No final, deu tudo certo e a gente concluiu. A minha experiência foi maravilhosa, eu vou super indicar! Eu acho que tem muita gente, assim, feito eu, que não conhecia esse projeto, porque além dele dar o crédito, você pode estar com o nome sujo e não precisa ter o documento da casa, né? [...]

Eu não tinha nem noção que [a reforma] poderia ficar daquele jeito, entendeu? Ela criou um espaço! Vocês, que são arquitetas, criam um espaço onde a gente não vê! Tipo assim: tem o espaço, mas a gente não tem noção de como ele poderia ficar. Eu não estou dizendo a você que meu banheiro não tinha banheiro. Era um corredor, que seria assim: ia ficar só um vaso lá no cantinho e um chuveiro, não ia caber a pia e não ia caber nada. Elas derrubaram uma parede para poder fazer o meu banheiro e ficou muito bom. Eu amei. [...] Eu disse assim: *minha gente, eu quero meu banheiro branco!* Aí elas: *você vai escolher!* Porque eu pensei que a gente pedia as coisas e elas

faziam, né? Mas não, elas marcam o dia, vem aqui e leva você para escolher as coisas! [...]

Olha, [...] é uma grande oportunidade, viu? Tipo assim, e quem não consegue juntar o dinheiro para fazer tudo de uma vez? É uma grande oportunidade. Eu nem imaginava terminar minha casa! Se eu quiser dormir lá nela, hoje, eu posso! Só não se garante uma noite de chuva, né? Porque laje vaza né? A minha, pelo menos, vaza, não sei se todas vazam. Mas se eu quiser dormir nela, eu posso, só que eu só queria entrar nela com ela concluída.

Na primeira entrevista, fica evidente que, inicialmente, Roberta enxergou muita vantagem na compra do 'pacote de reformas'. Até então, ela só havia conseguido construir a sua casa porque o pedreiro praticamente não cobrou pelo trabalho que realizou. Para ela, foi uma "grande oportunidade" conseguir um crédito e um parcelamento, já que está desempregada e que o marido só recebe um salário mínimo e tem o 'nome negativado'. Foi importante conversar com ela duas vezes para entender se ela manteve essa opinião meses depois.

Na primeira entrevista, Roberta disse estar conseguindo pagar as parcelas regularmente. O marido e a sogra fizeram um trato:

Porque tipo assim, meu marido trabalha e tem a minha sogra. E, assim, seriam os dois para pagar. Tudo que é documento que a gente assinou, meu marido e minha sogra assinaram como responsáveis, entendeu? [...] Assim, era para dividir, mas ela não está dividindo com ele. O combinado deles foi, em vez dele ajudar com as compras de casa, ele não tá ajudando para poder pagar o boleto da casa. Aí ele paga o boleto da casa e tem outros gastos, né? Tem as coisas do meu filho. Ele tá pagando a escola dele... fora isso, a gente não tem aperreio não. De vez em quando, quando passa da data, a gente paga com juros [o boleto da obra], mas graças a Deus a gente está conseguindo pagar.

O contrato foi assinado também pela sogra de Roberta, que trabalha como empregada doméstica e ganha um salário mínimo. Mas ela acabou não conseguindo ajudar. O boleto da obra é de 386 reais por mês, e a escola do filho custa 150 reais, correspondendo a quase metade do salário de João. Atualmente, Roberta recebe o

Auxílio Brasil e confessou que usou o auxílio emergencial, recebido na pandemia, para ajudar no pagamento da reforma.

O Bolsa Família está entrando agora. Antes, eu só tinha o auxílio, mas mesmo se não fosse o auxílio, a gente iria sim fazer essa obra, porque ele [marido] recebe e ele tem o dinheiro certo todo mês, só que eu não. Aí veio a oportunidade do auxílio e eu disse: *é agora, vamos fazer!* Do valor da entrada, que foi três mil reais: eu dei mil e ele mil reais; e os outros mil reais a gente parcelou e cada um deu quinhentos reais.

Porque assim, o auxílio veio para ajudar muita gente, né? No meu caso, eu não tinha gasto nenhum, porque, assim, eu queria pegar esse dinheiro e investir em alguma coisa. O que foi que eu fiz? Eu disse: *Já que estou com essa oportunidade desse auxílio, eu vou te ajudar.* Mas por ele, ele não queria não, ele queria que eu guardasse o dinheiro. Mas, mulher, eu acho que depois que tem filho ninguém guarda mais dinheiro não. A gente está sempre precisando de uma coisa, depois precisa de outra, e assim vai... Mas aí eu investi esse dinheiro logo de cara e depois, se precisar, a gente corre atrás.

Pode parecer um detalhe banal, mas merece atenção especial Roberta ter usado o dinheiro do auxílio emergencial — que vem de uma lógica de financeirização das políticas sociais e de bancarização dos mais pobres —, para o pagamento da reforma. É um dinheiro que veio do sistema financeiro e que voltará para ele. Trata-se de um benefício social convertido em pagamento de uma dívida (lembrando que, só de juros, ela terá que pagar 3.168,06 reais pela reforma). Aqui cabe um questionamento crucial: “Do que mais essas políticas de transferência de renda devem estar acompanhadas para não serem reabsorvidas pelas grandes corporações?”⁸ Para Verónica Gago, não devemos fazer uma crítica moral a esse tipo de política pública de transferência de renda direta (comum nos países da América Latina). Afinal, ao mesmo tempo que são mediadas pelo sistema bancário e implicam a bancarização compulsória dos mais pobres, essas políticas sociais também são uma conquista das lutas e dos movimentos sociais e ajudam diretamente muitas pessoas. Mas o caso de Roberta é

⁸ Entrevista do Coletivo Sycorax com Verónica Gago, no podcast Coletivo Sycorax, episódio “A financeirização da vida”, disponibilizado no Spotify em 12/1/2021.

um exemplo concreto de que, se forem implementadas em um cenário de desemprego, de cortes das políticas públicas e de piora das condições de vida, são capazes de intensificar a pobreza e, mais do que isso, de alimentar o sistema financeiro.⁹

Na nossa segunda conversa, em julho de 2022, Roberta não parecia mais tão animada. Confessou que está com vários problemas financeiros e familiares e que, por isso, está muito atrasada com o pagamento das parcelas da reforma. Já renegociou a dívida com a Vivenda uma primeira vez, diminuindo o valor da parcela mensal, mas está pensando em fazer uma nova negociação para diminuir ainda mais esse valor. Para tentar dar conta do aumento do custo de vida em todos os sentidos, Roberta tem feito bicos como faxineira. Ela ainda ressaltou que o Bolsa Família é uma quantia muito pequena “que não dá para comprar quase nada” e disse mais de uma vez que, depois do nascimento do filho, os gastos aumentaram muito.

Na primeira conversa, Roberta parecia mais empolgada em reformar outros cômodos da casa. Já na segunda vez que nos falamos, cinco meses depois, a possibilidade de terminar sua casa — uma construção que já dura cerca de quatro anos — aparece mais distante. Com as parcelas da reforma se estendendo por mais meses (provavelmente só terminará de pagar depois de 2025) e com os problemas financeiros e familiares pelos quais está passando, acredita que vai demorar muito para terminar o pagamento das parcelas e ainda mais para concluir a sua casa.

Roberta não demonstrou ter adquirido nenhuma consciência crítica sócio-espacial nesse processo. Pelo contrário, houve uma afirmação de dependência do serviço do arquiteto. Isso fica evidente em sua fala: “Vocês, que são arquitetas, criam um espaço onde a gente não vê! Tipo assim: tem o espaço, mas a gente não tem noção de como ele poderia ficar.” Mas ela só pode contar com o serviço do escritório novamente após o pagamento da dívida, isto é, em 2025. Até lá, ela e o marido provavelmente tentarão terminar a casa, em algum momento e de algum jeito.

⁹ Ibidem.

4.2. "Esse projeto é acessível mesmo?"

Experiência de Joana

Joana tem 46 anos, é divorciada, tem três filhos e três netos. Na pandemia, foi demitida e ficou recebendo o auxílio emergencial. Atualmente, trabalha como atendente numa empresa, ganhando um salário mínimo. Ela trabalha à noite e, durante o dia, se divide entre cuidar da mãe idosa e dos netos. Mora na mesma casa há vinte e três anos. Antes disso, morava de aluguel, mas ficou sabendo que uma briga entre vizinhos ocasionou o abandono de um lote vago em sua rua. Na época, ela e o marido decidiram ocupar esse lote e construir um barraco para morar. Seus vizinhos não aceitaram essa ocupação e tentaram várias vezes expulsá-los do terreno (segundo ela, por inveja). Joana conta que, principalmente por já ter dois filhos pequenos e por não ter mais condições de pagar aluguel, lutou muito para se manter no lote. No final, depois de muita luta, acabou conseguindo.

Na época, os materiais usados para construir os primeiros cômodos da casa foram doados pela COHAB do seu estado. Com eles, o casal conseguiu construir uma sala, uma cozinha, um quarto e um banheiro. Tempos depois, 'foram se virando' e construíram mais um quarto, um terraço e uma área de serviço. Ela conta que, na época, insistiu muito para o marido colocar pilares, vigas e lajes na casa, mas ele nunca deixou que ela opinasse em nada.

Fui casada dezessete anos com meu abusador, com o meu algoz. Ele não me deixava trabalhar. Eu não tinha voz ativa, porque eu não podia trabalhar e nem podia opinar em nada, já que o dinheiro era dele. Mas como meus filhos eram pequenos, eu fui deixando levar, sabe?

Poucos anos depois da construção da casa, o marido de Joana abandonou a família. Ela ficou com três filhos pequenos para criar sozinha. Ganhando pouco e tendo que sustentar tudo, Joana se viu dividida entre 'arrumar' a casa e sustentar os filhos. Ela trabalhava num emprego fixo durante a semana e fazia bicos para complementar a

renda nos finais de semana (trabalhando como faxineira, passando roupas na casa de alguma pessoa ou trabalhando em restaurantes).

Ou eu arrumava a casa, ou sustentava meus filhos, né? E, assim, eu, uma assalariada... Mas aí, pronto, nesses anos, a casa quase caiu. Ela ficou toda rachada, caindo aos pedaços. Quando meus filhos cresceram, a gente foi se organizando aos poucos... Já colocamos até as colunas.

Hoje em dia Joana não consegue mais fazer bicos nos finais de semana. O tempo 'livre' que tem usa para cuidar da mãe idosa e dos netos. Lamenta muito não conseguir ajudar financeiramente a filha que, como ela, também foi abandonada pelo marido e precisa criar sozinha — e com pouco dinheiro — os dois filhos.

Atualmente, com os filhos já adultos, Joana decidiu continuar com as reformas da casa. Para não ficar morando na obra, Joana se mudou com a família para outro canto, pagando aluguel. No entanto, as “coisas apertaram” financeiramente para ela e, por isso, saiu do aluguel e foi morar sozinha com a casa em obras mesmo.

Ela conheceu o escritório plugado na plataforma Vivenda em 2021, por meio de um conselheiro tutelar do seu bairro. Optou por contratá-los para terminar a sala e o terraço. Eles pintaram as paredes, colocaram janela e porta, aplicaram porcelanato no piso e instalaram forro de PVC no teto. A obra durou dois meses e foi finalizada em outubro de 2021. Ela pagou uma entrada de 1.115 reais e 21 parcelas de 618 reais mensais. Só de juros pagará 2.673,86 reais. Metade do seu salário de 1.200 reais está comprometido com o pagamento dessa reforma, por quase dois anos. Joana se responsabilizou pelo pagamento do boleto da obra sozinha. “Eu pago 618 reais por mês do boleto e tenho que me virar”. Os filhos não conseguiram ajudar porque já estavam ou endividados, ou assumindo outras responsabilidades financeiras.

No começo, Joana achou mais fácil contratar o ‘pacote de reformas’ porque, como cuida dos netos e da mãe durante o dia, não precisaria, teoricamente, se preocupar com a obra. Além disso, pelo menos teria o terraço e a sala terminados para as crianças assistirem televisão, brincarem ou fazerem o dever de casa.

No entanto, as coisas não foram exatamente como ela esperava, porque houve imprevistos e mal-entendidos durante a obra. A casa tem muitos problemas de infiltração, e Joana achou que, antes da instalação do forro de PVC, seria feita uma

impermeabilização da laje, o que acabou não acontecendo. Meses depois do fim da obra, quando chegou o período de chuvas, entrou bastante água na casa. Ela mesma teve que subir na laje e, sem saber o que fazer, foi colocando cimento em alguns locais que julgava ser a causa do problema. Mas de nada adiantou. Joana parecia bastante aflita e lamentou não ter conhecimento de obra para entender melhor o que estava acontecendo e como agir.

Porque, assim, como eu não entendo muito de obra... Eu sou enxada para aprender muita coisa, mas eu não fui, tipo assim, ler e aprender alguma coisa sobre obra para ficar de frente da obra quando as pessoas estavam aqui fazendo, entendeu? Tipo [antes dessa reforma do escritório da Vivenda] na época que o pessoal foi colocar a laje e a escada, quem ficou olhando foi o meu menino, mas ele também não entendia muita coisa. Então, as pessoas que vieram para cá, fizeram do jeito que elas quiseram fazer. [...]

Num primeiro momento eu fiquei muito satisfeita [com a reforma da Vivenda], sabe? Poxa, porque ficou lindo, tudo branquinho e tal, mas quando chegou o inverno, eu caí na realidade. A minha sala fica sempre cheia d'água. A parede mofou. A água vem da parede da escada. Ela jorra da parede e vem para a sala toda. Aqui dentro chove muito. Eu vendi minha cama, comprei uns pallets e coloquei meu colchão na sala. Minhas coisas estão todas mofadas e eu tô dormindo na sala.

Joana não atribui esses problemas de infiltração à reforma. Mas relatou que, inicialmente, não entendeu porque a escada e a parede infiltrada adjacente não tinham sido incluídas na reforma. O arquiteto responsável esclareceu que reformar a escada equivaleria reformar um novo cômodo e, portanto, fazer um novo financiamento. “No meu entender, não foi uma compra esclarecedora, porque a escada está na sala. Ela é parte da sala. Ela não é um cômodo novo”.

Para tentar resolver o problema da infiltração, ela mesma pesquisou na internet, leu sobre o assunto e foi a um depósito de material de construção conversar com as pessoas para saber o que fazer. Comprou um produto que indicaram e aplicou na laje. No entanto, ele não também não resolveu o problema. O vazamento persiste.

Eu digo assim: *quando eu terminar de fazer essa casa, ela vai cair de tanta água que entra nela...* [pausa] Mas está tranquilo, né? Quer dizer, não está tranquilo, não. Mas eu não tenho o que fazer. Eu procuro não me desesperar, ser resiliente, porque eu sei que vai ficar pronto. A gente está trabalhando para isso, né?

Joana tem um problema sério de infiltração na casa, mas pagou caro, comprometendo metade do seu salário por quase dois anos, por uma reforma de revestimento. O ponto aqui não é procurar culpados, mesmo porque é uma relação que diz respeito a ela e ao escritório. Trata-se de evidenciar que as questões construtivas mais prementes e de solução mais complexa (que não aparecem nas fotos de antes e depois da reforma) são negligenciadas no modelo de atuação ditado pela Vivenda. E essas situações se tornam mais difíceis para as mulheres, cercadas pela sobrecarga do trabalho de reprodução social e por uma série de violências cotidianas (de gênero, financeiras e sociais).

Os problemas com a obra não pararam por aí. Joana também relatou mal-entendidos na escolha da porta e do revestimento do piso.

Eu também tinha pedido uma porta larga. Eu digo que é quatro folhas — como eu não entendo, eu digo que é quatro folhas — só que quem tava tratando comigo era o mestre de obras. Ele chegou aqui com uma porta branca que, no meu entender, é uma porta de quarto. Eu disse: *eu não pedi essa porta, a porta que eu falei era desse jeito*, aí eu expliquei. Mas ele disse: *o [arquiteto] não incluiu isso não, ele incluiu uma porta normal*. Aí eu disse: *pelo menos, você tem como fazer uma porta de correr?* Porque é mais fácil para mim... Mas o cara colocou essa mesmo e não falou mais nada. Nessa época, também, eu estava com meus problemas. Minha mãe estava doente. Ela é idosa e bem debilitada, e minha irmã também estava adoentada. Eu acabo cuidando mais da minha mãe porque eu moro na rua dela, sabe? Então eu não tinha muito tempo para estar brigando — porque eu sou brigona [risos] —, eu não vou pegar meu dinheiro e fazer qualquer coisa, sabe? Mas eu ainda impliquei com ele. Ainda fui falar com o outro pedreiro, mas ele disse assim: *olha, eu recebo ordens dele e ele recebe ordens de lá*. Aí eu não quis mais brigar, sabe? Já estava chateada e pronto. [...] E olha que eu não sou nem perfeccionista, porque pobre nem pode ser muito.

Eu também tinha esse plano de colocar porcelanato em casa, mas na minha cabeça ia ser um porcelanato que não fosse brilhoso. Eu queria fosco, porque, dentro do meu tempo, eu poderia me organizar para limpar. Mas aí ele [arquiteto] me ligou e falou: *o único porcelanato que eu tenho aqui é branco, tudo bem?* Aí eu falei: *tudo bem...* Mas, assim, a gente já tinha conversado sobre isso, sobre o porcelanato não ser brilhoso. Então, para mim, isso estava certo, como estava certo o pagamento do boleto, sabe? Eu entendi que tenho que fazer a minha parte, mas a outra parece que não. Quando eu vi, pensei: *meu deus, esse porcelanato vai me levar à loucura!*

Joana passou a se ocupar mais tempo com a limpeza da casa por conta do novo piso instalado. Ela sabia que esse piso traria mais “dor de cabeça”. Ela mesma conseguiria comprar um piso mais barato e mais fácil de limpar (outros detalhes que não aparecem na foto de antes e depois da reforma). Assim que contratou o serviço do escritório, pensou que pagaria o pacote da reforma e não se preocuparia mais com nada. Mas é evidente que continuou precisando lidar com muitas questões da obra. Joana ainda parece se constranger com o fato de querer um bom serviço, mesmo pagando caro. Isso fica evidente na sua frase: “e olha que eu não sou nem perfeccionista, porque pobre nem pode ser muito”.

Quando estava se sentindo mais à vontade na conversa, ela mesma questionou se esse projeto era mesmo “popular e acessível”, como dizem. Acredito que, à medida que narrava sua experiência, ela foi se dando conta da complexidade da situação.

Assim, eu sigo eles lá no Instagram e de vez em quando eu comento, porque é realmente uma coisa boa. Mas, assim, é um projeto que, entre aspas, falam que é popular e acessível... [pausa] Assim, não é tão acessível... não sei... não sei nem explicar. Mas, assim, como foi um projeto para pessoas que têm pouca condição, eu acho que depois deveriam ter feito uma ligação, ter dado um suporte, tipo: *e aí, deu tudo certo? O que tá acontecendo? E a obra?* Porque esse projeto é para as pessoas de comunidade, né? Acho que faltou um pouco de... sei lá, de dedicação, sabe?

Sobre o pagamento das parcelas, Joana demonstra ter orgulho de estar pagando em dia, mesmo sendo um valor que compromete metade de sua renda mensal e mesmo tendo problemas com o serviço prestado.

Uma coisa eu aprendi na vida: a única coisa que eu tenho é meu nome para zelar. A pior coisa que eu posso fazer é pegar meu nome — desculpe a palavra — e jogar na merda. Ficar suja, ficar devendo e ter gente na porta cobrando. Isso eu aprendi, graças a Deus. Mas eu achei que faltou suporte de perguntar, de saber como está, porque se eu sou uma boa cliente, eu poderia voltar a ser. Mas ninguém falou mais nada... Só no começo, para eu aceitar aquilo que eles tavam me oferecendo. Aí pronto, quando ficou tudo certo e não tinha nem mais por que brigar por nada — porque terminou, né? — Foi todo mundo para lá. Eles não têm nem mais porque entrar em contato comigo, né? Assim, para mim, não está bom não, mas pelo menos, no verão, quando não chove, os meus netos conseguem ficar na sala. Tem onde fazer uma tarefa, onde assistir uma televisão. Pelo menos não perdi tudo, né?

No relato de Joana, fica evidente o quanto manter o seu ‘nome limpo’ é uma questão de honra. Ela foi levada a acreditar que isso é “a única coisa que ela tem”. Desprovida de uma série de políticas públicas e de oportunidades, o que resta é a responsabilidade individual pela reprodução da vida. Se ela se endividar, entenderá que a culpa é somente dela.

Quando perguntei se ela abriu mão de alguma coisa para pagar as parcelas da reforma (se antigamente ela costumava comprar *tal coisa ou fazer tal atividade* etc), respondeu que tinha deixado de fazer a feira que fazia a cada dois meses.

Ah, eu deixei de fazer feira, né? [risos] Quando eu assumi os boletos, eu também estava pagando outras coisas. Antes, eu juntava dois meses e ia no atacadão para comprar melhor, para comprar [mais comida] para durar. Mas eu parei, fiquei me virando com um quilo daqui e um quilo dali. Na verdade, eu não consigo mais fazer uma feira como eu fazia antes... Mas eu me viro, dou um jeitinho. Eu digo aos meus meninos: *bora me dar uma ajuda de custo?* [risos]. *Bora se juntar para organizar isso?* Porque eu passo o dia tomando conta dos meus netos, mas ninguém me ajuda comprando comida. [...] Mas é isso, a gente vive desse jeito [ela e a filha], uma ajudando a outra, porque eu sei a luta que é criar filho pequeno literalmente sozinha.

Se virar com “um quilo aqui e um quilo ali” de comida já configura insegurança alimentar. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), “a segurança alimentar ocorre quando todas as pessoas têm acesso

físico, social e econômico permanente a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente”.¹⁰ Como já comentei, o valor da cesta básica superou o valor do salário mínimo.¹¹ Verónica Gago mostra que são as mulheres, em momentos de crise, as que primeiro colocam os corpos na restrição dos hábitos alimentares em prol da família.¹²

Resumindo, atualmente Joana recebe o salário, paga o boleto da obra e 'se vira' com o resto. Mas ela já tem planos para quando terminar o pagamento das parcelas. Pretende pegar o cartão da cunhada emprestado e comprar o material de construção para reformar o segundo andar de sua casa. Por ter se comprometido por tanto tempo com o pagamento de uma parcela tão alta, vem pensando em comprar o material a prazo, com parcelas menores. “Se eu paguei 600 reais por mês por quase dois anos e ninguém morreu, né?” Quando perguntei se ela mesma ia gerenciar a obra, ela respondeu: “é, vou fazendo assim, para ver como vai ser”. Primeiro, seu objetivo é acabar com a infiltração. Em seguida, pretende construir o básico no segundo andar para os seus filhos saírem do aluguel e voltarem a morar com ela. Depois, eles mesmo vão 'se virando' com as outras reformas que quiserem fazer.

Vinte anos atrás, ela e o marido autoproduziam a casa com materiais doados pela COHAB. Ou seja, parte da autoprodução foi subsidiada pelo Estado. Passados esses anos, em vez da ampliação de políticas públicas nesse sentido, o que assistimos é o setor privado transformando essas atividades num 'pacote de reformas', numa mercadoria. O pior é a naturalização de esquemas como esse, refletida em expressões como: “ah, pelo menos é a chance que essas pessoas têm para reformar suas casas”, ou “nesses processos convencionais [de autoprodução] as pessoas desperdiçam muito dinheiro com material, acabam calculando mal etc. É melhor contratar o pacote de reformas.” O que essas falas não evidenciam é o valor dos juros pagos quando se contrata o pacote de reformas. Joana pagará 2.673,86 reais, que irão diretamente para investidores do mercado financeiro.

¹⁰ IBERDROLA, A importância da segurança alimentar: Que fatores a põem em perigo?, sem data.

¹¹ GASPARI, Valor da cesta básica supera valor do salário mínimo, 2022; OLIVEIRA, Preço da cesta básica dispara e sobe mais que salário mínimo, 2022.

¹² Cf. GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019.

4.3. A compra da foto de antes e depois da reforma

Experiência de Adriana

Adriana tem 64 anos, é uma mulher branca, solteira, e mora só com a filha de 33 anos, que trabalha como cozinheira. É aposentada, mas trabalhou a vida toda como empregada doméstica. Hoje em dia, ocupa boa parte do seu tempo fazendo artesanato, algo que também “faz um dinheirinho” no final do mês. A sua renda mensal é cerca de dois mil reais, e ela ainda pode contar com a ajuda financeira de um filho e de uma irmã. Adriana mora na casa que era de seus avós. Conta que é uma casa grande, com vários cômodos, em que também viveram seus irmãos e tios. Seu avô comprou a casa já construída, junto com um terreno grande ao lado, onde construiu uma vila. Com o falecimento dos avós, a casa ficou para o pai de Adriana, que era comerciante.

A primeira reforma da casa foi autoproduzida por ele, quando houve uma grande enchente na região, na década de 1970, e metade da casa teve que ser reconstruída praticamente do zero. Passados muitos anos, os pais de Adriana faleceram, seus irmãos se mudaram e somente ela e a filha continuaram morando na casa. Ela diz que existe a necessidade de reformar muitos ambientes; que várias vezes conversou com alguns pedreiros, mas chegou à conclusão de que eles cobram caro e não parcelam. Ficou sabendo da existência do escritório por seu cunhado e decidiu reformar sua cozinha, que era o sonho da sua mãe. A reforma aconteceu em janeiro de 2022.

Na nossa primeira entrevista, em fevereiro de 2022, ela me relatou empolgada sua experiência:

O meu sonho e o sonho da minha mãe era reformar essa cozinha todinha, colocar cerâmica no piso e cerâmica na parede. Eu queria botar laje, mas ia ficar muito cara. Eu deixei ela toda branquinha. Eu disse tudo isso a ele [engenheiro], e ele disse que ia fazer o orçamento. Um tempinho depois, eles fizeram o orçamento e eu assinei o contrato. Eu não me arrependo, graças a Deus, porque realizou meu sonho! Às vezes, quando entro na cozinha, fica parecendo que entrei em outro canto. Eu olho para a foto de antes e de agora e não parece, de jeito nenhum, que é a mesma cozinha. [...] Eu mostro [para

a filha] a foto antiga e ela diz: *não, mãe! Bote essa foto para lá, não tenho saudade dessa foto não!*

É uma coisa de outro mundo! Eu amei e estou amando cada dia que passa! A única coisa que não melhorou nela foi o calor. O calor é muito grande, mas calor por calor, eu sinto há muitos anos e não estou nem aí. Eu só quero a minha cozinha bonita! E está bonita, todo mundo diz! Aos pouquinhos, eu vou fazendo o que eu quero nela, mudando uma coisa aqui e outra ali. Eu estou muito satisfeita, graças a Deus! [...] O ruim é que eu faço [artesanato] na minha cozinha, ela é muito quente, aí me dá aquela agonia e eu saio logo. Não tem um local para eu fazer que seja fresquinho, sabe? [...] A cozinha é escura demais. Quando tava sem o PVC era mais claro, porque tinha aquelas telhas de vidro, aí depois que botou PVC ficou escuro.

Em outras palavras, depois da reforma, o ambiente em que Adriana mais ficava na casa continua sem nenhum conforto térmico e ainda deixou de ter iluminação natural suficiente para as suas atividades cotidianas. Quando perguntei sobre a possibilidade de ter aberto alguma janela, Adriana respondeu que não era possível porque, de um lado, colado à cozinha, há uma vila e, do outro, uma galeria. Para ela, abrir uma janela significaria perder a sua privacidade. No entanto, nenhuma outra solução foi pensada, como, por exemplo, janelas altas, ventilação e iluminação zenitais, ou cobogós. Pelo contrário, a pouca iluminação zenital que existia — as telhas de vidro — foi removida em prol do forro de PVC (que parece ser um padrão do 'kit').

No entanto, Adriana não atribui esses problemas à reforma, porque está satisfeita com o resultado estético de sua cozinha. Isso fica evidente quando diz: “eu olho a foto de antes e de agora e não parece, de jeito nenhum, que é a mesma cozinha [...] O calor é muito grande, [...] mas não estou nem aí. Eu só quero a minha cozinha bonita! E está bonita, todo mundo diz!”. O fato da foto da cozinha deixá-la mais satisfeita do que a experiência cotidiana no próprio espaço é significativo. Arrisco até a interpretação de que Adriana pagou por uma imagem, por uma foto, e não pela transformação do ambiente. A sedução dessa imagem está menos relacionada ao seu gosto pessoal do que a determinado padrão estético construído pela ideologia dominante; a mesma ideologia que desqualifica moradias autoproduzidas como inadequadas, precárias e subnormais. O ponto é que as maneiras como enxergamos

a realidade são “construções históricas e sociais, que filtram e moldam o que percebemos como ‘real’. Vemos a realidade que fomos preparados para ver, e essa forma de ver determina nossas ações que, por sua vez, transformam a realidade”.¹³

Adriana fez o que estava ao alcance dela naquele momento e tem todo o direito de preferir um padrão estético a um ambiente confortável. Mas é inegável que ela contraiu uma dívida e piorou as condições de conforto de sua cozinha. Por essa reforma, pagou a entrada de 4 mil reais e está pagando 30 parcelas de 350 reais. No total, pagará 14.500 reais e, só de juros, 2.872,59 reais. Na primeira vez que perguntei se estava difícil o pagamento das parcelas, ela disse:

A minha renda não dava para eu fazer [a reforma]. Então, eu tive que dividir a entrada em dez vezes, sabe? A entrada foi quatro mil e pouco e eu dividi em dez vezes. Eu paguei dez de 400 reais. Depois que eu terminei a entrada, eles começaram a construir e eu vou pagar trinta de 350 [reais]. Me disseram: *Ah, está muito caro....* Deixe ficar caro, deixe ficar caro! [...] Pedreiro nenhum faz você pagar em dez vezes. Pedreiro quer o dinheiro na hora! O material de construção você compra em dez, doze vezes, mas o pedreiro quer quando terminar o serviço. Não me arrependo, minha filha, não me arrependo, graças ao meu bom Deus, não me arrependo! Só tenho a agradecer e estou indicando para muita gente!

Todo dia eu agradeço a Deus e peço a ele, nas minhas orações, quando eu vou dormir, para eu conseguir pagar sem aperto. Graças a Deus eu estou pagando sem nenhum aperto. Mas economizo daqui, economizo dali... Aí dá pra levar. Como só tem eu e minha filha, e ela fica muito fora, aí o gasto não fica muito, sabe?

Na nossa segunda conversa, cinco meses depois, Adriana comentou que uma forte chuva com vento havia arrancado muitas telhas da casa. Entrou água pelo teto da cozinha, e boa parte do PVC instalado na reforma caiu. Segundo ela, o seu sobrinho, um “faz tudo”, conseguiu ajeitar, mas ela disse que “entrou em pânico” quando isso aconteceu e teme que volte a acontecer. Nessa conversa, Adriana também confirmou que continua mantendo a regularidade do pagamento das parcelas da reforma.

¹³ KAPP & SILVA, Quem mora nas favelas?, 2021, p. 29.

Eu peço a Deus para pagar as parcelas sem sufoco, sabe? Até dá um sufoco um pouquinho, né? Por ser 350 reais, mas, graças a Deus, ainda está dando para levar. Eu estou pagando feliz, porque, quando eu entro na minha cozinha e quando eu vejo aquilo, parece que eu não estou nela não. Eu mandei a foto dela para você, né?

Também perguntei se ela estava acostumada a fazer empréstimos com frequência, devido às tantas dificuldades diárias de reprodução da vida, mas Adriana disse que não.

Não, não faço empréstimo não. Vive chegando mensagem no meu zap de empréstimo pré-aprovado, consignado... Não quero nada. Nunca fiz empréstimo, nem quero e nem preciso. Eu fiz esse da reforma, mas foi por uma boa causa.

O fato de Adriana receber constantemente mensagens oferecendo empréstimos é uma prova do assédio das instituições financeiras com as populações mais vulneráveis. O economista Fernando Teixeira diz que as pessoas excluídas do acesso ao crédito tradicional e necessitadas “de recursos extras para sobreviver são os principais alvos das novas plataformas financeiras de microcrédito.” Apesar das condições de vida precárias, essas pessoas “têm tido cada vez mais acesso a smartphones e podem facilmente acessar plataformas de empréstimos virtuais”.¹⁴ No entanto, apesar desse assédio, Adriana preferiu ‘fazer empréstimo’ somente para reformar sua casa, entendendo que foi por uma boa razão.

Por fim, Adriana relatou ter o desejo de reformar outros ambientes da casa. Mas, como o escritório de arquitetura só reforma um cômodo por vez e o prazo para terminar o pagamento é só em 2024, Adriana vem juntando “um dinheirinho” para reformar, ela mesma (sem o escritório), a área de serviço e o quintal. Para executar a obra, vai chamar o sobrinho “faz tudo”. Quando perguntei como ele cobraria pelo serviço, ela disse que cuida da filha dele, de três anos, sempre que pode e que, por gratidão, ele não pretende cobrar pelo serviço. O gasto de Adriana será somente com

¹⁴ TEIXEIRA, FinTechs e microcrédito: potencial armadilha para os mais vulneráveis e risco sistêmico no Brasil, 2020, pp. 9 – 10.

o material de construção. Sem nenhum romantismo, essa troca exemplifica bem o contraste entre a reprodução comodificada e a reprodução sustentada por laços de solidariedade.

4.4. O convencimento da compra do pacote de reformas

Experiência de Débora

Débora tem 38 anos, é uma mulher negra, casada e com dois filhos. Trabalha como diarista (se autointitulou empreendedora). No início da pandemia, ficou desempregada por três meses. O marido, que trabalha como editor de vídeo, ficou desempregado por um tempo maior, mas já está voltando a trabalhar. Nesse período, eles receberam o auxílio emergencial. Débora diz que, atualmente, a renda da família gira em torno de cinco mil reais.

Ela mora numa casa construída há mais de vinte anos, autoproduzida pela sua mãe, que também era empregada doméstica. A região em que a casa está localizada era uma plantação de arroz na década de 1970. É um local com bastante umidade no solo. Débora conta que vários cômodos da casa precisam de reformas, mas ela e o marido nunca tiveram condições financeiras de ajeitá-los. O máximo que fizeram foi aplicar alguns produtos para tentar resolver o problema da umidade nas paredes. Quando Débora viu o serviço do escritório no bairro onde mora, e a possibilidade do parcelamento, decidiu contratá-lo para reformar sua cozinha. A reforma foi finalizada em dezembro de 2021 e consistiu na pintura das paredes, numa bancada nova e na substituição do forro e do piso da cozinha. Na nossa primeira conversa, Débora disse:

Era um sonho da minha mãe reformar a cozinha. Minha mãe sempre gostou muito da cozinha dentro de casa, mas ela já é falecida. Quando eu vi o projeto e tive oportunidade, eu entrei em contato com ela [arquiteta], preenchi um questionário falando sobre os meus desejos, passei pela avaliação da Vivenda e deu tudo certo, graças a Deus. A reforma da minha cozinha foi feita em uns quinze dias. A arquiteta foi bem rápida no manejo de tudo. Foi um sonho acompanhar tudo acontecer. É algo espetacular, é um sentimento incrível. No processo, fui vendo eles trocarem forro, pintarem as paredes, fui vendo eles fazendo tudo e, ao mesmo tempo, fui lembrando da minha mãe e

de tudo que eu queria. É muito incrível o sentimento, principalmente para quem é pobre como eu, porque não é que nem uma pessoa rica que resolve reformar a casa; dorme; acorda; chama a arquiteta; bota tudo abaixo e constrói, sabe? É tudo muito difícil!

Esse projeto é muito incrível porque te permite fazer tudo. Já tem a mão de obra, o material e o trabalho da arquiteta, que é incrível. Está tudo ali dentro em um pagamento só. Fica uma parcela de uma coisa só. A mão de obra é muito cara aqui. Se tu quiser pagar mão de obra à parte, tu tem que ter pelo menos cinquenta por cento do valor do pedreiro em mãos. Como levantar esse valor de uma vez só? Aí tu tem que ter um cartão de crédito para parcelar o material. Mas e o arquiteto? Não tem, tu vai ter que fazer tudo da tua cabeça, vai ter que desenvolver a ideia da tua cabeça. Então, esse projeto é incrível e lindo demais [...]. E é importante que a Vivenda confie em mim, confie em outras pessoas e nos próximos clientes que a [arquiteta] vai atender. Eu nunca tinha visto nada assim, é tudo sempre muito burocrático.

É perceptível que Débora se convenceu de que adquirir o ‘pacote de reformas’ foi uma boa decisão. Quando ela se questiona: “Mas e o arquiteto? Não tem, tu vai ter que fazer tudo da tua cabeça, vai ter que desenvolver a ideia da tua cabeça”, parece não lembrar que sua mãe autoproduziu a casa inteira sozinha sem precisar do serviço de um arquiteto. Na verdade, eu já esperava relatos como o de Débora, de plena satisfação com o serviço prestado, sobretudo pela possibilidade de parcelamento. Além disso, “o pensamento da classe dominante tende a ser o pensamento dominante em todas as classes, os próprios autoprodutores costumam desvalorizar aquilo que conquistaram à margem da forma-mercadoria”.¹⁵

Pela reforma, Débora pagou 2.000 reais de entrada e parcelou em vinte vezes de 404 reais por mês, ou seja, um total de 10.800 reais. Para pagar a entrada, fez um empréstimo de mil reais no Nubank. Agora, ela tem duas dívidas para pagar.

Eu consegui esse valor pelo Nubank. Eu tenho uma conta lá muito antiga. As coisas acontecem quando tem que ser, né? Peguei [mil reais] parcelado com eles e dei a entrada à vista. Dava para parcelar a entrada, mas a obra só

¹⁵ KAPP & MORENO, Moradia, melhoria, assessoria, 2021, p.11.

começa quando tu quita a entrada e eu queria que a cozinha estivesse pronta antes do natal, e isso já era no final de novembro. Eu queria muito, eu precisava passar o natal com a minha cozinha e, no final, deu tudo certo! É tudo organização, eu sou super organizada com grana, entendeu? Eu me organizo, calculo, pondero, vejo quanto vai dar e até quando vai dar e, no fim, deu tudo certo.

Débora já tentou fazer empréstimos algumas vezes, para diferentes finalidades, mas, por ter o ‘nome negativado’, raramente consegue. Ela diz que crédito é algo que faz muita falta. Então, acha bastante surpreendente o que a empresa Vivenda faz.

Nas duas vezes que conversei com Débora, ela assegurou estar conseguindo pagar em dia as parcelas da reforma. E ainda tem os planos de reformar a casa toda com o escritório.

Quero fazer a casa toda! Porque daí tu olha a minha casa e a cozinha está linda e perfeita. Por exemplo, o forro da cozinha é PVC, e a minha casa inteira é de madeira. Assim, está tudo bonitinho na cozinha. Não que o resto da minha casa esteja horrível, mas destoa... Porque tem muita umidade onde eu moro, é um bairro muito úmido. [...] A minha parede tem muita umidade. A minha cozinha, se tu olha o antes e depois, tu não acredita! É perfeita! Óbvio que tu vê uma parte bonita e quer que fique tudo bonito, né? [...] É tudo lindo... Eu fico com o coração na mão... Já estou mentalizando para fazer devagarinho tudo que eu puder.

Na nossa segunda conversa, Débora ponderou que, como terminará de pagar a reforma em 2024, “muitas coisas podem acontecer daqui para lá”. O fato de as mulheres passarem de dois a três anos pagando a reforma (muitas vezes de revestimentos) de um único cômodo, além de comprometer suas rendas por muito tempo, pode ser um empecilho para outras pequenas transformações que desejam realizar em seus espaços até o pagamento final das parcelas.

4.5. "Com esse negócio da prestação mensal a gente fica meio doida, sabia?"

Experiência de Tânia

Tânia tem 50 anos, é uma mulher negra, solteira, que mora com a filha e com os dois netos. Trabalhou a vida inteira como diarista. Na pandemia, foi demitida e, atualmente, tem sentido dificuldade para encontrar trabalho por conta de sua idade. Ela cobra 180 reais a diária e diz que, na época em que realizou a reforma, estava ganhando cerca de 700 reais por mês. Sua filha recebe o auxílio Brasil e trabalha com eventos, ganhando 100 reais por dia de trabalho, mas só recebe quando trabalha.

Tânia mora na mesma casa há vinte e três anos. Ela autoproduziu sua casa inteira sozinha. Foi sempre ela que fez os empréstimos em vários bancos e contratou os pedreiros. Conta com orgulho que nunca precisou de homem para ajudá-la em nada. Na verdade, confessa que os parceiros com quem se relacionou só trouxeram problemas porque nunca foram responsáveis e não gostavam de trabalhar. Por exemplo, no início da construção da sua casa, enquanto ia trabalhar, deixava o marido (que não trabalhava) tomando conta da obra durante o dia. Em vez de fiscalizar a obra ou, pelo menos, ajudar em algo, ele levava os pedreiros (que ela estava pagando) para passar horas bebendo em bares. Mas isso durou pouco tempo e ela logo o dispensou. Atualmente, Tânia está solteira há sete anos com plena convicção de que não quer mais nenhum relacionamento.

Quero distância de homem, quero sossego [risos], quero paz. Homem é para acabar de matar a gente, minha filha. Eu quero viver [risos]. Ainda mais os trastes que andam no mundo, né? Dão uma de bonzinho, mas depois metem bala na mulher. O tanto de feminicídio que tem por aí... Minha filha largou o marido por isso.

Na nossa primeira conversa, Tânia disse ter gostado muito da reforma. Sua primeira experiência com a Vivenda foi quando ganhou duas reformas subsidiadas, convertidas nas pinturas, trocas de revestimento do piso e instalação de forro dos quartos da filha e da neta. Foi um programa de assistência social do governo que fez a ponte entre ela e o escritório da Vivenda para as reformas subsidiadas. Depois delas, Tânia decidiu financiar uma reforma para seu quarto. A obra foi finalizada em

dezembro de 2021. Logo no início da entrevista, ela me contou empolgada a ideia que teve para a iluminação do seu quarto.

Ficou bonitinho, eu coloquei um bloco de vidro. Olha só, eu tive uma ideia: vi que não podia colocar a janela para o lado do vizinho. Só podia colocar para o lado do corredor, que sobe a escada para o quarto. Foi lá que eu coloquei minha janela de vidro. Coloquei porque eu queria meu quarto claro, não queria ele escuro. Colocar os blocos de vidros do lado de lá é tipo colocar uma janela para o lado do vizinho, entendeu? [...] Eu que pensei nisso. Eu que dei a ideia.

Nessa primeira entrevista, Tânia relatou ter gostado tanto da reforma que tentou conseguir o bolsa trabalho (um benefício social) para contratar mais serviços do escritório. (Isso não se concretizou, mas o expediente teria sido o mesmo da entrevistada Roberta: o benefício social que retorna aos circuitos financeiros via Vivenda.) Disse que esse tipo de reforma era boa porque era rápida, já vinha com tudo incluso e, no final, “você só paga e esquece”. Dado às tantas dificuldades cotidianas, qualquer coisa que você “pague e esqueça” é realmente um privilégio.

Tânia fez empréstimo a vida inteira para construir e reformar sua casa. Mas não tem mais conseguido fazer isso porque está trabalhando como diarista e não com carteira assinada. Foi por isso que viu vantagem em contratar o serviço de reforma da Vivenda.

Eu já fiz muito [empréstimo], minha filha, para fazer reforma na minha casa, porque eu era sozinha... Eu sempre fui sozinha, nunca tive marido para me ajudar em nada. Então, eu costumava fazer na Caixa Econômica. Eu fiz para reformar aqui quando minha neta nasceu, há nove anos. Já fiz para comprar móveis. A minha filha tinha o auxílio morte, do pai dela que é falecido, mas só eram quatrocentos e poucos reais, que não dava para nada. Então, eu fiz um empréstimo para comprar o berço da minha neta, para comprar tudo, porque o pai dela também não ajudou em nada! Fiz isso para poder ajudar minha filha. Eu só tenho ela de filha, né? [...] Mas já fiz [empréstimos] mais vezes. Sempre para arrumar a casa. Sempre. Já fiz cartão para comprar o material [de construção] para levantar em cima da minha casa.

Vê-se, nesses relatos, a dinâmica do endividamento associado às tarefas de reprodução social. Diante de tantos empréstimos, perguntei se ela tinha conseguido pagar todos eles. Como Tânia é muito simpática e gosta muito de conversar, também me senti à vontade para perguntar se ela estava com o ‘nome negativado’.

É, eu tenho o nome sujo por causa do cartão de crédito que eu paguei, só que eu acho que eles [algum banco] são meio pilantra! Eu paguei mil e poucos reais e veio mais outra conta de mil e poucos reais, que eu não sei de onde eles tiraram. O que acontece: eu disse que não podia pagar porque eu fui demitida na pandemia, né? Eu paguei [a dívida no banco] com meu benefício que eu tinha recebido [após ter sido demitida]. [...]

Mas sim, olha: eu já fiz empréstimo na Caixa Econômica, na BV, no Santander. O do Santander eu consegui pagar, porque eu trabalhava no hospital [com carteira assinada]. Eu sempre consegui levantar aqui [a casa] com empréstimos. Só que agora não dá, né? Porque estou sem trabalhar registrado, como é que eu vou pegar empréstimo para terminar? E aí eu consegui com a Vivenda.

Nos relatos de Tânia fica evidente que as estratégias de gestão cotidianas para reproduzir a vida são sempre mediadas por empréstimos associados à produção de moradia: uma mercadoria cara que não está incluída no valor do salário mínimo (que, atualmente, mal cobre a alimentação). As pessoas precisam literalmente *se virar* para construir suas casas. Talvez se possa pensar que, se ela sempre se endividou para autoproduzir a casa, não haveria nada de errado em contrair uma dívida com a Vivenda, que pelo menos oferece serviços técnicos qualificados. Sobre isso, como se verá adiante, Tânia mesma elaborou o que seria melhor para ela.

Mas Tânia também me confessou, ainda na nossa primeira conversa, que estava preocupada com um problema estrutural de sua casa. Próximo de onde mora, estão fazendo a canalização de um córrego. Durante essa obra, ela percebeu que começaram a aparecer algumas rachaduras nas paredes. Então, chamou o engenheiro responsável pela obra, e ele disse que o problema seria a falta de ‘viga’ na sua casa. Ela me explicou que conseguiu construir o andar térreo todo com a estrutura “bem direitinha”, mas, quando foi construir o segundo andar, faltou dinheiro

e ela optou por não colocar vigas (ou seja, provavelmente as paredes de bloco cerâmico comum estão funcionando como elementos estruturais). Além das rachaduras nas paredes, havia ainda outra questão: Tânia havia comprado uma caixa d'água, mas ainda não a havia instalado porque faltava uma cinta de amarração que reforçasse a laje do banheiro. Quando estava reformando o seu quarto, perguntou ao pedreiro se ele poderia ajudá-la com isso.

O pedreiro não quis fazer para mim. Eu não vou obrigar, né? Eu pedi e tudo, mas ele não quis [...]. Vai ver que ele não gosta, né? Mas eu vou ver se eu faço daqui a uns três meses. Eu prefiro, pelo menos, pagar metade dessa reforma para depois fazer outra. Depois eu continuo, entendeu? Aí, se esse pedreiro não puder fazer, eu chamo outra pessoa, não tem problema não.

Mesmo satisfeita com a reforma do quarto, Tânia continua com problemas mais sérios e urgentes para resolver. A estrutura de sua casa está comprometida, mas ela está pagando caro por uma reforma do revestimento de um cômodo. Teve 'suporte técnico' para revestir seu quarto, mas para o que é realmente difícil de resolver, terá que se virar sozinha.

Na primeira entrevista, quando perguntei como as parcelas da reforma da Vivenda a afetavam, Tânia disse que, com muito esforço, estava conseguindo manter o pagamento em dia.

Estou conseguindo pagar direitinho sim! Sempre que eu ganho o dinheiro da semana, eu guardo, sabe? Como eu ganho 180 reais por semana, eu já reservo esse dinheiro e só coloco mais 20 reais. A minha filha também faz bico e ajuda. Às vezes, ela paga para mim e eu faço as compras de casa... E, assim, nós vamos fazendo o rolo [risos]. [...]

Eu nunca fui muito de... É que nem eu falo para você... nunca fui muito de roupa e sapato, sabe? Ainda mais com essa pandemia, a gente aprende muito, né? A gente aprendeu muito a economizar, aprendeu a ver que não precisa tanto de roupa e sapato, né? Eu prefiro minha casa limpa e ter comida na geladeira [risos]. Eu prefiro isso, o resto a gente compra depois. Se puder comprar calcinha, se puder comprar uma blusa, eu compro. Agora, a minha filha já tem que comprar as coisas para os meus netos. O meu neto ganha

muita roupa, mas a minha neta já não, então ela já comprou dois tênis para minha neta no ano passado, e teve que comprar roupa por causa da escola, né?

Cinco meses depois de nossa primeira entrevista, entrei em contato com Tânia novamente, para saber se estava conseguindo pagar regularmente as parcelas e se tinha resolvido a questão da caixa d'água. Ela disse que suas condições de vida pioraram muito. Está com mais dificuldade de encontrar trabalho como diarista, e tem somente um cliente fixo na semana. “Foi que nem eu te falei. A minha idade é cruel. Parece que, só porque tenho 50 anos, as pessoas pensam que não como mais.” Além disso, a sua filha, que faz bicos em eventos, quase não está sendo chamada para esses trabalhos. “Ela recebe Bolsa Família, mas é 430 reais... é muito pouco, não dá para pagar as contas com esse dinheiro”. Tânia me contou que tiveram a sorte de receber algumas cestas básicas recentemente, depois de quatro meses à míngua.

Estou tentando colocar as coisas em ordem. Só vou conseguir negociar a Vivenda em agosto. Qualquer coisa, eu negocio as parcelas que estão atrasadas e pago uma atrasada e uma atual, uma a atrasada e uma atual, entendeu? Eu vou ver também se eu consigo diminuir o valor da prestação, porque se eu renegociar tudo, vou pagar muito juros em cima, entendeu? Então, eu tenho que fazer isso com calma. Eu tenho que ver o que eu faço para não pagar tanto juros. Mas está difícil, viu? As coisas estão muito difíceis... Mas eu não desanimo não, a gente vai levando [risos].

Assim, eu relaxo, sabe? Porque se eu for ficar doida, minha filha [risos]. A gente morre e fica tudo aí [risos]. A gente tem que procurar resolver o problema, e não arrumar mais, né? [risos]. Então, eu já falei para eles [da Vivenda]: quando eu puder, eu pago. Não está dando, minha filha, não está dando... Assim, a gente precisa comer. Como eu disse, o meu netinho tem problema de coração, e a minha filha tem que ter um dinheirinho da condução para levar ele ao hospital. Ela precisa de um dinheiro para comprar um lanche quando leva ele no hospital... Até nisso a gente tem que pensar. É complicado, mas eu tenho fé em Deus que eu vou conseguir colocar as parcelas em ordem, minha filha.

Tânia demonstra um impasse claro entre comprar comida, pagar a dívida da reforma de sua casa e cuidar da saúde do neto. Mais uma vez, a questão da insegurança alimentar aparece na entrevista, assim como apareceu no relato da Joana e aparecerá no de Fabiana, a seguir.

Quanto à caixa d'água, Tânia teve que vendê-la para pagar uma das parcelas da reforma da Vivenda. As rachaduras nas paredes aumentaram muito, estão “de canto a canto” das paredes do quarto da filha, do neto e, inclusive, do próprio quarto dela (o que ela ainda está pagando a reforma de revestimento). Perguntei se ela não ia acionar a defesa civil, mas dada as tantas atribuições advindas da reprodução social, sobretudo relacionadas aos cuidados do seu neto, que tem uma doença no coração, ela conta que não tem tido tempo para isso.

Como é muita coisa pra gente resolver, a gente não chamou nem a defesa civil ainda. Mas vamos chamar sim [...] Minha filha tem o médico do neném, tem as coisas dela pra resolver, e assim vai... Às vezes a gente trabalha muito e tem que descansar um pouco, aí acaba deixando essas coisas passarem, sabe?

Nessa segunda entrevista, embora Tânia continuasse dizendo que amou os serviços feitos pela Vivenda, não parecia mais tão empolgada recorrer a eles novamente. Vem pensando em fazer futuras reformas aos poucos, como sempre fez nesses vinte anos da construção de sua casa: conseguindo “um dinheirinho aqui e ali” e arrumando uma coisa de cada vez. A suposta facilidade de pagar uma quantia mensal, isto é, de “pagar e esquecer”, como ela mesma disse meses atrás, não se concretizou. Na verdade, a obrigação mensal se tornou uma preocupação a mais em sua vida, acirrada pelo fato de ela e a filha ganharem por dia de trabalho.

Talvez chamar uma pessoa para rebocar; depois chamar uma pessoa para colocar uma janela; depois chamar uma pessoa para azulejar e depois chamar uma pessoa para dar o acabamento, porque eu acho que, sei lá, esse negócio de prestação a gente fica meio doido, sabia? Eu estou trabalhando de diarista. Não vou trabalhar registrada mais — isso está fora de cogitação — porque, diarista, você já pega o dinheiro na hora, compra o que está precisando para dentro de casa, repõe a comida da semana e assim vai.

Tânia e a filha ganham apenas o suficiente para sobreviver um dia depois do outro, o que dificulta planejar em longo prazo. Tânia nem cogita mais a possibilidade de um trabalho com carteira assinada, porque, segundo ela, além de pagar pouco, só paga no fim do mês. No entanto, também se queixa das impossibilidades de conseguir um empréstimo sem um trabalho com carteira assinada. Afinal, nesses vinte anos, ela só conseguiu empréstimos para construir sua casa porque trabalhava 'formalmente'. Sobre isso, Verónica Gago diz haver uma diferença crucial entre contrair uma dívida quando você sabe que trabalho fará para quitá-la, e contrair uma dívida quando você não tem nenhuma garantia de trabalho futuro, como no caso de Tânia. Isso só prova como, na atualidade, mesmo sem a garantia do salário, a dívida tem um papel protagonista na reprodução social.¹⁶ “O endividamento dos não assalariados é um prisma que permite ver o modo de funcionamento em geral da dívida como dispositivo privilegiado de extração de valor no capitalismo contemporâneo”.¹⁷

O economista Fernando Teixeira aponta como um "potencial risco sistêmico" a “oferta de crédito em larga escala para uma população sem emprego formal, eventualmente sem renda e que tende a se refinar constantemente para sobreviver”.¹⁸ Evidentemente, essas pessoas precisam de mais do que crédito para reproduzir as suas vidas, a começar pelo acesso público e gratuito a bens e serviços essenciais.

4.6. Impasses entre a compra do pacote de reformas e a autoprodução

Experiência de Isabel

Isabel tem 49 anos, é casada e trabalha como professora da rede municipal. Mora com o marido, o filho, o afilhado e a mãe de 84 anos, que é dependente dos seus cuidados. O marido trabalha em um supermercado, ganhando um salário mínimo. Na pandemia, os dois continuaram trabalhando normalmente. A renda familiar, juntando

¹⁶ Entrevista da Verónica Gago no Canal Abierto, via YouTube, em 5/6/2018, sob o título “*La deuda organiza nuestra obediencia*”.

¹⁷ GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019, p. 171.

¹⁸ TEIXEIRA, *FinTechs e microcrédito: potencial armadilha para os mais vulneráveis e risco sistêmico no Brasil*, 2020, p. 11.

a aposentadoria da mãe e os salários dela e do marido, soma cerca de seis mil reais, mas metade desse valor é comprometida com remédios e o plano de saúde da mãe. Além disso, os filhos estudam numa escola particular.

Na década de 1960, o pai de Isabel autoproduziu a casa com um pedreiro amigo da família. Nesses anos todos, ela só foi reformada duas vezes. A primeira foi na década de 1990, quando a parede do quarto de Isabel caiu em consequência de uma infiltração que tomava conta da casa inteira. O pedreiro contratado para ajeitar a parede acabou mexendo em elementos estruturais e a casa desmoronou. Por isso, foi construída uma casa praticamente nova. Desde então, houve apenas a reforma da cozinha, em 2021, por meio do escritório plugado na plataforma da Vivenda.

Isabel ficou sabendo do serviço do escritório por uma amiga e decidiu contratá-lo. Um dos motivos dessa decisão foi que seu filho costumava gravar vídeos experimentando receitas na cozinha para atividades escolares. Segundo Isabel, filmar a cozinha do jeito que estava a deixava constrangida; disse que parecia “mal rebocada, muito feia, nojenta... nem parecia uma cozinha, parecia cozinha de filme de terror”. Na reforma, trocou os revestimentos do piso e das paredes, e a janela, ajustou as instalações de água e esgoto da pia, instalou novas tomadas e interruptores, e colocou forro de gesso. Pagou 1.700 reais de entrada. Ela dividiu esse valor com o marido, cada um pagando metade com o respectivo décimo terceiro salário. No total, pagarão 24 parcelas de 400 reais. Só de juros, são 2.203,08 reais.

Na nossa primeira conversa, Isabel foi uma entrevistada mais tímida, que não parecia gostar de falar muito ou não sentiu à vontade. Disse que estava pagando as parcelas tranquilamente e até quitaria a dívida antes do prazo, pois dividia o valor mensal com o marido e a mãe, cada um deles contribuindo com cem reais. Sua renda era suficiente e não estava comprometida com nenhuma outra dívida. Aliás, quando perguntei se tinha o costume de comprar a prazo ou fazer empréstimos, foi enfática: “não, não, não, não”.

Já na nossa segunda conversa, Isabel parecia se sentir mais à vontade, estava mais simpática e falou bem mais. Foi então que me contou que, na verdade, metade da renda mensal da casa está comprometida com os remédios e o plano de saúde da mãe. Sem que eu perguntasse, me confidenciou que tem duas dívidas com o banco (uma de mais de três mil reais) e que, no momento, está sem condições de quitá-las.

As parcelas da reforma também estão atrasadas, porque adoeceu e teve gastos extras. “Só Jesus na causa, né? [risos] Assim... para pagar, né? Porque tem colégio... tem as coisas dos meninos para pagar.”

Apesar disso tudo, Isabel falou com entusiasmo sobre as próprias ideias para reformar a casa futuramente. Seu plano é de construir um segundo pavimento, embora não saiba como e quando irá executá-lo.

Eu quero quebrar o quarto e criar, tipo, um terraço na frente da casa, para caber o carro direitinho. Quero colocar a porta mais para trás. Queria deixar dois quartos aqui e o espaço pequeno que sobrar, deixar para parte do computador. No caso, a escada [para o segundo andar que quer construir] ficaria lá atrás.

Quando perguntei se as ideias eram dela, ela disse: “Foi eu que pensei. As meninas [do escritório] disseram que minha arquitetura não... não... assim, que tem que sentar para fazer [risos]”. Isabel imagina claramente o espaço que deseja, mas sua fala permite inferir que as arquitetas não validaram tanto seu raciocínio.

Isabel ainda não tem nenhuma perspectiva, sobretudo financeira, de quando fará essa segunda reforma, mas disse que preferia contratar “as meninas” do escritório, que constroem “por etapas” e mais rápido do que se ela mesma gerenciasse o pedreiro e executasse suas ideias. “Elas quebraram a cozinha num dia. As tralhas foram tudo lá para fora. No dia seguinte, o homem que chegou já foi ajeitando e colocando a cerâmica”. Segundo Isabel, o próprio pedreiro, que é seu amigo, indicou que ela contratasse o escritório. Além disso, ela também prefere o esquema de pagamento parcelado. No final das contas, Isabel sabe como quer o espaço, mas se convenceu da compra do ‘pacote de reformas’. Um ponto importante que parece não ter percebido é que o escritório só reforma por cômodos. Ao contratá-lo novamente, levaria anos para concluir o que deseja. Se ela pretende reformar quatro ambientes e o tempo para pagar cada um é de cerca de três anos, passaria doze anos fazendo — cômodo por cômodo — a reforma que deseja.

4.7. Contabilidade e autoprodução

Experiência de Marlene

Marlene tem 52 anos, é uma mulher branca, viúva, que mora com a mãe, de quem cuida, e com seus três filhos. Ela trabalha como contadora e é responsável por sustentar financeiramente a família toda. Sua renda mensal é cerca de quatro e meio a cinco salários mínimos. O caso de Marlene difere dos anteriores porque ela contratou um serviço de reforma com um escritório antes de esse se plugar na plataforma da Vivenda. Na época, o escritório conseguiu, por conta própria, criar um esquema de pagamento parcelado, e ela adorou o serviço prestado.

Marlene mora numa casa comprada pelos seus pais na década de 1960. Quando compraram, a casa tinha somente três cômodos. O pai dela ampliou a casa conforme tinha tempo e dinheiro disponível: construiu mais um quarto, uma sala grande, uma área na frente e uma área de serviço. Mas ele faleceu precocemente, aos trinta anos. Marlene comentou que a casa só passou por outra grande reforma com o segundo marido de sua mãe, em 1999. Nessa reforma, a casa foi reforçada estruturalmente com pilares, vigas e lajes.

Em 2019, Marlene decidiu tornar a casa mais acessível para a mãe, que é cadeirante. Quer dizer, depois de dois homens — o pai e o segundo marido da mãe — ‘tomarem a frente’ nos processos de autoprodução da casa, chegou a vez dela. O objetivo das reformas foi adaptar o quarto e o banheiro às necessidades da mãe, e fazer rampas e outros ajustes para propiciar acessibilidade. Ela contratou uma pessoa da região, que se dizia pedreiro e passou quatro meses trabalhando sem concluir o serviço. Marlene entende que foi um golpe e desconfia que a pessoa contratada não tinha nenhuma experiência. “Eu gastei setenta por cento de mão de obra e material de uma obra que não foi concluída nem trinta por cento, e esses trinta por cento foi mal feito.”

Então, eu estava assim depressiva, sabe? Eu entrei em depressão realmente, não só eu como toda a minha família. Para você ter ideia, nós tivemos problemas até de pele em função de tudo isso que a gente passou... assim, emocionalmente falando. Eu fiz um empréstimo para poder fazer tudo

isso, para pagar em quatro anos. Empréstimo esse que eu ainda pago e fiquei com a casa pior do que ela estava. [...]

É uma situação que até hoje eu me pergunto: *o que me deixou cega?* Porque, na primeira situação que ele demonstrou que não tinha conhecimento... E, assim, eu nunca coordenei uma obra nem nada, mas tem certas situações que você vê, que você ouve. Vamos supor: o assentamento de um azulejo, por exemplo, tem aqueles negocinhos que a pessoa coloca para separar um azulejo do outro. No meu banheiro, o piso está totalmente ondulado e torto. Enfim, isso é só um pouquinho que eu estou falando, né? [...] Então, essa concepção minha, até por eu ser uma contadora [risos] e por ter um lado mais razão... Sinceramente, eu não sei, eu acho que eu estava meio inebriada. [...] Eu me comparei a um casamento onde a mulher apanha do marido e continua com ele.

Quando ela comentou dos empréstimos, perguntei se ela costumava fazê-los frequentemente e ela disse:

Eu tenho esse empréstimo que não está pago ainda, mas não faço frequentemente. Com a pandemia e tudo mais, eu acabei prorrogando e ele está absurdo [risos]. Eu estou tentando negociar, mas está difícil. Eu não sei nem como vai ser esses três meses seguintes porque, dentro daquilo que eu posso pagar hoje, o banco não quer aceitar. A gente está numa linha, assim, meio de briga, né? [...] Estou conseguindo contornar, prorrogar, pago uma, não consigo pagar outra e vamos levando...

Em 2020, um ano depois desse acontecimento, Marlene conheceu um escritório de arquitetura. Ela contratou o serviço dele para 'consertar' e dar continuidade ao serviço incompleto deixado pelo pseudo-pedreiro. A obra saiu em torno de 14.000 reais e durou 22 dias. Ela conseguiu dar uma entrada de quase seis mil reais e pagou doze parcelas de 638 reais.

Resumindo, foi muito rápido, eu não tive uma única dor de cabeça. Eles me apresentaram os valores com mão de obra e material já incluso. Eu tinha feito uma pesquisa e já tinha uma noção bem grande sobre o material e, inclusive, a gente acabou comprando no depósito aqui perto na região. Assim, foi a

maravilha da minha vida, sabe? Eu tirei aquele sofrimento todo que eu tinha passado, porque eu estava literalmente no chão [risos].

Na nossa segunda conversa, cinco meses depois, perguntei se ela tinha feito mais alguma reforma na casa ou se pretendia fazer com o mesmo escritório que hoje é parceiro da Vivenda. Então Marlene me relatou que apareceu um problema sério de infiltração na laje da casa toda e surgiu a necessidade de refazer o telhado. Ela fez o orçamento tanto com o escritório plugado na Vivenda quanto com um pedreiro muito amigo da família. Mas preferiu contratar o pedreiro mesmo, pagando à vista por um valor trinta por cento menor do que o orçado pelo escritório. Marlene disse preferir essa opção porque tinha o dinheiro à vista e porque, sendo autônoma, não tem uma garantia de renda futura. Isso a deixou com medo de entrar num financiamento longo e não conseguir pagar as parcelas. O fato de ela ser contadora certamente influenciou essa decisão.

4.8. Endividamento e culpabilização

Experiência de Fabiana

Fabiana tem 51 anos, é casada e não tem filhos. Ela e o marido trabalham como faxineiros em uma empresa, ganhando, cada um, um salário mínimo. Moram na mesma casa há trinta anos. A casa faz parte de um conjunto habitacional construído pela COHAB do seu estado. Passados esses trinta anos, as necessidades de reformá-la não param de crescer. Quando Fabiana viu o escritório atuando na comunidade, decidiu contratá-lo e reformar o telhado, aumentando sua inclinação e trocando as telhas. Para isso, precisou alugar outro lugar por três meses, pagando o aluguel mensal de 500 reais. Ela diz ter adorado sua reforma. Mas, em determinado momento da entrevista, também confessou que achou que o telhado poderia ter ficado mais alto.

Eu só acho que era para ter levantado um pouco mais, porque, para mim, no meu ponto de vista, ficou baixo. O pedreiro disse que não, mas eu acho que ficou. Quem está dentro de casa não vê, mas quem está do lado de fora

consegue ver que ficou baixo... mas está tudo ok, graças a Deus! [...] Agora, que está chovendo muito, está molhando um pouquinho, mas essa semana a gente vai comprar um 'negocinho' para ajeitar.

Quando perguntei se ela tinha conversado com o pedreiro sobre esse problema, ela disse: “eu acho que eu falei... mas, assim, [a obra] foi mais com o meu esposo, sabe? Porque tu sabe... mulher, né? Eu gosto mais que ele fale. Mas, fora isso, está tudo ok, é bem pouquinho o buraco que tem para ajeitar.” Como já comentei algumas vezes, é comum as mulheres se sentirem intimidadas a darem opinião sobre as obras em suas próprias casas.¹⁹ O relato de Fabiana, assim como de Joana, só reforça o machismo estrutural nessas relações de autoprodução.

Na primeira entrevista, Fabiana me contou que precisou parar de trabalhar porque sofreu um acidente doméstico em 2021 e quebrou o fêmur das duas pernas e o punho. Ela fez uma cirurgia grande e, no pós-operatório, mudou-se para a casa das cunhadas para ser cuidada por elas. Na época em que conversamos, Fabiana estava fazendo fisioterapia e demonstrou muita ansiedade para voltar logo ao trabalho. Contou orgulhosa que já percebia uma evolução em sua recuperação ao conseguir fazer algumas atividades domésticas em casa.

Em razão desse acidente, Fabiana teve gastos adicionais com remédios, médicos, fisioterapia e transporte, além de outros gastos extras que surgiram em sua casa. Só o plano de saúde consome mais de um terço do salário-mínimo que ela ganha. Por isso, ainda nem começou a pagar as parcelas da reforma da Vivenda.

Para ser bem sincera com você, porque eu não gosto de mentira, eu nem comecei a pagar ainda, você acredita? Eu estou em débito com eles, mas eu avisei que vou pagar. Eu me sinto muito envergonhada, não vou mentir... eu me sinto. Por que? Porque a gente, que é crente, tem que ter uma palavra só. Eu queria muito já ter começado [a pagar], mas infelizmente aconteceram outras coisas que eu não esperava... e, então, eu não pude pagar. Estou em débito com eles até agora.

¹⁹ Cf. CARDOSO, Sobre a mulher autoprodutora e autonomia: os universos possíveis, 2018; Cf. MENDONÇA, Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014.

Eu fiz um planejamento dos meus débitos para me organizar, mas, infelizmente, aconteceram outras pendências. Mas eu vou pagar, em nome de Jesus, não vai ficar nada fora do lugar. Eu fico com vergonha, porque, assim, a pessoa quando manda fazer uma coisa, faz porque pode pagar, né? Eu acredito nisso. Então, se eu me responsabilizei de pagar e agora eu não estou pagando... Olha, você não tem noção do que eu choro, não. Eu choro, peço ao senhor que me ajude e peço muito a Deus que ajude eles [escritório] também, né? Porque eles têm essa boa vontade.

Para Fabiana, trata-se de uma culpa individual. Mas há todo um contexto à sua volta que lhe impossibilita sobreviver com o salário que ganha. Seu relato apresenta, concretamente, como a 'moral devedora' e a culpabilização individual são formas eficazes de 'docilização' e de gerência da paciência das camadas populares.²⁰ Como Verónica Gago pontua, a expansão da financeirização das economias populares faz com que os setores mais pobres se endividem para pagar serviços básicos. "Se a subsistência cotidiana por si mesma gera dívida, o que vemos é uma forma intensa e extensiva de exploração que encontra nas economias populares feminizadas seu laboratório".²¹ O que confirma essa perspectiva é a resposta de Fabiana, quando perguntei se ela está acostumada a fazer empréstimos com frequência.

Eu não consigo fazer não, porque, assim... eu sou suja, sabe? Suja, que eu digo, é assim, o cartão que já era para eu ter pago. Desde que eu caí, estava pagando as coisas direitinho, mas, por conta disso, coisou todo meu dinheiro que era para eu pagar [...] É remédio, é não sei o que, é um monte de coisa... Você sabe como é médico particular, né? Os remédios de médico particular não é coisa do governo, que a gente pega de graça não. É uma coisa cara, né? Tudo é caro, entendeu?

Fabiana disse: "Eu sou suja" e logo depois corrigiu: "suja, que eu digo, é assim, o cartão que já era para eu ter pago". Mais uma vez suas palavras demonstram como a dívida a atinge subjetivamente. O mecanismo da dívida é uma forma sutil e eficaz de manter as pessoas na miséria e, mais do que isso, de fazer elas acreditarem que

²⁰ Ibidem.

²¹ GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019, p. 267.

estão nesse lugar porque merecem. Sobre isso, as feministas argentinas vêm discutindo o quanto é necessário "tirar a dívida do armário", isto é, desindividualizá-la, desprivatizá-la, dar-lhe corpo e voz, demonstrando o quanto ela é um problema comum — e estrutural — presente na vida da maioria da população.²²

Tirar a dívida do armário é falar sobre ela. Narrá-la e conceituá-la para entender como funciona. Investigar com quais economias se relaciona. Evidenciar de que formas de vida se aproveita e como intervém nos processos de produção e reprodução da vida. Em quais territórios se fortalece e que tipo de obediências produz.²³

Na nossa segunda conversa, em julho de 2022, Fabiana já tinha voltado a trabalhar, mas ainda não tinha previsão de quando conseguiria pagar as parcelas da reforma, porque surgem sempre despesas urgentes no seu dia a dia. Em nenhum momento ela culpou o escritório por nada. Pelo contrário, continua muito grata ao serviço prestado. Como já disse, ela sente que somente ela é culpada.

Tu acredita que eu nem abro a carta de cobrança? Porque me dá uma tristeza na alma. É muito ruim você fazer um planejamento que não deu certo. Eu fico muito triste, não sei... só Deus sabe. Eu sou crente, minha filha. É feio você comprar um negócio e não pagar. Alguém pode até dizer: *Ah, [não está pagando] mas está comprando outra coisa...* mas não! A gente não está comprando nada, a gente está mais pagando as coisas... e quando compra, é coisa boba, porque tem que se alimentar.

“Quando compra, é coisa boba, porque tem que se alimentar”! O salário de Fabiana é quase todo comprometido com o seu plano de saúde, com remédios, com a compra de comida e com outras despesas urgentes que surgem no dia a dia. Em junho de 2021, as coisas apertaram tanto financeiramente que duas amigas de Fabiana se juntaram para pagar a mensalidade do seu plano de saúde sem ela pedir, porque sabiam da importância dele para a sua reabilitação. Mais uma vez, os laços de solidariedade salvaram uma situação em que a reprodução da vida de uma mulher

²² GAGO & CAVALLERO, *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos*, [2019] 2021, p. 22.

²³ Ibidem.

estava quase impossível. Eis uma experiência concreta de intensificação da crise da reprodução social.

Por fim, a casa de Fabiana ainda precisa de vários reparos e reformas. Mas, nesse momento, são questões distantes: “são prioridades para o futuro. [...] Eu fico triste até de pensar, mas como eu sou crente, graças a Deus, acredito que tem um Deus grande, fiel. Se eu cheguei até aqui, Deus me vai ajudar a continuar”. Verónica Gago tem percebido, em suas pesquisas na América Latina, que há um forte entrelaçamento do ponto de vista religioso com as finanças. Para ela, “as finanças e a religião se estruturam como economias da obediência que se complementam”.²⁴

4.9. Balanço crítico

Os relatos das mulheres entrevistadas trazem à tona muitas questões complexas que têm a moradia como elemento central, mas que dizem respeito a todo o contexto de reprodução de suas vidas, com seu machismo estrutural e múltiplas violências. A financeirização relacionada tanto à moradia quanto às formas e condições de trabalho é evidente. Essas mulheres cumprem enormes jornadas de trabalhos produtivos e reprodutivos, por uma remuneração muito inferior ao que deveriam ganhar para sobreviver, e dificilmente encontram outra saída que não o endividamento. Cabe ressaltar ainda que entrevistei essas mulheres num contexto de grave crise econômica, social e política no Brasil.

A partir dos seus relatos também fica evidente que as obras realizadas pelos escritórios plugados na Vivenda são quase sempre apenas de revestimentos. Problemas graves como a infiltração da casa inteira de Joana e a estrutura portante da casa de Tânia não são abordados por estes serviços. No entanto, como as entrevistas foram realizadas por telefone, não tive conhecimento sobre os contextos urbanos em que as moradias estão localizadas. Não sei se estão em encostas instáveis ou se correm riscos de inundação, por exemplo. Os problemas das casas

²⁴ Cf. GAGO & CAVALLERO, *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívida nos queremos*, [2019] 2021, p. 47.

das mulheres podem ser ainda piores do que me relataram ou do que elas próprias têm conhecimento.

Como o modelo de atuação é de uma “solução fechada”, por cômodos, pensado como forma de otimizar as vendas, geralmente, as capacidades de decisão das mulheres atendidas concentram-se na escolha dos cômodos que querem reformar e nos tipos de revestimentos que querem aplicar (correndo ainda o risco de, como aconteceu com Joana, instalarem um piso inconveniente e isso demandar mais tempo diário de limpeza). Resumindo, elas não obtêm ganhos de autonomia nos processos descritos; nada que estimule ou incentive habilidades potenciais em relação à transformação do espaço. São somente consumidoras passivas.

No processo, não parece haver a construção de nenhum vínculo das mulheres atendidas entre si ou com as arquitetas dos escritórios, até porque as reformas são de rápida execução. Acredito que esta seja a razão pela qual as arquitetas pouco apareceram nos relatos das mulheres. Somente dois casos chamaram atenção: Roberta ficou impressionada pela capacidade das arquitetas de criar um novo espaço em sua casa; e Débora citou a arquiteta em seu relato sobretudo pelo vínculo que tem com ela, que também é moradora de sua comunidade e prezou por um atendimento mais cuidadoso e sensível. Como já comentei, as arquitetas fazem o que estão ao alcance delas. É possível perceber que também está em curso a própria precarização do trabalho dessas arquitetas, que buscam ‘se virar’ para conseguir fazer o que acreditam dentro do esquema posto.

Mas por que as pessoas estão dispostas a adquirir um pacote de reformas de revestimentos? Penso que aspectos subjetivos relacionados à sedução pela imagem presentes nos relatos de Isabel, Adriana e Débora podem ajudar a compreender essa questão. Isabel comentou que decidiu reformar sua cozinha porque ela parecia “cozinha de filme de terror”. Em muitas falas aparece o sonho da cozinha “revestida e branquinha”. Adriana e Débora disseram, emocionadas, que realizaram o sonho de suas mães já falecidas. Para elas, além de uma realização associada a um padrão estético dominante, há uma realização subjetiva e simbólica ligada a uma memória afetiva que parece importar mais do que a solução de qualquer problema estrutural da casa. (Curiosamente, Adriana e Débora foram as que mais elogiaram as reformas

e as que asseguraram estar pagando as parcelas regularmente.) Além disso, há ainda, num primeiro momento, a atratividade do parcelamento, a 'oportunidade' de poder fazê-lo com o 'nome negativado', sem precisar comprovar renda formal nem documentação do imóvel.

Mas um ponto que se evidenciou em todas as entrevistas foi a extensão do pagamento das parcelas. Inicialmente, muitas mulheres ficaram felizes com a possibilidade do parcelamento, a única forma que conseguem pagar; mas depois de algum tempo, as mensalidades se tornaram motivo de angústia. Elas assumem um compromisso por um período muito mais longo do que o período pelo qual conseguem prever a própria situação financeira (podem perder o emprego, adoecer ou enfrentar algum outro imprevisto). Os casos de Roberta, Tânia, Isabel e Fabiana são exemplos concretos disso. Elas contrataram o serviço da reforma pela facilidade do parcelamento, mas acabaram não conseguindo manter o pagamento mensal, o que aumentou consideravelmente o juro, isto é, a dívida. Já Joana tem conseguido manter a regularidade do pagamento, mas diz que não tem feito a feira mensal e tem se virado com "um quilo aqui e outro dali". No final, penso que as experiências das mulheres não suscitaram politização ou consciência crítica sobre o lugar que ocupam na sociedade, a não ser negativamente. Num primeiro momento, criaram a feliz expectativa de acesso a um serviço que consideravam não ser 'para pobre', e, no final, quando não conseguiram pagar, entenderam que não era para pobre mesmo. A própria Joana questionou a pertinência do programa para pessoas "da comunidade".

Pode-se argumentar que, nos processos convencionais de autoprodução, as pessoas também se endividam, e que seria melhor contratar a empresa Vivenda. Mas, como Tânia disse, ela prefere voltar a reformar sua casa paulatinamente, como fez a vida inteira. Marlene também, em sua segunda reforma, optou por contratar o serviço de um pedreiro em vez do escritório, pagando à vista um valor menor, para não correr o risco de entrar num financiamento e não conseguir quitá-lo. Joana tem planos de pegar o cartão de crédito da cunhada emprestado para continuar suas reformas futuramente. O ponto é que deveríamos vislumbrar uma realidade não limitada à escolha entre dois endividamentos igualmente pesados, isto é, uma realidade em que haja alternativas, como crédito sem juros, assessoria técnica gratuita e políticas urbanas coerentes. No último capítulo, aprofundo um pouco mais a discussão das

brechas frente a esse contexto, mas cabe notar desde já que as entrevistas também apontam para algumas dessas brechas. A Joana, por exemplo, a COHAB forneceu materiais de construção para a autoprodução inicial da casa. Roberta teve ajuda de um colega pedreiro que aceitou receber apenas o quanto ela podia pagar. O sobrinho de Adriana fará sua próxima reforma em retribuição ao tempo que ela dedica a cuidar da filhinha dele. Nenhum desses exemplos está além do circuito das trocas, que, afinal, caracteriza a grande maioria das pessoas socializadas no contexto atual. Mas, pelo menos, são trocas que não passam pelos mecanismos de drenagem de um capitalismo financeirizado.

No mais, as experiências dessas mulheres são provas que desmontam a farsa neoliberal de que “basta que os pobres tenham educação financeira” que tudo se resolverá. O que elas ganham não é suficiente para reproduzirem a vida. O pior é a expansão do mercado financeiro em seus territórios, levando serviços que deveriam ser financiados pelo Estado. Os juros pagos por elas — que, cabe lembrar, vão para os investidores do mercado financeiro — são fruto de muito trabalho produtivo (do presente e do futuro) e também de muito trabalho de reprodução social não remunerado. Assistimos a um contexto de financeirização que se sustenta em suas costas por meio da dívida.

Silvia Federici vê a dívida como um instrumento de dominação da classe trabalhadora. Para ela, atualmente, sob a lógica neoliberal, estamos lidando com uma nova “economia da dívida”, mudando a própria forma de acumulação do capital e as relações de classe.²⁵ Virgínia Fontes defende que “o endividamento sob o capitalismo significa a generalização da lógica do capital dentro do cotidiano das pessoas, que se ‘autoexploram’ para garantir o pagamento de juros ao mercado financeiro”.²⁶ Para Verónica Gago, entender como a dívida extrai valor das economias domésticas e das economias não assalariadas permite captar “os dispositivos financeiros como verdadeiros mecanismos de colonização da reprodução da vida”.²⁷ O endividamento dos mais pobres é uma forma de gestão da crise em que “nada explode, mas tudo

²⁵ FEDERICI, *Reencantar o mundo: feminismo e a política dos comuns*, 2022, p. 115 -117.

²⁶ Aula da historiadora Virgínia Fontes no curso ministrado pela editora Boitempo, via Youtube, em 25/2/2022, sob o título “Luta de classes e financeirização #6 | Centralização e concentração | Virgínia Fontes e João Lopes”.

²⁷ GAGO, *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*, 2019, p. 288.

implode. Dentro das famílias, nos lares, nos empregos, nos bairros”.²⁸ Com a permanente obrigação de trabalhar (muito e de forma precária) para financiar o cotidiano imediato e o futuro, as mulheres não conseguem disponibilizar tempo para participação política, para pensar em si mesmas fora do trabalho reprodutivo ou das esferas de consumo, e para simplesmente passar o tempo com outras mulheres.²⁹ Os relatos das entrevistadas são exemplos concretos disso. Nesse sentido, a dívida pode ser entendida também como uma espécie de contrarrevolução da vida cotidiana.³⁰

No entanto, Silvia Federici também lembra um ponto crucial: não se trata somente de atacar a dívida, e sim de atacar todas as condições estruturais que levam à aquisição da dívida. Isso envolveria lutar por maior poder de compra do salário mínimo, por melhores condições de trabalho, por serviços públicos de saúde, educação e moradia, e lutar, principalmente, pela socialização do trabalho de reprodução.³¹

Penso que continuar com dinâmicas como essa significa insistir na produção de mais precariedade, mesmo que as pessoas atendidas se satisfaçam com as obras de revestimento que adquiriram. Se elas encontram dificuldades nos seus processos de autoprodução, cabe lutar por políticas públicas coerentes que a fortaleçam. É claro que, com o atual (des)governo, estamos na contramão disso, mas é preciso batalhar nessa frente. Há brechas capazes de demonstrar que o comprometimento com algum tipo de emancipação social ainda é possível. É isso que exploro no capítulo seguinte.

²⁸ Ibidem, p. 175.

²⁹ Ibidem, p. 129; Entrevista do Grifa podcast com Verónica Gago e Luci Cavallero, no podcast Grifa, episódio “*Uma leitura feminista da dívida*”, disponibilizado no Spotify em 13/4/2022.

³⁰ GAGO & CAVALLERO, *Uma leitura feminista da dívida: vivas, livres e sem dívidas nos queremos*, [2019] 2021.

³¹ Entrevista do Grifa podcast com Verónica Gago e Luci Cavallero, no podcast Grifa, episódio “*Uma leitura feminista da dívida*”, disponibilizado no Spotify em 13/4/2022.

5. EM BUSCA DE BRECHAS EMANCIPATÓRIAS

Como disse no início do trabalho, a ideia não é terminá-lo com soluções de problemas, até porque, considerando tudo o que foi exposto até aqui, sugerir alguma solução não seria menos leviano do que os mecanismos acima criticados. O que discuto em seguida são atuações que considero potencialmente críticas e valiosíssimas para nos ajudar a continuar imaginando possibilidades. Não se trata de romantizar essas experiências nem de ignorar sua pequena escala e suas inúmeras dificuldades, e sim de assumir que — como citado antes — “tudo o que a gente conseguir encontrar de bom nas situações concretas vai também estar permeado de contradições, ambiguidades e complexidades”.³² Uma dessas experiências é o projeto Arquitetura na Periferia, atuante em Belo Horizonte-MG. Outras duas são experiências de linhas de crédito para materiais de construção sem juros de dois bancos comunitários: o Banco Palmas, de Fortaleza-CE, e o Banco Mumbuca, de Maricá-RJ. Se este trabalho trata de como o sistema financeiro tem adentrado os territórios populares em busca de lucro, trago esses exemplos de práticas de economia popular solidária encarando-as como brechas locais frente ao avanço dessa dinâmica.

5.1. As mulheres autoprodutoras do Arquitetura na Periferia

O Arquitetura na Periferia (ANP), como a Vivenda, trabalha com melhorias habitacionais. No entanto, são dois projetos que partem de pressupostos muitíssimo diferentes: a empresa visa o lucro e atua nacionalmente, enxergando a moradia dos pobres como nicho de mercado; e o ANP é uma instituição privada sem fins lucrativos que parte de uma perspectiva crítica, vislumbrando uma transformação social e buscando pequenos ganhos de autonomia das mulheres participantes. Trago-o aqui não como contraposição simétrica à lógica da empresa Vivenda, mas como exemplo de experimentação de outra forma (crítica) de fazer arquitetura e para apontar as

³² Aula inaugural do curso de arquitetura da PUC-RIO ministrada pela professora Silke Kapp, via Youtube, em 1/4/2022, sob o título, Aula Inaugural DAU-PUC-RIO 2022.

experiências das mulheres participantes com outros modos de pensar tanto seus espaços quanto suas finanças.

A origem do projeto remonta à pesquisa de mestrado da arquiteta Carina Guedes de Mendonça, orientada pela professora Silke Kapp, na Escola de Arquitetura da UFMG, e concluída em 2014. As inquietações que motivaram a pesquisa partiram de uma perspectiva crítica da formação acadêmica e da profissão da arquitetura no capitalismo, relacionada ao fato de que, em um país como o Brasil, repleto de injustiças sociais, a arquitetura não atende à demanda real da sociedade.³³ Segundo Carina, “a prática profissional no dia a dia dos escritórios de arquitetura ainda passa longe das periferias e áreas mais pobres da cidade”. E, mesmo quando arquitetos atuam nas periferias, sua atuação está frequentemente mais baseada nos interesses de seus próprios grupos sociais do que no dos moradores. Como aponta um texto do Grupo MOM, os três procedimentos mais usuais da atuação de arquitetos em favelas e outros contextos de autoprodução tendem a ser tecnocráticos, missionários ou artísticos. No primeiro caso, o arquiteto está vinculado ao Estado e faz um trabalho mais burocrático, submetido a regras predefinidas que, muitas vezes, não são nem definidas por ele nem pelos ‘atendidos’. A atuação missionária se assemelha a uma missão religiosa, em que o arquiteto prega a sua fé e, mesmo tendo intenção de ajudar, trabalha segundo parâmetros próprios, quase para uma satisfação pessoal. E, por último, a atuação artística já não busca solucionar problemas (como a tecnocrática e a missionária), e sim realizar intervenções com certo ‘impacto simbólico’, supostamente importantes para aumentar a autoestima dos moradores e melhorar a imagem da favela.³⁴ O resultado é que há, por um lado, uma população produzindo suas moradias com conhecimentos, regras e diretrizes próprios, sem a intervenção de arquitetos, e, por outro lado, arquitetos com conhecimentos, comportamentos e conceitos também próprios, produzidos pelo seu grupo social e quase sempre impositivos e até autoritários. Esse cenário gera uma discrepância entre as demandas da realidade concreta e as atuações oferecidas pelos técnicos.³⁵

³³ Depoimento de Carina Guedes de Mendonça no podcast de Felipe Ivanicska, *Histórias Vizinhas*, episódio “*Mestras de obras*”, disponibilizado no Spotify em 14/8/2018.

³⁴ KAPP et al., *Arquiteto nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*, 2012.

³⁵ *Ibidem*.

O objetivo da pesquisa de mestrado foi olhar atentamente para essa demanda real, isto é, para as muitas pessoas que constroem suas moradias sem acesso à assessoria ou formação técnica. E, mesmo detectando os problemas construtivos e espaciais das casas (umidade, falta de iluminação e ventilação, e mesmo ausência de banheiro são recorrentes), algo fundamental para Carina Guedes é que “nas comunidades, as pessoas já são autoconstrutoras. Elas já sabem o que tem que fazer. Então, quando você leva a informação técnica, não pode tirar delas a autonomia, que, teoricamente, elas já tem”.³⁶ Porém, por outro lado, a arquiteta também reforça que as mulheres que vivem nesse contexto são ainda mais prejudicadas: passam mais tempo dentro da casa, fazendo a manutenção ou cuidando da família, e, na hora de decidir como a casa será construída, muitas vezes não participam. Esse fato tem um enorme impacto na vida dessas mulheres, afetando-as diariamente “desde uma cozinha sem ventilação suficiente até um quarto com umidade com o risco de adoecer os filhos”.³⁷

O projeto surgiu para preencher essa lacuna entre quem constrói e quem se envolve mais nas responsabilidades na vida cotidiana da casa. A primeira atuação se deu na Ocupação Dandara, na periferia de Belo Horizonte. “A assessoria proposta deveria desencadear um processo de melhorias habitacionais protagonizado por mulheres e que abrangesse concepção, planejamento financeiro e execução”.³⁸ Inicialmente, a assessoria foi direcionada a um pequeno grupo de três mulheres. Elas foram apresentadas a práticas e técnicas de projeto e planejamento de obras, e, para o financiamento inicial das reformas, Carina Mendonça usou como empréstimo, sem juros, sua própria bolsa de mestrado.

Nos anos seguintes, o projeto se consolidou como um grupo de arquitetas que capacita mulheres em periferias e ocupações. Até 2017, o trabalho teve continuidade junto às Arquitetas Sem Fronteiras (ASF-BRASIL), uma associação sem fins lucrativos sediada em Belo Horizonte. Em 2018, o Arquitetura na Periferia se formalizou como Instituto de Assessoria a Mulheres e Inovação (IAMÍ). O instituto tem o propósito de abrigar, além do Arquitetura na Periferia, novos projetos em favor da equidade de

³⁶ Ibidem.

³⁷ PERIFERIA, Sobre a Arquitetura na Periferia, 2021.

³⁸ BALTAZAR & KAPP, Assessoria técnica com interfaces, 2016, p. 9.

gênero, do combate às desigualdades sociais, da dignidade humana e da relevância pública, social, ambiental e cultural; isso tudo, priorizando ações que fortaleçam o protagonismo da mulher, assim como iniciativas autogestionárias e autônomas.

Atualmente, o ANP é composto por arquitetas, engenheira, psicóloga, pedagoga, mestra de obra, assistente social, articuladora local e comunicadora. Atua em três ocupações de Belo Horizonte — Eliana Silva, Paulo Freire e Dandara — e, a cada ano, forma pelo menos um grupo de mulheres em cada uma dessas comunidades.

Em relação à prática arquitetônica, inspirações iniciais para o projeto Arquitetura na Periferia foram o método desenvolvido pelo arquiteto argentino Rodolfo Livingston no contexto da autoprodução de moradias de operários da construção civil na década de 1960, em Cuba, bem como a experimentação desse método com um público brasileiro de renda média-baixa, empreendida pela arquiteta Priscilla Nogueira, também no Grupo MOM.³⁹ Carina ampliou e modificou essa atuação e seus procedimentos para grupos de mulheres em contexto de precariedade extrema. Ela reforça que, mesmo tendo alcançado um bom fundamento no que diz respeito ao método, a questão do financiamento permaneceu como um imenso desafio.⁴⁰

O método atual da ANP é dividido em três etapas: mobilização, planejamento e acompanhamento. A parte de mobilização diz respeito à formação dos grupos, geralmente de três a seis mulheres. Depois disso, o trabalho com cada grupo, feito mediante reuniões semanais, pode durar de oito meses a um ano, dependendo do processo de aprendizado e das necessidades de cada grupo.

Desde a escolha dos temas das oficinas de construção, feita em função das necessidades de cada uma, até a compreensão do contexto social em que vivem – como, por exemplo, de violência doméstica ou o encarceramento de seus filhos – influenciam e norteiam a nossa atuação. Portanto, apesar de termos uma ordenação prévia do trabalho, cada grupo se desenvolve de forma única, com características específicas de funcionamento e tempo de

³⁹ NOGUEIRA, Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos arquitetos da família, 2010; LIVINGSTON, Arquitectos de la comunidad: el método, [2002] 2004.

⁴⁰ MENDONÇA, Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014, pp. 38-39.

duração. Dizemos que, para nós, é fundamental uma atuação sensível, pois é um trabalho que precisa se adaptar às situações encontradas.⁴¹

No começo, são feitas reuniões para explicar o projeto às interessadas e para que elas compartilhem suas demandas e expectativas. Essa parte dura cerca de um mês. O mais importante é o estabelecimento de vínculos de confiança.⁴²

Na parte de planejamento, que pode durar de quatro a seis meses, as arquitetas pedem para que as mulheres façam o levantamento de suas casas. Para isso, realizam oficinas com o 'kit levantamento' (prancheta, papéis, post-its, lápis, borracha, trena e câmera fotográfica) e ensinam a medir e a desenhar. No segundo momento, as participantes apresentam o levantamento que fizeram, discutem entre si e são auxiliadas pelas arquitetas. Nos encontros seguintes, apresentam as ideias de reformas pensadas por elas mesmas, avaliam problemas e planejam soluções em conjunto e com apoio da assessoria técnica. Aqui cabe recuperar algumas partes do relato de Luciana, uma das participantes do projeto, trazido no início do texto:

No dia que ela [Carina] chegou com o kit [trena, calculadora, lápis, papel], tudo que tinha lá a gente conhecia, só que usar os negócios não tinha nada a ver com a gente. Eu pensava que o projeto era pagar alguém aí e alguém faz e pronto, acabou. [...] Agora que fui apresentada pra trena, que eu medi a casa e tudo... já tô fazendo um outro projeto de reforma do centro comunitário.

Eu já tinha ideia de como queria a minha casa. Só que quando você começa a colocar no papel, começa a ver o tanto de coisa que você vai gastar. [...] Quando você desenha a casa, consegue ter uma visão melhor do que vai ser. [...] Por isso a importância de fazer o desenho.⁴³

Adriana, outra participante do projeto, relatou ter sentido um medo inicial, mas logo em seguida percebeu sua capacidade de fazer o levantamento e de pensar nas modificações para sua casa.

⁴¹ MENDONÇA & BOREL, *Arquitetura na periferia*, 2019, p. 166.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Depoimento de Luciana, em: MENDONÇA, *Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres*, 2014.

Não, quando eu recebi falei assim: *Meu Deus! Será que eu dou conta?* Mas é muito fácil! [risos] [...] Porque a gente, ser humano, assusta muito num primeiro instante. Depois que a gente vê que a gente tem capacidade, é muito fácil [...] Esse negócio de desenhar a casa mudou muito... Eu via minha casa de outro jeito.⁴⁴

No processo, há uma desconstrução do desenho como ferramenta de dominação. As mulheres se familiarizam com o acesso a ferramentas e instrumentos que antes estava reservado somente aos arquitetos, isto é, aos especialistas. Desenhar faz com que elas pensem sobre seus espaços de uma forma nova.⁴⁵ Como se vê, o ANP não oferece projetos fechados como um produto, colocando as mulheres no papel de meras consumidoras. “Ao serem construídos com o protagonismo das participantes, [os projetos] se tornam ferramentas para que elas possam ampliar sua compreensão dos espaços e de seus potenciais de uso”.⁴⁶

Os relatos de Luciana, participante do ANP são bem diferentes do relato da Roberta, a mulher entrevistada para este trabalho, atendida pelo escritório plugado na plataforma Vivenda, que enxerga as arquitetas como as únicas capazes de pensar sobre a transformação do espaço.

Eu não tinha nem noção que [a reforma] poderia ficar daquele jeito, entendeu? Ela criou um espaço! Vocês, que são arquitetas, criam um espaço onde a gente não vê! Tipo assim: tem o espaço, mas a gente não tem noção de como ele poderia ficar.⁴⁷

O método do ANP também inclui a realização de oficinas de finanças pessoais e domésticas. Mas o objetivo dessas oficinas não é somente decidir o quanto as mulheres comprometerão de sua renda com a obra (embora isso também faça parte), mas sim de pensar em formas de auto-organização financeira. No início da oficina, são trabalhadas questões como: O que é meta? O que é sonho? O que é objetivo? Como traçar objetivos menores e maiores? E como organizar o dinheiro para alcançar

⁴⁴ Depoimento de Adriana, em: MENDONÇA, Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014.

⁴⁵ Cf. BALTAZAR & KAPP, Assessoria técnica com interfaces, 2016.

⁴⁶ MENDONÇA & BOREL, Arquitetura na periferia, 2019, p. 167.

⁴⁷ Relato de Roberta, entrevistada para esse trabalho. Sua experiência está descrita no capítulo quatro.

aquele objetivo? Depois dessa discussão, partem para a parte prática: uma planilha onde são anotados todos os gastos e ganhos mensais.⁴⁸

Quando entrevistei a arquiteta Mariana Borel, diretora financeira e uma das coordenadoras do projeto, ela relatou um caso interessante: uma participante do projeto acordava todos os dias de madrugada para trabalhar montando stands de vendas na feira. Na oficina de finanças pessoais, quando foi colocar no papel o quanto gastava de transporte para chegar ao seu trabalho, percebeu que gastava o mesmo tanto que ganhava — desistiu do trabalho e foi procurar outro serviço. Mariana Borel também comentou que mulheres donas de pequenos negócios comumente 'misturam' o dinheiro do negócio com o dinheiro do dia a dia da casa. Nesses casos, são aconselhadas a separar as duas contas (o ANP até está elaborando uma planilha específica para facilitar isso). Com os resultados dessas planilhas, acham-se as quantias que as mulheres podem dispor mensalmente.⁴⁹

Mariana Borel ainda comentou que, como as mulheres têm menos acesso a trabalhos com carteira assinada e mais fazem bicos, elas têm a impressão de que somente o homem sustenta a casa, como se a renda dele fosse a única relevante. Mas, no momento em que colocam no papel seus gastos e ganhos, e começam a somar tudo o que fazem de *viração*⁵⁰ (faxina, manicure, vendas diversas etc.) e o trabalho não remunerado que fazem em casa, as coisas mudam de perspectiva. Elas mesmas percebem que seu papel na dinâmica familiar é muito maior do que imaginavam. “Não é só sobre dinheiro. É sobre trabalho e sobre trabalho não remunerado. A oficina de finanças também mostra que, em muitos casos, elas podem se manter, tirando essa noção de que todas dependem dos homens”. Em suma, a oficina abrange muito mais do que as finanças para as reformas.⁵¹

As mulheres também aprendem a calcular os materiais e a orçar a obra. Para isso, são trabalhadas noções básicas de matemática. Num primeiro momento, sentem-se incapazes de fazer os cálculos de quantitativos de materiais. Segundo

⁴⁸ Informações obtidas na entrevista com Mariana Borel, diretora financeira e uma das coordenadoras do projeto Arquitetura na Periferia.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ ABÍLIO, Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista, 2018, p. 56; cf. TELLES, Mutações do trabalho e experiência urbana, 2006.

⁵¹ Ibidem.

Mariana Borel, são comuns frases do tipo: 'eu não vou conseguir fazer esse tanto de conta', 'eu sou muito burra mesmo' ou 'por isso que eu parei de estudar'. Com o intuito de facilitar esse processo, o ANP desenvolveu cartilhas que auxiliam a calcular áreas e volumes. Ao final, as participantes se dão conta de sua capacidade de realizar essa atividade, sentem-se mais seguras e orgulhosas por terem aprendido e por não ficarem mais à mercê de pedreiros ou vendedores. Uma participante relatou: "Agora eu já sei fazer as contas de como comprar a cerâmica para fazer o piso da casa do meu filho, que eu estava em dúvida. Adorei participar desse negócio! Estou tão feliz!". Mariana comenta que algumas participantes também repassam esse conhecimento adquirido para suas vizinhas e amigas.⁵²

No decorrer do processo, quando as mulheres já têm noção de qual obra pretendem fazer em sua casa, participam de outra atividade relacionada às finanças: o jogo do banco comunitário. Nela, negociam entre si e com as arquitetas como usarão o fundo do ANP (do qual saem os respectivos empréstimos), quanto dinheiro cada uma precisará e qual será o valor das parcelas. A ideia é fortalecer a autogestão do recurso e das tomadas de decisões. O jogo funciona da seguinte maneira: suponhamos que exista um grupo de seis mulheres divididas em dois grupos de três; cada pequeno grupo recebe um valor de três mil reais, de modo que, inicialmente, cada mulher teria mil reais de empréstimo à sua disposição (para a coisa ficar menos abstrata, elas recebem cartinhas que representam esse dinheiro); a partir disso, negociam entre si conforme as necessidades. Por exemplo, se Maria só quer oitocentos reais, porque ela já fez a oficina de quantitativo de materiais e viu que, com aquele valor, consegue resolver o seu problema sem precisar se endividar além do necessário, ela pode ceder duzentos reais para Simone, que fará uma obra mais complexa e, pela planilha que elaborou, sabe que tem capacidade de pagar um empréstimo um pouco maior. Em suma, à princípio todas recebem uma quantia igual, mas podem modificar esses valores entre elas.⁵³

Um ponto crucial de todo o projeto é que o Arquitetura na Periferia é uma entidade sem fins lucrativos. Não são cobrados juros, pois a ideia é somente de

⁵² BOREL, Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia, 2020, p. 40.

⁵³ Ibidem.

financiar as obras. Os valores emprestados dependem da reserva disponível no fundo do ANP e já variaram entre 50 e 1.500 reais.⁵⁴ Sobre essa questão, vale lembrar o relato de Luciana, participante do projeto:

[...] quando vem o financiamento [do projeto] você pensa assim: nossa, é mil maravilhas! Não vou pagar juros! Só vou ter que me controlar para conseguir pagar as parcelas e para decidir o valor que consigo pagar. [...] O legal também é que é tudo em grupo, discutido em grupo, o grupo que decide. E aí a gente conseguiu chegar num acordo. Mas eu achei uma coisa muito estranha pra começar, sabe? Receber o empréstimo e não precisar pagar juros.⁵⁵

Quando foi perguntado para Luciana se ela achava esse financiamento diferente dos outros, ela respondeu:

A diferença é que assim, quando eu fui pegar meu empréstimo [no banco], eles decidiram o valor que iam me emprestar e eles decidiram o valor que eu ia pagar, entendeu? E aí esse não [...]. Eu acho que é isso que é a diferença, de você conseguir se organizar e conseguir decidir quanto que você quer pegar emprestado e como que você vai pagar. E não as pessoas decidirem por você e ainda por fora te roubar um dinheirinho.⁵⁶

No entanto, também cabe dizer que, com todas as consequências sócio-econômicas advindas da pandemia da COVID-19, houve uma inadimplência (esperada) das participantes do projeto. As próprias coordenadoras do ANP entraram em contato com as mulheres informando que elas não precisavam pagar as parcelas naquele momento. Há flexibilidade em relação a isso porque se trata de uma instituição sem fins lucrativos. Não existem investidores esperando a 'remuneração' do seu capital.

Após o planejamento arquitetônico e financeiro, são realizadas as oficinas de construção. Nelas, Cenir, pedreira e mestra de obra do projeto, ensina técnicas de construção: traços de argamassa, como peneirar a areia, a forma certa de usar o

⁵⁴ GALOCHA, Conheça o projeto Arquitetura na Periferia, 2021.

⁵⁵ Depoimento de Luciana, em: MENDONÇA, Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014.

⁵⁶ Ibidem.

prumo etc. Uma das participantes do projeto relata: “Eu nunca tinha imaginado colocar a mão na massa e falar: *eu que fiz*. O fato de ser uma mulher [pedreira] ensinando aumentou nossa autoestima. A gente pensava: *nossa, mulher pode fazer o que quiser, basta querer*”.⁵⁷ Outra participante disse: “a gente aprendeu a fazer as coisas e a sentir que a gente pode ser independente se a gente quiser”.⁵⁸ Ainda outra reforça a mesma percepção: “não preciso mais depender dos outros, que eu mesma dou conta de fazer o que eu quero”.

Mariana Borel conta que uma ex-participante do projeto aprendeu a assentar cerâmica e fez todo o piso da própria casa, e depois se ofereceu para ensinar o processo às mulheres de um novo grupo. Para isso, elas se organizaram sem a participação de nenhuma equipe técnica. Além disso, na pandemia da COVID-19, algumas dessas mulheres também participaram da obra do revestimento de uma grande lixeira.⁵⁹

Esses casos pontuais e simbólicos exemplificam como podem ocorrer pequenos ganhos de autonomia individual e coletiva com contribuições da assessoria técnica. Não caracterizam finalidades específicas, mas avanços que idealmente podem ser ampliados e fortalecidos em práticas dentro e fora da administração pública.⁶⁰

Mesmo que em processos futuros essas mulheres não trabalhem exatamente com a mão na massa e contratem outras pessoas, os conhecimentos técnicos adquiridos lhes dão segurança para gerir as próprias obras, negociar com os profissionais e recusar palpites mal informados. Uma ex-participante do projeto comentou:

Eu aprendi a como comprar os materiais. Aprendi a não comprar muito pra sobrar e estragar. [Aprendi] a chegar na pessoa que tiver me ajudando e falar: *ah não é assim, não foi isso que me ensinaram*.⁶¹

⁵⁷ VIANA, ‘Lugar de mulher é na obra’: o projeto que ensina mulheres de baixa renda a reformar as próprias casas, 2017.

⁵⁸ Depoimento de Luciana, em: MENDONÇA, Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres, 2014.

⁵⁹ BOREL, Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia, 2020, p. 41.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ MENDONÇA & BOREL, Arquitetura na periferia, 2019, p. 170.

O domínio do conhecimento que o ANP procura facilitar faria uma diferença significativa na situação de uma mulher como Joana, a entrevistada para este trabalho que foi atendida via Vivenda e cuja casa continua com o problema de infiltração. Não estaria sozinha na busca de soluções nem limitada a recorrer a produtos indicados por vendedores, provavelmente caros e não mais que paliativos.

Uma ideia muito importante para o ANP é que o projeto acompanhe as mulheres desde a definição das demandas até a realização das melhorias. Segundo a arquiteta Carina, ele começou com o objetivo de melhoria da moradia para mulheres, mas o processo de planejamento dessas melhorias, por ser um aprendizado aberto cujo andamento as participantes podem propor e conduzir, acaba promovendo também uma transformação na vida das mulheres. Elas passam a se sentir mais confiantes e independentes, levando o que aprenderam para outros âmbitos da vida.⁶² Uma frase da Luciana, ex-participante, ilustra isso: "se eu mudo o espaço em que estou, eu também mudo. Fiz algumas pequenas reformas em mim".⁶³

As obras feitas nos processos do ANP são, em sua maioria, de baixa complexidade, e nesse aspecto se assemelham às da Vivenda. Já resolveram um ou outro problema estrutural e já fizeram fundações em regimes de mutirão, mas são casos mais raros. O contraste está no impacto pedagógico progressivo no projeto, à diferença do impacto pontual que se gera ao atender as pessoas, fazer uma obra de revestimento e então circular uma imagem de 'antes e depois'. Há contínuos ganhos de autonomia no processo e, conseqüentemente, um fortalecimento individual e coletivo. As participantes adquirem certa consciência crítica do lugar que ocupam na sociedade, à diferença de serem postas nos papéis (despolitizadores) de consumidoras ou beneficiárias de caridade. No ANP, "elas recebem informação para que saibam questionar o porquê precisam de doações e o porquê são pobres. É numa lógica pedagógica e da emancipação".⁶⁴

Um grande desafio para o projeto é a captação de recursos financeiros. Para isso, o ANP realiza workshops para estudantes e profissionais, participa de editais e

⁶² MENDONÇA, Carina Guedes: assistência técnica e o empoderamento feminino, 2019.

⁶³ Citação retirada do próprio site do projeto Arquitetura na Periferia: <https://arquiteturanaperiferia.org.br/>

⁶⁴ Entrevista do podcast PapoDebs com Mariana Borel, episódio #43, intitulado "*Mulheres na luta pelo direito de morar e construir*", disponibilizado no Spotify em 20/7/2022.

conta com doações eventuais ou mensais de empresas e pessoas físicas. A organização trabalha dessa forma por não entender as melhorias habitacionais como um 'novo mercado' nem querer depender do Estado, ainda que considere dever do poder público atender as demandas com que trabalha. Mariana Borel abordou precisamente essa dimensão do projeto na sua pesquisa de mestrado, sistematizando e comparando políticas e programas públicos de assessoria técnica, com o objetivo de fazer avançar — também dentro e com o Estado — as articulações entre o conhecimento técnico e o conhecimento concreto de grupos assessorados.⁶⁵

5.2. As linhas de crédito para materiais de construção do Banco Palmas e do Banco Mumbuca

O Banco Palmas foi o primeiro banco comunitário do Brasil, criado em 1998, pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), um bairro localizado no extremo sul da cidade de Fortaleza-CE. Um dos seus idealizadores é Joaquim Melo, teólogo, educador popular e líder comunitário do bairro. Sua luta por justiça social tem forte embasamento na teologia da libertação, uma corrente cristã que se espalhou nos anos 1970 e 1980 na América Latina. Atualmente, ele preside a Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil, que já conta com 150 bancos em 67 municípios brasileiros.⁶⁶

O bairro que veio a se tornar o Conjunto Palmeiras surgiu na década de 1970 como uma ocupação de famílias removidas de áreas litorâneas que estavam em crescente processo de valorização imobiliária. Inicialmente, o bairro cresceu por meio de construções em regimes de mutirões dos próprios moradores. As organizações populares tiveram fundamental importância nesse processo. As Comunidades Eclesiais de Base chegaram no território em 1979 e, em 1981, foi criada a referida Associação de Moradores. Nesse contexto, as mulheres tiveram um papel decisivo. Foram elas que tomaram a frente nos mutirões para a construção de creches, de

⁶⁵ Cf. BOREL, Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia, 2020.

⁶⁶ O POVO, Joaquim Melo, do Banco Palmas, participa do Grandes Nomes desta quinta, 2022.

escolas e da própria sede da associação. Além disso, criaram a primeira casa de parto comunitária de Fortaleza, onde elas mesmas ajudavam nos partos umas das outras. Diante do cenário de desnutrição das crianças do local, as mulheres também encabeçaram a construção de um Centro de Nutrição, nos anos 1990. No mais, todas as outras conquistas, de abastecimento de água, energia elétrica, calçamento, pavimentação de ruas, equipamentos públicos, foram frutos de muita luta popular.⁶⁷

Em janeiro de 1991, a Associação de Moradores criou o I Seminário Habitando o Inabitável. Nele, elaboraram o Plano de Desenvolvimento Comunitário Integrado, que tinha como objetivo a urbanização do local. Nesse momento, o bairro já contava com vinte e seis organizações de movimentos populares e, no final dessa década, foi finalmente urbanizado. Após as conquistas da maioria dos serviços básicos, a associação de moradores e outras organizações populares locais constataram que as condições sócio-econômicas das pessoas não haviam acompanhado as evoluções ‘estruturais’ do bairro. Em 1997, realizaram o II Seminário Habitando o Inabitável, em que foi discutido um projeto de criação de renda para o bairro. É assim que nasce, em 1998, o Banco Palmas e a sua filosofia de economia solidária. Ele foi criado com o recurso inicial de dois mil reais, emprestado pela ONG Cearah Periferia, e com o objetivo de contribuir tanto para a produção e consumo do próprio bairro quanto para a construção e manutenção de redes de solidariedade locais.⁶⁸ Para isso, em 2002, também criaram a Palmas, a primeira moeda social do Brasil, de circulação interna do bairro. Joaquim Melo entende por banco comunitário “serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária”.⁶⁹

Em uma entrevista, quando perguntado como uma associação de moradores sem conhecimento em economia pôde criar um banco comunitário, Joaquim respondeu:

⁶⁷ GARCIA, Fortaleza em fotos: Conjunto Palmeiras, 2016.

⁶⁸ JAYO & CALDAS, Habitando o inabitável: geração de renda e desenvolvimento local no Conjunto Palmeiras, 2014.

⁶⁹ SEGUNDO & MAGALHÃES, Bancos comunitários, 2009, p. 21.

A gente brinca e diz: *O Banco Palmas só surgiu porque não tinha nenhum economista, se tivesse economista não tinha criado*. O que a gente tinha para criar o banco? Duas experiências: uma é a certeza de que a comunidade é possível, daí vinha a Teologia da Libertação, daí vinham as CEBS. Eu lia muito na época, por curiosidade, a leitura do professor Paul Singer, um dos maiores economistas do mundo, brasileiro, que falava das cooperativas europeias. Eu era muito influenciado pela história de que o povo conseguia juntar dinheiro com o outro, criar cooperativas de crédito na Europa. Eu lia muito sobre essas coisas e daí veio a ideia. Se a gente construiu um bairro, se a gente construiu tudo isso, por que a gente não pode criar um projeto nosso de geração de renda? O nome "banco" veio depois.⁷⁰

Não cabe aqui contar a história inteira do banco. A quem quiser se aprofundar no assunto, no seu próprio site existe uma seção só de trabalhos acadêmicos desenvolvidos sobre essa experiência pioneira. O ponto que me interessa aqui é a criação, em 2015, da linha de crédito Casa Melhor para pequenas reformas. Ela funciona da seguinte maneira: quem quiser fazer pequenos reparos em sua casa pode ir à sede do Banco e retirar um empréstimo de cem a setecentas Palmas (moeda local) para a compra de materiais de construção em depósitos do bairro ou das redondezas. Nome 'negativado' ou ausência de documentação da casa não são empecilhos para isso. A taxa de juros é de 0,25 por cento ao mês (basicamente, uma taxa operacional) e o pagamento pode ser parcelado em até doze vezes. Nos sete anos desde que a linha de crédito foi criada, o banco já fez 950 empréstimos dessa natureza.⁷¹

O Banco Mumbuca surgiu em 2013, inspirado na metodologia comunitária e solidária do Banco Palmas. No momento de seu surgimento, foi estabelecido um convênio com o Banco Palmas, tornando-o responsável pela gestão do Banco Mumbuca. Mas à diferença do Banco Palmas, o Mumbuca foi criado pela Prefeitura Municipal de Maricá como meio de operacionalizar os seus programas sociais (Maricá tem na exploração do petróleo o principal eixo econômico e, nos royalties dessa exploração, uma substancial fonte de recursos públicos). Ele atende a todo o território municipal. A articulação de políticas públicas com a economia solidária tiveram origem

⁷⁰ SEGUNDO, Entrevista com Joaquim de Melo Neto, realizada no dia 28 de novembro de 2013, p. 122.

⁷¹ Informações obtidas na conversa informal que realizei com Joaquim Melo, um dos fundadores do Banco Palmas e presidente da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil.

após a criação da Lei Municipal 2.448, de 26 de junho de 2013, instituindo o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá, na gestão do prefeito Washington Siqueira Quaquá (PT).⁷²

Atualmente, o benefício social de transferência de renda do banco é o Renda Básica da Cidadania. Trata-se de uma quantia de duzentas mumbucas (duzentos reais) para quem possuir renda de até três salários mínimos. Os aluguéis sociais e emergenciais também são pagos pelo banco. Antigamente, as transações financeiras do banco eram realizadas pelo cartão magnético Mumbucard. Mas, a partir de 2018, todos os bancos da Rede Brasileira de Bancos Comunitários passaram a usar uma plataforma de pagamento digital chamada E-DINHEIRO. É um aplicativo como o de um banco convencional, mas em que também é possível fazer compras. Em cada compra realizada pelo aplicativo é descontada uma taxa de dois por cento. Os ganhos com essa operação permitem ao banco operar com empréstimos sem juros.⁷³ Segundo o secretário de economia solidária, Adailton Mendonça, atualmente há mais pessoas “aceitando Moeda Mumbuca do que as bandeiras de cartão de crédito e débito [convencionais] na cidade”. Desde 2018, já foram liberados mais de um milhão de mumbucas em microcréditos para a população.⁷⁴

Em 2018, o Banco Mumbuca também criou o programa Casa Melhor, a exemplo do Banco Palmas e seguindo, basicamente, os mesmos princípios: financiamento de material de construção, sem exigências de 'nome limpo' ou documentação do imóvel. Mas há algumas diferenças: o Mumbuca não cobra juros nem qualquer taxa de administração de crédito; em vez de receber dinheiro, as pessoas retiram o material de construção direto dos depósitos credenciados; e, mais importante, os empréstimos são concedidos somente a grupos, que devem ser constituídos por três a dez pessoas. O intuito é o de estimular processos coletivos e fortalecer organizações comunitárias. “A ideia é que a reforma da casa possa ser feita em mutirão onde uma pessoa ajude a outra”.⁷⁵ De resto, o público alvo são pessoas com renda de até cinco salários mínimos, residentes em Maricá, sem outras

⁷² RESGALA, Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento, 2019; Informações obtidas do site da Prefeitura de Maricá-rj.

⁷³ Ibidem; Informações obtidas do site da Prefeitura de Maricá-rj.

⁷⁴ Sem autor, Nova sede do Banco Mumbuca é inaugurada no centro de Maricá/RJ, 2022.

⁷⁵ ANDRÉ, Banco Mumbuca vai financiar materiais de construção pelo Casa Melhor, 2018.

restrições. O empréstimo é dividido em três modalidades, explicitadas na tabela a seguir:

BANCO MUMBUCA				
LINHAS DE CRÉDITO	VALOR MÁXIMO POR PESSOA	O QUE PODE SER FINANCIADO	CONDICÕES	CRITÉRIOS
CASA MELHOR RESIDÊNCIA	Primeiro crédito: R\$ 600,00	Materiais de construção	4 a 10 vezes sem juros	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer orçamento nas lojas credenciadas; - Aval Solidário (Estar organizado em um grupo solidário de três a dez pessoas) - Participar das cirandas
	Segundo crédito: R\$ 1.000,00			
	Terceiro crédito: R\$ 1.500,00			
CASA MELHOR FAMÍLIA	R\$ 3.000,00 (para o grupo)	Materiais de construção	4 a 10 vezes sem juros	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer orçamento nas lojas credenciais; Nessa modalidade, a ideia é que um grupo de pessoas (parentes ou vizinhos) se reúna para reformar uma única casa. O empréstimo só é concedido individualmente no CPF de cada participante por vez.
CASA MELHOR MOBÍLIA	Primeiro crédito: R\$ 600,00	Móveis e eletrodomésticos	4 a 10 vezes sem juros	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer orçamento nas lojas credenciadas; - Aval Solidário (Estar organizado em um grupo solidário de três a dez pessoas) - Participar das cirandas
	Segundo crédito: R\$ 800,00			
	Terceiro crédito: R\$ 1.000,00			

Tabela 04: Linhas de crédito do programa Casa Melhor do Banco Mumbuca. Fonte: Site oficial do banco.

As "cirandas" citadas na tabela são encontros semanais em que os futuros tomadores de empréstimos se conhecem e se informam sobre a filosofia da economia solidária. O "aval solidário" é uma forma de desindividualizar a gestão do empréstimo: o grupo elege um líder, que fica com a responsabilidade jurídica, mas o crédito é coletivo. Verónica Gago argumenta que práticas alternativas de economia solidária são um

estímulo para repensar, justamente, a relação individual de ‘credor-devedor’.⁷⁶ Esse tipo de empréstimo coletivo é diferente do Banco Grameen citado neste trabalho porque não são cobrados juros, o foco é em uma intenção minimamente crítica de transformação social (mesmo que, possivelmente, com muitos problemas, contradições e ambiguidades).

O Banco Mumbuca ainda prevê a existência, futuramente, do que chamam de um ‘agente da habitação popular’, que seria um arquiteto responsável por avaliar tanto a pertinência das reformas a serem realizadas quanto auxiliar, com pequenas orientações, as transformações que as pessoas desejam fazer em suas casas. No entanto, esse cargo ainda não foi concretizado. Desde a criação do Casa Melhor, já foram beneficiadas 720 pessoas, movimentando cerca de 800.000 mumbucas.⁷⁷

Sim, as quantias de dinheiro ofertadas como empréstimos pelos bancos comunitários são pequenas e ainda não são acompanhadas por processos de assessoria técnica. Meu objetivo, ao trazê-las, é o de chamar atenção para um tipo de empréstimo sem juros que fomenta algum tipo de prática coletiva. Esse empréstimo seria útil para várias das entrevistadas deste trabalho, como Tânia, que não consegue mais empréstimos regularmente por não estar trabalhando com carteira assinada, ou Joana, que pretende pedir o cartão de crédito da cunhada emprestado para comprar material de construção e pagar a mão de obra. É evidente que somente o empréstimo sem juros não resolveria todos os problemas dessas mulheres, mas ter acesso a esse tipo de crédito nos seus processos de autoprodução certamente seria um alívio em algum aspecto de suas vidas cotidianas. No final das contas, apesar de estarmos inseridos no modo de produção capitalista em seu regime financeirizado, penso que o surgimento de um banco comunitário dentro do poder público municipal é uma brecha importante para nos ajudar a pensar em outras possibilidades.

⁷⁶ Entrevista do Grifa podcast com Verónica Gago e Luci Cavallero, no podcast Grifa, episódio “*Uma leitura feminista da dívida*”, disponibilizado no Spotify em 13/4/2022.

⁷⁷ Informações obtidas na entrevista realizada com Joaquim Melo, um dos fundadores do Banco Palmas e presidente da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa aqui apresentada busquei compreender a articulação da empresa Vivenda, um negócio de impacto social que tem atuado no setor de melhorias habitacionais em periferias, com o mercado financeiro. Uma articulação que vem configurando um novo mercado de reformas populares. Fiz isso tentando compreender como esse processo alcança os territórios periféricos, sobretudo no caso de mulheres de baixa renda. Afinal, o capitalismo em seu regime financeirizado não é somente uma abstração, mas sim algo que traz sérias implicações à vida cotidiana. A ideia central do trabalho foi exatamente enxergar o modo como essas novas dinâmicas e relações são pensadas, articuladas e agenciadas, e não culpar ou inferir nada sobre o caráter das pessoas envolvidas. Olhar somente para as fotos de antes e depois das reformas não nos permite enxergar essas relações.

Os entusiastas dos negócios de impacto social, pautados na ideologia do empreendedorismo social, entendem que o Estado e os recursos filantrópicos não são mais capazes de dar respostas satisfatórias aos problemas sociais e ambientais. Defendem que um dos caminhos inovadores para contribuir com a solução desses problemas é o campo desses novos negócios, que visam resolver problemas sociais utilizando mecanismos de mercado. O discurso é o de construir um novo capitalismo, mais humano, consciente, paciente, de *stakeholders* e com propósito. No entanto, ao me aprofundar no estudo de caso desta pesquisa, tornou-se possível perceber que as sofisticadas mobilizações de mecanismos do mercado financeiro se configuram mais como uma forma de lucrar com a chamada moradia precária do que resolver suas complexas questões. Os territórios periféricos têm sido vistos como uma nova frente de expansão e valorização do capital. Nesse caso, penso que o discurso de que o capital vai resolver o que o Estado não resolve, ou o discurso de uma face mais humanizada para o capitalismo não se sustenta.

Além disso, esse novo mercado de reformas estrutura uma nova forma social que merece uma atenção especial. A empresa tem o objetivo de ‘plugar’ em sua plataforma noventa escritórios de arquitetura espalhados pelo Brasil. Se cada escritório for composto por dois arquitetos, um estagiário e três trabalhadores da

construção civil, somam-se quinhentos e quarenta trabalhadores associados, sem vínculos empregatícios, à plataforma de uma única empresa. Como será o controle e o gerenciamento desses trabalhadores? O discurso é o de colaboração, mas os escritórios não têm nenhuma participação nos lucros da empresa e tampouco algum poder de decisão sobre as tecnologias e os arranjos financeiros ‘vindos de cima’. Ao mesmo tempo, assumem os riscos de serem os responsáveis técnicos pelas obras e suas capacidades de decisão concentram-se em estipular as próprias metas de venda. Se o lema é a colaboração, a conta não parece ser justa. Com isso, não quero afirmar que a empresa estudada já transformou significativamente algum aspecto relacionado às moradias autoproduzidas na periferia nem que ela já seria uma ‘plataforma da construção precária’, semelhante ao Rappi, Uber ou Ifood, embora haja um desenho se articulando nesse sentido. Mas, no final das contas, a empresa detém a tecnologia, atua centralizando o capital e dispersando o trabalho (sem vínculo empregatício) em escala nacional. A moradia dos pobres é vista como um mercado potencial de 158 bilhões de reais.⁷⁸ Para alguém lucrar, pressupõe-se que essas pessoas devam permanecer dependentes e na informalidade. Onde a generalização de processos como este podem nos levar? Quais os rumos da arquitetura?

Nesse cenário, algo que também merece atenção é a tendência do Estado se ausentar ainda mais do seu papel de criar políticas públicas gratuitas e coerentes, já que agora há o sedutor discurso do empreendedor social que se diz capaz de resolver os problemas sociais via mecanismos de mercado. Além desse discurso corroborar com a ideologia neoliberal de transferir para o indivíduo a gestão completa de sua própria sobrevivência, o que talvez não fique claro para o senso comum, para o próprio Estado e até para os investidores empenhados em fazer o ‘bem’, é que, nesse caso, reformas de revestimento ou de baixa complexidade não resolvem os maiores problemas das pessoas. Basta voltar aos relatos das mulheres aqui entrevistadas. Neles também fica evidente o entrelaçamento entre os processos de produção de suas moradias e todos os demais aspectos de suas vidas cotidianas. Políticas públicas coerentes nunca deveriam olhar apenas para os problemas que aparecem à

⁷⁸ NORDESTE, Vivenda inicia nova fase e mira parcerias no Nordeste, 2021; PAMPLONA & BRANT, Título financeiro capta R\$ 5 milhões para bancar reformas em periferias, 2018.

primeira vista, aos olhos de classe média. Isso também confirma a relevância da intenção inicial do trabalho: a de não olhar isoladamente para a questão da produção da moradia, compreendendo-a junto às dimensões de gênero e das finanças como uma lente importante para decifrar as relações sociais em pauta e ampliar a perspectiva crítica da arquitetura.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Victor. cnc: semestre fecha com maior percentual de endividados desde 2010, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/semestre-fecha-com-maior-percentual-de-endividados-desde-2010>. Acesso em: 20/07/2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. *Revista Margem esquerda*, São Paulo: Boitempo, n. 31, 2018, pp. 54-61.

_____. Empreendedorismo, autogerenciamento subordinado ou viração? Uberização e o trabalhador just-in-time na periferia. *Contemporânea*, v. 11, n. 3, 2021, pp. 933-955.

ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ALMEIDA; Adriano Lopes; Gomes, Helder. O capital em movimento: dos ciclos às formas autonomizadas do capital. In: Gustavo Moura de Cavalcanti Mello; Paulo Nakatani (eds.). Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021, pp. 53-68.

ALVARENGA, Darlan. Taxa de desemprego do Brasil deve ficar entre as maiores do mundo em 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/28/taxa-de-desemprego-do-brasil-deve-ficar-entre-as-maiores-do-mundo-em-2022-veja-ranking.ghtml>. Acesso em 20/5/2022.

ALVARENGA, Darlan; TITO, Fábio; MATOS, Thaís. Renda em queda e vida no aperto: os 'corres' dos brasileiros que não ganham nem 1 salário mínimo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/19/renda-em-queda-e-vida-no-aperto-os-corres-dos-brasileiros-que-nao-ganham-nem-1-salario-minimo.ghtml>. Acesso em 20/5/2022.

ANDRÉ, Jorge. Banco Mumbuca vai financiar materiais de construção pelo Casa Melhor, 2018. Disponível em: <https://portalantigo.marica.rj.gov.br/2018/11/09/banco-mumbuca-vai-financiar-materiais-de-construcao-pelo-casa-melhor/>. Acesso em: 3/7/2022.

ARRUDA, Henrique. *Crédito ao consumo na economia brasileira contemporânea*. Tese de Doutorado. Vitória: Programa de pós-graduação em política social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

ASSAD, Fernando Arruda. *Negócios sociais no Brasil: oportunidades e desafios para o setor habitacional*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2012.

ARTEMISIA; GERDAU. *Tese de impacto social*, 2021. Disponível em: <https://artemis-ia.org.br/habitacao/>. Acesso em: 3/4/2022.

BARBALHO, Alexandre; UCHOA, Carolina do Vale. Análise crítica dos empreendedores sociais no Brasil: um referencial teórico-metológico. *Revista Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 11, 2019, pp. p. 484-506.

BARKI, Edgar; IZZO, Daniel; TORRES, Haroldo da Gama; AGUIAR, Luciana (eds.). *Negócios com impacto social no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, 2014.

BARKI, Edgar; RODRIGUES, Juliana; COMINI, Graziella Maria. Negócios de impacto: um conceito em construção. *Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas*, v. 9, n. 4, 2020, pp. 477-504.

BARKI, Edgar. Negócios de impacto: tendência ou modismo?, *Gv executivo*, v. 14, n. 1, 2015, p. 14-17.

BALTAZAR, Ana Paula; KAPP, Silke. Assessoria técnica com interfaces. In: *Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

BARTABURU, Xavier. Blended Finance: fontes mistas de investimento alavancam Programa Vivenda, 2018. Disponível em: <https://aupa.com.br/programa-vivenda-blended-finance/>. Acesso em: 20/05/2021.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é teoria da reprodução social?. Trad. Maíra Mee Silva. *Revista Outubro*, n. 32, 2019, pp. 99–113.

BRETTAS, Tatiana. *Capitalismo dependente, neoliberalismo e a financeirização das políticas sociais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

_____. *Capital financeiro, fundo público e políticas sociais: uma análise do lugar do gasto social no governo Lula*. Tese de Doutorado. Or. Elaine Rossetti Behring. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do capitalismo*. Trad. Ivone C. Bennetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, [2009] 2020.

BOREL, Mariana Barbosa Miranda. *Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia*. Dissertação de Mestrado. Or. Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

BÚSSOLA, Startup social de construção, Vivenda consolida holding e lança instituto, 2021. Disponível em: <https://exame.com/bussola/startup-social-de-construcao-vivenda-consolida-holding-e-lanca-instituto/>. Acesso em: 20/07/2021.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para organização da classe trabalhadora. *Revista Aurora*, v. 3, n. 2, 2010, pp. 1-10.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SABADINI, Maurício de Souza. A (crítica da) economia política, o capital fictício e os lucros fictícios. *Revista da sociedade brasileira de economia política*, v. 59, 2021, pp. 175-202.

CARDOSO, Carolina. *Sobre a mulher autoproductora e autonomia: os universos possíveis*. Monografia de graduação. Or. Margarete Maria de Araújo Silva. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

CARNEIRO, Sueli. O matriarcado da miséria, 2000. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>. Acesso em: 20/05/2021.

CASAQUI, Vander. A transformação social dos discursos da cena empreendedora social brasileira: processos comunicacionais e regimes de convocação na mídia digital. *Universitas Humanística*, n. 81, 2015, pp. 206-226.

_____. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. *Galaxia*, n. 2015, pp. 44-56.

_____. Ideologia do empreendedorismo social: representações do trabalho em tempos de crise do Estado Social português. *Rumores*, n. 16, v. 8, 2014, pp. 19-36.

CASTRO, Fabrício de; RODRIGUES, Eduardo. Endividamento das famílias bate novo recorde na pandemia, segundo BC, 2021. Disponível em: <https://economia.estadão.com.br/noticias/geral,endividamento-das-familias-bate-novo-recorde-na-pandemia-mostra-bc,70003792407>. Acesso em 02/08/2021.

CAVALVANTI, Maria; CASTRO, Diana de; BONZO, Carolina. Financiamento urbano: como o movimento de impacto pode ajudar projetos de moradia e urbanismo. In: Sérgio Lazzarini (ed.). *Arq Futuro: Financiamento da inovação urbana: novos modelos*. São Paulo: Bei comunicação, 2014.

CHAVES, Kena Azevedo. Entrevista com Verónica Gago, autora de *A potência feminista*, 2022. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/entrevista-com-veronica-gago/>. Acesso em: 05/04/2022.

COGGIOLA, Osvaldo. *Teoria econômica marxista: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMINI, Graziella; BARKI, Edgar; AGUIAR, Luciana. O novo campo dos Negócios com impacto social. In: Edgar Barki; Daniel Izzo; Haroldo da Gama Torres; Luciana

Aguiar (eds.). *Negócios com impacto social no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, 2014, pp. 41-64.

CRUZ, Célia; QUITÉRIO, Diogo; SCRETAS, Beto. O ecossistema de fomento aos investimentos e negócios de impacto: rompendo fronteiras. In: Edgar Barki; Graziella Maria Comini; Haroldo da Gama Torres, (eds.). *Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar*. Rio de Janeiro: FVG editora, 2019, pp. 25-26.

DATAHOLICS. Inteligência Artificial identifica clientes com tendência a se tornar inadimplentes, 2021. Disponível em: <https://www.dataholics.io/2018/11/12/dataholics-cria-algoritmo-de-inteligencia-artificial-para-analise-de-credito-de-desbancarizados-valor-economico/>. Acesso em: 23/08/2021.

DATT, Filipe. Startup reforma casas irregulares por baixo custo, 2019. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2019/12/esta-startup-reforma-casas-irregulares-por-baixo-custo.html>. Acesso em: 4/4/2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, [2016] 2020.

DIN4MO. Aliança entre Din4mo e Grupo GAIA viabiliza o surgimento da primeira debênture de impacto social no Brasil, 2018. Disponível em: <https://din4mo.com/alianca-entre-din4mo-e-grupo-gaia-viabiliza-o-surgimento-da-primeira-debenture-de-impacto-social-no-brasil/>. Acesso em: 4/4/2021.

DE SOTO, Hernando. *O mistério do capital*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ELAS POR ELAS, Cresce endividamento das famílias e situação piora em casas chefiadas por mulheres, 2021. Disponível em: <https://pt.org.br/cresce-endividamento-das-familias-e-situacao-piora-em-casas-chefiadas-por-mulheres/>. Acesso em: 20/08/2021.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019, pp. 194–232.

_____. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. Trad. Coletivo Sycorax: Solo comum. São Paulo: Elefante, [2019] 2022.

FERRAZ, Janaynna de Moura. Armadilha da identidade e crítica ao empreendedorismo social: a exploração da opressão. *Revista Katálisis Florianópolis*, v. 25, n. 2, 2022, p. 252-261.

FERRO, Sérgio. *O canteiro e o desenho*. In: *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 105-200.

FILHO, Gilberto R. Oliveira; KIYAMA, Renato Seiki; COMINI, Graziella. Os desafios de mensurar o impacto social. In: Edgar Barki; Daniel Izzo; Haroldo da Gama Torres; Luciana Aguiar (eds.). *Negócios com impacto social no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, 2014, pp. 211-235.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Trad. José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. *Princípios: Revista de Filosofia*, v. 27, n. 53, 2020, pp. 261–288.

_____. Por trás do laboratório secreto de Marx: por uma concepção expandida do Capitalismo. Trad. Mayra Cotta; Miguel Patriota. *Direito & Práxis*, v. 6, n. 10, 2015, pp. 704–728.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. *Uma Leitura feminista da dívida*. São Paulo: Criação Humana, 2019.

_____. Dívida, moradia e trabalho: uma agenda feminista para o pós-pandemia, 2020. Disponível em: <https://elefanteeditora.com.br/divida-moradia-e-trabalho-uma-agenda-feminista-para-o-pos-pandemia/>. Acesso em: 08/08/2021.

_____. Extrativismo financeiro: a dívida como uma ofensiva do capital contra os setores subalternos. In: Graciela Rodriguez (ed.). *O Sistema financeiro e o endividamento de mulheres*. Rio de Janeiro: Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global, 2020, pp. 35-47.

_____. *Introducción a "La casa como laboratorio"*, 2022. Disponível em: <https://www.tintalimon.com.ar/post/introduccion-a-la-casa-como-laboratorio/>. Acesso em: 15/8/2022.

GAGO, Verónica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. Trad. Igor Peres. São Paulo: Elefante, [2014] 2018.

GALOCHA, Chata de. Conheça o projeto Arquitetura na Periferia, 2021. Disponível em: <https://chatadegalocha.com/2021/04/conheca-o-projeto-arquitetura-na-periferia/>. Acesso: 20/07/2021.

GARCIA, Fátima. Fortaleza em fotos: Conjunto Palmeiras, 2016. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2016/04/conjunto-palmeiras.html>. Acesso em: 2/5/2022.

GASPARI, Elio. Valor da cesta básica supera valor do salário mínimo, 2022. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=gaspari+valor+da+cesta+b%C3%A1sica+sobe+mais+que+sal%C3%A1rio+m%C3%AD-nimo&oq=gaspari+va->

lor+da+cesta+b%C3%A1sica+sobe+mais+que+sal%C3%A1rio+m%C3%AD-nimo&aqs=chrome..69i57j33i160.11569j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 7/7/2022.

GIFE. Seminário pauta potencial do *Blended Finance* para o alcance dos ODS, 2019. Disponível em: [https://gife.org.br/seminario-pauta-potencial-do-blended-finance-para-o-alcance-dos-ods/#:~:text=Semin%C3%A1rio%20pauta%20potencial%20do%20Blended%20Finance%20para%20o%20alcance%20dos%20ODS,-Por%3A%20GIFE%7C%20Not%C3%ADcias&text=Em%202018%2C%20o%20F%3%B3rum%20Econ%C3%B4mico,Sus-tent%C3%A1vel%20\(ODS\)%20at%C3%A9%202030](https://gife.org.br/seminario-pauta-potencial-do-blended-finance-para-o-alcance-dos-ods/#:~:text=Semin%C3%A1rio%20pauta%20potencial%20do%20Blended%20Finance%20para%20o%20alcance%20dos%20ODS,-Por%3A%20GIFE%7C%20Not%C3%ADcias&text=Em%202018%2C%20o%20F%3%B3rum%20Econ%C3%B4mico,Sus-tent%C3%A1vel%20(ODS)%20at%C3%A9%202030). Acesso em: 2/5/2021.

GRESPLAN, Jorge. *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2021.

GRAZZIOTIN, Henrique de Abreu; HERRLEIN, Ronaldo. Sistema de crédito e crises em Marx: o ciclo industrial e as suas fases. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 1, 2021, pp. 39-62.

GUERREIRO, Isadora. Os movimentos de moradia em meio à financeirização da habitação: O pmcmv Entidades e o neoliberalismo. In: *Anais do XVIII Enanpur*, Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

_____. Impacto social, Apps e financeirização das lutas, 2021. Disponível em: <https://passapalavra.info/2021/08/139798/>. Acesso em: 20/02/2022.

GONÇALVES, Scheilla Nunes. *Mulheres dos escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2019.

HAIVEN, Max. *Financial Totalitarianism [Totalitarismo Financeiro]*, 2013. Disponível em: <https://maxhaiven.wordpress.com/2013/06/12/financial-totalitarianism-in-truth-out/>. Acesso em 5/5/2021.

HART, Stuart L. Capitalismo movido por propósito. In: Edgar Barki; Graziella Maria Comini; Haroldo da Gama Torres, (eds.). *Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar*. Rio de Janeiro: FVG editor, 2019, pp. 19-24.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2019.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, [1982] 2013.

HELENE, Diana. Gênero e o direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 46, 2019, pp. 951-954.

HYPENESS, Redação. Empresa reforma casas em comunidades carentes cobrando no máximo 5 mil reais, 2015. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2015/01/empresa-reforma-casas-em-comunidades-carentes-por-no-maximo-r-5-mil/>. Acesso em: 20/05/2021.

IZZO, Daniel. Fontes de financiamento. In: Edgar Barki; Daniel Izzo; Haroldo da Gama Torres; Luciana Aguiar (eds.). *Negócios com impacto social no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, 2014, pp. 150-169.

JAYO, Martin; CALDAS, Eduardo de Lima. Habitando o inabitável: geração de renda e desenvolvimento local no Conjunto Palmeiras. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 1, 2014, pp. 51-55.

KALEYDOS. Blended Finance: mecanismo amplia a captação de recursos financeiros para negócios de impacto, 2019. Disponível em: <http://kaleydos.com.br/o-que-e-blended-finance/#:~:text=Kaleydos%20%C3%A9%20uma%20plataforma%20de,uma%20iniciativa%20do%20Instituto%20Jatob%C3%A1s>. Acesso em: 15/5/2021.

KAPP, Silke. A outra produção arquitetônica. In: *Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*, Belo Horizonte, 2016, pp. 223-238. (No compêndio)

_____. Moradia e contradição do projeto moderno, 2005. In: *Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*, Belo Horizonte, 2016, pp. 123-140. (No compêndio)

_____. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020, pp. 1–32.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscilla; BALTAZAR, Ana Paula. "Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema". In: *Projetar*, 2009, São Paulo. *Projeto como investigação: Antologia*. São Paulo: Altermarket, 2009.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula; CAMPOS, Rebekah; MAGALHÃES, Pedro Arthur; MILAGRES, Lígia; NARDINI, Patrícia; OLYNTHO, Bárbara; POLIZZI, Leonardo. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano de Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade"*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

KAPP, Silke; SILVA, Margarete Maria Araújo. Quem mora nas favelas?. *Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais e-metropolis*, v. 9, 2012, pp. 28–35.

KONCHINSKI, Vinicius. No Brasil, quem recebe salário mínimo trabalha metade do mês ou mais para comprar cesta básica, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/12/no-brasil-quem-recebe-salario-minimo-trabalha-metade-dos-mes-ou-mais-para-comprar-cesta-basica>. Acesso em: 15/5/2022.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, [1981] 2014.
_____. *A questão da ideologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LAFRATTA, Camila. O que é cri?, 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/crio-que-e/>. Acesso em: 4/4/2021.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. Texto para discussão, nº 032. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017, pp. 02-40.

LAZZARATO, Maurizio. *Fascismo ou revolução?: o neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

_____. *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEFEVBRE, Henri. Sociedade burocrática de consumo dirigido. In: *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LIVINGSTON, *Arquitectos de la comunidad: el método*, Buenos Aires: Nobuko. [2002] 2004.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?, *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2013, pp. 169-190.

MACHADO, Lucas. Governo Federal corta 98% dos recursos para o Casa Verde e Amarela. Veja quem será afetado, 2021. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/governo-corta-98-dos-recursos-para-o-casa-verde-e-amarela-veja-quem-sera-afetado/>. Acesso em: 1/9/2020.

MADSEN, Nina. Entre a dupla jornada e a discriminação contínua. Um olhar feminista sobre o discurso da “nova classe média”. In: BARTELT, Dawid Danilo (org.). *A “Nova Classe Média” no Brasil como conceito e projeto político*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

MALI, Tiago. 12 Estados têm mais pessoas com Auxílio Brasil do que emprego, 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/12-estados-tem-mais-pessoas-com-auxilio-brasil-do-que-emprego/>. Acesso em: 13/5/2022.

MARQUES, Rosa (ed.). *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.

_____. *O capital: o processo global da produção capitalista*. Livro III. São Paulo: Boitempo, [1867] 2017.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, pp. 135-158, 2009.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. A atualidade da crítica de Marx ao sistema de crédito. In: Gustavo Moura de Cavalcanti Mello; Paulo Nakatani (eds.). *Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito*. São Paulo: Expressão Popular, 2021, pp. 145-153.

MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti; NAKATANI, Paulo (eds.). *Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MENDONÇA, Carina Guedes de. *Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres*. Dissertação de Mestrado. Or. Silke Kapp. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

_____. Carina Guedes: assistência técnica e o empoderamento feminino, 2019. Disponível em: <https://caubr.gov.br/carina-guedes-assistencia-tecnica-e-o-empoderamento-feminino/>. Acesso em: 15/7/2021.

MENDONÇA, Carina Guedes de; BOREL, Mariana. Arquitetura na periferia. In: Lara Ferreira; Paula Oliveria; Victor Iacovini (eds.). *Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas*. São Paulo: Peabiru TCA, 2019, pp. 165-172.

MENDONÇA, Camila. O que são royalties? Entenda como funciona esse tipo de pagamento, 2022. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/royalties-o-que-sao/>. Acesso em: 3/7/2022.

MOM, Grupo. *Arquitetura como exercício crítico e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia*. Belo Horizonte, 2016. (No compêndio).

NAIGEBORIN, Vivianne. O papel das organizações da sociedade civil na criação e no desenvolvimento de negócios com impacto social. In: Edgar Barki; Daniel Izzo; Haroldo da Gama Torres; Luciana Aguiar (eds.). *Negócios com impacto social no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, 2014, pp. 100-118.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NAKATANI, Paulo; BRAGA, Henrique Pereira. O sistema de crédito moderno. In: Gustavo Moura de Cavalcanti Mello; Paulo Nakatani (eds.). *Introdução à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito*. São Paulo: Expressão Popular, 2021, pp. 89-103.

NETO, Antonio Ermírio de Moraes; VALENTINI, Nina. Empreendedores de negócios com impacto social. In: Edgar Barki; Daniel Izzo; Haroldo da Gama Torres; Luciana Aguiar (eds.). *Negócios com impacto social no Brasil*, São Paulo: Peirópolis, 2014, pp. 82-99.

NETO, Antonio. Brasil é um dos piores países do mundo para o trabalhador, 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaofrente-ampla/brasil-e-um-dos-piores-paises-do-mundo-para-o-trabalhador/>. Acesso em: 15/6/2022.

NEUMAM, Camila. 19 milhões de brasileiros vivem com fome; consequências na saúde são irreversíveis, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/>. Acesso em 24/03/2022.

NEVES, Mariana. O que é uma empresa securitizadora?, 2021. Disponível em: <https://blog.nubank.com.br/o-que-e-uma-empresa-securitizadora/>. Acesso em: 20/6/2021.

NOGUEIRA, Priscilla. *Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos Arquitetos da Família*. Dissertação de Mestrado. Or. Silke Kapp. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

NORDESTE, Impacta. Vivenda inicia nova fase e mira parcerias no Nordeste. Disponível em: <https://impactanordeste.com.br/vivenda-inicia-nova-fase-e-mira-parcerias-no-nordeste/>. Acesso em 28/04/2021.

NOTÍCIAS DE IMPACTO, Empreendedorismo de impacto vê dignidade no setor de moradia como faísca para a transformação social, 2021. Disponível em: [https://noticiasdeimpacto.com.br/empreendedorismo-de-impacto-ve-dignidade-no-setor-de-moradia-como-faisca-para-a-transformacao-social/#:~:text=Habita%C3%A7%C3%A3o,Empreendedorismo%20de%20impacto%20v%C3%AA%20dignidade%20no%20setor%20de%20moradia%20como,em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20inadequadas%20de%20moradia](https://noticiasdeimpacto.com.br/empreendedorismo-de-impacto-ve-dignidade-no-setor-de-moradia-como-faisca-para-a-transformacao-social/#:~:text=Habita%C3%A7%C3%A3o,Empreendedorismo%20de%20impacto%20v%C3%AA%20dignidade%20no%20setor%20de%20moradia%20como,em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20inadequadas%20de%20moradia.). Acesso em: 28/07/2021.

NUNES, Caroline. Mulheres ocupam 60% das moradias precárias no Brasil, 2022. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/cotidiano/mulheres-ocupam-60-das-moradias-precarias-no-brasil>. Acesso em: 16/5/2022.

OSÓRIO, Jaime. O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAJJOLA, Murillo. Famílias chefiadas por mães são as mais impactadas pela crise: veja relatos, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/07/familias-chefiadas-por-maes-sao-as-mais-impactadas-pela-crise-veja-relatos>. Acesso em: 07/6/2022.

PAMPLONA, Patricia; BRANT, Danielle. Título financeiro capta R\$ 5 milhões para bancar reformas em periferias, 2018. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/03/1962211-titulo-financieiro-banca-reforma-em-favela.shtml#:~:text=A%20primeira%20deb%C3%AAnture%20\(t%C3%ADtulo%20de,de%20R%24%2010%20milh%C3%B5es%20aplicados](https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2018/03/1962211-titulo-financieiro-banca-reforma-em-favela.shtml#:~:text=A%20primeira%20deb%C3%AAnture%20(t%C3%ADtulo%20de,de%20R%24%2010%20milh%C3%B5es%20aplicados). Acesso em: 14/6/2021.

PEREIRA, Tiago. Mulheres sofreram mais danos à saúde mental durante a pandemia, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/08/mulheres-sofreram-mais-danos-a-saude-mental-durante-a-pandemia-diz-fiocruz>. Acesso em: 18/2/2022.

PESSANHA, Maure. Empreendedor não precisa escolher entre ganhar dinheiro ou mudar o mundo, 2019. Disponível em: <https://artemisiabrasil.medium.com/empreendedor-n%C3%A3o-precisa-escolher-entre-ganhar-dinheiro-ou-mudar-o-mundo-40751376d83b>. Acesso em: 20/3/2022.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. Trad. Amilton Reis e Paulo César Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO, Exame crítico da teoria da financeirização. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 39, 2014, p.13-34.

RABBAT, Ilaina. A jornada interna dos empreendedores sociais. In: Edgar Barki; Graziella Maria Comini; Haroldo da Gama Torres, (eds.). *Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar*. Rio de Janeiro: FVG editor, 2019, pp. 77-98.

RESGALA, Gustavo. *Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento*. Tese de doutorado. Or. Roberto Luís de Melo Monte-Mór. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel; GUERREIRO, Isadora. Regularização fundiária Verde e Amarela: endividamento e precariedade, 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>. Acesso em: 21/9/2021.

RODRIGUEZ, Graciela (ed.). *O Sistema financeiro e o endividamento de mulheres*. Rio de Janeiro: Insitute Equit Gênero, Economia e Cidadania Global, 2020.

SAAD FILHO, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo. *Crítica e Sociedade*, v. 1, n. 3, 2011.

_____. Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e o marxismo*, v. 3, n. 4, 2015.

SABADINI, Maurício de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 3, 2013, pp. 583-608.

SANTORO, Paula; CHIAVONE, João de Araújo. Negócios de impacto e habitação social: uma nova fronteira do capital financeirizado? *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 22, n. 49, 2020, pp. 683-704.

_____. Recursos obtidos no mercado financeiro para projetos habitacionais de interesse social: os *social impact bonds*. In: *Anais do VI Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2020.

SANTOS, Joacir. Como startup brasileira promete evoluir e acelerar a mineração de dados, 2018. Disponível em: <https://gestao.ninja/startup-mineracao-dados/>. Acesso em: 5/5/2021.

SARAIVA, Aléxia. Sem dinheiro público, três iniciativas revolucionam as habitações sociais no Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/urbanismo/tres-organizacoes-que-estao-revolucionando-as-habitacoes-sociais/>. Acesso em: 26/5/2021.

SARNO, Paula. Notas sobre endividamento das famílias no Brasil recente. In: Graciela Rodriguez (ed.). *O sistema financeiro e o endividamento de mulheres*. Rio de Janeiro: Instituto Equit Gênero, Economia e Cidadania Global, 2020.

SCIRÉ, Claudia D'Ipolitto de Oliveira. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. *Teoria & Pesquisa*, 2009, pp. 65-78.

SCHOLZ, Roswita. Patriarcado e sociedade da mercadoria, 2022. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=5044:patriarcado-e-sociedade-da-mercadoria&catid=564>. Acesso em: 02/03/2022.

SEGUNDO, João Joaquim de Melo Neto; MAGALHÃES, Sandra. Bancos comunitários. In: Lauro Ramos; Carlos Henrique Leite Corseuil; Luiz Eduardo Ruckert Parreiras; Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez (eds.). *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2009, pp. 59-64.

SEGUNDO, Joaquim de Melo Neto: Criador do Banco Palmas. *Revista Entrevista*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, n. 31, 2014, pp. 105-129.

SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Beatriz (eds.). *Financeirização e estudos urbanos na América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

SOTO, Olga Pérez; MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. O capital portador de juros em Marx. In: Gustavo Moura de Cavalcanti Mello; Paulo Nakatani (eds.). *Introdução*

à crítica da financeirização: Marx e o moderno sistema de crédito. São Paulo: Expressão Popular, 2021, pp. 60-87.

TEIXEIRA, Fernando. FinTechs e microcrédito: potencial armadilha para os mais vulneráveis e risco sistêmico no Brasil. *Texto para discussão do Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2020, pp. 1-14.

TORO, Equipe. Debêntures: veja o que são, como funcionam e inclua na sua carteira, 2021. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/renda-fixa/debentures-o-que-sao>. Acesso em: 5/5/2021.

TORRE, Bruna Della. Por que o marxismo precisa ser feminista, 2021. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/04/29/por-que-o-marxismo-precisa-ser-feminista/#prettyPhoto>. Acesso em: 4/5/2022.

UCHOA, Carolina do Vale. *A construção discursiva do empreendedor social: crítica e justificação no novo espírito do capitalismo*. Dissertação de Mestrado. Or. Alexandre Almeida Barbalho. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, 2017.

UNIVERSA. Atlas da Violência 2021: 66% das mulheres assassinadas no Brasil são negras, 2021. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/racismo/atlas-da-violencia-2021-66-das-mulheres-assassinadas-no-brasil-sao-negras/>. Acesso em: 10/03/2022.

TELLES, Vera Lúcia. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo social*, n.18, v.1, 2006, p. 173-95.

VIANA, Bruna. 'Lugar de mulher é na obra': o projeto que ensina mulheres de baixa renda a reformar as próprias casas, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lugar-de-mulher-e-na-obra-o-projeto-que-ensina-mulheres-de-baixa-renda-reformar-as-proprias-casas/>. Acesso: 15/7/2021.

VIEIRA, Edilson. Construção Civil é uma boa área para o empreendedorismo social, 2021. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/economia/2021/04/12049713-construcao-civil-e-uma-boa-area-para-o-empendedorismo-social.html>. Acesso em: 16/5/2022.

WENTZEL, Marina. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo?, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43120953>. Acesso em: 22/3/2022.

MATERIAIS AUDIOVISUAIS CONSULTADOS

Depoimento de Jussara, na live de comemoração de sete anos da Vivenda, via Youtube, em 9/4/2021, sob o título “*Vivenda 7 anos*”. https://www.youtube.com/watch?v=268Enb5a_Dw&t=10s

Palestra ministrada pelo idealizador da Vivenda, Fernando Assad, no TEDx TALKS, via Youtube, em 11/6/2021, sob o título de “reformas habitacionais e transformação social.” https://www.youtube.com/watch?v=UGV5MzrR_VU&t=285s

Fala de Fernando Assad no evento de lançamento do Instituto Vivenda, via Youtube, em 1/7/2021, sob o título Evento de lançamento - Instituto Vivenda. https://www.youtube.com/watch?v=1IP_InQ_hkw&t=4173s

Aula inaugural do curso de arquitetura da PUC-RIO ministrada pela professora Silke Kapp, via Youtube, em 1/4/2022, sob o título *Aula Inaugural DAU-PUC-RIO 2022*. <https://www.youtube.com/watch?v=L7XCaO6kEs0>

Aula do professor Eduardo Sá Barreto (UFF) no curso da Boitempo “Luta de classes e financeirização: o papel da dívida”, via YouTube, em 14/2/2022, sob o título *Hipotecando o futuro*. https://www.youtube.com/watch?v=OT3zS_50Tgs

Aula do professor Marcelo Carcanholo, no VI encontro nacional e XII fórum estado, capital, trabalho, via Youtube, em 4/9/2021, sob o título “*VI ENGPECT – Conferência 02 com Marcelo Dias Carcanholo e José Danilo Santana Silva*.” <https://www.youtube.com/watch?v=pvAKG61bTYA>

Aula da historiadora Virgínia Fontes no curso ministrado pela editora Boitempo, via Youtube, em 25/2/2022, sob o título “*Luta de classes e financeirização #6 | Centralização e concentração | Virgínia Fontes e João Lopes*”. <https://www.youtube.com/watch?v=3rLmqX7yEsQ>

Depoimento de Carina Guedes de Mendonça no podcast de Felipe Ivanicska, Histórias Vizinhas, episódio “*Mestras de obras*”, disponibilizado no Spotify em 14/8/2018. <https://open.spotify.com/episode/1MUKF8W91cCmwaeyFbpZ5Y?si=ba0240f0a18c42d4>

Entrevista do Coletivo Sycorax com Verónica Gago, no podcast Coletivo Sycorax, episódio “*A financeirização da vida*”, disponibilizado no Spotify em 12/1/2021. <https://open.spotify.com/episode/4rm6mGSRu5Wlt4VaYyg4Ei?si=e3869136a3f04d3c>

Entrevista do Grifa podcast com Verónica Gago e Luci Cavallero, no Grifa podcast sob o título “*Uma leitura feminista da dívida*”, disponibilizado no Spotify em 16/3/2022. <https://open.spotify.com/episode/2PBMDtA8VijhIjzoW-PPpxl?si=c033247220a344f8>

Entrevista do podcast PapoDebs com Mariana Borel, episódio #43, sob o título “*Mulheres na luta pelo direito de morar e construir*”, disponibilizado no Spotify em 20/7/2022. <https://open.spotify.com/episode/6Vjy62AiNU-lhilyWxVJqcp?si=4af1a458cbe54cd2>

Aula do professor Vander Casaqui, no podcast Contrafogos, via Spotify, em 9/2/2022, sob o título “*Discursos do capitalismo (Linguagem e comunicação, parte 2)*”. <https://open.spotify.com/episode/2nJgzjVoGfB9kgRv3TOAv2?si=c994bc6a6dea41c4>

Live intitulada “Tecnologia para análise de crédito inclusiva”, via Instagram da Vivenda, em 18/8/2021. <https://www.instagram.com/reel/CSu06b9IMH/>

Live intitulada “Negócio social também é negócio”, via Instagram da Vivenda, em 2/6/2021. <https://www.instagram.com/reel/CPojfjUI36X/>

Live intitulada “O pedreiro empreendedor”, via Instagram da Vivenda, em 23/6/2021. <https://www.instagram.com/reel/CQeoC-5Fu1d/>